



CARTA DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS SOCIAIS DO CONCELHO DE CASCAIS

CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

VOLUME 1

Ficha Técnica

Promotor:

Câmara Municipal de Cascais
Departamento de Planeamento Estratégico/ Divisão de Planeamento de Infra-estruturas e Equipamentos

Elaboração do Estudo/ Adjudicatário:

CEDRU – Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda



Direcção:

António d'Orey Capucho
Presidente da Câmara Municipal de Cascais

Coordenação:

Vítor Guerreiro da Silva, Mestre Arquitecto Paisagista
Director do Departamento de Planeamento Estratégico

Isabel Pinto Gonçalves, Arquitecta
Directora do Departamento de Habitação e Desenvolvimento Sócio-Territorial

Carlos Filomeno dos Santos, Geógrafo
Chefe da Divisão de Planeamento de Infra-estruturas e Equipamentos

Vanda de Sá Carvalho, Socióloga
Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde

Participação:

Departamento de Planeamento Estratégico:

António Augusto, Mestre Arquitecto
Paulo Tinoco Mendes, Arquitecto
Gonçalo Diniz, Engenheiro Civil
João Montes Palma, Arquitecto

Departamento de Habitação e Desenvolvimento Sócio-Territorial:

Luísa Cipriano, Técnica Superior de Serviço Social
Sónia Garcia, Técnica Superior de Serviço Social
Teresa Bettencourt, Engenheira
Teresa Vicente, Socióloga

Colaboração institucional de outras Unidades Orgânicas da CMC

GEST - Gabinete de Estatística
GSIG - Gabinete do Sistema de Informação Geográfica
PPDM - Projecto de Revisão do Plano Director Municipal

Índice Geral

0. NOTA DE ABERTURA	10
1. INTRODUÇÃO	15
1.1. ÂMBITO E OBJECTIVOS	15
1.2. PERCURSO METODOLÓGICO	20
1.3. NOTA METODOLÓGICA DO PROCESSO DE RECENSEAMENTO	22
2. LEITURA SÍNTESE DO CONTEXTO SOCIAL DO CONCELHO DE CASCAIS	26
2.1. ELEMENTOS DE PARTIDA	26
2.1.1. O contexto territorial	26
2.1.2. As leituras relevantes	27
2.1.3. As escalas pertinentes	28
2.2. DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS	29
2.2.1. Análise diacrónica das dinâmicas demográficas	29
2.2.2. Análise das principais problemáticas associadas às dinâmicas demográficas	32
2.3. QUESTÕES SÓCIO-ECONÓMICAS	37
2.4. SAÚDE	46
2.5. ÁREAS URBANAS CRÍTICAS	53
3. PROJECCÕES DEMOGRÁFICAS	66
3.1. NOTA INTRODUTÓRIA	66
3.2. METODOLOGIA ADOPTADA: MODELO COHORT-SURVIVAL	66
3.3. ANÁLISE DOS RESULTADOS PROSPECTIVOS	69
3.4. CENÁRIOS DEMOGRÁFICOS: IMPACTES NA PROCURA DE RESPOSTAS SOCIAIS	73
4. ANÁLISE DA OFERTA DE EQUIPAMENTOS	76
4.1. INTRODUÇÃO	76
4.2. PADRÃO TERRITORIAL DE DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS ASSOCIADAS	77
4.3. ENTIDADES GESTORAS DOS EQUIPAMENTOS	79
4.4. CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS EQUIPAMENTOS	82
4.4.1. Início de funcionamento	82
4.4.2. Fontes de financiamento para a instalação dos equipamentos	83
4.4.3. Tipologia de instalações	84
4.4.4. Tipologia de construção	84
4.4.5. Regime de ocupação	85
4.5. AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO	86
4.5.1. Nível de conforto	86
4.5.2. Qualidade ambiental	86
4.5.3. Autonomia	87
4.5.4. Estado de conservação	88
4.5.5. Segurança	88
4.5.6. Acessibilidade e mobilidade	89
4.5.7. Funcionalidades	92
4.5.8. Condições operacionais	95
4.5.9. Principais problemas existentes	96
4.5.10. Fontes de financiamento para o funcionamento	97
4.6. INVESTIMENTOS	97
4.6.1. Ampliação de Respostas Sociais	97
4.6.2. Reforço dos recursos humanos	99
5. ANÁLISE DA OFERTA DE RESPOSTAS SOCIAIS	102
5.1. INFÂNCIA E JUVENTUDE	102
5.1.1. Acolhimento Familiar	102
5.1.2. Ama	103



5.1.3. Creche.....	105
5.1.4. Creche Familiar.....	109
5.1.5. Estabelecimento de Educação Pré-Escolar.....	112
5.1.6. Centro de Actividades de Tempos Livres e Ludotecas.....	116
5.1.7. Centro de Acolhimento Temporário.....	124
5.1.8. Centro de Férias.....	126
5.1.9. Clube de Jovens.....	126
5.1.10. Lar de Crianças e Jovens.....	128
5.2. REABILITAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	131
5.2.1. Acessibilidade ao Banho de Mar.....	132
5.2.2. Atendimento/Acompanhamento e Actividades Sócio-culturais.....	132
5.2.3. Centro de Actividades Ocupacionais – CAO.....	135
5.2.4. Centro de Apoio Sócio-Educativo / Educação Especial para Crianças e Jovens.....	140
5.2.5. Centro de Férias.....	143
5.2.6. Lar de Apoio/Lar Residencial.....	143
5.2.7. Transporte de Pessoas com Deficiência.....	147
5.3. IDOSOS.....	149
5.3.1. Centro de Convívio/Academia.....	149
5.3.2. Centro de Dia.....	154
5.3.3. Lar.....	158
5.3.4. Residência.....	161
5.4. PARA A FAMÍLIA E COMUNIDADE.....	161
5.4.1. Apoio Alimentar.....	161
5.4.2. Bolsas Alimentares.....	163
5.4.3. Atendimento a População Imigrante.....	165
5.4.4. Atendimento a Vítimas de Violência.....	167
5.4.5. Centro Comunitário / Centro de Recursos para a Comunidade.....	168
5.4.6. Refeitório/Cantina Social.....	172
5.4.7. Apoio Social Genérico.....	172
5.5. PESSOAS COM COMPORTAMENTOS ADITIVOS E SUAS FAMÍLIAS.....	173
5.5.1. Apartamento de Reinserção Social.....	174
5.5.2. Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial (CAAP).....	175
5.5.3. Comunidade terapêutica.....	176
5.5.4. Equipa de Apoio Social Directo.....	178
5.5.5. Grupo de Auto-ajuda.....	179
5.5.6. Unidade de Dia.....	180
5.6. PESSOAS INFECTADAS E AFECTADAS PELO VIH/SIDA.....	183
5.6.1. Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial (CAAP).....	183
5.6.2. Residência.....	185
5.7. PESSOAS EM SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA.....	187
5.7.1. Apoio Domiciliário.....	187
5.8. PESSOAS COM DOENÇA MENTAL.....	192
5.8.1. Centro Residencial.....	192
5.8.2. Fórum Sócio-Ocupacional.....	195
5.9. OUTROS.....	196



[Handwritten signature]

Índice de Quadros

Quadro 1 – Taxa de resposta, por freguesia (%).....	23
Quadro 2 – Inquéritos reenviados (%).....	23
Quadro 3 – População residente por freguesia no concelho de Cascais, em 1991 e 2001	29
Quadro 4 – Índice de envelhecimento populacional, em 1991 e 2001	31
Quadro 5 – Taxa de Desemprego (em sentido lato), em 1991 e 2001 (%).....	38
Quadro 6 – População jovem desempregada, segundo níveis de instrução, no concelho de Cascais, em 1991 e 2001	40
Quadro 7 – População empregada e desempregada, no concelho de Cascais, em 1991 e 2001 (%).....	41
Quadro 8 – Desempregados por tempo de inscrição e grupo etário, no fim do mês de Agosto, no Centro de Emprego de Cascais, entre 1999 e 2001	42
Quadro 9 – Indicadores relativos à população residente em Cascais, portadora de deficiência, em 2001 (N.º).....	43
Quadro 10 – Pensões de invalidez e velhice, em vigor a partir de 1 de Dezembro de 2004.....	46
Quadro 11 – Doentes registados, segundo grupos de patologias, em Portugal, em 2001 (n.º).....	50
Quadro 12 – Índice de segregação para as principais nacionalidades, para a AML e Cascais, 1991 e 2001.....	60
Quadro 13 – Indicadores socioprofissionais dos principais grupos de nacionalidades em Cascais, em 2001 (%)	61
Quadro 14 – População recenseada pelo PER – freguesias de Cascais, 1993.....	62
Quadro 15 – Indicadores globais Ilustrativos das carências dos principais grupos de nacionalidades em Cascais, em 2001 (%).....	64
Quadro 16 – Projecções demográficas, por freguesia, para 2011 – Cenário Tendencial.....	70
Quadro 17 – Projecções demográficas, por freguesia, para 2011 – Cenário Expansionista e Regressivo	71
Quadro 18 – Projecções demográficas, por freguesia, para 2016 – Cenários Tendencial, Expansionista e Regressivo	72
Quadro 19 – Cenários demográficos e impactes na procura das Respostas Sociais	74
Quadro 20 – Equipamentos segundo o domínio de actuação, por freguesia (nº)	77
Quadro 21 – Equipamentos segundo as Respostas Sociais inquiridas, por freguesia (nº)	78
Quadro 22 – Equipamentos segundo as Respostas Sociais não inquiridas, por freguesia (nº)	79
Quadro 23 – Equipamentos segundo o domínio de actuação, por tipologia de entidade gestora (n.º)	80
Quadro 24 – Equipamentos segundo o domínio de actuação, por âmbito geográfico de actuação (%)	80
Quadro 25 – Entidades gestoras segundo o número de freguesias em que dispõe de equipamento.....	81
Quadro 26 – Entidade por número de domínios (%)	81
Quadro 27 – Equipamento segundo o domínio de actuação, por ano de criação (%).....	83
Quadro 28 – Equipamentos segundo o domínio de actuação, por fontes de financiamento (%)	83
Quadro 29 – Equipamentos segundo o domínio de actuação, por tipologia de instalação (%).....	84
Quadro 30 – Equipamentos segundo o domínio de actuação, por adequação à função (%).....	85
Quadro 31 – Equipamentos segundo o domínio de actuação, por regime de ocupação (%).....	85
Quadro 32 – Nível de conforto dos equipamentos segundo o domínio de actuação (%).....	86
Quadro 33 – Qualidade ambiental dos equipamentos segundo o domínio de actuação (%)	87
Quadro 34 – Autonomia dos equipamentos segundo o domínio de actuação (%).....	87
Quadro 35 – Estado de conservação dos equipamentos segundo o domínio de actuação (%).....	88
Quadro 36 – Condições de segurança dos equipamentos segundo o domínio de actuação (%)	89
Quadro 37 – Oferta de estacionamento nos equipamentos (% do total de respostas).....	89
Quadro 38 – Oferta de estacionamento para deficientes	90
Quadro 39 – Lugares de estacionamento segundo o domínio de actuação (nº médio)	90
Quadro 40 – Lugares de estacionamento nos equipamentos segundo o domínio de actuação (nº médio).....	91
Quadro 41 – Lugares de estacionamento para deficientes nos equipamentos segundo o domínio de actuação (nº médio)	91
Quadro 42 – Acessibilidade ao edifício, segundo o domínio de actuação (%).....	91
Quadro 43 – Condições de instalação de rampa de acesso nos equipamentos segundo o domínio de actuação (%).....	92
Quadro 44 – Condições de instalação de dispositivo mecânico nos equipamentos, segundo o domínio de actuação (%)	92
Quadro 45 – Condições de instalação de vão livre da porta principal ≥ 90 cm nos Equipamentos segundo o domínio de actuação (%).....	92
Quadro 46 – Funcionalidades dos equipamentos por segundo o domínio de actuação (%).....	93
Quadro 47 – Equipamentos segundo o domínio de actuação, por qualidade operacional (%)	96
Quadro 48 – Equipamentos segundo o domínio de actuação por problemas apresentados (%).....	96
Quadro 49 – Fontes de financiamento para o funcionamento dos equipamentos, segundo o domínio de actuação (%).....	97
Quadro 50 – Equipamentos segundo o domínio de actuação, por ano, com necessidade de ampliação (%)	98
Quadro 51 – Equipamentos segundo o domínio de actuação, por ano de início de funcionamento, com necessidade de contratação de recursos humanos (%).....	100
Quadro 52 – Horário de abertura e encerramento na Resposta Social Ama	103

Quadro 53 – Habilitações dos recursos humanos afectos à Resposta Social Ama	104
Quadro 54 – Proveniência dos utentes da Resposta Social Creche (%).....	107
Quadro 55 – Fontes de financiamento da Resposta Social Creche Familiar	110
Quadro 56 – Utentes por idade na Resposta Social Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar, segundo a tutela, em 2003/2004 (N.º)	113
Quadro 57 – Proveniência dos utentes da Resposta Social Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar (%)	114
Quadro 58 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar.....	114
Quadro 59 – Proveniência dos utentes dos ATL com e sem fins lucrativos (%).....	122
Quadro 60 – Habilitações dos recursos humanos dos ATL (nº)	124
Quadro 61 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Centros de Acolhimento Temporário.....	125
Quadro 62 – Serviços prestados na Resposta Social Clube de Jovens.....	127
Quadro 63 – Utentes e respectiva capacidade máxima de cada Lar de Crianças e Jovens, no Concelho de Cascais (nº).....	129
Quadro 64 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Lar de Crianças e Jovens (%)	130
Quadro 65 – Horário de abertura e encerramento da Resposta Social Atendimento/Acompanhamento e Actividades Sócio-Culturais.....	132
Quadro 66 – Serviços prestados na Resposta Social Atendimento/Acompanhamento e Actividades Sócio-Culturais (nº)	133
Quadro 67 – Fontes de financiamento na Resposta Social Atendimento/Acompanhamento e Actividades Sócio-Culturais (nº)	133
Quadro 68 – Funções dos recursos humanos na Resposta Social Atendimento/Acompanhamento e Actividades Sócio-Culturais	134
Quadro 69 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Atendimento/Acompanhamento e Actividades Sócio-Culturais.....	135
Quadro 70 – Horário de abertura e encerramento na Resposta Social Centro de Actividades Ocupacionais	136
Quadro 71 – Serviços prestados na Resposta Social Centro de Actividades Ocupacionais (nº)	136
Quadro 72 – Fontes de financiamento na Resposta Social Centro de Actividades Ocupacionais	137
Quadro 73 – Utentes na Resposta Social Centro de Actividades Ocupacionais (nº)	137
Quadro 74 – Proveniência dos utentes na Resposta Social Centro de Actividades Ocupacionais	138
Quadro 75 – Recursos humanos na Resposta Social Centro de Actividades Ocupacionais	138
Quadro 76 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Centro de Actividades Ocupacionais.....	139
Quadro 77 – Vínculo contratual dos recursos humanos na Resposta Social Centro de Actividades Ocupacionais ..	139
Quadro 78 – Investimentos previstos na Resposta Social Centro de Actividades Ocupacionais.....	140
Quadro 79 – Função dos recursos humanos na Resposta Social Centro de Apoio Sócio-Educativo/Educação Especial para Crianças e Jovens	142
Quadro 80 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Centro de Apoio Sócio-Educativo/Educação Especial para Crianças e Jovens	142
Quadro 81 – Década de abertura dos equipamentos na Resposta Social Lar de Apoio/Lar Residencial (nº)	143
Quadro 82 – Serviços prestados na Resposta Social Lar de Apoio/Lar Residencial (nº)	144
Quadro 83 – Evolução do número de utentes da Resposta Social Lar de Apoio/Lar Residencial.....	144
Quadro 84 – Função dos recursos humanos da Resposta Social Lar de Apoio/Lar Residencial.....	146
Quadro 85 – Habilitações dos recursos humanos da Resposta Social Lar de Apoio/Lar Residencial	146
Quadro 86 – Vínculo contratual dos recursos humanos da Resposta Social Lar de Apoio/Lar Residencial	146
Quadro 87 – Evolução do número de utentes da Resposta Social Transporte de Pessoas com Deficiência	147
Quadro 88 – Serviços prestados na Resposta Social Centro de Convívio/Academia (nº)	150
Quadro 89 – Fontes de financiamento na Resposta Social Centro de Convívio/Academia (nº).....	150
Quadro 90 – Proveniência dos utentes na Resposta Social Centro de Convívio/Academia	151
Quadro 91 – Localização dos Centro de Convívio/Academia	151
Quadro 92 – Funções dos recursos humanos na Resposta Social Centro de Convívio/Academia.....	152
Quadro 93 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Centro de Convívio/Academia.....	153
Quadro 94 – Vínculo Contratual dos recursos humanos na Resposta Social Centro de Convívio/Academia.....	153
Quadro 95 – Serviços prestados pelas entidades com e sem fins lucrativos na Resposta Social Centro de Dia (nº).....	155
Quadro 96 – Proveniência dos utentes na Resposta Social Centro de Dia.....	156
Quadro 97 – Funções dos recursos humanos na Resposta Social Centro de Dia.....	157
Quadro 98 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Centro de Dia	157
Quadro 99 – Serviços prestados na Resposta Social Lar	158
Quadro 100 – Fontes de financiamento na Resposta Social Lar.....	159
Quadro 101 – Evolução do número de utentes na Resposta Social Lar	159
Quadro 102 – Funções dos recursos humanos na Resposta Social Lar (%)	160
Quadro 103 – Serviços prestados na Resposta Social Apoio Alimentar	162
Quadro 104 – Evolução do número de utentes na Resposta Social Apoio Alimentar.....	162
Quadro 105 – Funções dos recursos humanos na Resposta Social Apoio Alimentar.....	163
Quadro 106 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Apoio Alimentar	163
Quadro 107 – Equipamentos com a Resposta Social Bolsas Alimentares.....	163
Quadro 108 – Utentes na Resposta Social Bolsas Alimentares (nº)	164
Quadro 109 – Instituições com a Resposta Social Atendimento a População Imigrante	165

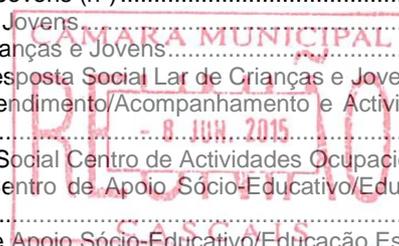
Quadro 110 – Serviços prestados na Resposta Social Atendimento a População Imigrante (%)	165
Quadro 111 – Fontes de financiamento na Resposta Social Atendimento a População Imigrante.....	165
Quadro 112 – Utentes na Resposta Social Atendimento a População Imigrante (nº)	166
Quadro 113 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Atendimento a População Imigrante	166
Quadro 114 – Serviços prestados na Resposta Social Atendimento a Vítimas de Violência	167
Quadro 115 – Utentes na Resposta Social Atendimento a Vítimas de Violência (nº)	167
Quadro 116 – Utentes na Resposta Social Atendimento a Vítimas de Violência (nº)	168
Quadro 117 – Vínculo contratual dos recursos humanos na Resposta Social Atendimento a Vítimas de Violência.....	168
Quadro 118 – Horário de abertura e de encerramento na Resposta Social Centro Comunitário/Centro de Recursos.....	169
Quadro 119 – Serviços prestados na Resposta Social Centro Comunitário/Centro de Recursos.....	169
Quadro 120 – Fontes de financiamento na Resposta Social Centro Comunitário/Centro de Recursos	170
Quadro 121 – Funções dos recursos humanos na Resposta Social Centro Comunitário/Centro de Recursos	170
Quadro 122 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Centro Comunitário/Centro de Recursos.....	170
Quadro 123 – Vínculo contratual dos recursos humanos na Resposta Social Centro Comunitário/Centro de Recursos.....	171
Quadro 124 – Potencialidades e constrangimentos na Resposta Social Centro Comunitário/Centro de Recursos..	171
Quadro 125 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Refeitório/Cantina Social.....	172
Quadro 126 – Entidades que Prestam Serviços de Apoio Social Genérico	173
Quadro 127 – Entidades por Freguesia na Resposta Social Apoio Social Genérico.....	173
Quadro 128 – Utentes em 2004, por género e idade	174
Quadro 129 – Funções dos recursos humanos na Resposta Social Apartamento de Reinserção	175
Quadro 130 – Vínculo contratual dos recursos humanos na Resposta Social Apartamento de Reinserção.....	175
Quadro 131 – Função dos recursos humanos na Resposta Social Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial.....	176
Quadro 132 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial.....	176
Quadro 133 – Evolução do número de utentes na Resposta Social Comunidade Terapêutica	177
Quadro 134 – Funções dos recursos humanos na Resposta Social Comunidade Terapêutica.....	177
Quadro 135 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Comunidade Terapêutica	177
Quadro 136 – Vínculo Contratual dos recursos humanos na Resposta Social Comunidade Terapêutica	178
Quadro 137 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Equipa de Apoio Social Directo	179
Quadro 138 – Vínculo Contratual dos recursos humanos na Resposta Social Equipa de Apoio Social Directo	179
Quadro 139 – Locais de reunião dos grupos de Auto-ajuda das Famílias Anónimas	180
Quadro 140 – Serviços prestados na Resposta Social Unidade de Dia.....	181
Quadro 141 – Utentes na Resposta Social Unidade de Dia (nº)	181
Quadro 142 – Utentes em 2004, por género e idade, Unidade de Dia da Casa Jubileu 2000 (nº).....	181
Quadro 143 – Função dos recursos humanos na Resposta Social Unidade de Dia	182
Quadro 144 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Unidade de Dia.....	182
Quadro 145 – Vínculo contratual dos recursos humanos na Resposta Social Unidade de Dia	183
Quadro 146 – Serviços prestados na Resposta Social CAAP – VIH/SIDA	184
Quadro 147 – Utentes na Resposta Social CAAP – VIH/SIDA (nº)	184
Quadro 148 – Caracterização dos Utentes por Dominância na Resposta Social CAAP – VIH/SIDA.....	184
Quadro 149 – Função dos Recursos Humanos na Resposta Social CAAP – VIH/SIDA.....	185
Quadro 150 – Habilitações dos Recursos Humanos na Resposta Social CAAP – VIH/SIDA	185
Quadro 151 – Vínculo Contratual dos Recursos Humanos na Resposta Social CAAP – VIH/SIDA	185
Quadro 152 – Funções dos recursos humanos na Resposta Social Residência	186
Quadro 153 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Residência.....	186
Quadro 154 – Vínculo contratual dos recursos humanos na Resposta Social Residência	186
Quadro 155 – Afecção horária dos recursos humanos na Resposta Social Residência.....	187
Quadro 156 – Equipamentos com a Resposta Social Apoio Domiciliário.....	187
Quadro 157 – Horário de abertura e de encerramento na Resposta Social Apoio Domiciliário	188
Quadro 158 – Serviços prestados na Resposta Social Apoio Domiciliário	188
Quadro 159 – Fontes de financiamento na Resposta Social Apoio Domiciliário	189
Quadro 160 – Número de Utentes na Resposta Social Apoio Domiciliário	190
Quadro 161 – Funções dos recursos humanos na Resposta Social Apoio Domiciliário	190
Quadro 162 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Apoio Domiciliário.....	191
Quadro 163 – Vínculo dos recursos humanos na Resposta Social Apoio Domiciliário	191
Quadro 164 – Potencialidades e constrangimentos na Resposta Social Apoio Domiciliário.....	191
Quadro 165 – Utentes em 2004, por género e idade, na Resposta Social Residência (nº)	193
Quadro 166 – Funções dos recursos humanos na Resposta Social Residência	194
Quadro 167 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Residência.....	194
Quadro 168 – Vínculo contratual dos recursos humanos na Resposta Social Residência	194
Quadro 169 – Função dos recursos humanos na Resposta Social Fórum Sócio-Ocupacional	195
Quadro 170 – Vínculo contratual dos recursos humanos na Resposta Social Fórum Sócio-Ocupacional.....	195



Índice de Figuras

Figura 1 – Distribuição geográfica dos equipamentos.....	23
Figura 2 – Análise contextual orientada	27
Figura 3 – Escalas de análise com interesse relevante.....	28
Figura 4 – Evolução da população residente no concelho de Cascais, entre 1911 e 2001.....	29
Figura 5 – População a residir em lugares com mais de 2.000 habitantes, no concelho de Cascais, em 2001.....	30
Figura 6 – Índice de envelhecimento populacional em Cascais, por freguesia, em 1991 e 2001.....	31
Figura 7 – Famílias clássicas residentes, segundo a sua dimensão, por freguesia de Cascais, em 2001.....	32
Figura 8 – Principais problemáticas associadas a grupos etários relevantes para a Carta Social.....	32
Figura 9 – Quocientes de localização da população dos 0 e os 14 anos, em Cascais, em 1991 e 2001.....	33
Figura 10 – Movimentos casa-trabalho ou casa-escola com origem no concelho de Cascais e com destino os concelhos da AML, em 2001	34
Figura 11 – Quocientes de localização da população com idades compreendidas entre 1 e 5 anos e os 6 e os 14 anos de idade, no concelho de Cascais, em 2001	35
Figura 12 – Quocientes de localização da população idosa, no concelho de Cascais, em 1991 e 2001	36
Figura 13 – Quociente de localização das famílias unipessoais idosas, em Cascais, em 2001.....	37
Figura 14 – Principais problemáticas associadas às questões sócio-económicas relevantes para a Carta Social.....	38
Figura 15 – Quociente de localização do desemprego, no concelho de Cascais, em 2001.....	39
Figura 16 – Quociente de localização dos desempregados à procura do 1º emprego, no concelho de Cascais, em 2001	40
Figura 17 – Evolução dos desempregados de longa duração, no concelho de Cascais (nº)	42
Figura 18 – Quociente de localização da população deficiente desempregada, no concelho de Cascais, em 2001 ..	44
Figura 19 – Pensionistas por velhice, por freguesia, no concelho de Cascais, em 1991 e 2001 (nº).....	45
Figura 20 – Quociente de localização dos pensionistas por velhice, no concelho de Cascais, em 2001	45
Figura 21 – Principais problemáticas associadas à saúde relevantes para a Carta Social.....	47
Figura 22 – Evolução da Taxa de Mortalidade Infantil, entre 1981 e 1997.....	47
Figura 23 – Famílias clássicas, segundo a dimensão e o número de deficientes, em Cascais, 2001 (nº).....	48
Figura 24 – Quociente de Localização da população portadora de deficiência, residente em Cascais, em 2001	48
Figura 25 – Quociente de localização da população residente deficiente, segundo tipos de deficiência em Cascais, em 2001.....	49
Figura 26 – A relação entre as doenças de foro mental e a pobreza	51
Figura 27 – Evolução do número de casos de SIDA diagnosticados, entre 1983 e 2004, em Cascais (nº).....	52
Figura 28 – Casos diagnosticados, por tipo de notificação, no ano de 2004, em Cascais (%)	52
Figura 29 – Empreendimentos PER existentes, em construção e a construir, no Concelho de Cascais	53
Figura 30 – Problemáticas centrais associadas às áreas urbanas críticas relevantes para a Carta de Equipamentos e Serviços Sociais	54
Figura 31 – Problemáticas detectadas em crianças e jovens em risco, em Portugal, em 1999 e 2001 (nº)	55
Figura 32 – Entidades sinalizadas com abertura de processo, no concelho de Cascais, em 2004	55
Figura 33 – Rede de escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, por agrupamento, no concelho de Cascais.....	56
Figura 34 – Crianças e jovens sinalizados com abertura de processo, segundo a faixa etária e o sexo, no concelho de Cascais, em 2004	57
Figura 35 – Ocorrências segundo a tipologia de problemáticas, no concelho de Cascais, em 2004 (nº)	57
Figura 36 – Beneficiários do Rendimento Social de Inserção, por freguesia do concelho de Cascais, em 2003 e 2004 (nº).....	58
Figura 37 – Quociente de Localização da população com nacionalidade estrangeira na AML, em 2001	59
Figura 38 – Quociente de Localização da população com nacionalidade PALP na AML, em 2001.....	60
Figura 39 – Síntese concelhia das projecções demográficas, para o concelho de Cascais, para 2011.....	73
Figura 40 – Utentes por género e idade, na Resposta Social Ama, em 2004/2005 (N.º).....	104
Figura 41 – Horário de encerramento, segundo a natureza jurídica da entidade, na Resposta Social Creche, em 2004/2005 (nº).....	106
Figura 42 – Utentes em Creches com fins lucrativos e sem fins lucrativos (n.º)	106
Figura 43 – Utentes por género e idade na Resposta Social Creche (nº)	107
Figura 44 – Serviços prestados pelas Creches com fins lucrativos e pelas Creches sem fins lucrativos (n.º).....	108
Figura 45 – Investimentos previstos na Resposta Social Creche, segundo a natureza jurídica da entidade (nº)	109
Figura 46 – Evolução do número de utentes da Resposta Social Creche Familiar.....	110
Figura 47 – Utentes por género e idade da Resposta Social Creche Familiar	111
Figura 48 – Evolução do número de utentes na Resposta Social Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar, segundo a tutela.....	113
Figura 49 – Investimentos programados na Resposta Social Estabelecimento de Educação Pré-Escolar, segundo a tutela (nº).....	116
Figura 50 – Evolução do número de utentes nos espaços lúdicos, no concelho de Cascais.....	117
Figura 51 – Utentes por género e idade nos Espaços Lúdicos, em 2004/2005 (nº).....	118

Figura 52 – Meios informáticos, com e sem acesso à <i>internet</i> , disponíveis para o corpo profissional nos Espaços Lúdicos (nº)	119
Figura 53 – Utentes por género e idade nas Ludotecas, 2004/2005	120
Figura 54 – Evolução do número de utentes nos ATL com e sem fins lucrativos.....	121
Figura 55 – Utentes por género e idade nos ATL com fins lucrativos, 2004/2005 (nº).....	122
Figura 56 – Utentes por género e idade nos ATL sem fins lucrativos, 2004/2005 (nº).....	122
Figura 57 – Investimentos programados nos ATL (nº)	123
Figura 58 – Utentes por género e idade na Resposta Social Centros de Acolhimento Temporário (nº)	125
Figura 59 – Utentes por género e idade da Resposta Social Clube de Jovens (nº).....	127
Figura 60 – Serviços prestados na Resposta Social Lar de Crianças e Jovens.....	129
Figura 61 – Utentes por género e idade na Resposta Social Lar de Crianças e Jovens.....	130
Figura 62 – Investimentos programados no prazo de cinco anos na Resposta Social Lar de Crianças e Jovens	131
Figura 63 – Evolução do número de utentes na Resposta Social Atendimento/Acompanhamento e Atividades Sócio-Culturais, 2001-2003.....	134
Figura 64 – Utentes em 2003/2004, por género e idade, na Resposta Social Centro de Atividades Ocupacionais	137
Figura 65 – Evolução do número de utentes na Resposta Social Centro de Apoio Sócio-Educativo/Educação Especial para Crianças e Jovens	141
Figura 66 – Estrutura etária dos utentes na Resposta Social Centro de Apoio Sócio-Educativo/Educação Especial para Crianças e Jovens.....	141
Figura 67 – Estrutura etária dos utentes da Resposta Social Lar de Apoio/Lar Residencial, 2004/2005.....	145
Figura 68 – Utentes em 2005/2006, por género e idade, na Resposta Social Transporte de Pessoas com Deficiência.....	148
Figura 69 – Estrutura etária dos utentes na Resposta Social Centro de Convívio/Academia, 2005	151
Figura 70 – Investimentos programados na Resposta Social Centro de Convívio/Academia	154
Figura 71 – Estrutura etária dos utentes na Resposta Social Centro de Dia, 2005.....	156
Figura 72 – Potencialidades e constrangimentos na Resposta Social Centro de Dia	158
Figura 73 – Estrutura etária dos utentes na Resposta Social Lar, 2005.....	159
Figura 74 – Estrutura Etária dos Utentes, por género e idade, na Resposta Social Apoio Alimentar.....	162
Figura 75 – Investimentos programados na Resposta Social Centro Comunitário/Centro de Recursos.....	171
Figura 76 – Utentes em 2004/2005, por género e escalão etário, Unidade de Dia da Casa Jubileu 2000.....	182
Figura 77 – Utentes em 2004/2005, por género e escalão etário, na Resposta Social Apoio Domiciliário (nº).....	190
Figura 78 – Investimentos programados, por área, na Resposta Social Apoio Domiciliário.....	192
Figura 79 – Utentes em 2004, por género e idade, na Resposta Social Residência (nº)	193





A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke.

0. NOTA DE ABERTURA

Apresentação

O documento que agora se apresenta constitui a Carta Social de Cascais (Carta de Equipamentos e Serviços Sociais do Concelho de Cascais). Um estudo que deverá orientar os investimentos em equipamentos e Respostas Sociais no concelho no próximo decénio.

Este documento, desenvolvido entre Dezembro de 2004 e Maio de 2007, é resultado, por um lado, de um longo processo de diagnóstico territorial, social e institucional e, por outro, da aplicação de diversas metodologias de planeamento estratégico e de programação de equipamentos e Respostas Sociais.

Tratou-se de um exercício de grande amplitude e complexidade que beneficiou da elevada competência técnica e dedicação dos diversos técnicos municipais que conosco trabalharam nomeadamente, das Divisões de Planeamento de Infra-estruturas e Equipamentos (DPIE) e de Desenvolvimento Social e Saúde (DESS). A riqueza do seu conhecimento e a dedicação ao interesse público são o garante da continuidade deste documento enquanto instrumento de gestão e de monitorização do território e das políticas sociais no concelho.

A disponibilização de Respostas Sociais às famílias e aos indivíduos carenciados tem uma larga história no país e em Cascais. Até ao final do século XIX, esta acção esteve limitada a entidades colectivas não estatais, como as organizações religiosas, ou dependente da caridade individual e da solidariedade familiar. A gradual emergência dos direitos sociais, no decorrer do Século XX, concorreu, num primeiro tempo, para que outros actores – associações mutualistas, cívicas, empresas –, e diversas formas de assistência fossem surgindo.

Todavia, somente nas últimas três décadas o panorama se alterou substancialmente, em termos quantitativos e qualitativos, fruto da tomada de consciência dos direitos sociais, da adopção de padrões europeus e da assumpção do Estado da plenitude das suas responsabilidades. Num esforço impar da história do país, mobilizaram-se recursos financeiros, formaram-se recursos humanos e multiplicaram-se equipamentos e Respostas Sociais. Os níveis de cobertura dos equipamentos sociais aumentaram significativamente e os indicadores revelam, de forma, inequívoca, o progresso social que o país enfrentou.

Em todo este ciclo modernizador o papel das autarquias foi determinante. A estas devem ser atribuídas uma parte importante dos ganhos sociais e dos benefícios obtidos na qualidade de vida das populações, em geral, e dos mais carenciados, em particular. As câmaras municipais têm desempenhado um vasto e diversificado papel, na maioria das vezes pouco reconhecido pelo Estado e pela Sociedade, enquanto promotoras directas, criando equipamentos, infra-estruturas urbanas e Respostas Sociais; como parceiras e financiadoras de entidades cooperativas e de instituições privadas de solidariedade social; como dinamizadoras de redes sociais.

Os dados que se apresentam neste documento são ilustrativos. A Câmara Municipal de Cascais é um dos pilares fundamentais na coesão social do concelho. De si depende, não só a equipamentação do território, mas também uma parte importante das instituições sociais instaladas que beneficiam regularmente de financiamento e apoio institucional para o seu funcionamento.

Os desafios da Câmara de Cascais no domínio social são por isso gigantescos. Tanto mais quanto a dimensão urbana e populacional do concelho se reflecte numa significativa amplitude e complexidade de problemas sociais.

Fazendo frente a essa situação, Cascais tem-se munido de diversos instrumentos de planeamento, gestão e monitorização da Acção Social, que reflectem uma séria preocupação em construir um território mais justo, mais solidário e mais coeso. A Carta Social é mais um passo nesse sentido.

Num país em que, pese embora todos os esforços empreendidos, as fragilidades sociais e as carências nas respostas são ainda expressivas e em que a escassez de recursos não permite acudir a todas as necessidades, torna-se determinante dispor de uma Rede Social territorialmente ordenada, correctamente dimensionada e tipologicamente adequada à localização, grau e natureza dos problemas, por forma a responder com elevados níveis de eficácia e eficiência, maximizando resultados.

Respondendo a todos estes desafios, o documento agora apresentado pretende reflectir o novo panorama de actuação pública em matéria de planeamento de equipamentos e Respostas Sociais. Nesse sentido não só fornece indicações claras em matéria de ordenamento do território como sinaliza os domínios prioritários de investimento de modo a orientar a acção dos actores privados e cooperativos. Desta forma, a Carta Social está organizada em três volumes:

- No primeiro volume apresenta-se uma leitura de síntese do contexto social do Concelho seguida das análises da oferta de equipamentos sociais e da oferta das Respostas Sociais, na qual, são detalhadamente caracterizadas as condições físicas, operacionais e humanas que dispõe cada uma das Respostas Sociais;
- No segundo volume definem-se os conceitos, os princípios e os critérios de programação adoptados, desenvolve-se o diagnóstico prospectivo que permitiu identificar de forma sistematizada as necessidades de investimento social e desenvolve-se a estratégia de modernização e qualificação dos equipamentos e Respostas Sociais;
- No terceiro volume apresenta-se uma caracterização detalhada de cada um dos equipamentos e Respostas Sociais instalados no concelho.

Lisboa, Maio de 2008

A Coordenação



A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke at the end.



A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a horizontal line at the end.

1. INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

1.1. Âmbito e objectivos

O Caderno de Encargos para a elaboração da Carta de Equipamentos e Serviços Sociais do Concelho de Cascais (Carta Social do Concelho de Cascais) estabelece, de forma clara, os objectivos deste exercício: **“avaliar as necessidades, procurar a localização e o dimensionamento dos equipamentos da Rede Social (pública, cooperativa e privada)”**.

Tanto na nomeação, como nos conteúdos se percebe a conjugação de duas abordagens distintas, mas complementares, que estão hoje presentes no planeamento das redes de equipamentos e Respostas Sociais.

A par de uma abordagem dita mais tradicional, que provém da programação de equipamentos e que tem consequências directas nos instrumentos de ordenamento do território e no planeamento dos investimentos públicos, emergiu, nos últimos anos, como resultado da expansão significativa das redes sociais e da definição do sistema de solidariedade e segurança social, uma abordagem mais orientada para o planeamento da Acção Social.

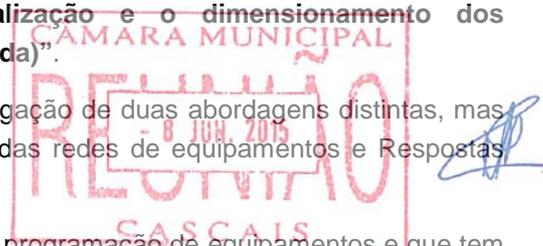
Justifica-se, por isso, fazer uma breve reflexão metodológica e conceptual no sentido de balizar adequadamente os propósitos da Carta Social do Concelho de Cascais e de enquadrar nestas duas vertentes das políticas públicas nacionais, atendendo a que deverá de conjugar estas duas lógicas complementares de abordagem da temática embora incorporem conceitos, metodologias e referenciais empíricos distintos.

A primeira destas perspectivas **centra-se na programação dos equipamentos e no ordenamento do território**, tendo o equipamento como objecto central de estudo. As orientações finais visam, essencialmente, os actores públicos, estabelecendo-se a localização, o dimensionamento e a tipologia dos equipamentos a criar com consequências nos planos de investimentos municipais e nos planos municipais de ordenamento do território.

As primeiras referências empíricas desta linha de abordagem remontam a 1972, resultando das normas e orientações relativas à programação de equipamentos colectivos produzidas pelo Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, no âmbito da elaboração do IIIº Plano de Fomento.

O exercício foi inicialmente actualizado, em 1977, pelo Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais do Centro de Estudos e Planeamento e, posteriormente, melhorado, em 1985, pelo Gabinete de Estudos e Planeamento da Administração do Território (GEPAT).

Em 1996, a Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) produziu as “Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Colectivos”, que foram revistas e actualizadas em 2002. Estas normas visaram auxiliar os municípios nos exercícios de planeamento territorial, de forma a encontrar uma distribuição espacialmente equilibrada, tendo em conta as necessidades específicas das populações, as acessibilidades e a adequação da sua utilização. Os equipamentos colectivos foram definidos como sendo “edificações onde se localizam actividades destinadas à prestação de serviços de interesse público imprescindíveis à qualidade de vida.” O conceito de equipamento social foi também estabelecido como “a edificação destinada à prestação de serviços e Respostas Sociais à comunidade, ou de enquadramento a determinadas respostas que são prestadas junto da comunidade, como os serviços ambulatoriais, domiciliários, etc.”.



No sentido de se alcançar a correcta localização e dimensionamento dos diversos tipos de equipamentos colectivos foi estabelecido um conjunto de critérios de apreciação de cada tipologia, a serem utilizados no exercício de programação:

- Área de influência e de irradiação do equipamento;
- População base a partir da qual se justifica o equipamento;
- Critérios de programação que têm por base as questões relacionadas com o funcionamento e a gestão do equipamento, no sentido de assegurar condições adequadas para a prestação dos serviços;
- Critérios de dimensionamento que permitam, com recurso a indicadores, calcular as dimensões adequadas de cada equipamento;
- Critérios de localização que estabeleçam as condições que deverão ser tidas em conta na escolha da localização do equipamento.

No que respeita aos Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social, a DGOTDU, definiu uma grelha de equipamentos organizados em doze grupos, para os quais estabeleceu referenciais de programação:

1. Primeira e Segunda Infância <ul style="list-style-type: none"> - Ama - Creche 	2. Actividades de Tempos Livres <ul style="list-style-type: none"> - Centro de Actividades de Tempos Livres
3. Crianças e Jovens em Situação de Risco <ul style="list-style-type: none"> - Lar de Crianças e Jovens - Centro de Acolhimento Temporário – CAT - Unidade de Emergência - Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental - Acolhimento Familiar 	4. Pessoas com Deficiência em Geral <ul style="list-style-type: none"> - Centro de Paralisia Cerebral - Apoio em Regime Ambulatório - Centro de Produção de Material - Imprensa Braille - Transporte de Pessoas com Deficiência
5. Crianças e Jovens com Deficiência <ul style="list-style-type: none"> - Centro de Estudos e Apoio à Criança e à Família - Intervenção Precoce - Lar de Apoio 	6. População Adulta com Deficiência <ul style="list-style-type: none"> - Centro de Actividades Ocupacionais – CAO - Centro de Reabilitação de Pessoas com Cegueira - Lar Residencial - Serviço de Apoio Domiciliário - Acolhimento Familiar - Centro de Atendimento/Acompanhamento e Animação para Pessoas com Deficiência
7. Idosos <ul style="list-style-type: none"> - Centro de Convívio - Centro de Dia - Lar para Idosos - Residência - Serviço de Apoio Domiciliário - Acolhimento Familiar - Centro de Acolhimento Temporário de Emergência para Idosos - Centro de Noite 	8. Família e Comunidade <ul style="list-style-type: none"> - Atendimento/Acompanhamento Social - Centro de Alojamento Temporário - Comunidade de Inserção - Centro Comunitário - Colónia de Férias - Refeitório/Cantina Social - Casa de Abrigo - Ajuda Alimentar a Carenciados
9. Toxicodependentes <ul style="list-style-type: none"> - Equipas de Intervenção Directa ou Equipas de Rua - Apartamento de Reinserção Social 	10. Pessoas Infectadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias <ul style="list-style-type: none"> - Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial - Serviço de Apoio Domiciliário - Residência
11. Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico <ul style="list-style-type: none"> - Fórum Sócio-Ocupacional - Unidade de Vida Apoiada – UVAP - Unidade de Vida Protegida – UPRO - Unidade de Vida Autónoma – UVAU 	12. Pessoas em Situação de Dependência <ul style="list-style-type: none"> - Apoio Domiciliário Integrado – ADI - Unidade de Apoio Integrado – UAI

O exercício de programação de equipamentos está também enquadrado na legislação de ordenamento do território que vigora. Ao nível municipal, o Decreto-Lei nº. 380/99, de 22 de Setembro, que regula o regimes jurídico dos instrumentos de planeamento, estabelece como competência dos planos municipais de ordenamento do território (PMOT) o estabelecimento de uma estratégia coerente de instalação, conservação e desenvolvimento dos equipamentos, considerando as necessidades sociais da população e as perspectivas de evolução económica e social. Define ainda o mesmo diploma que compete aos PMOT estabelecer os princípios e os critérios subjacentes a opções de localização de equipamentos.

Tendo este quadro de abordagem metodológica como referência, entendemos que a **Carta Social do Concelho de Cascais é, antes de mais, um elemento que se localiza a montante do Plano Director Municipal de Cascais**, para o qual fornece elementos que lhe permitam cumprir os objectivos fixados em matéria de programação de equipamentos colectivos. Deverá também **fornecer orientações e recomendações para os Planos de Urbanização e de Pormenor**, indicando localizações preferenciais, dimensionamentos adequados e propor soluções de inserção urbana que permitam garantir o acesso das populações. Neste âmbito a Carta Social do Concelho de Cascais, na configuração prepositiva que será alcançada nas fases seguintes, deverá dar continuidade aos princípios estabelecidos pela DGTODU em matéria de programação de equipamentos sociais, adaptando-os à realidade local.

A **segunda perspectiva de abordagem ao planeamento dos Equipamentos e Respostas Sociais** é mais recente nas políticas públicas e resulta da grande evolução que se verificou, nas últimas décadas, no âmbito da solidariedade e da segurança social. De facto, estamos perante um campo de actuação público que é relativamente recente e que, até há bem pouco tempo, era apenas protagonizado pela solidariedade das famílias e das instituições religiosas e civis, que empreendiam acções de carácter assistencialista.

Nas últimas três décadas deram-se, no entanto, mudanças significativas na sociedade e na forma de actuação do Estado. Por um lado, a sociedade civil mobilizou-se tanto no sentido de exigir uma acção mais efectiva do Estado, como criando um conjunto muito mais alargado de instituições de solidariedade social, equipamentos e Respostas Sociais. Por outro lado, o Estado respondeu afirmativamente ao novo protagonismo que se lhe exigiu, e que a adesão europeia impunha, passando a perseguir a concretização do Modelo Social Europeu, que implica uma participação pro-activa, estabelecida a partir de uma estratégia de mobilização dos actores sociais às mais diversas escalas territoriais e que obrigou à mobilização de recursos financeiros públicos avultados.

Com o estabelecimento das bases gerais do sistema de solidariedade e segurança social, primeiro através da Lei nº 17/2000, de 8 de Agosto, e, posteriormente com a revisão produzida pela Lei nº 32/2002, de 20 de Dezembro, a actuação do Estado, neste domínio, ficou devidamente balizada.

Refira-se que o sistema de solidariedade e segurança social é composto por três subsistemas:

- O **Subsistema de Protecção Social de Cidadania**, que assegura os direitos básicos de protecção social, abrangendo a generalidade dos cidadãos e, em especial, as pessoas em situação de carência, disfunção e marginalização social, sendo concretizado através do Regime de Solidariedade e da Acção Social;
- O **Subsistema de Protecção à Família**, que garante a concessão de prestações pecuniárias às famílias;
- O **Subsistema Previdencial**, concretizado por regimes de segurança social, tendo como objectivo essencial garantir o direito à compensação da perda ou redução dos rendimentos resultantes da

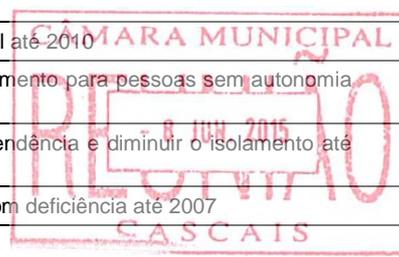
actividade profissional, nas eventualidades de doença, maternidade, paternidade e adopção, desemprego, acidentes de trabalho e doenças profissionais, invalidez, velhice e morte.

Dentro desta arquitectura, os equipamentos sociais revelam-se pilares essenciais para o cumprimento dos objectivos atribuídos ao primeiro subsistema, em particular no que respeita à **prossecução de uma estratégia de Acção Social** somente possível a partir de uma rede de Respostas Sociais e equipamentos capazes de actuarem junto das populações.

Como consequência deste novo modelo de actuação e reconhecendo a necessidade de dispor de conhecimento exaustivo da Rede Social, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade lançou, em 2002, a “Carta Social – Rede de Respostas Sociais e Equipamentos”, com o objectivo de dispor de uma base estatística de suporte ao desenvolvimento social. Tratou-se de um documento pioneiro que passaria a servir de referencial, em termos metodológicos e conceptuais, relativamente a posteriores estudos e investigações empreendidos no domínio da Acção Social, e que a presente Carta Social do Concelho de Cascais aceita como enquadramento teórico. Este documento definiu a Carta Social como “um conjunto de bases de dados temáticas relacionadas entre si, com uma base geográfica desagregada aos diversos níveis estatísticos, integrando informação relevante para a caracterização da situação social e susceptível de ser permanentemente actualizável”.

Tendo este enquadramento como referência, a Carta Social do Concelho de Cascais deverá, em nosso entender, ser **um instrumento de apoio à investigação social e à tomada de decisão de actores públicos, privados e associativos** do Concelho de Cascais. Neste sentido, para além de disponibilizar orientações claras e objectivas para a programação de equipamentos públicos, a Carta **deverá fornecer informação actualizada sobre a capacidade e qualidade das Respostas Sociais existentes no concelho**. Desta forma, pretende-se que dê indicações sobre as necessidades e carências, presentes e futuras, de âmbito quantitativo e qualitativo, relativamente às Respostas Sociais, de forma a permitir elevar, simultaneamente, o grau de cobertura, mas também os padrões de qualidade dos serviços prestados pela Rede Social. Nesta óptica a Carta Social do Concelho de Cascais deve ser entendida como um **instrumento de suporte à concretização da estratégia de desenvolvimento social** inscrita no Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Cascais (PDSCC). Observando-se o quadro de objectivos do PDSCC verifica-se que a Carta Social, embora com diferentes graus de impactes, é um instrumento que concorre para a concretização de um número elevado de metas:

OBJECTIVOS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO DE CASCAIS	GRAU DE IMPACTE
- Os espaços públicos estarão mais qualificados, inclusivos e sem barreiras arquitectónicas em 2010	-
- Aumentar o número de pessoas inseridas no mercado de trabalho de forma sustentável até 2010	**
- Aumentar em 20% a participação social nas actividades culturais, desportivas e juvenis promovidas no Concelho de Cascais até 2010	**
- Reduzir o risco e romper o ciclo de reprodução da pobreza intergeracional até 2010	***
- Promover a criação, adequação ou reformulação de estruturas de acolhimento para pessoas sem autonomia (infância, idosos, deficientes) até 2007	***
- Aumentar a qualidade de vida das pessoas idosas em situação de dependência e diminuir o isolamento até 2007	***
- Aumento da taxa de cobertura das respostas adequadas para pessoas com deficiência até 2007	***
- Reduzir o abandono e o insucesso escolar até 2010	**
- Situar a taxa de prevalência da depressão em 15,3 pontos por cada 100 indivíduos de idade inferior a 65 anos até 2007	**
- Situar a taxa de mortalidade das doenças cancro, acidente vascular cerebral e enfarte de miocárdio, respectivamente em 72.2, 14.5 e 14.9 pontos por cada 100 000 indivíduos de idade inferior a 65 anos até 2007	**
- Situar a taxa de prevalência de consumo de drogas canabinóides/sintéticas em 9 pontos por cada 100 indivíduos com idade inferior a 35 anos até 2007	***
- Situar a taxa de bebedores excessivos de álcool nos 8,75 por cada 100 indivíduos de idade inferior a 65 anos até 2007	***
- Situar a taxa de mortalidade devido a lesões externa em 15 pontos por cada 100 000 indivíduos de idade inferior a 65 anos até 2007	-
- Os espaços públicos, escolas e espaços envolventes serão mais seguros em termos viários e criminais em 2007	-
- A partir de 2004 os equipamentos educativos a projectar serão implantados em locais de acessibilidade e de referência no tecido urbano	***
- Em 2007 existirá uma rede de transportes públicos eficiente, e será priorizado o transporte público e o peão nas áreas centrais	-
- Em 2010 não existirão edifícios e terrenos abandonados nos centros urbanos	-
- Em 2010 existirá mercado de habitação para os diferentes grupos sócio-económicos do concelho	-
- Em 2010 o parque habitacional do Concelho encontrar-se-á em bom estado de conservação com o apoio de programas de reabilitação adequados	-
- Aumentar em 20% a participação nas estruturas promotoras de actividades até 2010	-
- Aumentar em 10% o número de equipamentos e requalificar, modernizar e reconverter todos os outros que revelem necessidades de intervenção	***
- Aumentar a participação na vida comunitária num lógica de inter-ajuda até 2007	**
- Diminuir as situações de violência doméstica e minorar os seus efeitos até 2010	-
- Aumentar a colocação profissional à saída da escola até 2010	-
- Aumentar a taxa de cobertura do ensino pré-escolar (rede oficial e solidária) até 2010	***
- Aumentar o grau de qualidade e satisfação profissional dos docentes até 2010	-
- Situar a taxa de prevalência das doenças HIV/SIDA e hepatites crónicas (B e C) em respectivamente 104,2 por cada 100 000 e 1.45 por cada 100 indivíduos de idade inferior a 65 anos até 2007	***



*** Directo; ** Indirecto; – Nulo

1.2. Percurso metodológico

O documento que agora se apresenta teve como objectivos proceder à recolha, tratamento e análise dos elementos de base à produção da Carta Social, sintetizando um amplo volume de informação que permitirá conhecer detalhadamente a situação existente tanto na óptica da oferta de equipamentos e Respostas Sociais, como na óptica da procura.

Nesse sentido realizou-se, num primeiro momento, uma análise do contexto social do Concelho de Cascais, observando-se, de forma selectiva e focalizada, as questões sociais que têm maior relevância para a programação dos equipamentos e respostas sociais da Rede Social do Concelho.

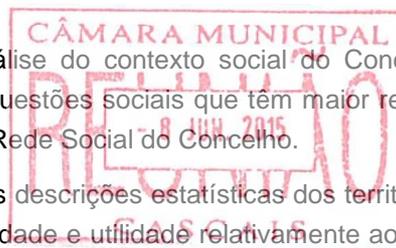
Amiudadamente, neste tipo de exercícios, encontram-se longas descrições estatísticas dos territórios em estudo, sem que essa recolha revele qualquer tipo de selectividade e utilidade relativamente aos fins do estudo. Foi, precisamente, para evitar esse tipo de metodologias de largo espectro e escassa utilidade, que a abordagem foi limitada a quatro domínios e, em cada um destes, foram formuladas as questões que justificam aprofundamento e que permitem compreender a actual situação social de Cascais. Os domínios de análise adoptados foram:

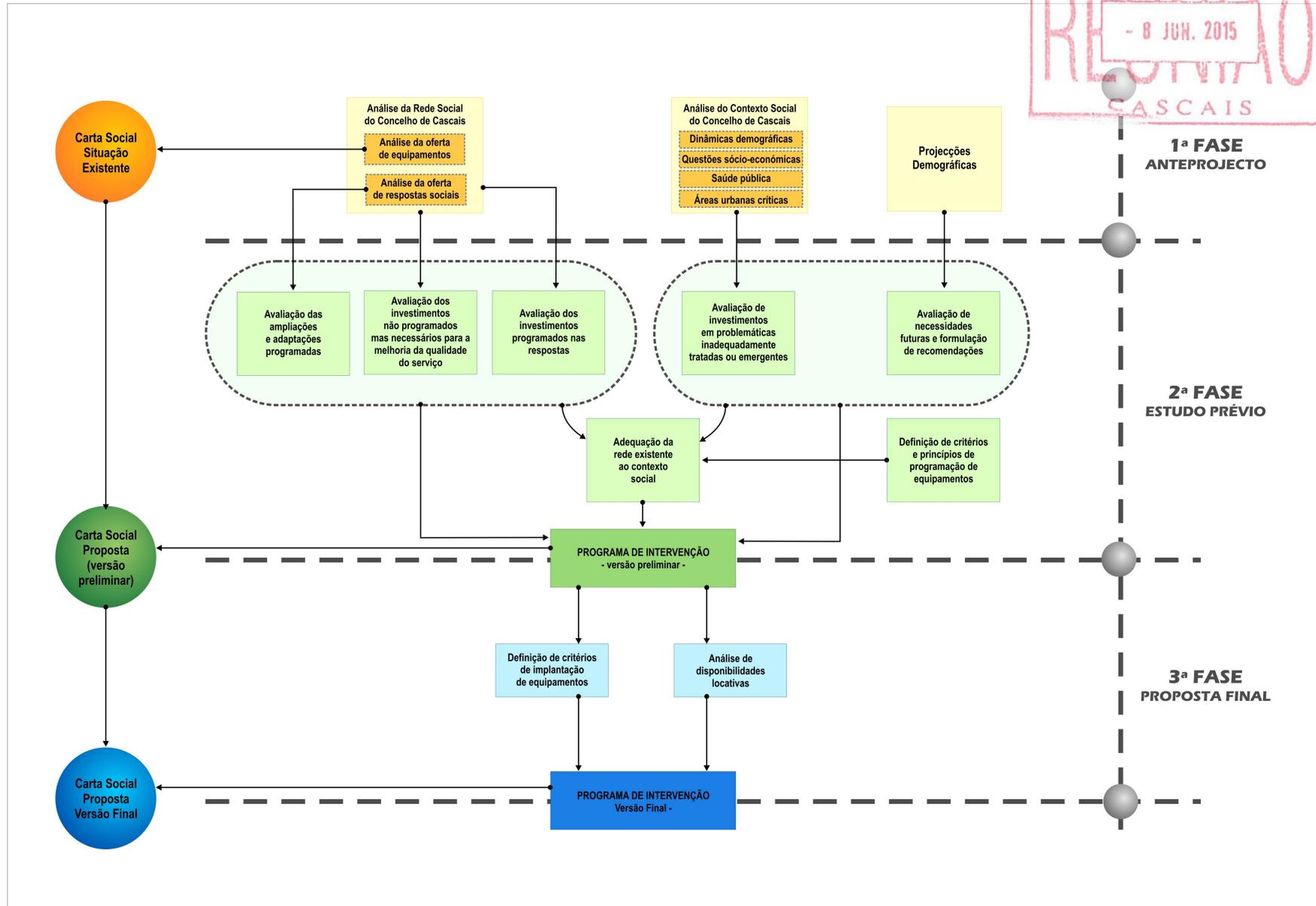
- As dinâmicas demográficas;
- As questões sócio-económicas;
- A saúde;
- As áreas urbanas em crise.

Num segundo momento realizaram-se projecções demografias de forma a estimar os cenários possíveis de evolução dos quantitativos demográficos das freguesias do Concelho de Cascais. Este exercício foi elaborado tendo como referência temporal os anos 2011 e 2016, o que permitiu estimar as futuras necessidades e proceder, numa próxima fase, à avaliação da capacidade da oferta instalada para responder adequadamente à evolução da procura.

Paralelamente a estes dois exercícios, foi realizada avaliação quantitativa e qualitativa da oferta de equipamentos e Respostas Sociais que obedeceu a uma metodologia específica que se desenvolve num outro ponto desta introdução.

A elaboração da Carta Social será agora concretizada seguindo os diversos passos metodológicos, conforme é exposto detalhadamente no fluxograma seguinte.



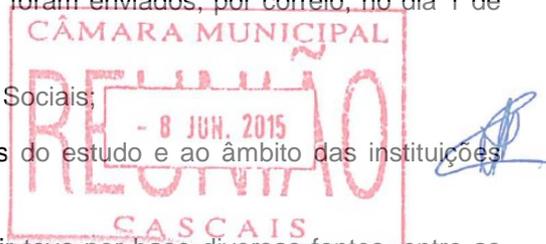


1.3. Nota metodológica do processo de recenseamento

A análise da oferta de equipamentos e Respostas Sociais existente no Concelho de Cascais tem como suporte o recenseamento por formulário lançado a todos os equipamentos e Respostas Sociais, localizados no Concelho de Cascais, integrados quer na rede pública, quer na rede privada.

Os formulários dirigidos aos equipamentos sociais de Cascais foram enviados, por correio, no dia 1 de Março de 2005, após um período de preparação que incluiu:

- 1) A identificação dos equipamentos e respectivas Respostas Sociais;
- 2) A concepção dos questionários adequados aos objectivos do estudo e ao âmbito das instituições inquiridas.



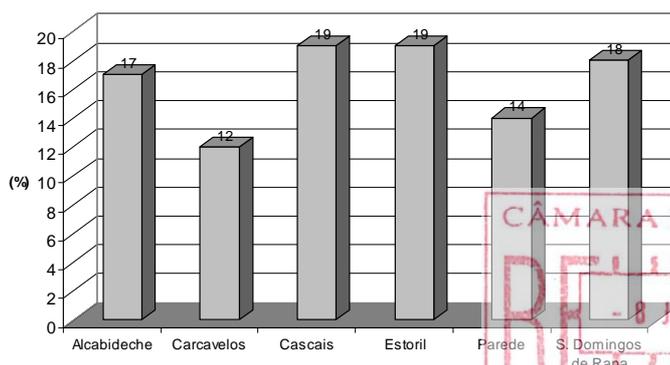
O levantamento inicial das entidades e equipamentos a inquirir teve por base diversas fontes, entre as quais se destaca a Base de Dados da Carta Social do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social, documentos da Câmara Municipal de Cascais, bem como o manancial de informação possibilitado pela *Internet* (*Páginas Amarelas*, *site* da Câmara Municipal, das Juntas de Freguesia, ...).

Inicialmente, foram identificados mais de três centenas e meia de equipamentos, muitos dos quais se verificou, posteriormente, estarem encerrados ou simplesmente registados nas diferentes bases com diferentes designações. A versão final da base de dados, resultante destes procedimentos, estabilizou nos 327 equipamentos. Contudo, tendo em conta a proliferação de equipamentos privados sem alvará, e sem qualquer visibilidade, admite-se que o número efectivo de equipamentos possa ser ligeiramente superior.

O processo de recenseamento prolongou-se, inicialmente, por 3 meses, período em que, após envio postal do formulários, foram efectuados diversos contactos com as instituições (telefónicos e via fax), com vista à obtenção do maior número de respostas possível, num trabalho conjunto com a Câmara Municipal de Cascais. Em resultado deste processo foram recebidos 67% dos formulários enviados. Uma taxa que se poderá considerar elevada, tendo em conta as características das instituições e os equipamentos inquiridos, em particular no que respeita às instituições privadas.

Desta primeira fase de recenseamento foram obtidas 221 respostas, o que foi considerado insatisfatório pela Equipa Técnica. Em face disso foi realizado um programa de visitas locais dos diversos equipamentos no sentido de despistar os casos em que de facto estes não existiam e obter um número acrescido de respostas. Este segundo processo de inquirição, que demorou aproximadamente três semanas, permitiu a obtenção de informação sobre mais 73 instituições e a redução do universo de equipamentos existente de 327 para 301.

Para o conjunto de passos metodológicos e tarefas empreendidas, a Equipa assumiu que a actual oferta de equipamentos sociais do concelho se cingia aos 294 equipamentos para os quais foi obtida informação detalhada através de duas tipologias de formulários: ficha de caracterização das instalações e ficha de caracterização das Respostas Sociais. Desprezaram-se, assim, os sete equipamentos que após inúmeras tentativas se recusaram a fornecer informação.

Figura 1 – Distribuição geográfica dos equipamentos

Fonte: Inquéritos CEDRU, 2005.



Na primeira fase de recenseamento, a freguesia de Alcabideche destaca-se pela elevada taxa de recenseamento das entidades gestoras (a percentagem de formulários recebidos face aos enviados ronda os 90%), contrapondo-se, por exemplo à freguesia de Carcavelos com apenas 55% de entidades recenseadas. O programa de visitas locais aos equipamentos em falta, efectuado numa segunda fase, permitiu obter taxas de cobertura ligeiramente superiores nas freguesias de Cascais e Estoril.

Quadro 1 – Taxa de resposta, por freguesia (%)

Freguesia	Enviados /Recebidos
Alcabideche	88
Carcavelos	56
Cascais	59
Estoril	63
Parede	58
São Domingos de Rana	79
Total	67

Fonte: Inquéritos CEDRU, 2005.

Os insucessos detectados no processo de recenseamento foram alheios à Equipa, salientando-se a morosidade dos CTT, com atrasos superiores a um mês na recepção dos formulários pelas instituições, e o extravio de muitos dos formulários enviados. Quando detectada a causa, a correspondência não recebida foi reenviada por outras formas, preferencialmente por fax, por uma questão de rapidez.

Quadro 2 – Inquéritos reenviados (%)

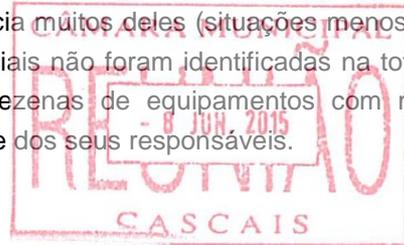
Por correio	6
Por e-mail	1
Por fax	10

Fonte: Inquéritos CEDRU, 2005.

Nas grandes instituições, as questões burocráticas constituem outro constrangimento ao processo de recenseamento, na medida em que a resposta aos formulários é, por norma, encaminhada para a sede e, muitas das vezes, não é uma única pessoa/departamento a responder ao formulário, prolongando o período de resposta. Outra justificação possível, para a não obtenção de maior número de respostas na

primeira fase, resulta da inércia das instituições, dada a extensão do formulário que tinha no mínimo 6 páginas, ou simplesmente à impossibilidade de responder naquele período de tempo (ausência prolongada por motivo de férias, doença, ...).

Acresce outra dificuldade, relacionada com as múltiplas Respostas Sociais dos equipamentos. As Respostas Sociais a inquirir, em cada equipamento, foram identificadas previamente num trabalho conjunto com os técnicos da DESS da Câmara Municipal de Cascais. Contudo, dado o elevado número de equipamentos em causa, e o desconhecimento da existência muitos deles (situações menos formais ou com enquadramento legal) originou que as Respostas Sociais não foram identificadas na totalidade. Note-se que determinadas instituições têm a seu cargo dezenas de equipamentos com múltiplas Respostas Sociais, o que implicou um imenso esforço por parte dos seus responsáveis.





A handwritten signature in blue ink, located to the right of the red stamp.

2. LEITURA SÍNTESE DO CONTEXTO SOCIAL DO CONCELHO DE CASCAIS

2. LEITURA SÍNTESE DO CONTEXTO SOCIAL DO CONCELHO DE CASCAIS

2.1. Elementos de partida

2.1.1. O contexto territorial

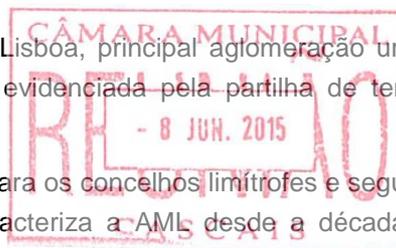
O Concelho de Cascais insere-se na Área Metropolitana de Lisboa, principal aglomeração urbana do País, denotando uma forte integração territorial e funcional evidenciada pela partilha de tendências sócio-demográficas e de dinâmicas económicas.

Beneficiando da migração de população residente em Lisboa para os concelhos limítrofes e seguindo um padrão de crescimento urbano difuso e suburbano, que caracteriza a AML desde a década de 60, Cascais afirmou-se enquanto espaço residencial. Neste sentido, registou um aumento considerável de residentes e de alojamentos, com uma variação de 11,3% e de 24,2%, respectivamente, o que se traduziu na expansão das áreas habitacionais.

Todavia, esta afirmação não foi acompanhada da captação de actividades económicas capazes de levar Cascais a constituir-se como um pólo metropolitano, complementar a Lisboa. Embora sejam evidentes os processos de realocação económica, características da metropolização, a desconcentração do emprego atingiu essencialmente os concelhos limítrofes de Lisboa, permanecendo Cascais numa posição relativamente secundária. Este facto manifesta-se no acréscimo das deslocações casa-trabalho e casa-escola de saída dos residentes no concelho, entre 1991 e 2001. A leitura das matrizes de origens/destinos dos movimentos pendulares evidenciam esta situação com a redução do peso dos movimentos pendulares intra-concelhios de 59,1%, em 1991, para 57,1%, em 2001¹.

A menor competitividade económica de Cascais no contexto metropolitano – que não cabe aprofundar neste estudo – é particularmente relevante para a compreensão do quadro de vida territorialmente fragmentado das famílias, com implicações na definição das tipologias das Respostas Sociais mais adequadas e no ajustamento no funcionamento dos equipamentos e dos Respostas Sociais.

Conforme se tem apreendido noutras experiências, esta situação dever-se-á manter, independentemente do reforço do protagonismo económico-territorial que Cascais possa alcançar nos próximos anos, dado que as tendências de metropolização e de estruturação polinucleada, embora gerem novas oportunidades de emprego nos concelhos periféricos, não reduzem a mobilidade. Pelo contrário, geram um padrão de deslocações mais disperso e o aumento da distância, e, dos tempos de percurso dos movimentos pendulares, com impactes sobre o quotidiano das famílias.



¹ Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal (2003) – *Movimentos Pendulares e Organização do Território Metropolitano: Área Metropolitana de Lisboa e Área Metropolitana do Porto, 1991-2001*, edição preliminar.

2.1.2. As leituras relevantes

O diagnóstico da situação de referência do Concelho de Cascais constitui o primeiro passo metodológico da elaboração da Carta de Equipamentos e Serviços Sociais e, conjuntamente com o levantamento e avaliação dos equipamentos e Respostas Sociais existentes no concelho, servirá de base às fases seguintes. Esta primeira etapa assenta numa abordagem focalizada na obtenção de informação relevante para a programação dos equipamentos colectivos, excluindo-se abordagens extensivas e privilegiando-se as varáveis mais significativas. Desta forma, elegeram-se quatro leituras temáticas atendendo às virtudes que registam em termos de fornecimento de informação sobre as situações/públicos alvo que exigem soluções sociais adequadas, nomeadamente: as dinâmicas demográficas; as questões sócio-económicas; a saúde; as áreas urbanas em crise.

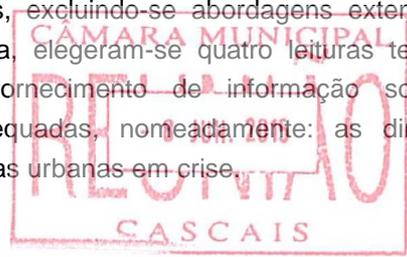
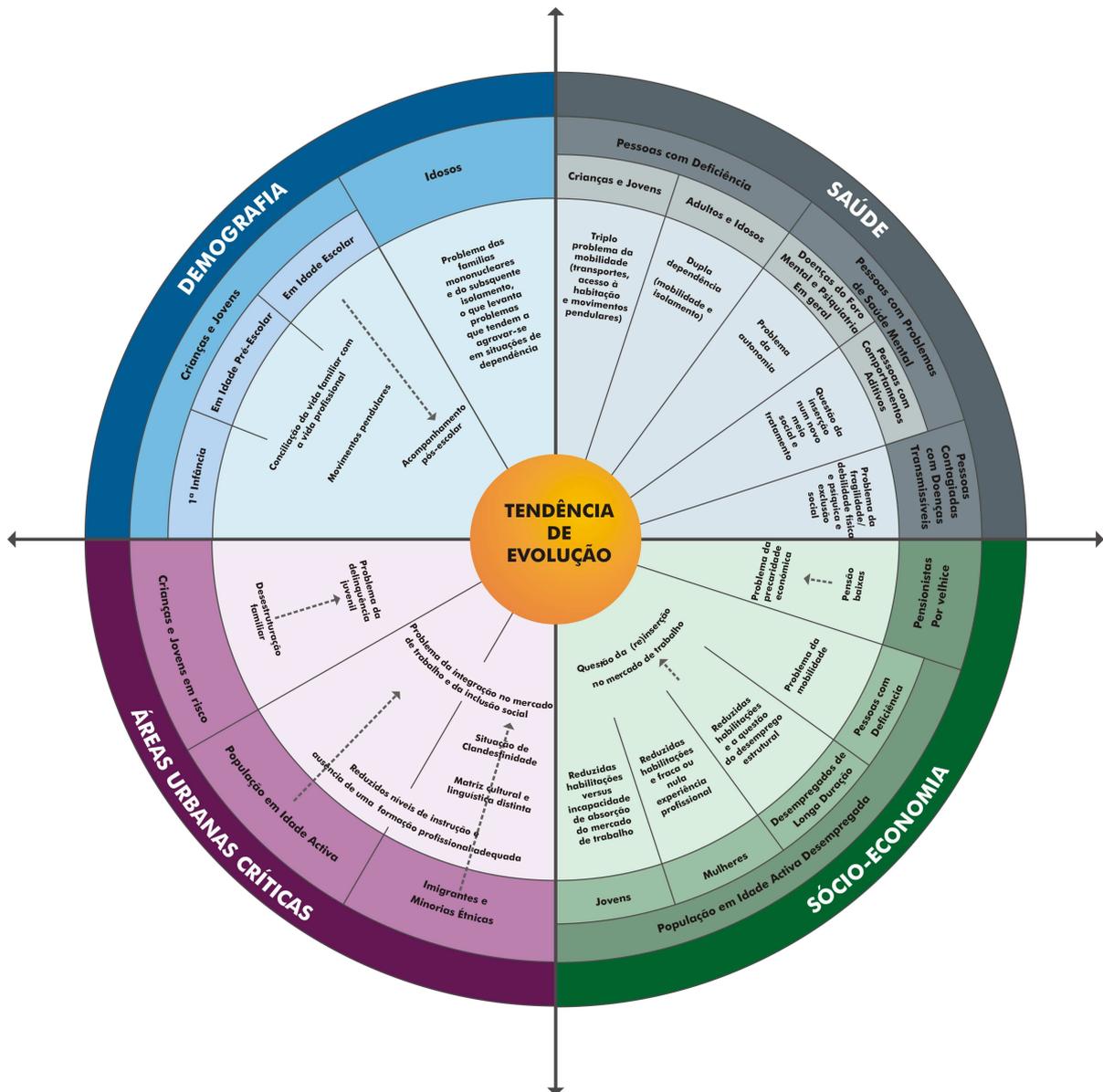


Figura 2 – Análise contextual orientada



Para cada um destes domínios identificaram-se os principais públicos-alvo das Respostas Sociais, assim como as respectivas problemáticas associadas, que podem ter características específicas de um só grupo ou assumir um padrão transversal. Estas questões indicam-nos as tendências de evolução concelhia o que permite identificar os principais constrangimentos e potencialidades que se colocam à acção social do Concelho de Cascais, revelando os ajustamentos a efectuar no reordenamento da rede de equipamentos e Respostas Sociais.

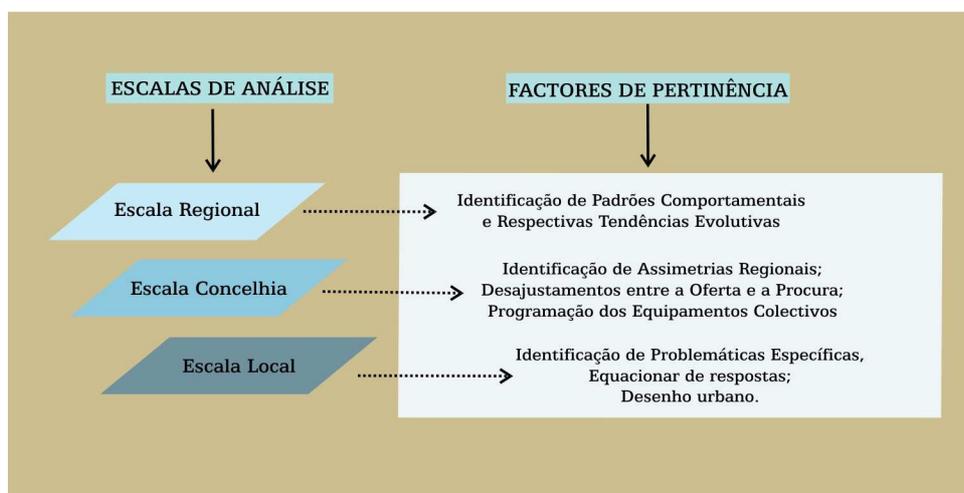
2.1.3. As escalas pertinentes

A análise contextual considera as escalas regional, a concelhia e a local, permitindo obter-se a leitura mais adequada dos diferentes fenómenos com relevância para o estudo e registando os diferentes níveis de actuação.



Relativamente à escala regional, importa considerar que Cascais não pode ser dissociado do âmbito metropolitano em que se insere, dado que integra um sistema urbano regional e um mosaico de complementaridades que constitui o pano de fundo para a compreensão das tendências de evolução. Ao nível concelhio a leitura revela-se imprescindível, dado ser nesta escala que se identificam as assimetrias territoriais e os desajustamentos entre as procuras sociais e a oferta de equipamentos e Respostas Sociais e, em segundo lugar, porque é neste nível que se define o planeamento das estratégias urbanísticas e do desenvolvimento local. Finalmente, a escala local é extremamente importante, atendendo a que se trata do enfoque adequado para o diagnóstico de um conjunto de problemas de natureza específica, sendo a este nível que muitas das respostas deverão ser equacionadas. Acresce que a inserção espacial dos equipamentos, elemento fundamental para a integração social, exige leituras de carácter específico.

Figura 3 – Escalas de análise com interesse relevante

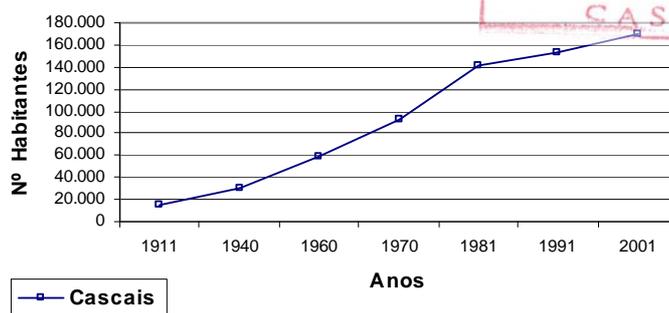


2.2. Dinâmicas demográficas

2.2.1. Análise diacrónica das dinâmicas demográficas

No decurso do último século, o Concelho de Cascais registou um crescimento demográfico significativo, tendo passado de 14.864 habitantes, em 1911, para 170.683 habitantes, em 2001. Todavia, foi somente a partir da década de sessenta que o acréscimo populacional se acentuou, à semelhança da AML. Porém, a dinâmica de crescimento de Cascais (186,3%), durante este período, foi amplamente superior à média metropolitana (76,1%), o que ilustra a transformação verificada no território.

Figura 4 – Evolução da população residente no concelho de Cascais, entre 1911 e 2001



Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Recenseamento da População e da Habitação 2001.

O desenvolvimento populacional do concelho teve diferentes expressões territoriais ao longo do Século XX. O processo de urbanização começou por ocorrer, essencialmente, ao longo do litoral, entre Cascais e Carcavelos, beneficiando os núcleos mais antigos, piscatórios e de veraneio, que se expandiram progressivamente em resultado da sua situação e da criação, inicialmente, do caminho-de-ferro e, mais tarde, da Estrada Marginal. De um povoamento polinucleado avançou-se, progressivamente, para um *continuum* urbano, como é que comum neste tipo de situações.

Nos últimos anos com a expansão da rede de acessibilidades locais e regionais – em particular da A5 – o interior e o quadrante ocidental do concelho acolheram uma parte substancial do crescimento populacional e urbano. A leitura por freguesia confirma esta situação. De facto, o crescimento urbano na década de 90 foi particularmente intenso nas freguesias de São Domingos de Rana, Alcabideche e Cascais. A freguesia de Carcavelos também apresentou, embora com menor intensidade, uma taxa de crescimento positiva, beneficiando da maior proximidade a Lisboa e das dinâmicas de realocização. Com um desempenho oposto apresentam-se as freguesias da Parede e do Estoril que, com ocupações territoriais mais antigas, registaram decréscimos dos quantitativos populacionais, particularmente mais acentuados nos anos noventa.

Quadro 3 – População residente por freguesia no concelho de Cascais, em 1991 e 2001

	Alcabideche	Carcavelos	Cascais	Estoril	Parede	S.D. Rana	Total
População Residente, 1970	17.195	7.170	20.735	15.440	13.950	18.140	92.630
População Residente, 1981	25.473	12.888	29.389	24.312	20.094	29.342	141.498
População Residente, 1991	26.897	18.014	27.741	23.962	20.742	35.938	153.294
População Residente, 2001	31.801	20.037	33.255	23.769	17.830	43.991	170.683
Variação Populacional (91/01)	18,2	11,2	19,9	-0,8	-14,0	22,4	11,3
Área Territorial (km ²)	39,3	4,5	20,4	9	3,6	20,4	97,2

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Recenseamento da População e da Habitação, 2001.

O acréscimo populacional registado nas últimas décadas introduziu profundas transformações na distribuição da população e nas formas de povoamento do concelho. Entre os aspectos mais relevantes, assinala-se a diminuição da população a viver em lugares com menos de 1.000 habitantes (de 26,2% em 1960 passou para 19,8% em 2001) e, subsequentemente, uma proliferação de lugares com mais de 1.000 habitantes (de 16 lugares, em 1960, passaram para 56, em 2001) e uma concentração populacional em lugares com mais de 2.000 habitantes (59% do total da população concelhia, em 2001).

Presentemente, é junto ao litoral que se encontram os lugares mais densamente povoados, sendo sobretudo no sector sudeste que se regista o maior número de lugares com mais de 2.000 habitantes. Entre outros aspectos, tal facto pode ser explicado pelo crescimento urbano ter registado um desenvolvimento do litoral para o interior, resultante, numa primeira fase, da crescente procura turística para fins balneares, observada desde o início do século XX, associada à qualidade heliotrópica do microclima da Parede, mas que, gradualmente, se estendeu às restantes freguesias litorais. No caso da freguesia de Carcavelos, a sua configuração urbana (88% da população da freguesia vive em lugares com mais de 2.000 habitantes) resulta da proximidade ao concelho de Oeiras, factor este que, especialmente a partir da década de oitenta, impulsionou a fixação de população na freguesia. Por outro lado, o facto de no sector poente se encontrar a maior parte do património natural do concelho, inserido no Parque Natural Sintra-Cascais, constitui uma importante condicionante à ocupação urbana desse quadrante.

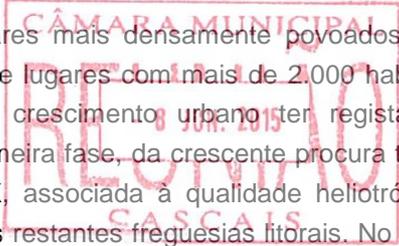
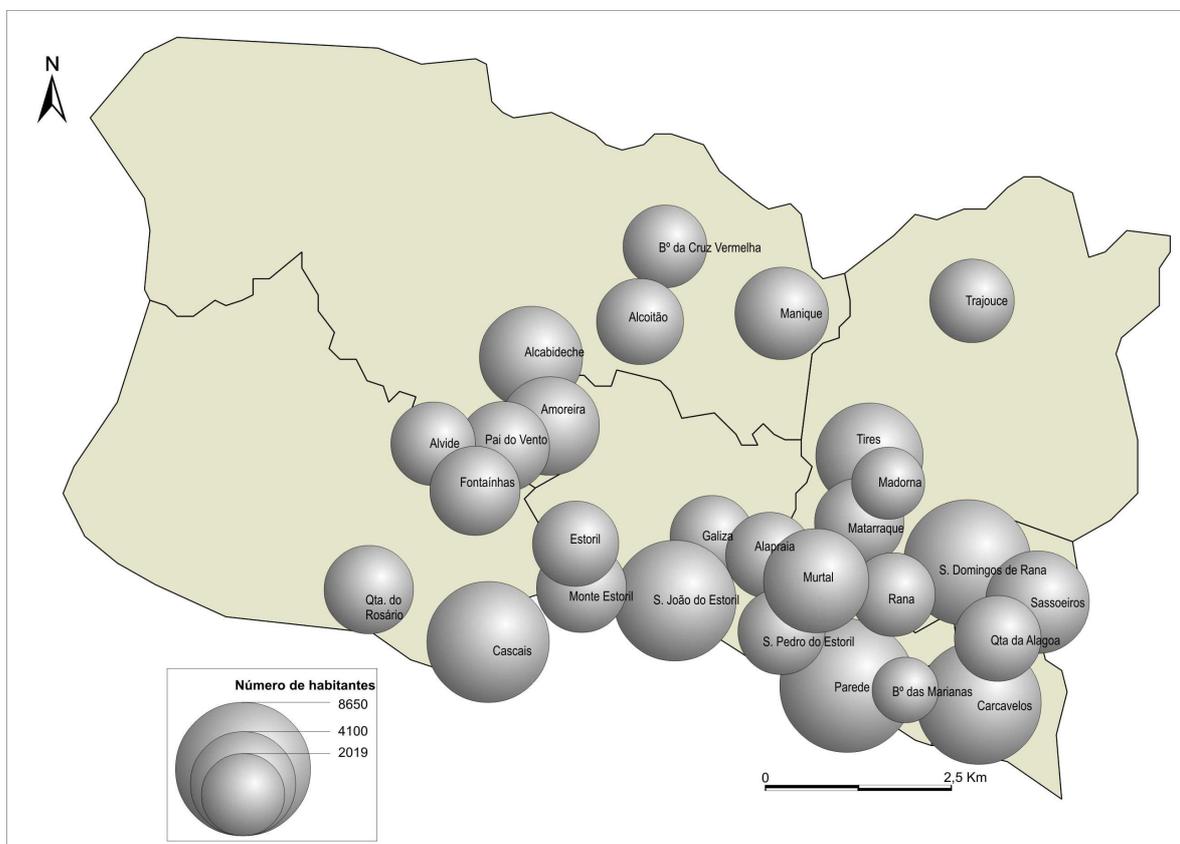


Figura 5 – População a residir em lugares com mais de 2.000 habitantes, no concelho de Cascais, em 2001



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal – Recenseamento da População e da Habitação, 2001.

No que concerne à repartição da população por grupos etários, as principais transformações ocorridas ao longo da última década foram o aumento expressivo do número de idosos e a perda de importância populacional da população jovem. Estas dinâmicas demográficas, que traduzem a afirmação de uma sociedade tendencialmente envelhecida, registaram-se na generalidade do país. Cascais, comparativamente com a Grande Lisboa e com o país, tem mantido um dinamismo ainda assim mais favorável apresentando em 2001, tal como em 1991, um índice de envelhecimento inferior.

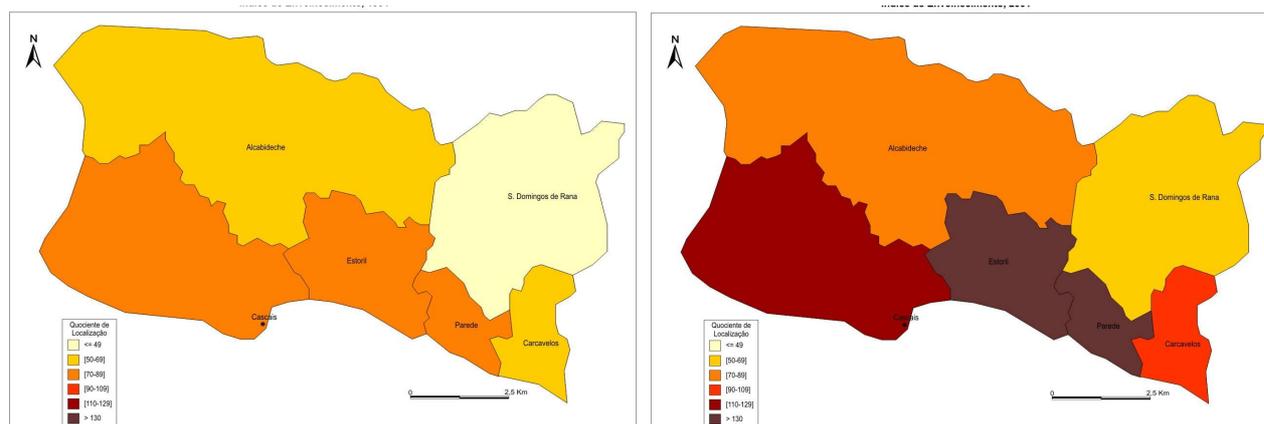
Quadro 4 – Índice de envelhecimento populacional, em 1991 e 2001

Unidade Geográfica	População Jovem		População Idosa		Índice de Envelhecimento	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001
Continente	1.846.800	1.557.934	1.283.127	1.628.596	69,5	104,5
Grande Lisboa	322.709	277.830	233.579	299.150	72,4	107,7
Cascais	28.106	25.801	17.717	25.757	63,0	99,8

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Recenseamento da População e da Habitação, 1991 e 2001.

O envelhecimento populacional é uma realidade transversal a todas as freguesias. Este fenómeno acentuou-se claramente na última década, registando, no entanto, uma incidência espacial diferenciada, sendo possível identificar dois padrões territoriais. Por um lado, as freguesias do interior (Alcabideche e São Domingos de Rana) com índices de envelhecimento moderados, o que resulta de uma estrutura etária pautada por uma proporção de jovens superior à dos idosos. Por outro lado, as freguesias situadas no litoral (Cascais, Estoril, Parede e Carcavelos) que apresentam índices substancialmente mais elevados, o que exprime o decréscimo populacional no escalão etário dos 0 aos 14 anos e a superioridade, face a este, do grupo etário com 65 ou mais anos. Nesta segunda tipologia, é possível individualizar as freguesias do Estoril e da Parede, dados os elevados índices aí registados, em 2001.

Figura 6 – Índice de envelhecimento populacional em Cascais, por freguesia, em 1991 e 2001

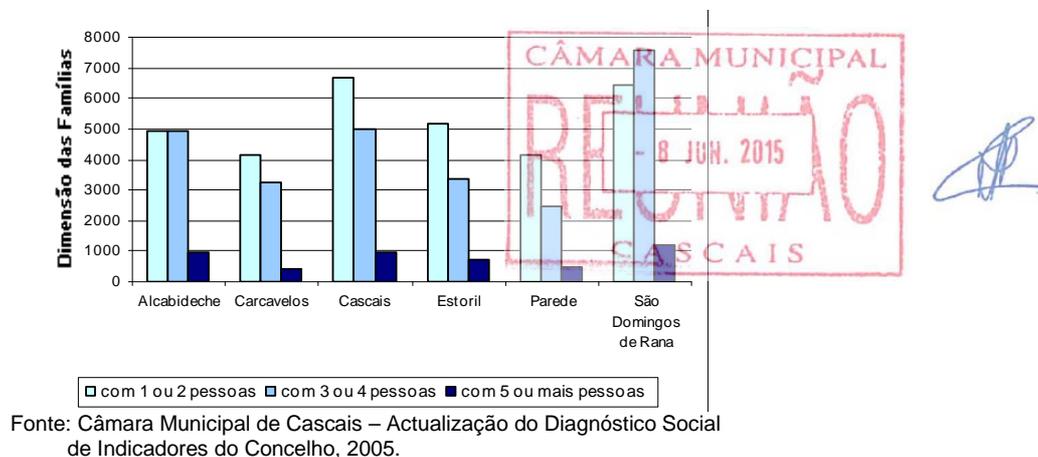


Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Recenseamento da População e da Habitação, 1991 e 2001

À semelhança dos restantes concelhos da Área Metropolitana de Lisboa verificou-se em Cascais, na última década, um aumento das famílias (acréscimo de 22,9%) e uma tendência para a nuclearização e diversificação das tipologias familiares. À escala das freguesias, uma vez mais, assiste-se à reprodução do padrão territorial pautado pela divisão entre o interior e o litoral. Enquanto que nas freguesias do litoral existe um predomínio das famílias de pequena dimensão (1 ou 2 pessoas), nas freguesias de

Alcabideche e de São Domingos de Rana verifica-se uma maior ocorrência das famílias mais numerosas, com 3 ou 4 pessoas.

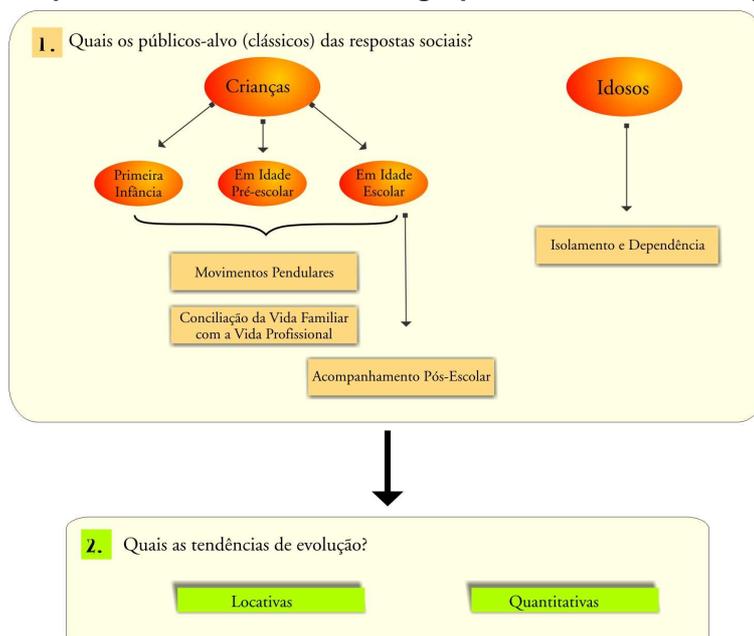
Figura 7 – Famílias clássicas residentes, segundo a sua dimensão, por freguesia de Cascais, em 2001



2.2.2. Análise das principais problemáticas associadas às dinâmicas demográficas

A ação social está organizada segundo respostas a problemas específicos que atingem grupos sociais relativamente homogéneos nas suas características sociais ou económicas. Determinados grupos etários, face às suas particularidades, apresentam maiores fragilidades de âmbito social compondo grupos-alvo de equipamentos, programas e Respostas Sociais. A análise demográfica que seguidamente se desenvolve incide sobre os dois principais grupos etários que carecem de atenção social: os idosos e as crianças. O padrão locativo e a evolução quantitativa destes dois grupos são as leituras mais relevantes nesta fase dos trabalhos.

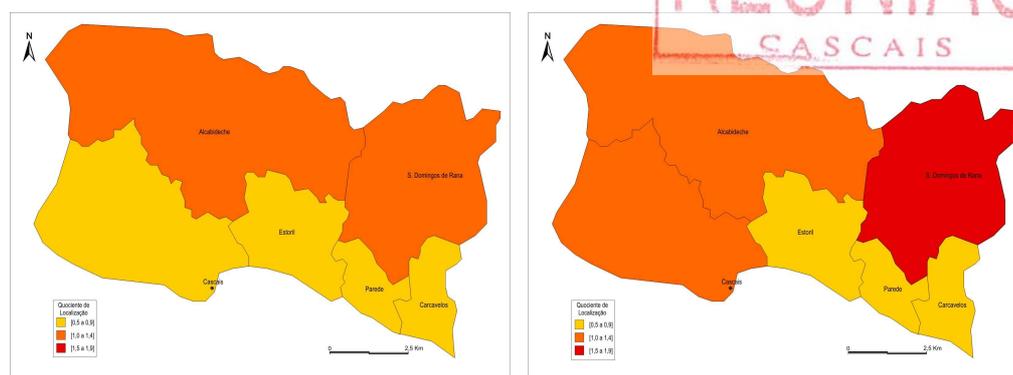
Figura 8 – Principais problemáticas associadas a grupos etários relevantes para a Carta Social



Crianças

A entrada das mulheres no mercado de emprego, o que constitui um direito que possuem e um factor pertinente para o crescimento económico, implica que se encontrem mecanismos de resposta para as tarefas tradicionalmente desempenhadas no contexto familiar. Este aspecto tem particular incidência no Concelho de Cascais, onde o crescimento da taxa de actividade feminina foi bastante expressivo nas últimas décadas, tendo passado de 36,6% em 1981 para 49,1% em 2001.

Figura 9 – Quocientes de localização da população dos 0 e os 14 anos, em Cascais, em 1991 e 2001

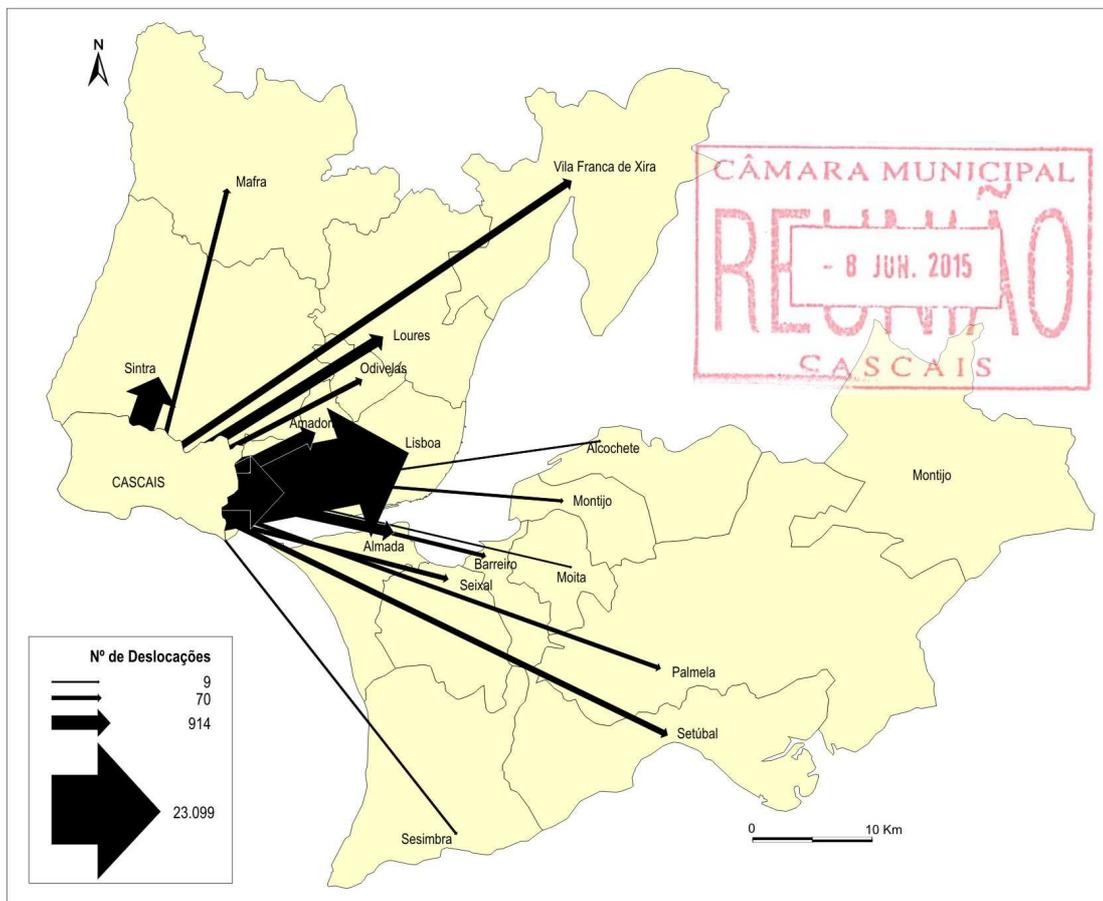


Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Recenseamento da População e da Habitação, 1991 e 2001.

Estas novas necessidades das famílias motivaram a criação de várias Respostas Sociais dirigidas à 1ª infância (crianças com idades até aos 3 anos), como os berçários e as creches, como também direccionados às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e os 5/6 anos (idade de ingresso no ensino básico), como sendo os jardins-de-infância. A existência de uma rede deste tipo de equipamentos sociais ajustada à procura reveste-se de elevada importância, atendendo a que uma parcela significativa da população activa trabalha/estuda fora do concelho, designadamente, 27% em Lisboa, 8% em Oeiras e 4% em Sintra. Tal facto faz com que algumas crianças frequentem equipamentos sociais localizados na proximidade dos locais de trabalho dos pais, ficando sujeitas a pendularizações. Com efeito, constata-se que embora ocorram entradas, por motivos de trabalho/estudo, significativas no concelho, as saídas são superiores (26% e 43%, respectivamente²).

² Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal (2003) – *Movimentos Pendulares e Organização do Território Metropolitano: Área Metropolitana de Lisboa e Área Metropolitana do Porto, 1991-2001*, edição preliminar.

Figura 10 – Movimentos casa-trabalho ou casa-escola com origem no concelho de Cascais e com destino os concelhos da AML, em 2001

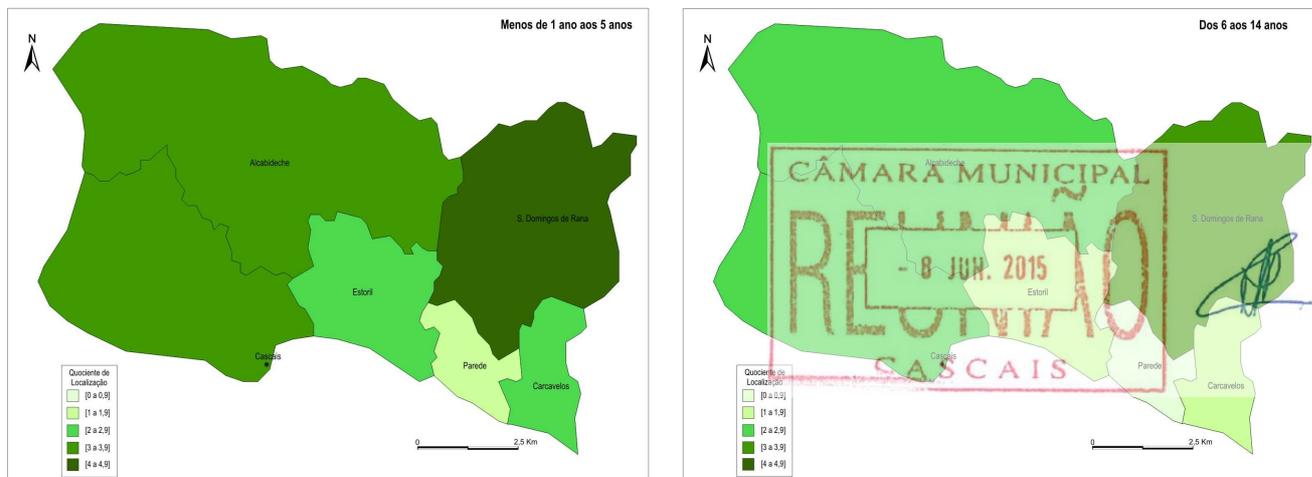


Fonte: Instituto Nacional de Estatística – 2001.

Estas transformações na organização familiar têm criado a necessidade de desenvolver Respostas Sociais também direccionadas para *crianças em idade escolar*, com o objectivo de apoiar as famílias e a acção educativa dos equipamentos de ensino, no acompanhamento pós-escolar. Neste sentido, surgiram equipamentos destinados a proporcionar actividades de animação sócio-cultural e de pedagogia nos períodos livres das responsabilidades escolares. Exemplificam esta situação os centros de A.T.L. (Actividades de Tempos Livres), as ludotecas, os clubes de jovens e os centros de férias.

No Concelho de Cascais, a população com cinco ou menos anos de idade e em idade escolar apresenta padrões locativos semelhantes. O grupo com idades compreendidas entre 1 e os 5 anos de idade regista uma sobre-representação em todo o concelho. Todavia, identificam-se importantes disparidades entre as freguesias, nomeadamente, entre a Parede, na qual se regista a menor incidência deste grupo, e São Domingos de Rana onde os níveis de concentração espacial atingem os valores mais elevados. A análise da localização da população em idade escolar (com idades compreendidas entre os 6 e os 14 anos) no concelho revela uma sobre-representação desta na maioria das freguesias. As realidades mais distintas registam-se, uma vez mais, entre a freguesia da Parede, a única que apresenta uma sub-representação deste grupo, e a freguesia de São Domingos de Rana, que se destaca no contexto concelhio pela elevada proporção deste grupo populacional.

Figura 11 – Quocientes de localização da população com idades compreendidas entre 1 e 5 anos e os 6 e os 14 anos de idade, no concelho de Cascais, em 2001



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal – Recenseamento da População e da Habitação, 2001.

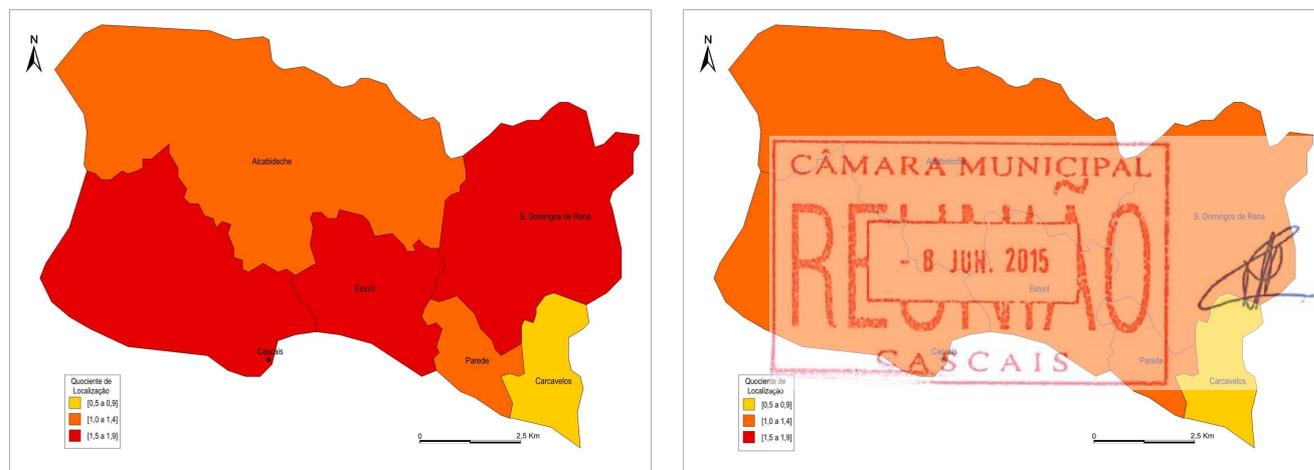
Idosos

Um dos fenómenos demográficos que mais tem marcado as últimas décadas, sobretudo, nas sociedades mais desenvolvidas, é o envelhecimento demográfico. Este é um fenómeno caracterizado por um lado pela tendência para a diminuição das taxas de natalidade e, por outro, para o aumento da esperança média de vida, em resultado da melhoria generalizada das condições de vida e do acompanhamento médico.

Ilustrando esta realidade, entre 1991 e 2001, o país e a Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT) registaram um aumento significativo da população com 65 ou mais anos. Este grupo que, em 1991, constituía 13,7% e 13,2% da população total do país e da RLVT, passou para 16,5% e 16,3%, em 2001. De igual modo, o Concelho de Cascais tem registado uma forte incidência desta tendência. Embora a proporção de idosos na estrutura etária seja menor (15,1%) do que nas escalas de análise anteriores, constata-se que, entre 1991 e 2001, se registou uma variação mais significativa deste grupo populacional (45,4%).

A análise evolutiva dos quocientes de localização da população idosa no concelho, entre 1991 e 2001, evidencia a tendência de reprodução da realidade concelhia – elevadas percentagens de idosos - em todas as freguesias, daí resultando uma homogeneização intra-concelhia (aproximação geral ao quociente de localização 1). Todavia, em 2001, mantinham-se importantes disparidades intra-concelhias. Enquanto a freguesia de Carcavelos registava uma sub-representação, já observada em 1991, todas as restantes freguesias registavam uma forte concentração de população idosa.

Figura 12 – Quocientes de localização da população idosa, no concelho de Cascais, em 1991 e 2001



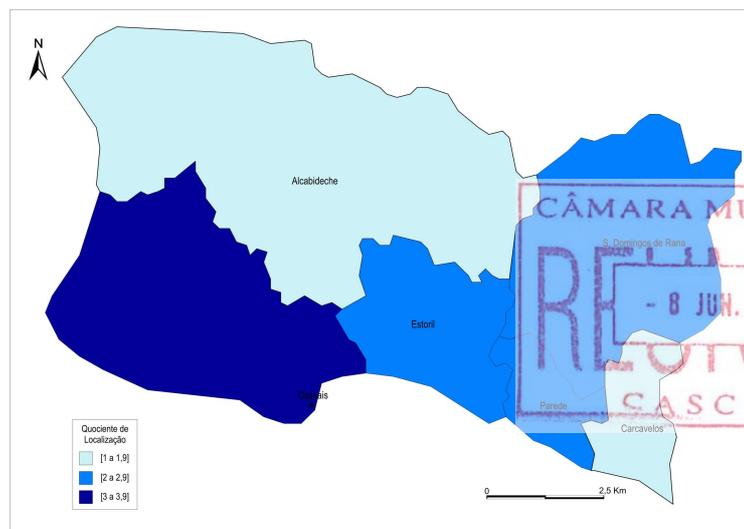
Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Recenseamento da População e da Habitação, 1991 e 2001.

Paralelamente a este quadro demográfico, nas sociedades mais desenvolvidas, nas últimas décadas, tem-se observado uma reconfiguração das estruturas e das relações familiares. A crescente autonomização geográfico-habitacional das diferentes gerações que compõem os núcleos familiares tradicionais e que têm conduzido ao enfraquecimento dos contactos familiares, o crescimento da taxa de actividade feminina, entre outros aspectos, conduziram a um menor acompanhamento dos idosos. Este facto adquire contornos particularmente relevantes do ponto de vista social, sobretudo, quando a estes aspectos acresce tratar-se de uma população que não é autónoma.

Como consequência das transformações registadas, tem-se verificado um aumento do número de famílias clássicas constituídas só por idosos, contribuindo para o aumento das famílias unipessoais com 65 ou mais anos e das famílias, que embora constituídas por mais do que uma pessoa, todas elas são idosas. Entre 1991 e 2001, este fenómeno acentuou-se claramente em Portugal Continental e na Região de Lisboa e Vale do Tejo, pois registou-se um aumento da proporção das famílias unipessoais idosas (de 7,7% e 7,5% passaram para 8,9% e 9,1%, respectivamente). Em Cascais, embora não existam estudos específicos sobre esta temática, em 2001, apresentava uma das percentagens mais elevadas de famílias idosas unipessoais (7,7%) da Área Metropolitana de Lisboa, embora inferior à de Lisboa (14,4%)³.

Uma leitura intra-concelhia permite verificar que, de acordo com os Censos de 2001, as famílias unipessoais idosas eram uma realidade que surgia sobrerrepresentada em todas as freguesias. Todavia, é na freguesia de Cascais que esta tipologia familiar está mais concentrada o que traduz, simultaneamente, a relevância da população idosa na estrutura etária da freguesia e o seu povoamento e urbanização mais antigo.

³ Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal - Recenseamento da População e da Habitação, 1991 e 2001.

Figura 13 – Quociente de localização das famílias unipessoais idosas, em Cascais, em 2001

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal – Recenseamento da População e da Habitação, 2001.

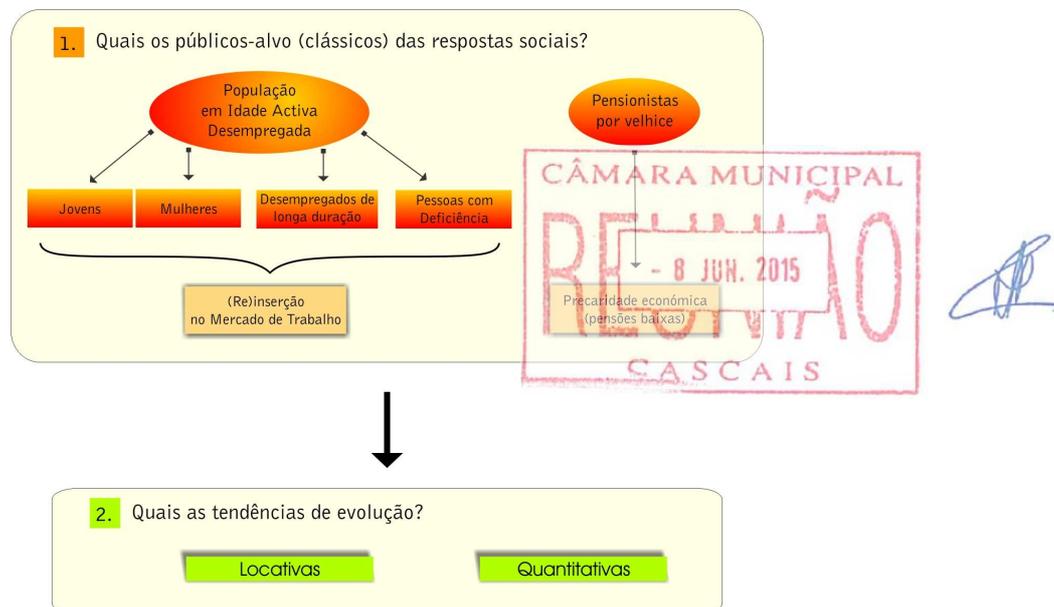
Se às pessoas idosas que vivem sós se associarem as situações de diminuição da mobilidade, aumenta a probabilidade de dependência e isolamento social, aspecto que deverá ser tido em conta por parte das redes sociais. Procurando manter esta população activa e participante na vida social, e prestar-lhes cuidados de assistência física, psicológica e social, têm sido criadas respostas específicas, como centros de dia e de convívio, lares, centros de férias e Respostas Sociais de apoio domiciliário. Denotando uma acentuada preocupação com estas questões, tem-se promovido, em Cascais, a diversificação das Respostas Sociais destinadas aos idosos.

2.3. Questões sócio-económicas

As alterações nas estruturas económicas, registadas no último quartel do século XX, produziram impactes muito significativos no mercado de emprego. O fim das formas tradicionais de organização do mercado de trabalho e a necessidade de uma maior flexibilidade dos trabalhadores, em termos de qualificações técnicas e mobilidade geográfica, geraram um acréscimo de excluídos do mercado de emprego.

Subsequentemente, embora o desemprego e a precariedade económica desde sempre tenham constituído questões centrais nas políticas sociais, estes apresentam-se hoje como fenómenos mais complexos e indissociáveis de múltiplos riscos sociais, exigindo uma abordagem integrada e promotora de respostas não meramente reparadoras, mas preventivas e dignificadoras. Deste modo, é fundamental para o alcance da eficácia desta Carta a análise dos públicos-alvo – *população em idade activa desempregada* (jovens, mulheres, desempregados de longa duração, pessoas com deficiência) e *pensionistas por velhice* –, e de respostas relativas às questões sócio-económicas, uma vez que a cada um deles se encontra associado um conjunto de questões específicas, com padrões locativos e quantitativos próprios.

Figura 14 – Principais problemáticas associadas às questões sócio-económicas relevantes para a Carta Social



População em Idade Activa Desempregada

Entre 1991 e 2001, registou-se um aumento do desemprego no país com um acréscimo de 27%. Ao nível regional, constata-se que logo a seguir ao Alentejo, que registou uma diminuição do desemprego (variação de -10,6%), Lisboa e Vale do Tejo apresenta a realidade menos negativa, uma vez que teve o aumento mais moderado do número de desempregados (acréscimo de 15%).

Quadro 5 – Taxa de Desemprego (em sentido lato), em 1991 e 2001 (%)

Unidades Geográficas	Taxa de Desemprego	
	1991	2001
Portugal	6,1	6,8
Lisboa (NUTE II)	7,7	7,6
Grande Lisboa	6,9	7,1
Lisboa	7,3	7,4
Cascais	6,9	6,9
Oeiras	6,9	7,1
Sintra	6,6	7,1
Amadora	6,8	7,8
Odivelas	6,2	6,7
Loures	6,2	7,0
Mafra	4,6	4,5
Vila Franca de Xira	8,9	6,7

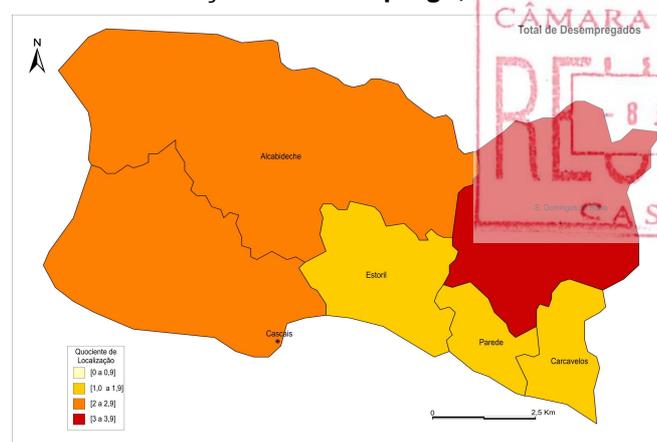
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Retratos Territoriais, 2001.

No mesmo período, a taxa de desemprego manteve-se estável em Cascais, enquanto que nos concelhos limítrofes (Oeiras e Sintra) se verificou um aumento. O mesmo ocorreu nos restantes concelhos da Grande Lisboa (com excepção dos concelhos de Mafra e Vila Franca de Xira, que registaram um decréscimo).

O padrão locativo do desemprego em Cascais denota uma incidência espacial diferenciada e simultaneamente uma sobre-representação deste fenómeno em todas as freguesias. As situações mais

dísparos são verificadas na freguesia de São Domingos de Rana, que regista a maior concentração de desempregados, e nas freguesias do Estoril, Parede e Carcavelos que constituem o eixo de menor incidência desta problemática. As freguesias de Alcabideche e Cascais encontram-se numa situação intermédia, embora registem também importantes quantitativos de população desempregada.

Figura 15 – Quociente de localização do desemprego, no concelho de Cascais, em 2001



Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal, Recenseamento da População e da Habitação, 2001.

Jovens

A abordagem que aqui é feita limita-se aos jovens desempregados, entendendo-se por tal, a população com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos de idade que se encontram à procura do primeiro emprego. Dada a diversidade de situações abrangidas e os diferentes problemas decorrentes de cada uma delas, foram privilegiadas duas perspectivas: jovens que abandonam precocemente o sistema de ensino e jovens detentores de formação académica, mas desprovidos de experiência profissional.

De acordo com as estatísticas do IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional), nos últimos anos, os desempregados à procura do primeiro emprego têm diminuído no país. No contexto de Portugal Continental, a Região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta um posicionamento intermédio, pois no período compreendido entre 1999 e 2004, teve um decréscimo de -9%, enquanto que o Algarve apresentou a variação menos significativa (-3,5%) e o Alentejo foi a que conheceu a maior redução de desempregados nesta situação (decrécimo de -37%).

À escala concelhia, a população jovem desempregada, em 2001, registava uma significativa expressão, constituindo 25,3% do total da população desempregada⁴. Contudo, Cascais apresenta-se bem posicionado no contexto metropolitano, dado que era o segundo concelho com menor percentagem de população jovem desempregada, em 2001. De acordo com o último recenseamento da população, apenas 1,9% das famílias clássicas de Cascais tinham um ou mais elementos à procura do primeiro emprego. Acresce que somente 7,6% dos beneficiários das prestações de desemprego no concelho eram jovens, em 2003. Estes factores ilustram com nitidez a limitada expressão deste fenómeno em Cascais.

A população jovem desempregada que efectuou uma saída prematura do sistema educativo tem pouca expressão no concelho, uma vez que do universo populacional de jovens desempregados somente

⁴ Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal – Recenseamento da População e da Habitação, 2001.

28,5% frequentou a escola apenas até ao ensino básico. Todavia, este aspecto deve constituir uma questão de relevo na Carta Social, uma vez que as entradas no mercado de trabalho com baixas qualificações produzem, a curto e médio prazo, uma multiplicidade de impactes negativos de grande relevância. Estes jovens ficam condicionados a empregos menos apelativos e mal remunerados, além de que retarda as necessárias reestruturações do mercado de trabalho.

A sub-categoria da população jovem que entra mais tardiamente no mercado de trabalho, dada a sua moratória educacional, depara-se com um forte desajustamento entre as suas qualificações e as necessidades efectivas do mercado de emprego. Este facto provém, em primeiro lugar, de não possuírem experiência profissional, exigência que o mercado parece valorizar, e, em segundo, da incapacidade do mercado em absorver profissionais qualificados. A desilusão, associada às expectativas com a obtenção de níveis de instrução elevados, acaba por estimular comportamentos de abandono precoce do sistema de ensino. Em Cascais 71,5% da população jovem desempregada apresenta como níveis de instrução o ensino secundário ou superior, o que denota a preponderância deste fenómeno.

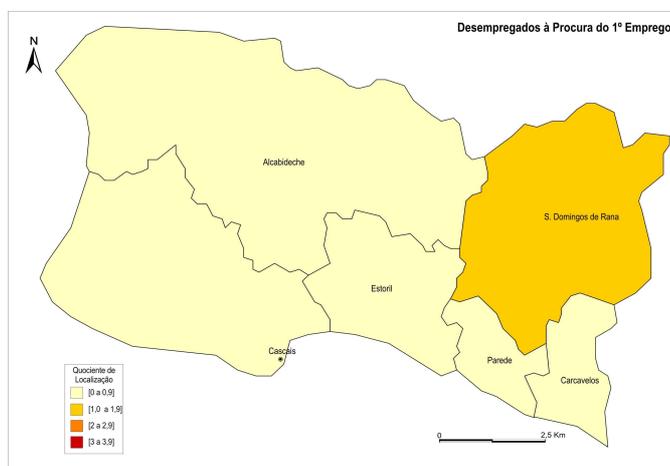
Quadro 6 – População jovem desempregada, segundo níveis de instrução, no concelho de Cascais, em 1991 e 2001

Indicadores	2001	
	N.º	%
População Jovem Desempregada – HM	1.587	100,0
População Jovem Desempregada, com Ensino Básico – HM	451	28,4
População Jovem Desempregada, com Ensino Secundário – HM	675	42,5
População Jovem Desempregada, com Ensino Superior – HM	459	29,0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Recenseamento da População e da Habitação, 2001.

O padrão locativo dos desempregados à procura do primeiro emprego evidencia, especialmente, uma subrepresentação deste fenómeno em todas as freguesias do concelho. São Domingos de Rana constitui excepção a este padrão, na medida em que é a única freguesia do concelho onde se observa uma sobrerepresentação deste fenómeno (quociente de localização de 1,2).

Figura 16 – Quociente de localização dos desempregados à procura do 1º emprego, no concelho de Cascais, em 2001



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal – Recenseamento da População e da Habitação, 2001.

Deste modo, as Respostas Sociais dirigidas a jovens desempregados, para além de terem de ter em conta as diversas situações que esta realidade abrange, devem ter em conta as especificidades do padrão locativo deste fenómeno e, por isso, registar uma incidência espacial diferenciada.

Mulheres

Nos últimos anos, tem-se registado uma crescente feminização do mercado de trabalho. No entanto, esta tem estado associada a várias situações de discriminação, ao nível da remuneração e do acesso a determinados empregos, o que conjugado com estruturas sociais que conferem à mulher obrigações familiares avolumadas, faz com que estas constituam um grupo socialmente vulnerável.

Compreende-se, por isso, que o desemprego e as várias formas de trabalho precário tenham maior incidência no sexo feminino. Os indicadores de emprego evidenciam esta situação. No ano 2001, em Cascais 56% dos desempregados à procura do primeiro emprego e 52,6% dos desempregados à procura de um novo emprego eram mulheres⁵, assim como 52% dos beneficiários de prestações de desemprego, em 2003, também eram mulheres⁶.

Todavia, importa sublinhar que no período entre os dois recenseamentos, se registou uma ligeira diminuição do total de população feminina desempregada (que passou de 57,7% em 1991 para 53,4% em 2001), assim como da população feminina à procura do primeiro emprego (de 60,8% em 1991 para 56,0% em 2001), o que, em parte, se explica pelo aumento considerável dos níveis de instrução das mulheres jovens, que se apresentam superiores aos do sexo masculino. Não obstante algumas tendências de transformação, constata-se que também o trabalho a tempo parcial continua a ser um fenómeno essencialmente feminino.

Quadro 7 – População empregada e desempregada, no concelho de Cascais, em 1991 e 2001 (%)

Indicadores Estatísticos	1991		2001	
	H	M	H	M
População Desempregada				
População Desempregada Total	42,2	57,7	46,6	53,4
À Procura do 1º Emprego	39,2	60,8	44,0	56,0
À Procura de Novo Emprego	43,0	57,0	47,4	52,6
População Desempregada por Níveis de Instrução				
Sem Nível de Ensino	*	*	48,4	51,6
Ensino Básico	*	*	48,5	51,5
Ensino Secundário	*	*	47,3	52,7
Ensino Superior	*	*	41,7	58,4
População Empregada, por Conta de Outrém, segundo o Número de Horas de Trabalho				
De 1 a 5 horas	17,5	82,5	29,2	70,8
De 5 a 15 horas	42,3	57,7	36,4	63,6
De 15 a 30 horas	29,9	71,0	27,2	72,8

* Para o ano de 1991, não se teve acesso a esta informação discriminada pelo sexo.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal – Recenseamento da População e da Habitação, 1991 e 2001.

Correlativamente a este cenário, as mulheres revelam uma vulnerabilidade económica superior à dos indivíduos do sexo masculino, que se apresenta tanto mais acentuada quanto menores são os seus níveis de instrução. Tal facto coloca-as mais facilmente numa situação de precariedade e exclusão social, e reafirma o papel crucial de políticas sociais com vista à sua integração no mercado de trabalho.

⁵ Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal – Recenseamento da População e da Habitação, 2001.

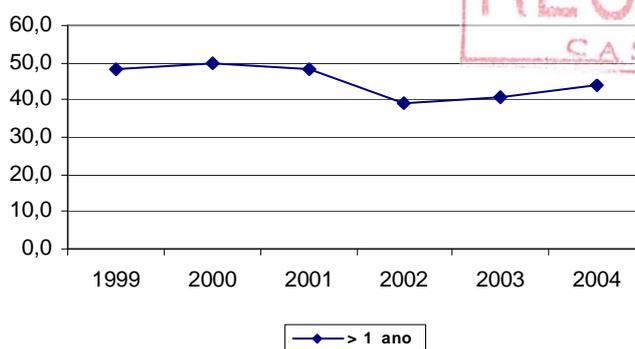
⁶ Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal – Anuário Estatístico da Região de Lisboa, 2003.

Desempregados de Longa Duração

Entende-se por desempregados de longa duração, os indivíduos que se encontram afastados do mercado de emprego há mais de um ano. Este público-alvo constitui uma problemática relevante, uma vez que lhe são inerentes um conjunto de questões estruturais de resolução complexa.

De acordo com o Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Cascais tem registado uma evolução positiva, na medida em que se passou de 48% de desempregados de longa duração, em Agosto de 1999, para 44% em Agosto de 2004.

Figura 17 – Evolução dos desempregados de longa duração, no concelho de Cascais (nº)



Fonte: Estatísticas Mensais do Centro de Emprego, IEFP, Ministério da Segurança Social e do Trabalho.

O aumento do desemprego na população com 55 ou mais anos encontra-se estreitamente relacionado com as reestruturações que o mercado de trabalho tem sofrido nos últimos anos, designadamente, com a intensa reconversão tecnológica, que tem conduzido à supressão de empregos. Este aspecto adquire contornos preocupantes, na medida em que se trata de uma população que não se encontra em idade de reforma e, na maioria das vezes, tem baixas qualificações pelo que a sua reinserção no mercado de emprego é extremamente difícil.

Quadro 8 – Desempregados por tempo de inscrição e grupo etário, no fim do mês de Agosto, no Centro de Emprego de Cascais, entre 1999 e 2001

Anos	Total	Grupo Etário (%)			
		< 25	25 a 34	35 a 54	55 ou +
Agosto de 1999	10 934	13,0	21,9	42,2	22,9
Agosto de 2000	9 564	10,9	20,7	42,1	26,3
Agosto de 2001	10 379	11,6	21,1	40,7	26,6
Agosto de 2002	10 567	11,4	23,1	39,8	25,7
Agosto de 2003	13 514	9,9	25,4	39,8	24,9
Agosto de 2004	12 694	8,6	23,4	41,5	26,5

Fonte: Estatísticas Centros de Emprego, IEFP, Ministério da Segurança Social e do Trabalho.

A dificuldade prolongada de inserção no mercado de emprego conduz a um leque diversificado de problemas, como o estímulo ao crescimento da economia informal, à multiplicação de factores de exclusão e marginalização social e, subsequentemente, ao aumento dos encargos sociais. Face a estas circunstâncias os desempregados de longa duração constituem um público-alvo da Carta Social.

Pessoas com Deficiência

A problemática da população em idade activa portadora de deficiência em situação de desemprego é um problema ambíguo, na medida em que aos factores de desemprego e pobreza acrescem problemas de saúde, o que favorece situações de exclusão social.

Em 2001, em Portugal Continental e na Região de Lisboa e Vale do Tejo, apenas 29% e 33%, respectivamente, da população portadora de deficiência tinha actividade económica. Todavia, de entre esta somente 10% no país e 11% na Região de Lisboa e Vale do Tejo estavam desempregadas. A diminuição do desemprego na população portadora de deficiência com actividade económica é o reflexo do trabalho que tem sido desenvolvido, nos últimos anos, na sensibilização do problema da exclusão social, com base na discriminação da população portadora de deficiência.

Com base nos Censos de 2001, constata-se que Cascais tem acompanhado esta tendência, na medida em que 65% da população deficiente não tinha actividade económica e, dentro da população com actividade económica, apenas 10% se encontrava desempregada. Este constitui um indicador positivo, especialmente, quando comparado com outras realidades metropolitanas, em particular, Amadora e Loures onde a população portadora de deficiência em situação de desemprego alcança percentagens de 12% e 11,2%, respectivamente.

Na análise por género, ocorre uma forte disparidade na incidência do desemprego, observando-se uma maior expressão no sexo masculino (61,1%). Igualmente relevante é a constatação de que os deficientes visuais são os mais afectados pelo desemprego (33,5%), ainda que esta não seja o tipo de deficiência mais numeroso no concelho. Relativamente ao principal meio de vida, verifica-se que apenas 29,3% da população deficiente vive do seu trabalho, 12,6% depende do apoio familiar e 1,4% vive de rendimentos de propriedade ou empresas, o que indica que mais de metade desta população (54,8%) depende de subsídios ou pensões, de carácter permanente ou temporário.

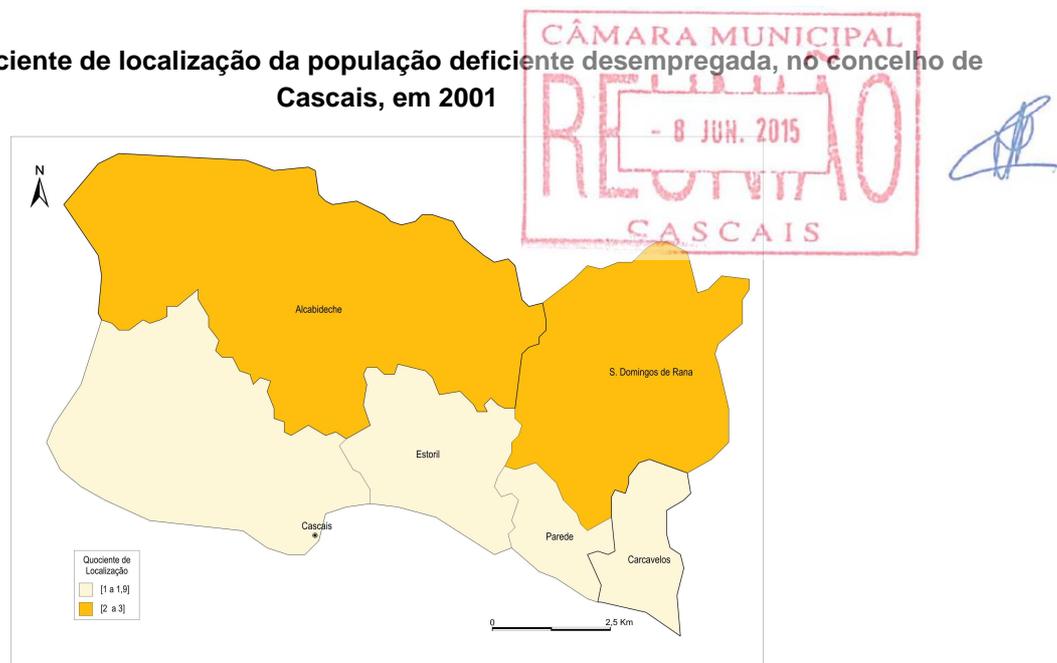
Quadro 9 – Indicadores relativos à população residente em Cascais, portadora de deficiência, em 2001 (N.º)

Indicadores	Tipo de Deficiência						
	Total	Auditiva	Visual	Motora	Mental	Paralisia Cerebral	Outra Deficiência
População Portadora de Deficiência	9 751	1 546	2 186	2 287	914	143	2 675
Condição Perante a Actividade Económica							
População empregada	3 076	510	1 020	597	90	6	853
População desempregada	334	53	112	52	27	1	89
População Sem Actividade Económica	6 341	983	1 054	1 638	797	136	1 733
Principal Meio de Vida							
Trabalho	2 857	493	964	549	68	5	778
Rendimentos de propriedade ou empresa	135	29	24	39	7	-	36
Subsídio de desemprego	153	29	35	25	8	-	56
Subsídio temporário por acidente/doença trab.	128	13	11	36	16	1	51
Outros subsídios temporários	27	5	5	5	4	-	8
Rendimento mínimo garantido	102	14	16	26	7	3	36
Pensão/Reforma	4 794	755	770	1 312	543	72	1 342
Apoio Social	136	13	18	27	50	9	19
A cargo da família	1 232	170	301	226	196	49	290
Outra situação	187	25	42	42	15	4	59

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal – Recenseamento da População e da Habitação, 2001.

A análise da estrutura interna do Concelho de Cascais, no que trata à localização da população portadora de deficiência em situação de desemprego denota uma sobre-representação deste fenómeno em todas as freguesias. Contudo, evidencia-se uma cisão territorial pautada pela incidência mais acentuada nas freguesias do interior do que do litoral, o que traduz a maior expressividade do desemprego e da população deficiente nas freguesias de Alcábaldeche e de São Domingos de Rana.

Figura 18 – Quociente de localização da população deficiente desempregada, no concelho de Cascais, em 2001



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal – Recenseamento da População e da Habitação, 2001.

Contrariamente ao constatado em outros público-alvo, a dupla integração de pessoas com desvantagem física ou psíquica (no quadro social e no mercado de trabalho) não constitui um problema recente, no entanto, exige-se uma abordagem mais integrada por parte das políticas sociais, dada a pluralidade de aspectos que lhe estão associados e aos impactes resultantes.

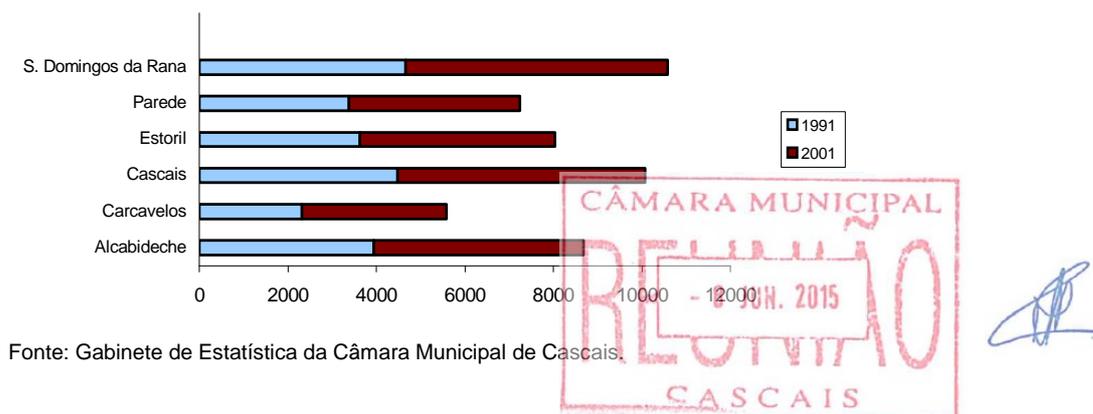
Pensionistas por Velhice

O aumento da esperança média de vida e a desarticulação da família tradicional, que se tem registado nos últimos anos, nem sempre tem sido acompanhado de um apoio social capaz de assegurar uma qualidade de vida razoável à população idosa.

Entre 1991 e 2001, evidenciando o aumento da população idosa na estrutura etária da população concelha, registou-se um acréscimo de 24% do número de pensionistas por velhice no município⁷. Embora a maior parte das freguesias registem comportamentos muito idênticos, com variações entre os 20% e os 27%, Carcavelos e Parede distinguem-se deste padrão. Em Carcavelos, o crescimento do número de pensionistas por velhice atingiu as maiores proporções (acrécimo de 40,9%), enquanto que na freguesia da Parede, a variação, foi de apenas 14%.

⁷ Fonte: Câmara Municipal de Cascais, Gabinete de Estatística, 2005.

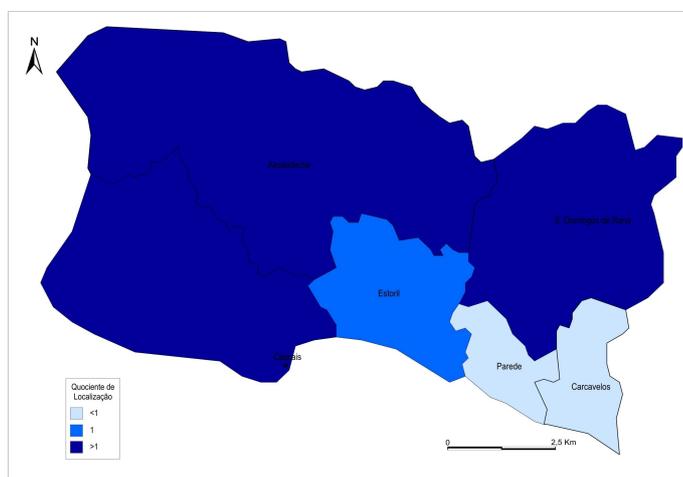
Figura 19 – Pensionistas por velhice, por freguesia, no concelho de Cascais, em 1991 e 2001 (nº)



Fonte: Gabinete de Estatística da Câmara Municipal de Cascais.

O padrão locativo da população pensionista por velhice em Cascais é marcado por três realidades distintas. Nas freguesias de Carcavelos e Parede existe uma sub-representação deste grupo, o que se explica pelo facto de serem as freguesias com os quocientes de localização de população idosa mais reduzidos do concelho. A freguesia do Estoril é a única que ilustra a realidade média concelhia (quociente de localização de 1,0). As maiores concentrações desta população ocorrem nas freguesias do interior (Alcabideche e São Domingos de Rana), pois são os territórios intra-concelhios cujos quocientes de localização denotam uma sobrerrepresentação (1,1; 1,3 e 1,2, respectivamente).

Figura 20 – Quociente de localização dos pensionistas por velhice, no concelho de Cascais, em 2001



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal – Recenseamento da População e da Habitação, 2001.

Atendendo que, em 2001, a maioria da população idosa de Cascais era inactiva (90,8%) e considerando que as pensões em vigor no país são, de um modo geral, baixas, muitos dos pensionistas por velhice, em particular os que não dispõem de outra fonte de rendimento, poderão viver próximos do limiar de pobreza. Este aspecto, quando articulado com factores de isolamento social e dependência, conduz a situações de exclusão social preocupantes, que acentuam a necessidade de dispor de Respostas Sociais que assegurem um conjunto de direitos. Procurando minimizar estes problemas, nos últimos anos, tem-se registado um crescimento e diversificação das Respostas Sociais no Concelho de Cascais.

Quadro 10 – Pensões de invalidez e velhice, em vigor a partir de 1 de Dezembro de 2004

Regime Geral: Anos de carreira contributiva	Valor mínimo (euros)
Menos de 15	216,79
15 e 16	233,10
17 e 18	236,01
19 e 20	238,82
21 e 22	255,36
23 e 24	259,29
25 e 26	263,16
27 e 28	265,70
29 e 30	266,81
31	310,56
32	313,03
33	315,64
34	317,67
35	319,83
36	325,01
37	327,03
38	328,96
39	332,41
40 e mais anos	333,51
RESSAA (Trabalhadores Agrícolas)	199,37
Regime Não Contributivo e Equiparados	164,17

Fonte: Segurança Social, 2005.



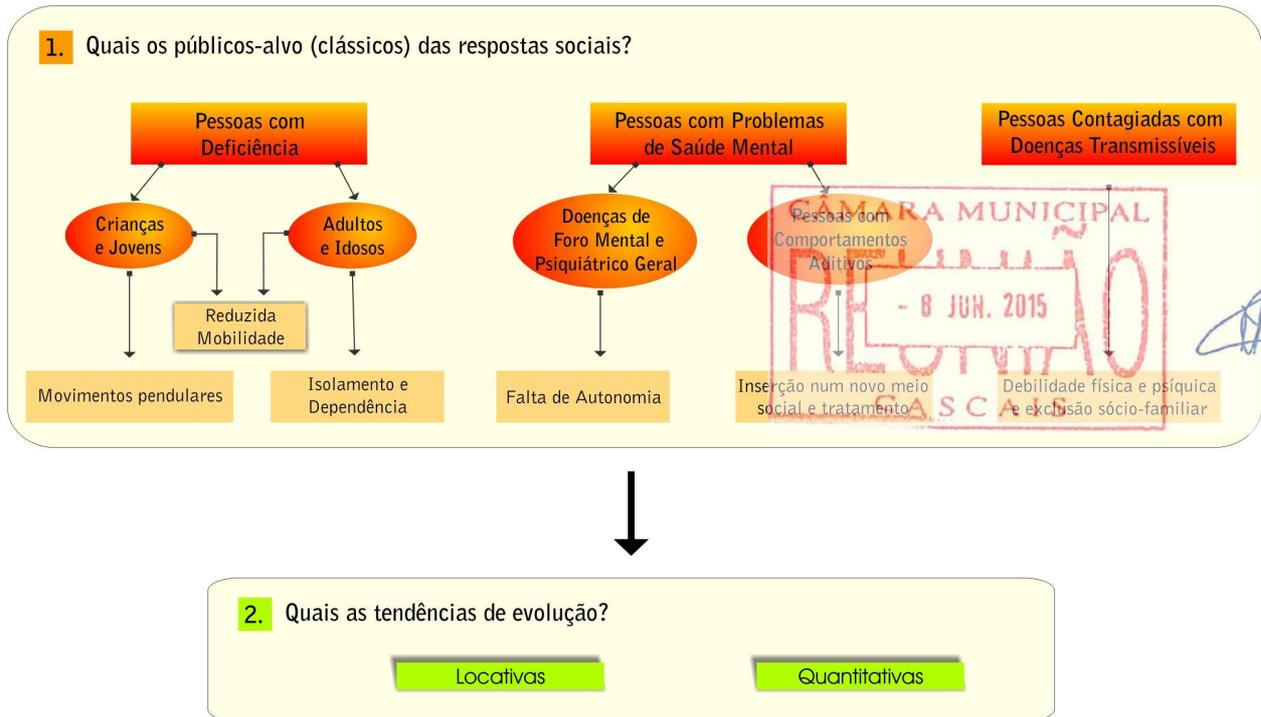
2.4. Saúde

A saúde constitui um domínio com relevância no âmbito social, na medida em que existe uma forte propensão para que algumas pessoas com problemas de saúde, em particular, quando afectadas por determinadas doenças infecto-contagiosas ou deficiências, sejam excluídas da sociedade, por falta de oportunidades ao nível do ensino e do emprego, podendo conduzir a situações de pobreza, marginalização ou exclusão social.

Dotadas de grande complexidade, pela matriz de problemas e impactes que lhe são inerentes, as questões de saúde incluem três grandes tipos de público-alvo: pessoas portadoras de deficiência; pessoas com doenças de foro mental e pessoas que padecem de doenças transmissíveis.

Embora a vulnerabilidade por motivos de saúde seja um facto transversal a todos estes segmentos, considera-se fulcral a análise individualizada de cada um dos grupos, uma vez que a cada um deles estão subjacentes especificidades que exigem Respostas Sociais distintas.

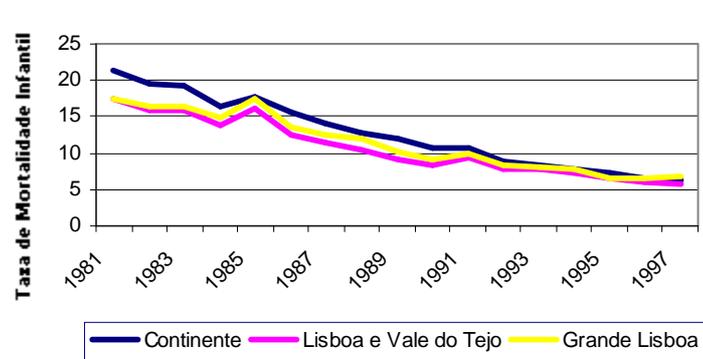
Figura 21 – Principais problemáticas associadas à saúde relevantes para a Carta Social



Tendo por base um dos principais indicadores de saúde (Taxa de Mortalidade Infantil), verifica-se que o país, Lisboa e Vale do Tejo e a Grande Lisboa têm registado um desenvolvimento progressivo, no decorrer dos últimos anos, uma vez que a taxa de mortalidade infantil tem registado um decréscimo significativo.

No contexto territorial da Grande Lisboa, Cascais regista a segunda taxa média de mortalidade infantil no quinquénio 1998/2002 mais reduzida (3,3‰), sendo apenas precedido pelo concelho de Odivelas (2,6‰)⁸. Este factor é bastante relevante, na medida em que é indicativo do bom nível de desenvolvimento do concelho.

Figura 22 – Evolução da Taxa de Mortalidade Infantil, entre 1981 e 1997



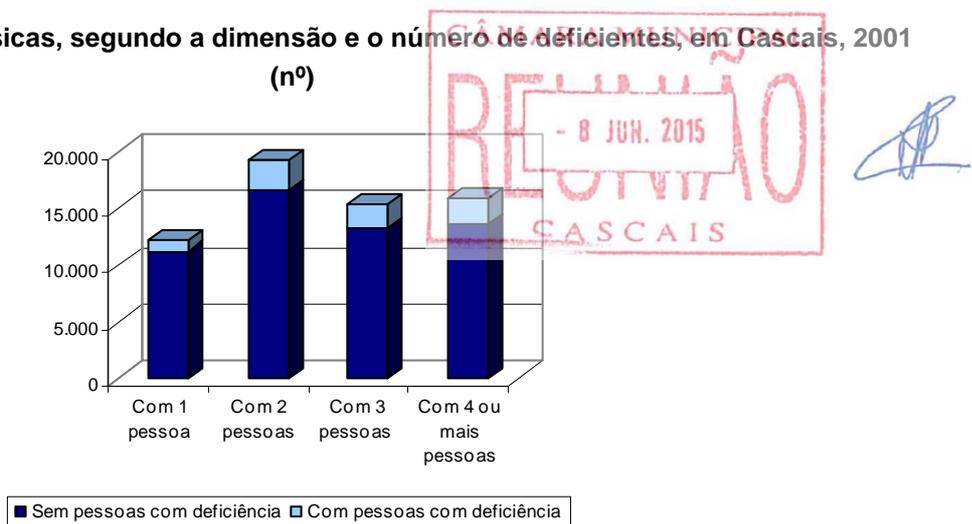
Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal – Séries Cronológicas.

⁸ Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal – Retrato Territorial por NUTS e Concelhos / Distritos e Ilhas.

Pessoas Portadoras de Deficiência

Em 2001⁹, 6% da população residente no Concelho de Cascais era portadora de deficiência, uma realidade que afectava 13,1% das famílias clássicas do município, registando-se uma preponderância da população deficiente do sexo masculino (52,3%).

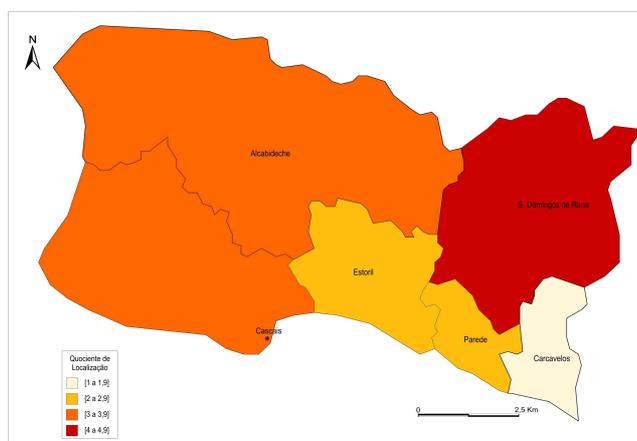
Figura 23 – Famílias clássicas, segundo a dimensão e o número de deficientes, em Cascais, 2001 (nº)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal – Recenseamento da População e da Habitação, 2001.

Embora todas as freguesias do concelho apresentem acentuados quantitativos de população portadora de deficiência, verificam-se importantes disparidades entre elas. Em 2001, as freguesias de Carcavelos e de São Domingos de Rana registavam os padrões de localização mais contrastados com quocientes de localização de 1,8 e de 3,8 respectivamente. A distribuição deste grupo nas restantes freguesias aponta para uma distribuição mais equitativa.

Figura 24 – Quociente de Localização da população portadora de deficiência, residente em Cascais, em 2001



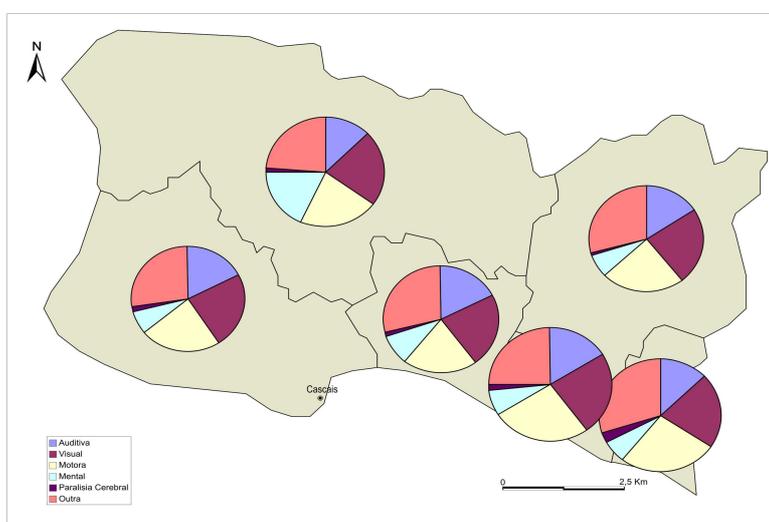
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal – Recenseamento da População e da Habitação, 2001.

⁹ Ponto Crítico: Foi no Recenseamento Geral da População de 2001, que pela primeira vez o INE fez um levantamento de informação estatística relativamente à população portadora de deficiência, logo não é possível a realização de análises evolutivas.

Em Cascais, em 2001, à semelhança do observado no país, registava-se uma dissonância entre os tipos de deficiência, sendo as deficiências motoras (23,1%) e visuais (22,7%) as que atingem maior expressão, enquanto que as de paralisia cerebral (1,6%) e mentais (9,6%) são menos relevantes¹⁰.

Em termos territoriais, verifica-se uma homogeneidade entre as freguesias. Regista-se apenas alguma disparidade na deficiência mental, uma vez que esta atinge uma percentagem mais elevada em Alcabideche (18%) comparativamente com as restantes freguesias, cujas percentagens oscilam entre os 6% e 9%. Esta situação resulta da existência de uma unidade residencial – Centro de Apoio Social do Pisão – destinada a pessoas com doenças mentais, nesta freguesia¹¹.

Figura 25 – Quociente de localização da população residente deficiente, segundo tipos de deficiência em Cascais, em 2001



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal – Recenseamento da População e da Habitação, 2001.

No que concerne à repartição da população portadora de deficiência por grupos etários, de acordo com o último Recenseamento Geral da População do INE, constata-se que esta não é uniforme, uma vez que os jovens se apresentam diminutos comparativamente à população adulta. Todavia, dadas as particularidades inerentes a cada grupo etário, afirma-se como imprescindível a realização de duas leituras distintas: crianças e jovens *versus* população adulta, pois estes registam problemas específicos, próprios das suas idades que colocam múltiplos e distintos desafios às políticas sociais e exigem respostas específicas.

As *crianças e jovens* portadores de deficiência representam 5,2% do total da população deficiente no concelho¹². Tratando-se de uma população que carece de maior acompanhamento e de cuidados de saúde mais exigentes, os movimentos pendulares adquirem contornos mais delicados do que comparativamente às outras crianças e jovens.

A *população adulta* portadora de deficiência constitui a grande parcela do universo populacional residente em Cascais com deficiência (87,7%). A questão do isolamento emerge como o aspecto mais

¹⁰ Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal – Recenseamento da População e da Habitação, 2001.

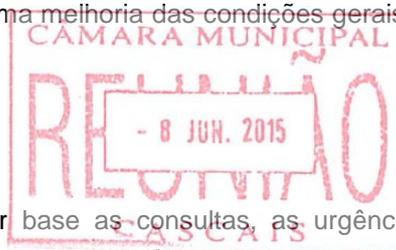
¹¹ Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal – Recenseamento da População e da Habitação, 2001.

¹² Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal – Recenseamento da População e da Habitação, 2001.

preocupante no que trata a esta população. Embora as famílias unipessoais constituídas por pessoas portadoras de deficiência representem apenas 1,6% do total de famílias clássicas, importa ter em conta que uma parte desta população poderá encontrar-se em situação de isolamento social, o que constitui um aspecto de grande relevância no contexto das redes sociais.¹³ Face a este cenário, as Respostas Sociais assumem um carácter imprescindível, pois constituem, em muitos casos, a única forma de evitar a pobreza e a exclusão social. Considerando esta matriz de vulnerabilidade, têm sido criados em Cascais vários equipamentos e Respostas Sociais que proporcionam uma melhoria das condições gerais de vida a esta população.

Pessoas com Problemas de Saúde Mental

No terceiro censo psiquiátrico realizado em 2001, tendo por base as consultas, as urgências e os internamentos, verificou-se que, em Portugal¹⁴, os principais grupos nosológicos pelos quais se acorre aos cuidados de saúde mental eram as depressões, as alterações associadas ao consumo de álcool e a esquizofrenia.



Quadro 11 – Doentes registados, segundo grupos de patologias, em Portugal, em 2001 (n.º)

Grupos de Patologias	Consulta	Urgência	Internamento
Esquizofrenia	30,6	2,7	66,7
Depressões	75,5	11,8	12,8
Oligofrenias	16,5	1,5	82,0
Alterações associadas ao consumo de álcool	48,3	21,0	30,8
Neuroses	75,8	12,4	11,9
Psicoses afectivas (sem depressão)	64,5	8,1	27,4
Reacção de ajustamento	81,9	12,0	6,1
Outros	78,5	6,5	14,9
Síndromes demenciais	36,8	8,0	55,2
Outras psicoses	54,5	8,0	37,5
Transtornos da personalidade	66,1	12,1	21,8
Alterações associadas ao consumo de drogas	54,2	30,7	15,2
D. do sistema nervoso e órgãos dos sentidos	43,2	3,98	52,9

Fonte: Ministério da Saúde, Direcção-Geral da Saúde.

Dentro das pessoas com problemas de saúde mental, as *doenças de foro mental e psiquiatria em geral* registam uma elevada importância, na medida em que se encontram profundamente associadas a domínios da saúde física e da vida social. Embora tenham sido negligenciadas durante muito tempo e exista uma persistência em não se atribuir à saúde mental a mesma importância que é dada à saúde física, este fenómeno atinge proporções elevadas. As perturbações de índole psiquiátrica apresentam-se como uma problemática complexa, uma vez que resultam da interacção de factores biológicos, psicossociais e sociais. Considerando que existe uma relação complexa e multidimensional entre pobreza e saúde mental, na medida em que as doenças de foro mental podem causar incapacidade prolongada de trabalhar, não existindo um apoio social efectivamente capaz de proporcionar a estas pessoas o mínimo de condições de vida, as pessoas que sofrem desta doença acabam por ser alvo de situações de exclusão social.

¹³ Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal – Recenseamento da População e da Habitação, 2001.

¹⁴ Ponto Crítico: Atendendo a que não existem estatísticas de saúde mental disponíveis para a escala concelhia, a referência de base é o Censo Psiquiátrico de Portugal, de 2001.

Figura 26 – A relação entre as doenças de foro mental e a pobreza



O principal desafio que se coloca às políticas sociais é relativo à autonomia e dependência, uma vez que, em muitos casos, se trata de uma população que não consegue ser auto-suficiente manifestando um conjunto de necessidades primárias.

O segundo grupo de análise dentro da população com problemas de saúde mental é a *população com comportamentos aditivos*, isto é, pessoas com problemas de saúde mental derivados do consumo de álcool ou estupefacientes. Este constitui um importante problema de saúde, na medida em que daí decorrem problemas que interferem com variados aspectos da vida do indivíduo e da comunidade, desde o âmbito de saúde individual, passando pela família, pelo campo laboral e escolar até às repercussões que o fenómeno tem em toda a sociedade.

De acordo com os dados da Direcção-Geral de Saúde regista-se a nível nacional uma acentuada dependência de consumos de álcool e de estupefacientes com incidência em grupos etários cada vez mais jovens. Assim, é necessário uma tipologia de intervenções sociais mais diversificadas e simultaneamente mais precoces. A Carta Social confronta-se com um duplo desafio que consiste em conduzir esta população para tratamento e promover a sua inserção num novo meio social.

Pessoas Contagiadas com Doenças Transmissíveis

As doenças transmissíveis constituem uma das maiores preocupações ao nível da saúde, porque algumas destas doenças surgiram recentemente e, como tal, as suas causas e consequências são ainda pouco conhecidas. Por outro lado, o facto de para muitas delas ainda não se ter descoberto a cura e as suas formas de difusão serem numerosas, assim como o facto de existirem poucos factores capazes de barrar o efeito de contágio, torna a questão uma problemática relevante. Subsequentemente, tendem a desenvolver-se sensações de medo e estereótipos face à população contagiada, o que gera exclusão social.

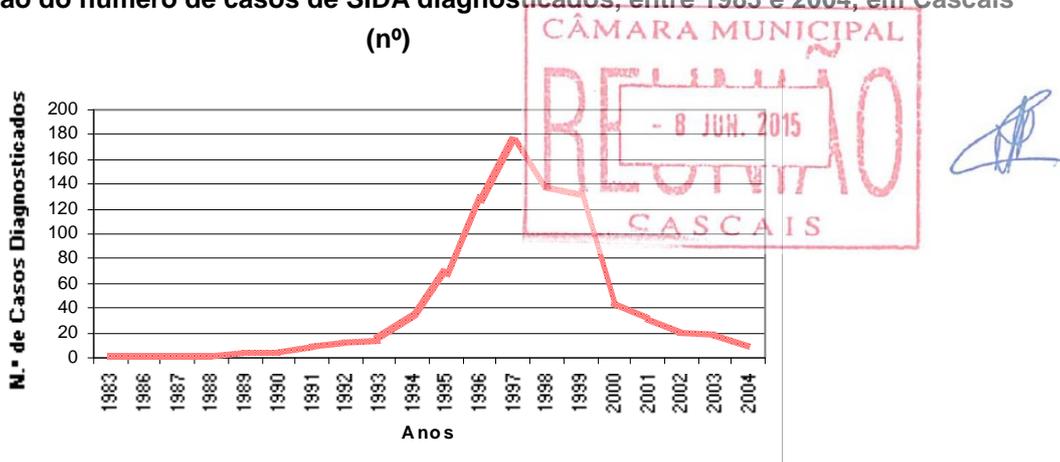
À escala da Grande Lisboa¹⁵, de acordo com as estatísticas de casos notificados de declaração obrigatória, relativos ao ano de 2003, da Direcção-Geral de Saúde, verifica-se que a doença transmissível com maior incidência é a tuberculose respiratória. Esta patologia corresponde a 65% do total de casos notificados. Em termos etários, a população jovem adulta, com idades compreendidas entre os 24 anos e os 44 anos de idade, é a mais afectada por estas doenças.

Porém, importa analisar com algum detalhe o HIV/SIDA (que só muito recentemente se tornou numa doença de declaração obrigatória), na medida em que esta doença tem registado um ritmo de difusão

¹⁵ Ponto Crítico: Não se encontram disponíveis estatísticas para as doenças de notificação obrigatória à escala concelhia.

muito elevado. Em Cascais, no ano de 2004, existiam 270 pessoas infectadas com o vírus da SIDA (Síndrome de Imunodeficiência Adquirida), no entanto, verificou-se que, após se ter registado um crescimento significativo dos casos diagnosticados ao longo da década de noventa, nos últimos anos se tem observado um decréscimo acentuado.

Figura 27 – Evolução do número de casos de SIDA diagnosticados, entre 1983 e 2004, em Cascais (nº)



Fonte: Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge.

De acordo com o Centro de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis (CVEDT), do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, em 2004, no concelho de Cascais, a SIDA registava uma incidência particularmente relevante nos indivíduos com idades entre os 24 anos e os 44 anos (83,9%), à semelhança do constatado anteriormente em relação à tuberculose respiratória. Segundo o CVEDT, esta doença infecto-contagiosa denota uma forte discrepância entre os sexos, visto que 71,5% da população afectada é do sexo masculino, e tem como principais grupos de risco, no que trata à transmissão desta patologia, os toxicodependentes (59,4%) e os heterossexuais (28,1%).

Figura 28 – Casos diagnosticados, por tipo de notificação, no ano de 2004, em Cascais (%)



Fonte: Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge

As pessoas afectadas por estas doenças encontram-se, na sua maioria, em situações de vulnerabilidade, por exclusão do seu meio familiar e social e por debilidade/fragilidade física e psíquica causada pela evolução da patologia. Deste modo, afirma-se a crucialidade da acção social como forma de assegurar a esta população acesso a um universo de Respostas Sociais capazes de promover uma redução dos factores de risco.

2.5. Áreas Urbanas Críticas

As áreas urbanas críticas, em sentido lato, correspondem às áreas que por razões de natureza física e/ou sócio-económica, apresentam disfunções que conduzem à sua desarticulação em relação à envolvente ou ao espaço urbano em que se inserem. Estas constituem um fenómeno particularmente relevante nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e registam um padrão de localização difuso e tendencialmente pautado pela segregação espacial, o que promove um agravamento de situações de exclusão social.

À semelhança do observado em vários concelhos imediatos ou próximos de Lisboa, também em Cascais o fenómeno das áreas urbanas críticas tem algum impacto. Não obstante a supressão de grande parte das problemáticas habitacionais, decorrentes da existência de mais de uma centena de núcleos de barracas, persistem ainda alguns problemas, fundamentalmente de ordem social e económica. Estes registam uma maior incidência nos bairros PER (Programa Especial de Realojamento), nos loteamentos de génese ilegal, assim como nos aglomerados de barracas ainda existentes. Todavia, algumas das problemáticas de seguida identificadas não são exclusivas destes territórios.

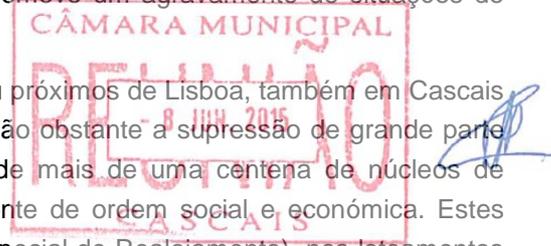
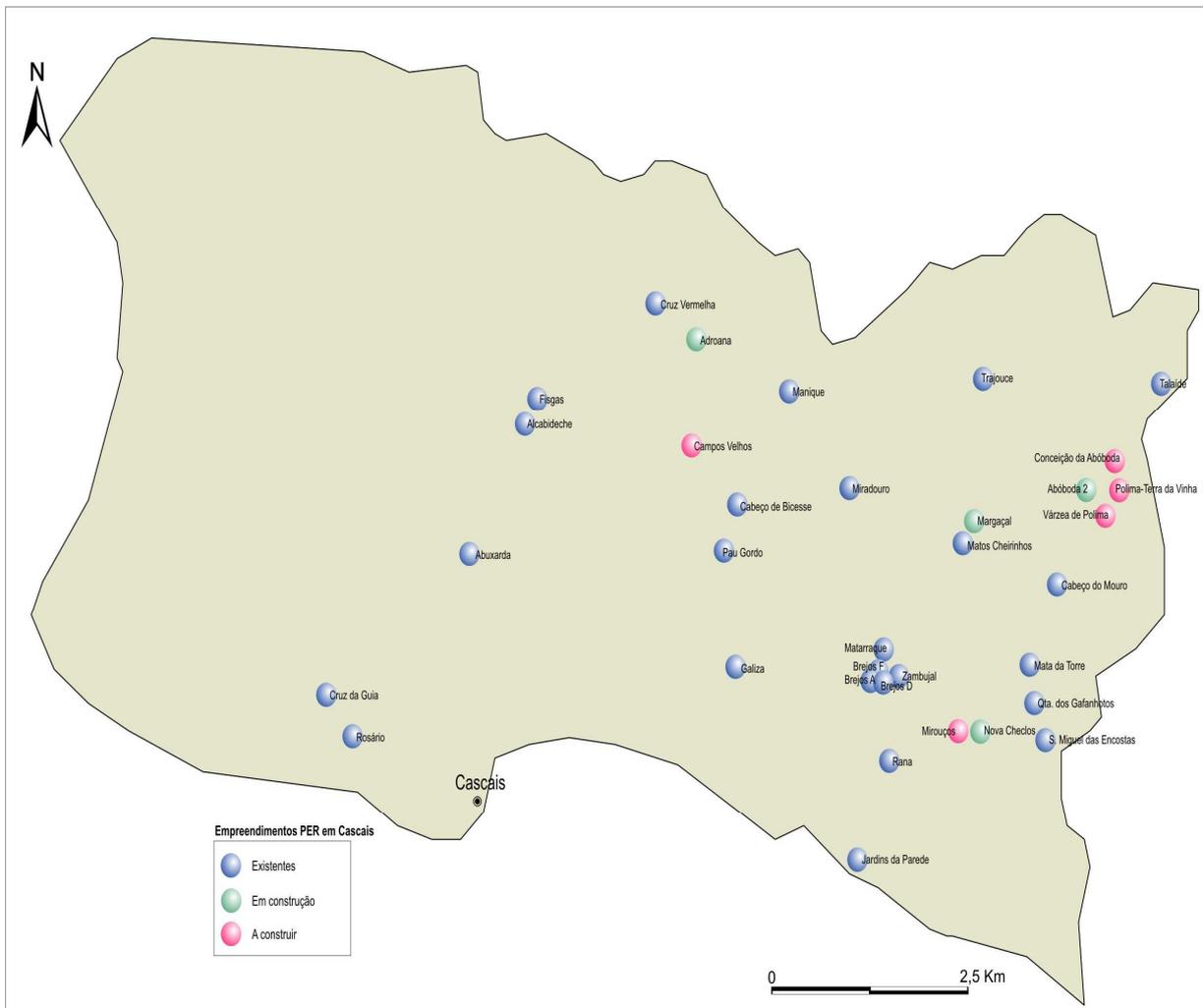


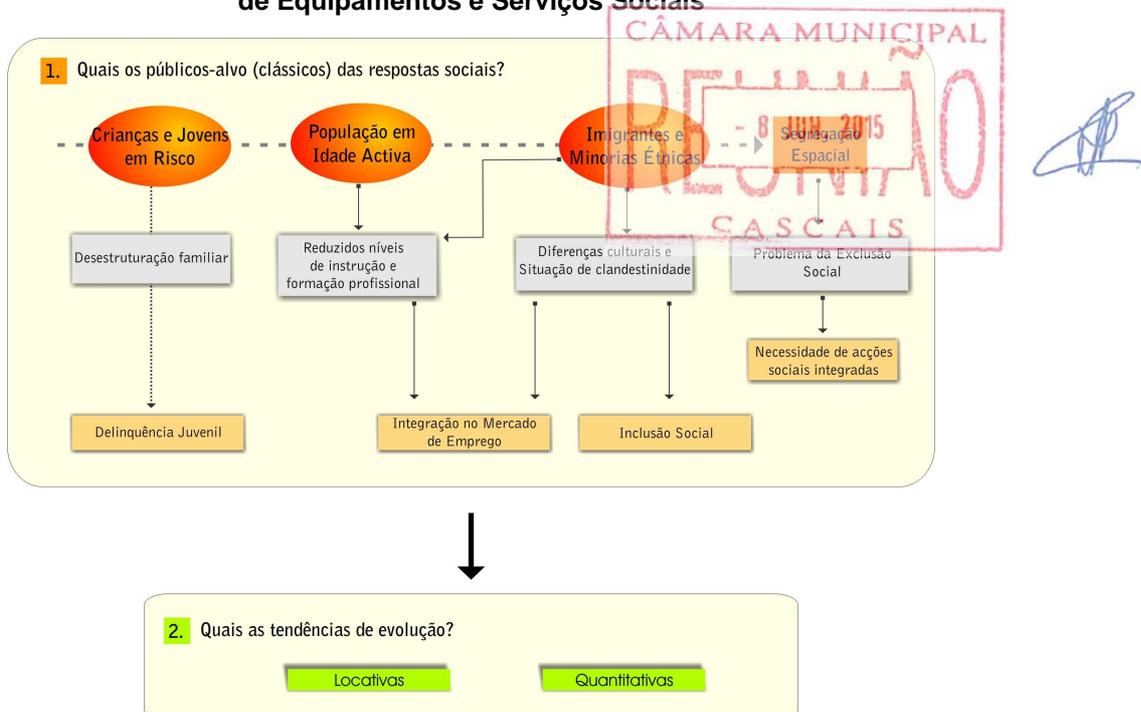
Figura 29 – Empreendimentos PER existentes, em construção e a construir, no Concelho de Cascais



Fonte: Câmara Municipal de Cascais – Departamento de Planeamento Estratégico.

As áreas urbanas críticas apresentam uma diversidade de questões com relevância para a Carta Social. Embora nestes espaços se possam identificar vários grupos de indivíduos em situação de risco, as crianças e jovens, a população em idade activa e as minorias étnicas, justificam maior atenção.

Figura 30 – Problemáticas centrais associadas às áreas urbanas críticas relevantes para a Carta de Equipamentos e Serviços Sociais



Crianças e Jovens em Risco

Esta abordagem dirige-se especificamente às crianças e jovens que se encontram em situação de risco. Considera-se que a criança ou o jovem está em risco quando se encontra numa situação de abandono ou entregue a si própria; quando sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; quando não recebe cuidados ou a afeição adequada à sua idade, dignidade e situação pessoal ou quando estes são prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; quando está sujeita, de forma directa ou indirecta, a comportamentos que afectem a sua saúde, segurança ou o seu equilíbrio emocional; ou ainda quando assume comportamentos ou se entrega a actividades ou consumos que afectem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação (Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo).

Por abranger situações tão distintas, esta questão apresenta um carácter transversal a diferentes contextos sociais, independentemente do estatuto económico ou dos padrões familiares, o que faz dela uma problemática, de análise e de resolução, complexa. Por conseguinte, embora as áreas urbanas críticas não registem uma relação directa com a ocorrência deste fenómeno, até porque se trata de uma realidade territorialmente fragmentada, constata-se que nestes espaços, as crianças e jovens estão com frequência sujeitas a uma matriz de situações de risco de componentes diversas, tais como precariedade económica, desestruturação familiar ou precariedade das condições habitacionais, que agravam e/ou acentuam esta problemática.

Nos últimos anos, de acordo com as estatísticas do Ministério da Justiça e com as informações apuradas em entrevistas a alguns agentes locais, designadamente, à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco de Cascais, registou-se no País e no Concelho de Cascais, um aumento significativo do número de denúncias de crianças e jovens em situação de risco. Esta evolução crescente ilustra o facto da sociedade, em geral, se encontrar melhor informada sobre esta questão e mais sensibilizada para a importância do período da infância, não significando que tenha existido necessariamente um aumento do número de crianças e jovens nesta situação. Para tal, em muito tem contribuído o trabalho desenvolvido por diversas entidades, que têm promovido várias acções de informação, divulgação e sensibilização para os direitos da criança e do jovem e elaborado estudos e projectos de prevenção.

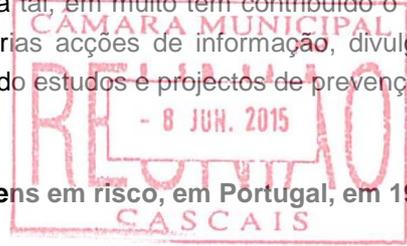
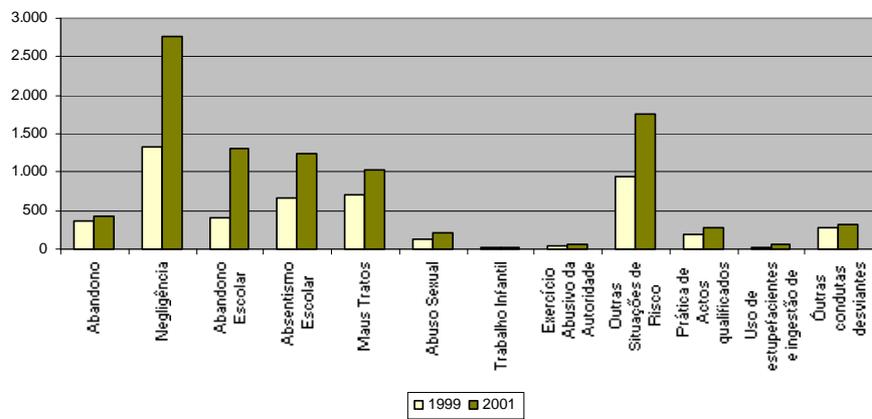


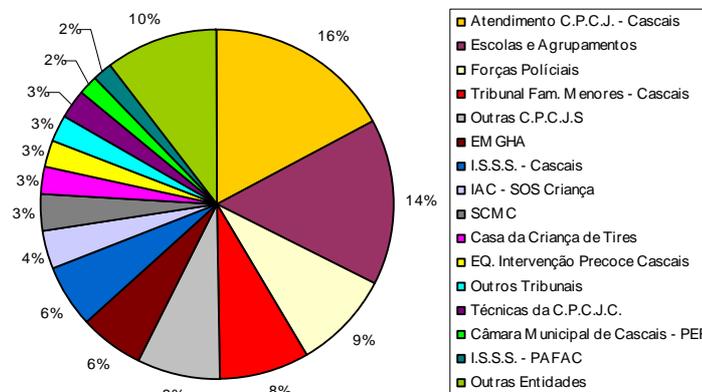
Figura 31 – Problemáticas detectadas em crianças e jovens em risco, em Portugal, em 1999 e 2001 (nº)



Fonte: Ministério da Justiça – Gabinete de Política Legislativa e Planeamento.

Concomitantemente, também no Concelho de Cascais a comunidade local tem demonstrado uma participação mais activa no combate a esta problemática, o que se pode validar, entre outros aspectos, pela multiplicidade de entidades que efectuaram sinalizações, com abertura de processo, no ano 2004.

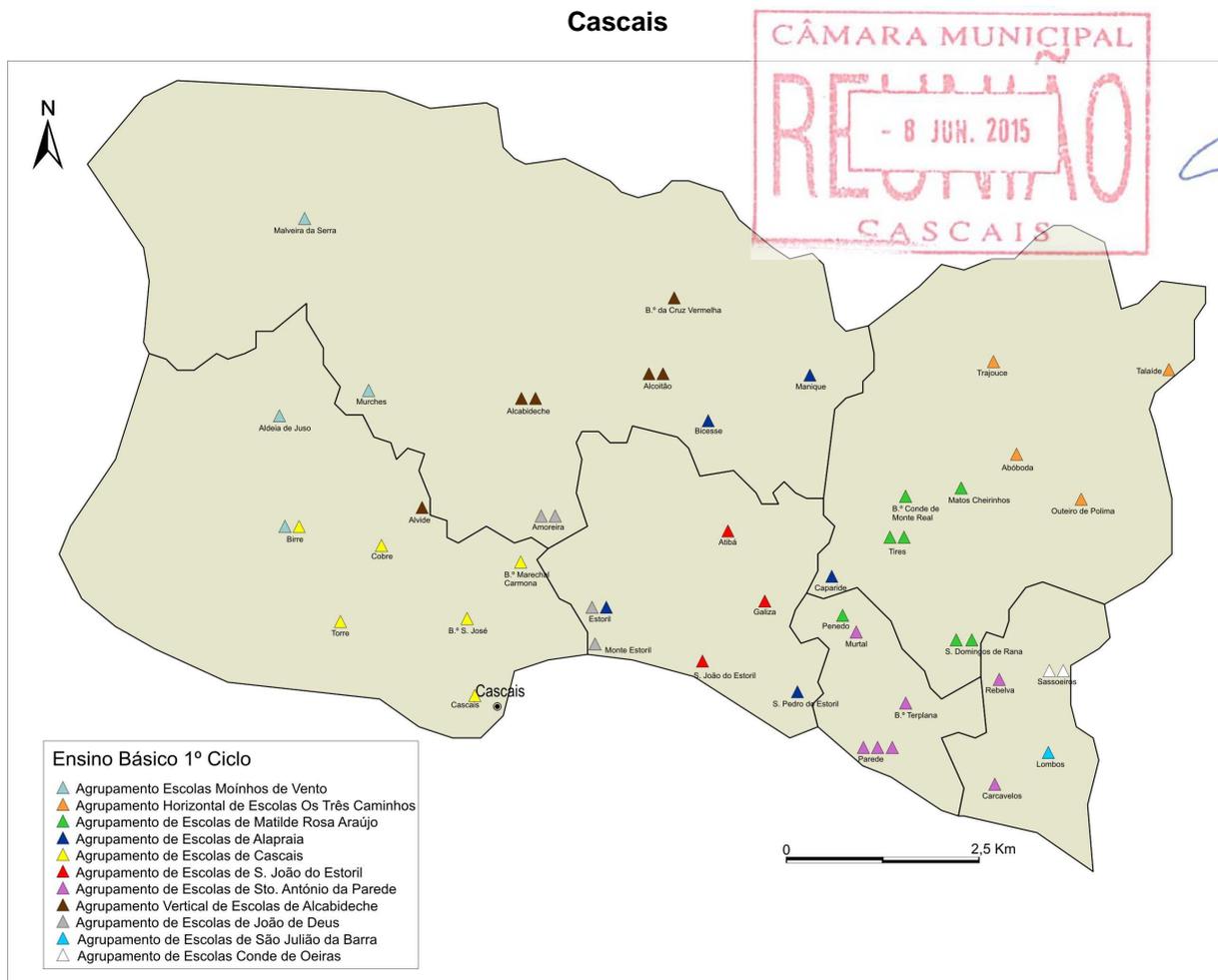
Figura 32 – Entidades sinalizadoras com abertura de processo, no concelho de Cascais, em 2004



Fonte: Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco de Cascais.

De entre estas, destacam-se duas entidades, em particular, que correspondem à própria Comissão de Protecção de Crianças e Jovens e às Escolas e os Agrupamentos Escolares, face ao elevado número de sinalizações efectuadas.

Figura 33 – Rede de escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, por agrupamento, no concelho de Cascais

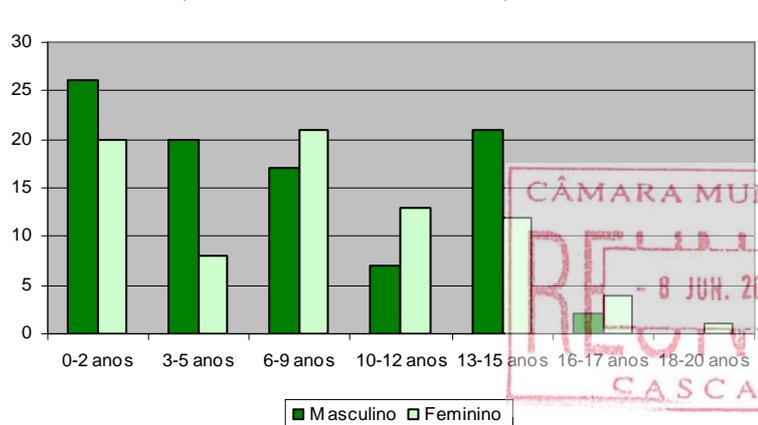


Fonte: Agrupamentos de Escolas de Cascais.

Tendo por base a informação estatística da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Cascais, constata-se que as crianças e jovens em situação de risco registam uma distribuição relativamente equitativa quanto à variável género, uma vez que das 172 sinalizações com abertura de processo, no ano 2004, 54% correspondiam a crianças e jovens do sexo masculino e 46% do sexo feminino.

A análise por faixa etária evidencia a predominância das situações de risco nas crianças e jovens mais novos, especialmente, entre os 0 e os 9 anos (65%), enquanto que a partir dos 16 anos, as sinalizações registam uma reduzida expressividade (4%). Esta situação pode ser explicada pelo facto das crianças e jovens de menor idade apresentarem uma capacidade de auto-defesa reduzida, o que as coloca naturalmente numa posição de maior vulnerabilidade face às múltiplas situações de risco.

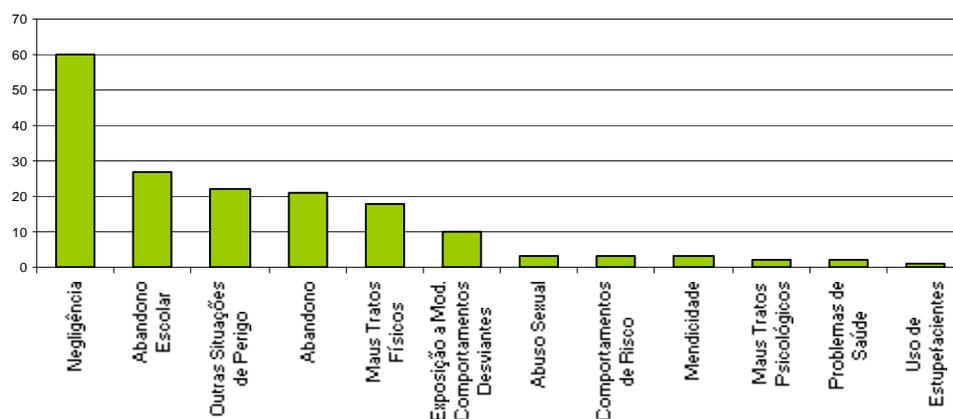
Figura 34 – Crianças e jovens sinalizados com abertura de processo, segundo a faixa etária e o sexo, no concelho de Cascais, em 2004



Fonte: Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco de Cascais.

No que concerne à tipologia de problemáticas, que originaram sinalizações, registadas no concelho, verifica-se uma predominância de quatro situações de risco, em virtude do acentuado número de ocorrências registadas nestas. Tratam-se da negligência (35%), do abandono escolar (16%), do abandono (12,2%) e dos maus tratos físicos (10,5%), o que constitui um quadro global muito idêntico ao observado a nível nacional. No lado oposto, problemáticas como o abuso sexual, mendicidade ou maus tratos psicológicos constituem as tipologias de problemáticas que registam menor expressividade no contexto concelhio (1,7%, 1,7% e 1,2%, respectivamente).

Figura 35 – Ocorrências segundo a tipologia de problemáticas, no concelho de Cascais, em 2004 (nº)



Fonte: Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco de Cascais

De acordo com a informação do Ministério da Justiça – Instituto de Reinserção Social, em 2000, os territórios com maior incidência de casos de delinquência juvenil no Concelho de Cascais eram o Bairro das Marianas, um núcleo de barracas cujo processo de realojamento foi encetado em finais década de noventa e que neste momento se encontra na sua fase terminal, o Bairro da Cruz Vermelha que, constitui um empreendimentos PER criado também no final dos anos noventa e ainda o Bairro do Fim do Mundo, um extenso aglomerado de barracas situado em São João do Estoril.

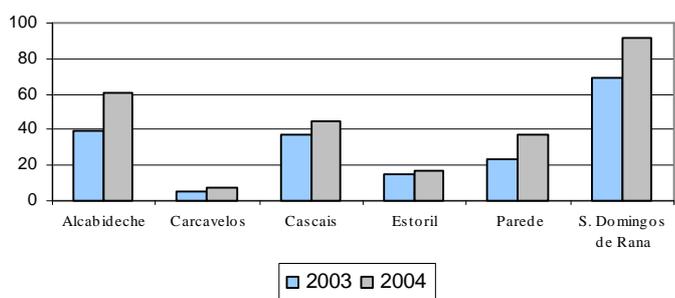
As Respostas Sociais destinadas a crianças e jovens em risco revestem-se de grande importância, na medida em que, muitas vezes, são as únicas formas de proporcionar a esta população, estruturas de vida tão próximas quanto possível às das famílias e possibilitar a criação de condições para a definição da sua personalidade, equilíbrio psicológico, projectos de vida assim como de assimilação de valores e princípios sociais, factores fulcrais para que estes não enveredem por trajectórias marcadas pela delinquência e criminalidade.

População em Idade Activa com Vulnerabilidade Sócio-Económica

A população em idade activa residente em áreas urbanas críticas apresenta uma matriz de carências e problemas com alguma gravidade, dada a sua natureza estrutural. De um modo geral, esta população regista percursos profissionais que se caracterizam por uma inserção precária, marcada pelo desemprego, por actividades não qualificadas e baixos salários, aspectos estes que se encontram em estreita articulação com os reduzidos níveis de instrução e ausência de formação profissional. Este quadro sócio-económico dá visibilidade à vulnerabilidade e, subsequente, dependência de apoio social desta população.

O rendimento social de inserção expressa esta evidência. Tendo por base este indicador, constata-se que, em Cascais, tem ocorrido um aumento do número de famílias desfavorecidas. Somente no período entre 2003 e 2004 registou-se um acréscimo de 37,2% das famílias beneficiárias deste apoio social. Segundo uma leitura territorial, constata-se que as freguesias de São Domingos de Rana e Alcabideche são aquelas que registam maior número de beneficiários, contrastando especialmente com as freguesias de Carcavelos e Estoril, onde este fenómeno tem pouca expressividade.

Figura 36 – Beneficiários do Rendimento Social de Inserção, por freguesia do concelho de Cascais, em 2003 e 2004 (nº)



Fonte: Gabinete de Estatística da Câmara Municipal de Cascais, DGEEP, Carta Social

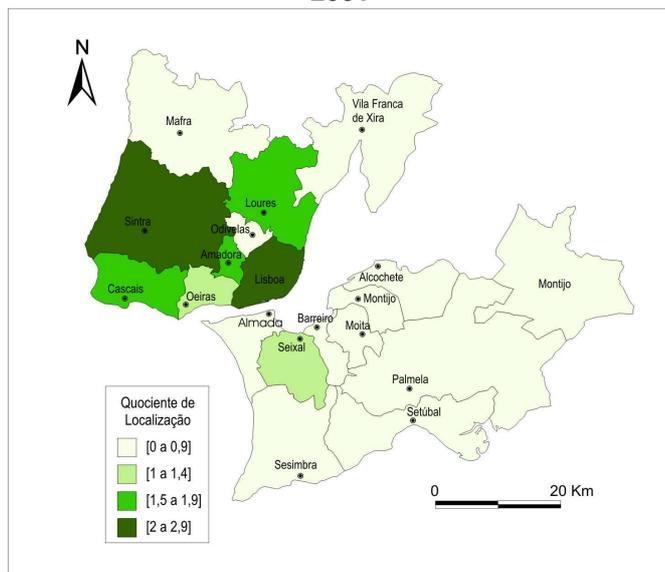
Assim sendo, a Carta Social deve não só contemplar um conjunto de Respostas Sociais que procurem responder às carências da população que se encontra nesta situação, como também procurar implementar medidas que visem a integração desta população em idade activa no mercado de trabalho, de modo a que estas possam satisfazer um conjunto de necessidades das suas famílias e assim evitar-se uma reprodução geracional da pobreza.

Imigrantes e Minorias Étnicas

De um modo geral, as minorias étnicas residentes em áreas urbanas críticas registam problemas semelhantes aos identificados no público-alvo anteriormente analisado. Porém, aos perfis sócio-profissionais mais desqualificados acresce uma matriz cultural e linguística distinta e, em muitos casos, uma situação de clandestinidade. Estes factores condicionam o acesso a uma habitação condigna e à sua incorporação no mercado de trabalho, o que conduz esta população a situações de sub-emprego e às redes de trabalho clandestino. A presença de minorias étnicas distintas nas áreas urbanas críticas fomenta conflitos e tensões étnicas. Esta realidade, particularmente visível nos bairros de realojamento, estimula o receio e gera estigmas relativamente a estes espaços e a esta população.

Em 2001, 55,3% dos indivíduos de nacionalidade estrangeira residentes no país encontravam-se na AML. Cascais, embora registando quantitativos de população estrangeira inferiores (quociente de localização de 1,5) aos registados em outros concelhos deste sistema metropolitano, como sendo Sintra e Lisboa (quocientes de localização de 2,9 e 2,6, respectivamente), apresenta uma incidência significativa deste grupo. No ano de 2001, residiam no concelho 10,3% dos 99.304 estrangeiros da Grande Lisboa, o que significa que cerca de 6% da população de Cascais era estrangeira.

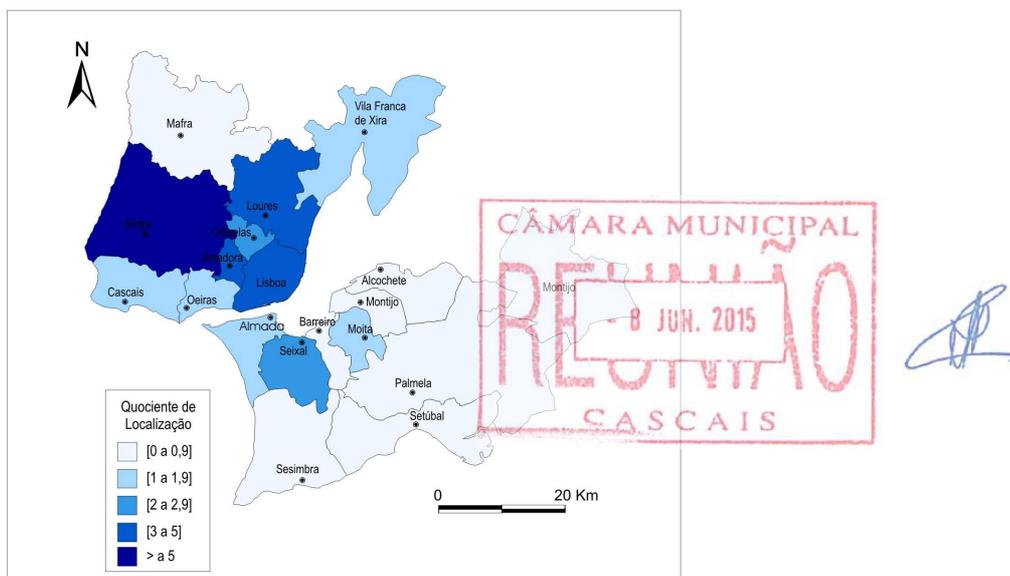
Figura 37 – Quociente de Localização da população com nacionalidade estrangeira na AML, em 2001



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal – Recenseamento da População e da Habitação, 2001.

A comunidade de imigrantes mais expressiva em Cascais é proveniente dos PALP – Países Africanos de Língua Portuguesa – (30,8%), seguida dos da União Europeia (27%). Todavia, no que trata à população com nacionalidade dos PALP no contexto da AML, Cascais apresenta-se como um dos concelhos onde esta população regista uma menor concentração (quociente de localização de 1,3, em 2001). Todavia, estes dois grupos de imigrantes têm registado uma diminuição da sua importância, ao longo dos últimos anos, enquanto imigrantes com outras origens geográficas registaram um crescimento muito significativo, é o caso da comunidade brasileira e dos nacionais da Europa de Leste, que entre 1991 e 2001 tiveram uma variação de 185,3% e 1951%, respectivamente.

Figura 38 – Quociente de Localização da população com nacionalidade PALP na AML, em 2001



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal – Recenseamento da População e da Habitação, 2001.

Em 2001, com base nos índices de segregação das principais nacionalidades, verifica-se que os imigrantes paquistaneses são os que se encontram espacialmente mais segregados (36,7), o que se explica pela sua reduzida expressão numérica, no concelho como na AML. De seguida, surge a população da União Europeia, com uma segregação espacial de 32,3, o que se relaciona com os seus elevados níveis de instrução e condição económico-social, que lhes permite aceder às áreas residenciais pautadas por uma boa imagem social e situadas nos espaços mais aprazíveis do concelho. Com valores muito próximos encontra-se a população asiática não proveniente da China, Índia ou Paquistão (índice de segregação de 30,3), o que resulta de se tratar de um grupo de imigrantes muito restrito, que por isso tende a concentrar-se espacialmente. Pelo contrário, a população com nacionalidade dos PALP, embora tratando-se da mais numerosa no concelho, no seu todo regista um dos índices mais reduzidos (14,2), o que se explica pela longa e acentuada presença no Concelho de Cascais.

Quadro 12 – Índice de segregação para as principais nacionalidades, para a AML e Cascais, 1991 e 2001

Nacionalidades	Cascais	
	1991	2001
Portugal	25,0	17,3
EU (15)	29,7	32,3
Europa de Leste	43,1	6,3
PALP	35,0	14,2
Cabo Verde	36,9	21,3
Guiné-Bissau	67,3	52,6
Angola	17,2	7,7
S. Tomé e Príncipe	17,8	27,2
Moçambique	28,5	17,1
Outros África	28,4	18,5
América do Norte	28,2	23,1
Brasil	30,1	24,0
Resto da Ásia	30,4	30,3
China	18,6	11,3
Índia	48,8	24,9
Paquistão	70,2	36,7

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Recenseamento da População e da Habitação, 1991 e 2001.

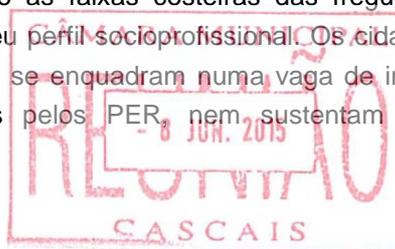
Quadro 13 – Indicadores socioprofissionais dos principais grupos de nacionalidades em Cascais, em 2001 (%)

Nacionalidade	Pequenos Patrões e Dirigentes de Pequenas Empresas	Pequenos Patrões Independentes e Quadros Técnicos (áreas intelectuais e Científicas)	Independentes e Empregados da Administração, Comércio e Serviços	Independentes e Operários da Indústria	Independentes e Trabalhadores do Sector Primário	Trabalhadores Não Qualificados - Operários	Trabalhadores Não Qualificados – Terciário	Grandes Empresários e Quadros Dirigentes	Outros	Taxa de Inactividade
Total	7,15	25,61	29,76	13,98	0,84	2,06	11,82	6,42	2,36	46,93
Portugal	7,15	25,55	31,05	13,55	0,84	1,77	11,59	6,19	2,32	47,26
EU – 15	10,77	43,66	16,00	3,98	0,81	0,59	2,43	19,32	2,43	51,15
Europa de Leste	2,60	17,53	9,09	29,87	1,46	19,81	15,26	3,08	1,30	14,21
Resto da Europa	12,28	36,84	14,04	5,26	0,00	1,75	7,02	22,81	0,00	62,00
PALP	2,91	4,19	11,24	37,73	1,00	8,58	30,20	1,76	2,38	33,76
Outros África	12,28	15,79	12,28	24,56	1,75	1,75	14,04	14,04	3,51	43,56
América do Norte	4,51	47,37	10,53	6,77	2,26	2,26	3,76	12,78	9,77	55,96
Brasil	7,05	29,48	20,93	16,10	0,83	3,83	11,72	7,38	2,67	28,84
Resto da América do Centro e Sul	10,67	29,33	16,67	10,00	0,67	0,67	18,00	9,33	4,67	35,34
China, Índia e Paquistão	31,51	5,48	52,05	0,00	0,00	0,00	6,85	2,74	1,37	27,72
Resto da Ásia	21,05	21,05	18,42	3,95	1,32	2,63	15,79	14,47	1,32	54,49
Oceânia	6,25	62,50	18,75	0,00	0,00	0,00	0,00	12,50	0,00	44,83
Dupla Nacionalidade e Outras Situações	9,02	35,83	22,83	8,44	0,58	1,39	8,06	10,31	3,55	56,75

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Recenseamento da População e da Habitação, 2001.

Nas áreas urbanas críticas de Cascais, os imigrantes das diversas nacionalidades não registam a mesma expressividade. Os nacionais dos PALP são aqueles que tendencialmente se encontram mais sobre-representados nestas áreas, o que se explica pelos reduzidos níveis de instrução e baixos padrões económico-sociais (37,7% são trabalhadores independentes e operários da indústria e 30% são trabalhadores não qualificados do terciário), que no início do seu processo de imigração condicionou o seu acesso a habitações condignas e fomentou a criação de grandes extensões de bairros de barracas, recentemente alvos de PER.

No pólo oposto estão os cidadãos dos Estados-Membros da União Europeia e da América do Norte, que pelo seu perfil sócio-profissional consideravelmente mais qualificado (44% são pequenos patrões independentes e quadros técnicos de áreas intelectuais e científicas), dispõem de condições económicas e sociais mais elevadas que lhes permitem aceder a um mercado de habitação de grande qualidade. De igual modo, também os brasileiros não apresentam expressividade nas áreas urbanas críticas, pois estes tendem a situar-se em áreas mais valorizadas, como sendo as faixas costeiras das freguesias de Cascais e Estoril, o que, uma vez mais se relaciona com o seu perfil socio-profissional. Os cidadãos de Leste e Asiáticos não têm incidência nestes espaços, porque se enquadram numa vaga de imigração relativamente recente e, como tal, não foram abrangidos pelos PER, nem sustentam grandes aglomerados populacionais.



Quadro 14 – População recenseada pelo PER – freguesias de Cascais, 1993

<i>País de Origem</i>	Concelho	Alcabideche	Cascais	Estoril	Parede	São Domingos de Rana	Carcavelos
Angola	218	27	27	50	94	19	1
Brasil	5	0	5	0	0	0	0
C.E. (exc. Portugal)	9	0	2	6	1	0	0
Cabo Verde	775	58	54	88	468	99	8
Guiné	792	0	4	230	548	10	0
Moçambique	18	9	5	0	4	0	0
Portugal	3386	445	412	426	1332	582	189
S. Tomé e Príncipe	59	11	4	26	11	6	1
Outros	109	18	32	34	14	9	2

Fonte: Câmara Municipal de Cascais – Gabinete PER.

A análise do quadro seguinte, permite constatar que os imigrantes das diferentes nacionalidades não registam todos a mesma importância no contexto da Carta de Equipamentos e Serviços Sociais. De facto, verifica-se que do cruzamento de quatro domínios de indicadores (instrução, condições económicas, habitabilidade e mobilidade), os imigrantes dos PALP são os que registam globalmente a pior situação económica e social. Atendendo a tratar da comunidade de imigrantes mais numerosa no concelho, compete à acção social desenvolver um vasto e importante conjunto de mecanismos de integração social e no mercado de emprego, com vista à supressão de problemas que tendem a reproduzir-se de geração para geração.

Relativamente aos restantes imigrantes, verifica-se que as principais problemáticas identificadas são distintas em função das nacionalidades. Assim, enquanto os imigrantes do Leste Europeu se confrontam, sobretudo, com problemas de ordem económica (elevada taxa de desemprego), o que limita a sua mobilidade geográfica, os cidadãos asiáticos registam principalmente baixos níveis de instrução, o que condiciona a sua integração social. Os imigrantes da União Europeia, do Resto da Europa, da América do Norte e da Oceânia compõem o grupo de imigrantes que menor relevo tem na Carta Social, uma vez que apresentam os níveis de instrução e as condições económicas, de habitabilidade e mobilidade mais elevadas.

Assim sendo, a Carta Social embora deva procurar responder a duas questões centrais do público imigrante – integração no mercado de trabalho e inclusão na sociedade portuguesa – em função das características de cada grupo de nacionalidades, deverá desenvolver respostas específicas e com amplitudes distintas.



A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized, cursive script.



Quadro 15 – Indicadores globais Ilustrativos das carências dos principais grupos de nacionalidades em Cascais, em 2001 (%)

Nacionalidades	Instrução		Condições Económicas			Habitabilidade		Mobilidade	
	Escolaridade Mínima Obrigatória (15 ou + anos)	Ensino Superior (20 ou + anos)	Taxa de Desemprego	Patrão/ Empregador	Alojamentos Não Clássicos	Alojamento Com Arrendamento Social	Alojamento Próprio	Empregado a trabalhar na Freg. Resid.	Empregado a Trabalhar fora do Concelho
Total	59,5	18,4	6,9	10,4	1,4	2,6	72,6	32,9	42,8
Portugal	58,4	17,2	6,9	10,2	0,9	2,4	74,4	32,7	43,2
EU – 15	87,0	54,9	4,6	17,5	0,4	0,7	51,3	28,7	52,2
Europa de Leste	82,1	35,4	6,8	6,8	1,3	0,3	27,3	44,3	24,4
Resto da Europa	79,8	50,5	1,8	26,8	0,0	0,0	51,7	20,4	59,2
PALP	34,4	3,2	8,6	4,4	26,1	18,8	37,2	38,1	28,5
Outros países de África	66,7	23,5	8,8	23,1	10,5	7,1	56,5	29,4	49,0
América do Norte	87,6	61,5	6,0	11,2	1,0	0,7	50,3	27,1	59,3
Brasil	78,1	29,3	6,3	16,1	0,7	1,3	32,2	38,0	35,7
Resto da América do Centro e Sul	76,0	39,6	13,3	11,5	0,5	0,0	46,0	39,5	35,3
China, Índia e Paquistão	56,8	11,1	1,4	31,9	0,0	0,0	57,7	84,3	10,0
Resto da Ásia	86,7	50,0	3,9	26,0	0,0	0,6	46,1	32,9	47,1
Oceânia	84,0	60,9	0,0	12,5	0,0	0,0	75,9	26,7	40,0
Dupla Nacionalidade e Outras Situações	79,7	33,8	8,9	15,7	2,9	2,4	73,7	28,9	48,7

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Recenseamento da População e da Habitação, 2001.



A handwritten signature in blue ink, located to the right of the red stamp.

3. PROJECCÕES DEMOGRÁFICAS

3. PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS

3.1. Nota introdutória

Um dos principais objectivos da Carta Social consiste em promover uma adequação da rede de estabelecimentos e Respostas Sociais de modo a que, em cada momento, as ofertas sociais respondam à procura que se regista em cada um dos domínios e Respostas Sociais prestadoras de serviços de acção social. Este constitui um factor determinante para que a Carta Social seja, de facto, um instrumento capaz de promover uma melhoria da qualidade de vida e dos direitos sociais da população em geral.

Por conseguinte, com base na análise da evolução demográfica recente e das tendências de urbanização regional e local, é possível definir algumas das principais tendências e impactes da demografia na evolução da procura de equipamentos e Respostas Sociais concelhios. Aliás, independentemente do tipo de processo de planeamento municipal ou regional, a demografia assume-se como uma componente essencial, na medida em que constitui um dos pilares de sustentação do desenvolvimento territorial, geradora de fluxos migratórios e de novas necessidades de conceitos, cujos impactes se reflectem indubitavelmente na configuração espacial, designadamente, no que concerne à programação de equipamentos colectivos.

Assim sendo, torna-se evidente a necessidade de prospectivar os quantitativos populacionais a curto e médio prazo, de modo a identificarem-se, atempadamente, eventuais desfasamentos entre a oferta e a procura de equipamentos e Respostas Sociais de carácter social, ou outro tipo de problemas que daí advenham. Importa salientar que o estudo prospectivo possibilita ajustar a rede social às necessidades já sentidas pela população concelhia actual, mas também tem em conta os eventuais acréscimos de necessidades sociais resultantes da fixação de novos residentes. O modelo a adoptar nesta Carta Social destina-se a esse fim, na medida em que permite estimar a população por grupos etários, em diferentes momentos futuros.

Deste modo, serão realizadas projecções demográficas para 2011 e 2016, utilizando o Modelo *Cohort-Survival*. No estudo prospectivo, especialmente centrado nas seis freguesias do concelho, considerou-se a evolução temporal da população, por grandes grupos etários, no período 1991-2001, para se prospectivar a sua evolução para o horizonte temporal 2001-2011 e, posteriormente, com base nestes dois intervalos temporais (1991-2001 e 2001-2011) desenvolveu-se o mesmo tipo de exercício para um segundo horizonte 2011-2016. Todavia, tendo em conta o contexto metropolitano, em que Cascais se insere, pautado por constantes fluxos espaciais, de carácter residencial ou para fins laborais, e dinâmicas sócio-económicas, com alterações consideráveis no modelo de desenvolvimento e ocupação do território, as projecções demográficas foram desenvolvidas segundo três cenários prospectivos: tendencial, expansionista e regressivo. Assim, as estimativas populacionais fornecem informação indicativa sobre o número de crianças, de jovens, de população em idade activa e de idosos, nesses dois horizontes temporais, o que permite construir um cenário prospectivo de procura de equipamentos e Respostas Sociais mais próximo da realidade.

3.2. Metodologia adoptada: Modelo Cohort-Survival

O modelo *Cohort-Survival* aberto corresponde a um modelo que se baseia na capacidade de sobrevivência de um grupo de indivíduos que está sujeito ao mesmo tipo de acontecimentos

demográficos, no decorrer de uma determinada unidade temporal. Este modelo assenta em dois pressupostos de base, que são os seguintes:

- A existência de um grupo etário e um período de projecção, sendo que este deve corresponder à amplitude do primeiro;
- A probabilidade que um grupo tem, num determinado momento, de sobreviver e passar a constituir o grupo etário seguinte, num momento posterior. Aqui está subjacente uma equação de concordância onde a população final é igual à população inicial, a que se adicionam os nascimentos e as migrações, e se subtraem os óbitos e as emigrações. Esta traduz o efeito do crescimento natural e da variação migratória, na evolução da população, num intervalo temporal.

Construiu-se o modelo, com o objectivo de prospectivar a população residente no concelho, no ano 2011 e 2016, a partir da evolução demográfica patenteada durante a década de noventa, a vários níveis, designadamente, estrutura etária, taxas brutas e específicas de mortalidade e natalidade e saldo migratório. O primeiro passo metodológico centrou-se na recolha de informação estatística específica:

- População residente para todas as freguesias do concelho, por grupo etário, em 1991 e 2001;
- Nados-vivos por grupos etários das mães (grupos etários decenais férteis: dos 10 aos 59 anos), para cada freguesia, entre 1991 e 2001;
- Óbitos, por grupo etário, para todos os anos entre 1991 e 2000;
- Óbitos com menos de 1 ano, entre 1991 e 2000;
- Taxa de mortalidade infantil média do último quinquénio;
- Taxa de natalidade e mortalidade para as freguesias, o concelho, a Grande Lisboa e o Continente, em 1991 e 2001;
- Taxa de crescimento migratório para o Continente e Grande Lisboa, entre 1990 e 1998.

O primeiro cenário prospectivo a ser desenvolvido foi o *Cenário Tendencial*. Este foi encetado, tendo por base a população residente em 1991, o saldo fisiológico entre 1991 e 2001 e ainda a população recenseada em 2001, o que permitiu encontrar o saldo migratório e a respectiva taxa.

Seguidamente, elaboraram-se as taxas de natalidade específicas [(nados-vivos por grupo etário / população residente por grupo etário) * taxa de sobrevivência infantil] e as taxas de sobrevivência associadas a cada grupo etário (1-(óbitos por grupo etário / população residente média do grupo etário na década)]. Para se encontrarem as taxas de sobrevivência a aplicar nos intervalos das projecções, consideraram-se os nados-vivos registados ao longo da década de noventa. As taxas de natalidade específicas que foram consideradas para os períodos em projecção foram as registadas em 2001, aplicando-se, posteriormente, a probabilidade de sobrevivência (1 – taxa de mortalidade infantil). Através desta operação foi possível quantificar o número de nados-vivos que sobrevivem, sendo importante pelo facto de neste período da vida a mortalidade ser, comparativamente aos restantes, tendencialmente elevada, não obstante os inúmeros ganhos em saúde infantil registados no decurso das últimas décadas.

As taxas de migração utilizadas para a primeira década do século (2001-2011) foram as obtidas na década anterior, mas aplicadas à população residente em 2001, pois considerou-se que a tendência se iria manter, ou seja, partiu-se do pressuposto de que na década posterior (2001-2011) o saldo migratório iria ser o mesmo, sendo por isso aplicado este saldo à população de 2001.

A projecção num cenário tendencial corresponde à equação de concordância, traduzindo o efeito de crescimento natural e do saldo migratório na evolução da população (a população final, em cada uma das freguesias, é igual à população inicial ao que acrescem os nascimentos e as emigrações registadas ao longo da década).

Para projectar a população do primeiro escalão etário (0 aos 9 anos), multiplicaram-se os produtos das taxas de natalidade específicas, pela população residente no grupo etário respectivo, em 2001. Os escalões etários seguintes correspondem ao produto da população residente em 2001, pelas taxas de sobrevivência e de migração, dos grupos etários anteriores. Para o último escalão, a operação segue a mesma estrutura, no entanto, entra-se em linha de conta simultaneamente com o grupo etário anterior (60-69 anos) e o último (70 ou mais anos) que engloba o resto da população, visto tratar-se de um grupo etário aberto.

De seguida, construíram-se os *Cenário Expansionista e Regressivo*, tendo em conta a conjugação de múltiplos factores, nomeadamente, demográficos, económicos, sociais e as dinâmicas de desenvolvimento concelhias, regionais e nacionais. Os processos utilizados foram os referidos anteriormente, só que foram aplicados alguns pressupostos de base exteriores ao modelo, assumindo que alguns dos fenómenos demográficos poderão vir a sofrer comportamentos diferenciados nos próximos anos.

Nestes novos cenários, assume-se que as taxas de mortalidade, por grupo etário, irão estacionar, mantendo-se praticamente inalteradas até 2011 e 2016. Este pressuposto assenta na ideia corrente de que não é expectável que nos próximos anos, face ao nível de qualidade de vida global que atingimos, em particular no que concerne aos consumos alimentares, condições de habitabilidade e higiene, prestação e acesso aos cuidados de saúde e aos próprios desenvolvimentos da medicina laboratorial, que a esperança média de vida se venha a alterar significativamente. Tal facto é validado pela evolução recente das taxas brutas de mortalidade no país e no concelho, registando-se uma clara tendência para a estabilização, no decurso da última década¹⁶. Contudo, importa salientar que nem mesmo num cenário regressivo é equacionada a ocorrência de eventuais fenómenos anómalos, como sendo epidemias, catástrofes naturais ou situações idênticas, com efeitos acentuados sobre a mortalidade, uma vez que pela elevada amplitude da sua frequência ou desconhecimento de factos concretos que permitam prevê-los, tal não é possível.

No *Cenário Expansionista*, para todas as freguesias do concelho, é assumido, por um lado, o crescimento da taxa de natalidade e, por outro lado, o incremento dos valores do saldo migratório. Todavia, os valores assumidos registaram uma maior ou menor variação relativamente às taxas de natalidade e migratória observadas em 2001, em função das características de cada freguesia.

Assim sendo, as freguesias de Alcabideche, Cascais e São Domingos de Rana correspondem aquelas a que foi atribuído o maior crescimento da natalidade e do saldo migratório, uma vez que são as que registam maior possibilidade de expansão urbana, ao que se encontra associada a fixação de casais jovens em idade de procriar, factor este com impactes directos na natalidade. Este facto é justificado pelo elevado número de novos fogos em licenças de construção emitidas entre 2001 e 2004 nestas freguesias (73% do total observado no concelho)¹⁷, assim como pela criação de inúmeras actividades económicas, previstas em planos de pormenor para estes espaços. Por outro lado, constata-se que é também nas freguesias de Alcabideche e de São Domingos de Rana que se têm construído, encontra em construção ou está prevista a edificação da maior parte dos empreendimentos PER, os quais se

¹⁶ Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal.

¹⁷ Fonte: Câmara Municipal de Cascais, Gabinete de Estatística.

destinam a uma população em grande parte de origem estrangeira, sobretudo proveniente dos PALOP, a qual denota um padrão de fecundidade em média superior ao da população autóctone, o que em contribui para a especificidade destas freguesias. Deve referir-se, que a freguesia de São Domingos de Rana poderá mesmo, numa situação de expansão, ver o seu saldo migratório muito reforçado, face à concretização de algumas infra-estruturas rodoviárias previstas, bem como à proximidade ao concelho de Oeiras e em particular ao centro de inovação empresarial *Taguspark*.

As freguesias do Estoril e da Parede, pelas suas estruturas etárias observadas em 2001 (onde se registam os valores percentuais mais elevados da população com 65 ou mais anos e os mais baixos da população em idade activa, assim como de população jovem) e pelo seu tecido urbano mais consolidado, foram atribuídos menores acréscimos na taxa de natalidade e na taxa migratória. Com efeito, entre 2001 e 2004 foram apenas emitidas para estas freguesias 16,8% dos novos fogos em licenças de construção e, em termos de projectos previstos, estes resumem-se a unidades hoteleiras e pequeno comércio.

Numa posição intermédia encontra-se a freguesia de Carcavelos, onde o acréscimo das taxas de natalidade e migratória assumido não foi tão relevante como nas freguesias de Alcabideche, Cascais ou São Domingos de Rana, mas também não foi tão baixo no Estoril ou na Parede. Os valores adoptados são justificados pela sua estrutura etária actual, marcada pela preponderância da população jovem em relação aos idosos, pelo facto de registar 10,6% dos novos fogos em licenças de construção emitidas, entre 2001 e 2004, mas não também por não se encontrarem previstas importantes dinâmicas ao nível das actividades económicas ou das infra-estruturas de apoio.

No *Cenário Regressivo*, para todas as freguesias do concelho, assumiu-se um decréscimo da taxa de natalidade e da taxa migratória, com excepção da freguesia de São Domingos de Rana. Uma vez mais as taxas adoptadas tiveram um maior ou menor incremento relativamente às taxas observadas em 2001, em função das características de cada freguesia.

Os factores explicativos anteriormente expostos para cada freguesia serviram de base também para a escolha das taxas de natalidade e migratória neste cenário. Assim as freguesias que do ponto de vista económico, demográfico e urbano registam um maior dinamismo, nomeadamente Cascais e Alcabideche, foram alvo de reduções menos significativas, enquanto que às freguesias de Carcavelos, Estoril e Parede atribuiu-se uma redução mais acentuada da taxa de natalidade e migratória. A freguesia de São Domingos de Rana, pelo crescimento relevante que tem registado, assumiu-se como aceitável para este cenário hipotético uma estagnação das duas taxas.

3.3. Análise dos resultados prospectivos

Assim sendo, obtiveram-se três tipos de estimativas populacionais (tendencial, expansionista e regressivo), segundo grupos etários decenais, para cada uma das seis freguesias do concelho, para um curto e médio prazo, 2011 e 2016 respectivamente.

Para 2011, num Cenário Tendencial, isto é, mantendo-se os mesmos factores demográficos, económicos, sociais e de crescimento urbano que no período 1991-2001, espera-se que a população de Cascais cresça 8,8% (de 170.683 habitantes em 2001 passe para 185.750 habitantes), o que representa um crescimento mais moderado do que o registado na década anterior (variação populacional de 11,3%). Porém, numa análise desagregada por freguesias observam-se ritmos de crescimento diferenciados. É na freguesia de São Domingos de Rana que os quantitativos populacionais registarão a

maior variação (16,9%), à qual se seguem as freguesias de Alcabideche e de Cascais, ambas com a mesma variação populacional (14,6%). Nas freguesias do Estoril e da Parede a tendência de decréscimo populacional continuará a acentuar-se, embora os valores percentuais do Estoril (-2,2%) sejam claramente menos significativos do que os da Parede (-17,4). Uma vez mais a freguesia de Carcavelos tenderá a manifestar uma posição intermédia, reflectindo os valores médios concelhios (variação populacional de 8,8%).

Segundo uma leitura por grupos etários decenais, verifica-se que a população infantil (0-9 anos) e a população jovem (10-19 anos) tenderá a diminuir ligeiramente, em todas as freguesias. No entanto, é nas freguesias de Alcabideche, Cascais e São Domingos de Rana que estes grupos etários continuaram a registar valores percentuais mais significativos. Concomitantemente, o envelhecimento populacional, assim como o índice de dependência de idosos, tenderá a acentuar-se em todo o concelho, ainda que com particular incidência nas freguesias do Estoril (29,4% do universo populacional da freguesia terá 60 ou mais anos, em 2011) e da Parede (35,4%). As freguesias de São Domingos de Rana, em particular, e de Alcabideche serão aquelas onde a proporção de idosos será menor (21,3% e 25,5%). Por conseguinte é nas freguesias de São Domingos de Rana, de Cascais e de Alcabideche que a população em idade activa regista maior expressão e, como tal, é também nestes territórios que o índice de dependência total será menor.

Quadro 16 – Projecções demográficas, por freguesia, para 2011 – Cenário Tendencial

Grupos Etários (anos)	Alcabideche	Carcavelos	Cascais	Estoril	Parede	S.D. Rana	Total Concelhio	Varição Populacional 2001-2011
0-9	3.617	2.131	4.432	2.886	2.331	4.359	19.756	16,1
10-19	2.713	1.959	2.029	1.463	554	5.445	14.163	-24,4
20-29	4.549	2.035	4.535	2.488	1.320	6.115	21.042	-20,1
30-39	5.784	3.326	5.167	3.331	1.942	8.108	27.658	8,3
40-49	5.387	3.489	5.713	3.250	1.612	8.932	28.383	16,0
50-59	5.115	3.065	5.550	3.006	1.757	7.532	26.025	11,0
60-69	4.716	2.809	5.063	3.138	2.193	5.754	23.673	32,6
70 ou +	4.569	2.979	5.624	3.688	3.013	5.177	25.050	44,9
Total	36.450	21.793	38.113	23.250	14.722	51.422	185.750	8,8

Fonte: Projecções Demográficas – CEDRU, 2005.

Depois de se terem obtido os “grandes números” tendenciais para o concelho e para cada uma das freguesias, para o horizonte 2011, desenvolveram-se os outros dois cenários demográficos: expansionista e regressivo.

Assim sendo, num Cenário Expansionista estima-se que a população do concelho registre um crescimento bastante acentuado (14,3%), passando de 170.683 habitantes para 195.113 habitantes. Numa análise comparativa por freguesia, evidencia-se a preponderância de Alcabideche e de São Domingos de Rana, com acréscimos populacionais na ordem dos 22%, ao qual se segue a freguesia de Cascais com uma variação populacional de 18,8% e a freguesia de Carcavelos, embora com um crescimento mais diminuto (10,9%). Relativamente às freguesias do Estoril e da Parede observa-se que, mesmo num cenário de crescimento demográfico e migratório eventualmente muito positivo, estas apresentariam valores muito reduzidos, ou seja, o Estoril conseguiria alcançar valores positivos (1,2%) enquanto que a Parede registaria à mesma um decréscimo populacional, embora mais moderado (-3,5%).

Tal como observado no Cenário Tendencial, também num Cenário Expansionista Cascais denota uma tendência para o envelhecimento da sua estrutura etária, pautada por um reforço dos valores

percentuais da população com 60 ou mais anos (25,5%), os quais ultrapassam significativamente a proporção de crianças e jovens (19,4%). Este é o padrão demográfico comum a todas as freguesias do concelho, ainda que as freguesias que já em 2001, tinham a base das suas pirâmides etárias mais amplas, nomeadamente, Alcabideche e São Domingos de Rana, neste cenário continuarão a registar um acréscimo menos significativo das camadas etárias mais envelhecidas.

Num Cenário Regressivo, isto é, em que a taxa de natalidade e a taxa migratória tendem a estabilizar ou mesmo a regredir, Cascais apresentará em 2011 um crescimento pouco relevante (1,5%). As freguesias mais dinâmicas, apresentarão aumentos populacionais muito reduzidos, nunca ultrapassando os 10%, enquanto que as freguesias mais envelhecidas, menos atractivas à fixação de casais em idade de procriar e com um tecido urbano mais consolidado, tenderão a registar decréscimos populacionais mais expressivos (Estoril e Parede).

Numa análise desagregada por grandes grupos etários, o aspecto mais relevante consiste no forte aumento da população idosa e, subsequentemente, no importante aumento do índice de envelhecimento (148), o que traduz uma pirâmide etária invertida. Neste cenário hipotético, a freguesia da Parede constituirá o território onde esta tendência alcançará maior expressividade, pois prevê-se um índice de envelhecimento de 253. No pólo oposto encontra-se São Domingos de Rana, onde a expressividade das camadas etárias mais jovens continuarão a manifestar-se e, como tal, o seu índice de envelhecimento não irá além dos 105.

Quadro 17 – Projecções demográficas, por freguesia, para 2011 – Cenário Expansionista e Regressivo

Grupos Etários (anos)	Alcabideche		Carcavelos		Cascais		Estoril		Parede		S. D. de Rana	
	Expan.	Regres.										
0-9	4.425	3.502	2.398	1.638	4.779	4.215	3.086	2.374	2.428	1.607	5.256	4.638
10-19	2.908	2.365	1.968	1.936	2.204	1.327	1.742	1.501	1.168	510	5.542	5.158
20-29	4.884	3.954	2.045	2.008	4.669	4.669	2.525	2.493	1.543	1.304	6.271	5.659
30-39	6.083	5.229	3.361	3.229	5.238	5.238	3.397	3.340	2.367	1.911	8.278	7.609
40-49	5.713	4.808	3.536	3.361	5.869	5.089	3.260	3.252	2.072	1.579	9.245	8.012
50-59	5.422	4.570	3.075	3.036	5.706	4.926	3.025	3.009	2.127	1.731	7.715	6.992
60-69	4.025	4.641	2.814	2.793	5.169	4.637	3.163	3.142	2.361	2.361	5.823	5.551
70 ou +	5.191	3.462	3.016	2.879	5.869	4.648	3.868	3.670	3.136	3.004	5.348	4.675
Total	38.651	32.531	22.213	20.880	39.503	34.749	24.066	22.781	17.202	14.007	53.478	48.294

Fonte: Projecções Demográficas – CEDRU, 2005.

De acordo com os resultados prospectivos para o horizonte temporal 2016¹⁸, conclui-se que relativamente a 2001, Cascais tenderá a continuar a registar um aumento dos seus quantitativos populacionais. Assim sendo, o Concelho de Cascais terá, num Cenário Tendencial, um crescimento populacional de 11,6% (190.453 habitantes), num Cenário Expansionista poderá ver os seus quantitativos populacionais aumentarem até 17,3% (200.234 habitantes), enquanto que num Cenário Regressivo esse acréscimo será apenas de 3,5% (176.737 habitantes). Todavia, estes são valores médios concelhios, como tal, numa leitura por freguesia, verifica-se que as freguesias que nas estimativas populacionais para 2011 manifestaram maior dinamismo tenderão a mantê-lo a médio prazo, enquanto que as freguesias que se apresentaram menos atractivas e, que por isso, observaram uma diminuição do número de habitantes, registarão um comportamento idêntico. Todavia, e uma vez mais, os valores tenderão a oscilar em função do cenário em questão.

¹⁸ Ponto Crítico: Importa referir que, em termos metodológicos, as estimativas populacionais para 2016, resultam de cálculos específicos a partir dos resultados obtidos nas projecções desenvolvidas para o horizonte temporal 2021.

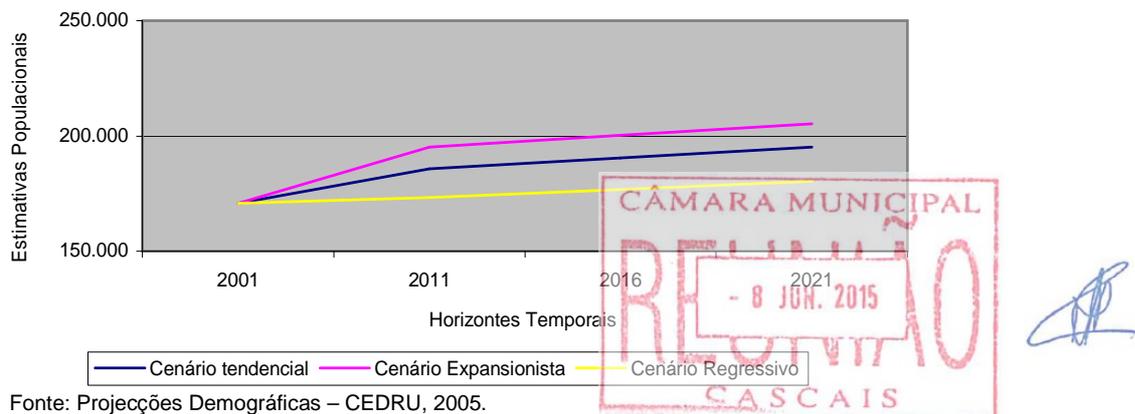
Para o ano 2016, acompanhando os fenómenos demográficos que se têm vindo a acentuar nas últimas décadas, continuará a registar-se um aumento da proporção de população idosa, uma diminuição das faixas etárias mais jovens, um aumento do índice de envelhecimento e de dependência dos idosos e progressivamente, uma capacidade decrescente de substituição das gerações, independentemente do tipo de cenário demográfico. Todavia, a incidência destes fenómenos tenderá a manifestar-se espacialmente de forma diferenciada, no contexto concelhio.

Quadro 18 – Projecções demográficas, por freguesia, para 2016 – Cenários Tendencial, Expansionista e Regressivo

Unidade Geográfica	Grupos Etários								Total
	0-9 anos	10-19 anos	20-29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-59 anos	60-69 anos	70 ou mais anos	
Alcabideche									
Tendencial	3.607	2.901	3.889	5.430	5.962	5.550	5.200	5.794	38.333
Expansionista	4.294	3.110	4.175	5.710	6.322	5.883	4.438	6.597	40.529
Regressivo	3.478	2.529	3.380	4.909	5.321	4.959	5.117	4.364	34.057
Carcavelos									
Tendencial	2.016	1.998	2.037	2.780	3.613	3.300	2.900	3.623	22.267
Expansionista	2.309	2.007	2.048	2.809	3.661	3.311	2.906	3.669	22.720
Regressivo	1.703	1.974	2.010	2.699	3.480	3.269	2.884	3.496	21.515
Cascais									
Tendencial	4.423	2.398	3.521	5.029	5.940	6.151	5.554	6.823	39.839
Expansionista	4.729	2.606	3.625	5.098	6.102	6.324	5.670	7.125	41.279
Regressivo	4.202	1.569	3.625	5.098	5.291	5.459	5.087	5.614	35.945
Estoril									
Tendencial	2.653	1.699	1.999	2.832	3.245	3.051	2.952	4.029	22.460
Expansionista	3.042	2.023	2.029	2.888	3.255	3.070	2.975	4.228	23.510
Regressivo	1.909	1.743	2.003	2.839	3.247	3.053	2.955	4.008	21.757
Parede									
Tendencial	1.926	723	882	1.467	1.481	1.481	1.841	3.080	12.881
Expansionista	2.414	1.525	1.031	1.789	1.903	1.792	1.982	3.206	15.642
Regressivo	1.451	666	871	1.444	1.450	1.459	1.982	3.071	12.394
S. Domingos de Rana									
Tendencial	4.297	5.139	6.242	7.498	9.486	8.840	6.698	6.473	54.673
Expansionista	4.918	5.230	6.401	7.656	9.818	9.055	6.779	6.697	56.554
Regressivo	4.395	4.868	5.777	7.037	8.509	8.206	6.462	5.815	51.069
Total Concelho									
Tendencial	18.922	14.858	18.570	25.036	29.727	28.373	25.145	29.822	190.453
Expansionista	21.706	16.501	19.309	25.950	31.061	29.435	24.750	31.522	200.234
Regressivo	17.138	13.349	17.666	24.026	27.298	26.405	24.487	26.368	176.737

Fonte: Projecções Demográficas – CEDRU, 2005.

Assim sendo, a população do Concelho de Cascais continuará a crescer, no decurso dos próximos anos, como impacte directo do dinamismo que tem vindo a revelar, mas também pelo facto de se encontrar inserido numa grande aglomeração metropolitana, como é a AML. Porém, esse crescimento poderá oscilar, de forma mais ou menos positiva, em função das opções de desenvolvimento económico e territorial assumidas, capacidade de resposta e satisfação das necessidades das populações e oferta de padrões de vida mais sustentáveis, mas também da própria conjuntura regional e outros factores externos.

Figura 39 – Síntese concelhia das projecções demográficas, para o concelho de Cascais, para 2011

3.4. Cenários Demográficos: impactes na procura de Respostas Sociais

Com base nas projecções demográficas realizadas para o Concelho de Cascais, importa identificar-se seguidamente quais os impactes ao nível da procura de equipamentos e Respostas Sociais, em cada freguesia e cenário prospectivo, para os dois horizontes temporais.

Para tal, sucederam-se vários passos, nos quais se tiveram em conta três aspectos fulcrais:

- Critérios metodológicos utilizados na realização das projecções demográficas, para cada cenário, ao nível de cada horizonte temporal, em cada freguesia, designadamente, os *inputs* de natalidade e fluxos migratórios introduzidos, entre outras variáveis;
- Dois tipos de *outputs* derivados dos exercícios prospectivos, em particular, as variações populacionais, segundo uma leitura evolutiva, e as estruturas etárias, numa dupla lógica (intra-concelhia e comparativa);
- O tempo decorrido entre cada horizonte temporal, sendo que a análise prospectiva a médio prazo consiste num período de 10 anos, enquanto que no segundo horizonte temporal estão compreendidos apenas 5 anos.

Por conseguinte, desenvolveu-se uma matriz de impactes nas futuras procuras de Respostas Sociais, no contexto concelhio. Tendo em conta a metodologia inerente às projecções demográficas, a avaliação de impactes incide directamente em dois domínios de actuação: na infância e juventude e nos idosos. A avaliação de impactes varia entre *Forte*, quando as transformações demográficas exigem uma maior actuação no reordenamento e programação da rede de equipamentos, *Razoável*, quando as alterações demográficas registadas implicam acréscimos/reduções significativos na dotação da rede social, e *Fraco*, quando a componente demográfica promove apenas meros ajustamentos entre a oferta e a procura. Acresce ainda um quarto tipo de impactes – *Nulo* – sempre que se considere que os quantitativos populacionais não influenciem a rede de equipamentos e Respostas Sociais.



Quadro 19 – Cenários demográficos e impactes na procura das Respostas Sociais

Unidade Territorial	Domínio de Actuação	Horizonte Temporal 2011			Horizonte Temporal 2016		
		Cenário Regressivo	Cenário Tendencial	Cenário Expansionista	Cenário Regressivo	Cenário Tendencial	Cenário Expansionista
Alcabideche	Infância e Juventude	●	⊙	●	●	⊙	●
	Idosos	●	⊙	●	●	●	●
Carcavelos	Infância e Juventude	-	-	●	●	●	●
	Idosos	⊙	⊙	⊙	●	●	●
Cascais	Infância e Juventude	●	⊙	⊙	-	●	⊙
	Idosos	⊙	⊙	⊙	●	⊙	⊙
Estoril	Infância e Juventude	-	-	●	-	●	●
	Idosos	●	⊙	⊙	⊙	⊙	⊙
Parede	Infância e Juventude	-	-	●	-	-	●
	Idosos	●	●	●	●	●	⊙
São Domingos de Rana	Infância e Juventude	⊙	⊙	●	●	⊙	●
	Idosos	●	●	-	●	●	-

Legenda:

- Forte
- ⊙ Razoável
- Fraco
- Nulo



A handwritten signature in blue ink, located to the right of the red stamp.

4. ANÁLISE DA OFERTA DE EQUIPAMENTOS

4. ANÁLISE DA OFERTA DE EQUIPAMENTOS

4.1. Introdução

A rede de equipamentos sociais do Concelho de Cascais, tal como no restante território nacional, resulta do empenhamento e investimento de recursos públicos e privados de um amplo conjunto de instituições.

O recenseamento efectuado com o objectivo de localizar e caracterizar os equipamentos existentes no concelho processou-se em dois períodos. Numa primeira etapa, que decorreu entre Março e Julho, foram inquiridos 221 equipamentos através de inquérito postal e contacto telefónico. Numa segunda etapa, empreendida entre Outubro e Novembro, foram inquiridos mais 72 equipamentos quase exclusivamente de instituições Com Fins Lucrativos através de entrevistas presenciais. Assim, o recenseamento efectuado identificou 294 equipamentos sociais, geridos por 207 entidades, na sua maioria Instituições Com Fins Lucrativos.

Os equipamentos sociais instalados no concelho desenvolvem respostas em vários domínios sociais, consoante a população-alvo em causa. Como metodologia de análise foram considerados nove grandes domínios de actuação, designadamente:

- Infância e Juventude (I);
- Reabilitação e integração de pessoas com deficiência (II);
- Idosos (III);
- Família e comunidade (IV);
- Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias (V);
- Pessoas infectadas e afectadas pelo VIH/SIDA (VI);
- Pessoas em situação de dependência (VII);
- Pessoas com doença mental (VIII);
- Outros (IX).

Grande parte dos equipamentos possui uma acção transversal a vários domínios, para além de actuarem em múltiplas Respostas Sociais do mesmo domínio. São raros os casos em que um equipamento possui apenas uma Resposta Social, o que revela a preocupação das entidades gestoras em conseguirem responder eficazmente à multiplicidade de carências da população e à escassez da oferta.

O aumento do número de Respostas Sociais sedeadas no mesmo equipamento (dirigidas, ou não para a mesma população-alvo) traduz-se, em geral, num melhor aproveitamento das infra-estruturas, numa maior rentabilização dos recursos humanos e de ganhos para os diferentes utentes, pelo que esta tem sido uma opção assumida quer na concepção dos equipamentos, quer nas ampliações ou remodelações posteriormente efectuadas.

4.2. Padrão territorial de distribuição dos equipamentos e Respostas Sociais associadas

A rede de equipamentos sociais de Cascais apresenta uma irregular distribuição territorial destacando-se as freguesias de Estoril e de São Domingos de Rana por concentrarem um maior número de equipamentos. No entanto, devemos considerar na leitura deste padrão territorial que a área de influência dos equipamentos sociais é variável consoante a sua tipologia e a respectiva população-alvo. Ou seja, enquanto determinado tipo de equipamentos, em particular aqueles que servem um maior número de população, apresentam uma rede de actuação de nível local, outros, destinados a acolher respostas de grupos mais específicos, dada a menor dimensão da sua procura têm uma área de influência de nível municipal, ou supra-municipal localizando-se, na maioria das vezes, nos lugares mais centrais e que beneficiam de melhores acessibilidades. Dentro do primeiro grupo de equipamentos integram-se aqueles que respondem aos domínios da infância e juventude, dos idosos, da família e comunidade e das pessoas em situação de dependência. É nestes domínios que se espera que todas as freguesias estejam adequadamente dotadas.

Considerando este padrão territorial óptimo, verifica-se que a maior fragilidade decorre da escassa oferta de equipamentos dirigidos à população idosa, na freguesia de Carcavelos. A oferta de equipamentos vocacionados para o apoio à família e à comunidade é igualmente deficitária, afectando um leque mais amplo de freguesias, designadamente: Alcabideche, Carcavelos e Parede.

Quadro 20 – Equipamentos segundo o domínio de actuação, por freguesia (nº)

Freguesia	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total
Alcabideche	29	2	18	2	1	0	2	1	3	58
CFL	2	0	6	0	0	0	0	0	1	9
SFL	27	2	12	2	1	0	2	1	2	49
Carcavelos	25	2	6	2	4	0	2	0	5	46
CFL	10	0	4	0	0	0	0	0	3	17
SFL	15	2	2	2	4	0	2	0	2	29
Cascais	36	1	15	4	2	1	1	0	4	64
CFL	18	0	8	0	0	0	0	0	1	27
SFL	18	1	7	4	2	1	1	0	3	37
Estoril	30	8	17	6	0	0	4	1	9	75
CFL	9	0	10	0	0	0	1	0	3	23
SFL	21	8	7	6	0	0	3	1	6	52
Parede	18	4	16	3	3	0	3	0	5	52
CFL	8	0	9	0	1	0	1	0	1	20
SFL	10	4	7	3	2	0	2	0	4	32
São Domingos de Rana	36	2	15	6	1	1	3	0	5	69
CFL	10	1	3	0	0	0	0	0	2	16
SFL	26	1	12	6	1	1	3	0	3	53
Total Geral	174	19	87	23	11	2	15	2	31	-
% Total	59	6	30	8	4	1	5	1	11	-

Fonte: Inquéritos CEDRU, 2005.

Domínios de actuação: (I) Infância e Juventude; (II) Reabilitação e integração de pessoas com deficiência; (III) Idosos; (IV) Família e comunidade; (V) Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias; (VI) Pessoas infectadas e afectadas pelo VIH/SIDA; (VII) Pessoas em situação de dependência; (VIII) Pessoas com doença mental; (IX) Outros.

NOTA: CFL= Com fins lucrativos; SFL – Sem fins lucrativos.

O grupo-alvo “Infância e Juventude” destaca-se, em termos de número de respostas existentes, com um grande peso de determinadas Respostas Sociais como os Centros de Actividades de Tempos Livres e as Ludotecas, bem como dos Estabelecimentos de Educação Pré-escolar e das Creches. O padrão de distribuição territorial apresentado por estes equipamentos é adequado face à distribuição espacial da população nestes grupos etários.

O Apoio a Idosos é o segundo domínio com maior volume de equipamentos, sendo maioritariamente constituído pela Resposta Social Centro de Convívio/Academia, logo seguida pelos Lares e Centros de Dia. Os domínios com menor representação na oferta são o V, VI, VII, VIII, uma vez que são respostas que abrangem uma população-alvo restrita com problemáticas muito específicas, de que é exemplo a população com comportamentos aditivos (V), os portadores de VIH/SIDA (VI), ou as pessoas com doença mental (VIII). Da análise efectuada resulta ainda a verificação de que o apoio domiciliário, uma Resposta Social transversal a todos os domínios, é prestado a partir de um número ainda reduzido de equipamentos.

Quadro 21 – Equipamentos segundo as Respostas Sociais inquiridas, por freguesia (nº)

			Alcabideche		Carcavelos		Cascais		Estoril		Parede		S. D. Rana	
			CFL	SFL	CFL	SFL	CFL	SFL	CFL	SFL	CFL	SFL	CFL	SFL
Infância e Juventude	I.1	Acolhimento Familiar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	I.2	Ama	-	-	-	-	1 ¹⁹	-	-	-	-	1	-	1
	I.3	Centro de Actividades de Tempos Livres e Ludotecas	1	11	-	8	1	8	1	11	-	3	2	12
	I.4	Centro de Acolhimento Temporário	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	2
	I.5	Centro de Férias	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-
	I.6	Clube de Jovens	-	2	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2
	I.7	Creche	1	7	6	3	14	5	3	7	7	3	7	8
	I.8	Creche Familiar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
	I.9	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	2	13	7	7	14	11	7	11	5	8	7	13
	I.10	Lar de Crianças e Jovens	-	1	-	1	-	-	-	3	-	-	-	-
Reabilitação e integração de pessoas com deficiência	II.1	Acessibilidade ao banho de mar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	II.2	Atendimento/acompanhamento e actividades sócio-culturais	-	2	-	-	-	1	-	1	-	1	-	-
	II.3	Centro de Actividades Ocupacionais	-	1	-	2	-	-	-	3	-	1	-	-
	II.4	Centro de Apoio Sócio-educativo/educação especial crianças e jovens	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-
	II.5	Centro de férias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	II.6	Lar de apoio /Lar residencial	-	-	-	1	-	-	-	4	-	2	-	1
	II.7	Transporte de pessoas com deficiência ²⁰	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Idosos	III.1	Centro de Convívio/academia	-	7	-	1	-	4	2	5	-	4	-	10
	III.2	Centro de dia	1	3	1	1	1	3	3	4	6	1	-	3
	III.3	Lar	6	3	4	-	8	1	9	2	9	3	3	2
	III.4	Residência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Família e comunidade	IV.1	Apoio alimentar	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
	IV.2	Atendimento a população imigrante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
	IV.3	Atendimento a vítimas de violência	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-
	IV.4	Bolsas alimentares	-	1	-	1	-	-	-	1	-	-	-	1

¹⁹ A Resposta Social “Ama”, uma vez que é desenvolvida a partir dos respectivos domicílios, não foi caracterizada exaustivamente no que concerne às instalações. Os dois equipamentos assinalados dizem respeito ao Centro de Educação Infantil da Parede e ao Instituto da Sagrada Família, que desenvolvem simultaneamente outras respostas sociais. A outra instituição com Amas a cargo é o Serviço Local de Cascais do ISS, IP.

²⁰ A Resposta Social “Transporte de pessoas com deficiência” destinada a servir a comunidade é atribuição da CMC. Existem várias instituições com viaturas adaptadas que servem exclusivamente os seus utentes. (Ver Resposta Social II.7)

			Alcabideche		Carcavelos		Cascais		Estoril		Parede		S. D. Rana	
			CFL	SFL	CFL	SFL	CFL	SFL	CFL	SFL	CFL	SFL	CFL	SFL
	IV.5	Centro comunitário/Centro de recursos	-	1	-	1	-	1	-	4	-	2	-	2
	IV.6	Refeitório/Cantina Social	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-
	IV.7	Apoio Social Genérico	-	1	-	2	-	3	-	4	-	3	-	4
Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias	V.1	Apartamento de Reinserção Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	V.2	Centro de atendimento e acompanhamento psicossocial	-	-	-	1	-	1	-	-	1	-	1	
	V.3	Comunidade terapêutica	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	V.4	Equipa de apoio social directo	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
	V.5	Grupo de auto-ajuda	-	-	-	1	-	2	-	-	-	2	-	-
	V.6	Unidade de dia	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Pessoas infectadas e afectadas pelo VIH/SIDA	VI.1	Centro de atendimento e acompanhamento psicossocial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	VI.2	Residência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Pessoas em situação de dependência	VII	Apoio Domiciliário	-	2	-	2	-	1	1	3	1	2	-	3
Pessoas com doença mental	VIII.1	Centro Residencial	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	VIII.2	Fórum Sócio-ocupacional	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Outros	IX	Outros	1	2	3	2	1	3	3	6	1	4	2	3
		Total	12	61	21	38	39	49	29	75	30	43	23	79

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Quadro 22 – Equipamentos segundo as Respostas Sociais não inquiridas, por freguesia (nº)

			Alcabideche		Carcavelos		Cascais		Estoril		Parede		S. D. Rana	
			CFL	SFL	CFL	SFL	CFL	SFL	CFL	SFL	CFL	SFL	CFL	SFL
I.3	Centro de Actividades de Tempos Livres e Ludotecas		-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
I.7	Creche		-	-	-	-	3	-	1	-	-	-	-	1
I.8	Creche Familiar		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
I.9	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar		-	-	-	-	3	-	1	-	1	-	1	1
III.3	Lar		-	-	-	-	4	-	1	-	-	-	1	-
IV.4	Bolsas alimentares		-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
V.2	Centro de atendimento e acomp. psicossocial		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
V.4	Equipa de apoio social directo		-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
V.5	Grupo de auto-ajuda		-	-	-	4	-	1	-	4	-	2	-	-
VII	Apoio Domiciliário		-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
	Total		-	1	-	6	11	1	4	4	1	2	2	3

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Domínios de actuação: (I) Infância e Juventude; (II) Reabilitação e integração de pessoas com deficiência; (III) Idosos; (IV) Família e comunidade; (V) Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias; (VI) Pessoas infectadas e afectadas pelo VIH/SIDA; (VII) Pessoas em situação de dependência; (VIII) Pessoas com doença mental; (IX) Outros.

4.3 Entidades gestoras dos equipamentos

A gestão dos equipamentos implantados no concelho de Cascais é assegurada maioritariamente por entidades sem fins lucrativos, pertencentes à Rede Solidária. De facto, aos 100 equipamentos da Rede Privada, geridos por 98 entidades com fins lucrativos, contrapõem-se 194 equipamentos da Rede Solidária, geridos por 109 entidades distintas, sem fins lucrativos.

Quadro 23 – Equipamentos segundo o domínio de actuação, por tipologia de entidade gestora (n.º)

		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total ²¹	
Entidade com fins lucrativos		57	1	40	-	1	-	2	-	11	100	
Entidade sem fins lucrativos		117	18	47	23	10	-	13	2	20	194	
Entidade sem fins lucrativos	Associação	16	1	7	5	3	-	-	-	1	32	
	Cooperativa	6	5	-	-	-	-	1	-	2	12	
	IPSS	57	10	32	15	6	2	11	2	12	100	
	ONG	-	1	1	3	1	-	-	-	1	5	
	Pessoa Colectiva Religiosa/Congregação Religiosa	4	-	-	-	-	-	-	-	3	6	
	Pessoa Colectiva de utilidade pública e administrativa	1	-	1	-	-	-	-	-	1	1	
	Pública e semi-pública	32	1	6	2	-	-	-	-	-	38	
	Pública e semi-pública	ISS, I.P. – C.D.S.S. Lisboa	2	1	2	-	-	-	-	-	-	5
		Junta de Freguesia de Alcabideche	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
		Junta de Freguesia de Carcavelos	3	-	-	-	-	-	-	-	-	3
		Junta de Freguesia do Estoril	5	-	-	-	-	-	-	-	-	5
		Ministério da Educação	18	-	-	-	-	-	-	-	-	18
		Ministério do Trabalho e Solidariedade Social	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
		Junta de Freguesia de Cascais	1	-	4	-	-	-	-	-	-	4
Semi-pública Tutela do Ministério do Trabalho		1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	
Total	174	19	87	23	11	2	15	2	31	-		

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Domínios de actuação: (I) Infância e Juventude; (II) Reabilitação e integração de pessoas com deficiência; (III) Idosos; (IV) Família e comunidade; (V) Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias; (VI) Pessoas infectadas e afectadas pelo VIH/SIDA; (VII) Pessoas em situação de dependência; (VIII) Pessoas com doença mental; (IX) Outros.

Nota: ISS, IP = Instituto de Segurança Social, IP.

Deste modo, as entidades sem fins lucrativos gerem 66% dos equipamentos, destacando-se claramente as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), como a tipologia dominante. As IPSS são as únicas instituições com carácter transversal aos diferentes domínios, estando representadas em todos estes. As Associações constituem o segundo grupo mais representativo, incluindo-se as de Imigrantes, de Solidariedade Social, Juvenis, de Beneficência, Culturais, Desportivas, etc.

Considerando os diferentes domínios de actuação dos equipamentos, as principais entidades gestoras são a Santa Casa da Misericórdia de Cascais, com um vasto leque de equipamentos e Respostas Sociais disperso pelo concelho, o Instituto de Segurança Social, com uma actuação igualmente dispersa, e o Centro Social Paroquial de São Domingos de Rana.

Quadro 24 – Equipamentos segundo o domínio de actuação, por âmbito geográfico de actuação (%)

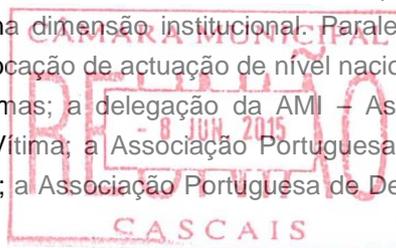
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total
Local	9	5	10	9	-	-	-	-	6	9
Freguesia	20	5	22	39	9	-	47	-	10	17
Concelhio	44	32	20	17	18	50	20	50	42	35
Supra-concelhio	12	21	14	9	-	-	13	50	10	13
Regional	2	5	5	-	-	-	7	-	3	3
Nacional	10	32	24	26	64	50	13	-	26	19
Outros	1	-	1	-	9	-	-	-	-	1
NR	2	-	5	-	-	-	-	-	3	3
Total	100									

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Domínios de actuação: (I) Infância e Juventude; (II) Reabilitação e integração de pessoas com deficiência; (III) Idosos; (IV) Família e comunidade; (V) Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias; (VI) Pessoas infectadas e afectadas pelo VIH/SIDA; (VII) Pessoas em situação de dependência; (VIII) Pessoas com doença mental; (IX) Outros.

²¹ A coluna Total não corresponde à soma dos domínios, uma vez que alguns equipamentos possuem vários domínios de actuação.

Cerca de 35% das entidades tem como âmbito geográfico de actuação a globalidade do concelho de Cascais sendo esta vocação de actuação mais evidente nos domínios da infância e juventude, do apoio às pessoas infectadas com VIH/SIDA e no apoio às pessoas com doença mental, em que se atingem valores acima dos 40%. Se a estas acrescentarmos as entidades que actuam ao nível local, ou de uma freguesia, a percentagem eleva-se para 61%. Este facto permite, simultaneamente, verificar o elevado grau de imbricação das instituições nas realidades locais do concelho, mas também indicia potenciais fragilidades operacionais e institucionais ditadas pela pequena dimensão institucional. Paralelamente, existem diversas entidades instaladas no concelho com uma vocação de actuação de nível nacional. São disto exemplo: a Associação Portuguesa de Famílias Anónimas; a delegação da AMI – Assistência Médica Internacional; a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima; a Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo – APPDA Lisboa; a Associação Portuguesa de Deficientes – Delegação do Estoril; o Instituto de Segurança Social.



A esmagadora maioria das instituições actuam em apenas um freguesia, sendo excepção a Santa Casa da Misericórdia de Cascais e a Associação para o Desenvolvimento Sócio-educativo de Cascais (ADEC) que apresentam uma maior disseminação territorial, com equipamentos na totalidade das freguesias, secundadas pelo ISS, IP com equipamentos em 4 freguesias do concelho.

Quadro 25 – Entidades gestoras segundo o número de freguesias em que dispõe de equipamento

Entidade gestora	N.º de freguesias				
	1	2	3	4	5
%	95,5	2	1	0,5	1,0
N.º Total	197	5	2	1	2
N.º CFL	98	-	-	-	-
N.º SFL	99	5	2	1	2

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

A maioria das entidades instaladas no concelho actua em apenas um único domínio social. Os equipamentos multi-funcionais representam cerca de 11% do total. Da mesma forma, cerca de 95% das entidades actuam em apenas uma freguesia do concelho, sendo na sua maioria respostas que exigem a proximidade dos utentes.

Quadro 26 – Entidade por número de domínios (%)

	N.º de Domínios				
	1	2	3	4	7
Entidade com fins lucrativos	30	4	0	0	0
Entidade sem fins lucrativos	55	6	3	2	0,3
Associação	11	0	0	0	0
Cooperativa	3	1	0	0	0
IPSS	26	3	3	2	0,3
ONG	1	0	0	0,3	0
Pessoa Colectiva Religiosa/Congregação Religiosa	0	1	0	0	0
Pessoa colectiva de utilidade pública e administrativa	1	0,3	0	0	0
Pública e semi-pública	13	0	0	0	0
Total	85	10	3	2	0,3

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

4.4. Caracterização geral dos equipamentos

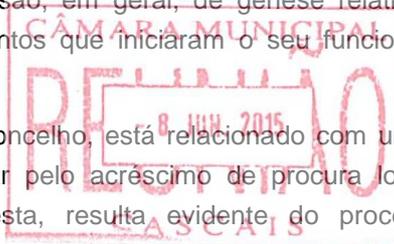
4.4.1. Início de funcionamento

A partir da análise da data de criação dos equipamentos pode-se constatar que o ritmo de desenvolvimento da rede social tem sido crescente, com particular aceleração na última década. Os Equipamentos Sociais localizados no Concelho de Cascais são, em geral, de génese relativamente recente, com particular ênfase para o número de equipamentos que iniciaram o seu funcionamento depois da década de 80 (cerca de 86%).

O impulso recente, na criação de equipamentos sociais no concelho, está relacionado com um amplo conjunto de factores de âmbito nacional e local, a começar pelo acréscimo de procura local, que originaram a grande expansão da oferta. No âmbito desta, resulta evidente do processo de recenseamento empreendido a notável participação do Estado e da Câmara Municipal de Cascais na dinamização da Rede Social, mobilizando recursos financeiros e humanos avultados.

Do lado da procura, importa destacar algumas transformações que a sociedade portuguesa tem vindo a enfrentar nas últimas décadas, nomeadamente a crescente integração da mulher no mercado de trabalho o que provocou, por exemplo, um aumento da procura de equipamentos na área da infância, como as creches e os estabelecimentos de educação pré-escolar, originado que progressivamente a oferta se adaptasse a essa crescente necessidade. No outro extremo da pirâmide etária, o aumento da esperança média de vida, os novos modelos familiares e a indisponibilidade financeira e horária das famílias, exige actualmente uma maior oferta de apoio aos idosos, que surgem em moldes cada vez mais exigentes e diversificados.

E recente desenvolvimento da rede social do concelho evidencia-se no facto de cerca de 61% dos equipamentos terem sido criados após 1991, situação que se acentua no caso dos equipamentos da responsabilidade de instituições com fins lucrativos (72%) o que reflecte o recente desenvolvimento “comercial” da acção social. Ao nível dos diversos domínios a leitura permite verificar a forma como evoluiu e diversificou a acção social cobrindo um espectro cada vez mais amplo de domínios. Este facto é tão mais evidente quanto em alguns domínios a oferta de equipamentos existente não tem mais de vinte anos. Pese embora o recente aparecimento de um grande número de instituições a actuarem na área social verifica-se que o concelho de Cascais dispõe de entidades com um amplo historial de experiência de acção neste âmbito. São o caso das instituições mais antigas no concelho como o Colégio da Bafureira (1910), o Externato Florinda Leal e a Associação da Escola 31 de Janeiro (1911). Não sendo esse o único critério para assegurar qualidade à acção social verifica-se, a título de exemplo, que o Centro Social Paroquial de São Domingos de Rana, uma das instituições mais conceituadas e reconhecidas do concelho de Cascais, data de 1961.

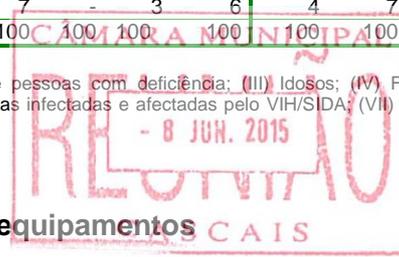


Quadro 27 – Equipamento segundo o domínio de actuação, por ano de criação (%)

Início funcionamento	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total	CFL	SFL
<1960	6	-	-	-	-	-	-	-	-	23	4	4
1961-1970	4	10	2	9	-	-	7	-	10	3	4	3
1971-1980	10	10	2	-	-	-	-	-	19	7	7	7
1981-1990	20	15	25	43	18	-	40	50	19	19	14	22
1991-2000	39	42	45	26	36	50	40	50	13	42	48	39
>2000	17	21	18	22	18	50	7	-	13	19	20	18
NR	5	-	7	-	27	-	7	-	3	6	4	7
Total Geral	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Domínios de actuação: (I) Infância e Juventude; (II) Reabilitação e integração de pessoas com deficiência; (III) Idosos; (IV) Família e comunidade; (V) Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias; (VI) Pessoas infectadas e afectadas pelo VIH/SIDA; (VII) Pessoas em situação de dependência; (VIII) Pessoas com doença mental; (IX) Outros.



4.4.2. Fontes de financiamento para a instalação dos equipamentos

O desenvolvimento da rede de Equipamentos Sociais no concelho resulta de um esforço combinado de dois tipos de financiamento. Por um lado, o financiamento da instalação dos equipamentos e respectivas Respostas Sociais e, por outro lado, o financiamento do seu funcionamento. A Câmara Municipal de Cascais assumiu, neste contexto, um papel essencial na viabilização da criação de equipamentos sociais no concelho, através de uma maior ou menor participação financeira. Por esse facto é referida, pela maioria das entidades, como uma das principais fontes de financiamento para a criação das instalações. A Câmara assume também um papel particularmente relevante da dinamização de alguns domínios de actuação, tendo contribuído de forma determinante para a criação de equipamentos vocacionados para a família e comunidade, infância e juventude, idosos e pessoas em situação de dependência.

A Administração Central assume igualmente um papel de relevo, através do PIDDAC. Tanto por via do Instituto de Segurança Social (Ministério do Trabalho e Solidariedade Social), como através do Ministério da Educação, em particular nos equipamentos no domínio da infância e juventude, têm orientado recursos para a melhoria da dotação de equipamentos em Cascais.

Quadro 28 – Equipamentos segundo o domínio de actuação, por fontes de financiamento (%)

	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total
Administração Central	15	16	10	22	27	100	33	100	16	15
CFL	4	-	-	-	-	-	-	-	-	1
SFL	21	16	10	22	27	100	33	100	16	14
Administração Local	29	32	21	43	27	100	53	-	23	26
CFL	2	-	-	-	-	-	-	-	-	1
SFL	27	32	21	43	27	100	53	-	23	24
Privados (Mecenato)	7	32	13	17	27	100	27	-	10	11
CFL	2	-	3	-	-	-	-	-	3	2
SFL	5	32	9	17	27	100	27	-	6	9
Fundos Comunitários	2	11	3	13	9	100	20	-	3	3
CFL	1	-	-	-	-	-	-	-	-	0
SFL	1	11	3	13	9	100	20	-	3	3
Outros	30	26	25	30	27	50	33	-	45	29
CFL	10	5	11	-	-	-	-	-	19	10
SFL	20	21	14	30	27	50	33	-	26	19

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

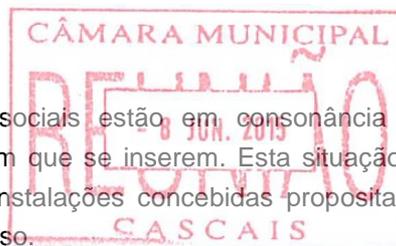
Domínios de actuação: (I) Infância e Juventude; (II) Reabilitação e integração de pessoas com deficiência; (III) Idosos; (IV) Família e comunidade; (V) Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias; (VI) Pessoas infectadas e afectadas pelo VIH/SIDA; (VII) Pessoas em situação de dependência; (VIII) Pessoas com doença mental; (IX) Outros.

Nota: os valores obtidos foram calculados em função das respostas válidas.

O investimento privado tem também alguma relevância, em particular no âmbito da criação de equipamentos destinados à reabilitação e integração de pessoas com deficiência. Os Fundos Comunitários, embora inúmeras vezes apontados como um factor de alavancagem da infra-estruturação do território, não assumem, em termos globais, grande relevância na criação de equipamentos do concelho.

4.4.3. Tipologia de instalações

Em traços gerais os edifícios afectos aos equipamentos sociais estão em consonância com as características dominantes do edificado das áreas urbanas em que se inserem. Esta situação resulta essencialmente, do facto dos equipamentos não utilizarem instalações concebidas propositadamente para esse fim, tendo-se adaptado espaços criados para outro uso.



No cômputo geral as moradias e vivendas representam 45% das instalações sendo particularmente mais utilizadas para acolher equipamentos que actuam no domínio dos idosos, reabilitação e integração das pessoas com deficiência, pessoas com comportamentos aditivos e pessoas infectadas e afectadas pelo VIH/SIDA. A utilização de edifícios específicos, embora em menor número em termos globais é, no entanto, em quase todos os domínios de actuação a segunda mais importante morfologia de equipamento.

A tipologia de instalação “Outros”, revela um aspecto particularmente preocupante considerando o elevado peso que registam as instalações precárias, como os pavilhões pré-fabricados, casas de madeira e anexos, principalmente no domínio da infância (CATL e pré-escolar).

Quadro 29 – Equipamentos segundo o domínio de actuação, por tipologia de instalação (%)

	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total	CFL	SFL
Andar	3	16	1	4	18	-	-	50	3	4	1	6
Morada/Vivenda	40	47	53	35	45	100	40	-	39	45	87	24
Edifício	36	16	34	30	9	-	53	50	45	30	7	42
Sala	10	11	3	17	27	-	7	-	3	11	3	15
Mistos	2	5	1	9	-	-	-	-	6	2	2	2
Outros	6	5	2	4	-	-	-	-	3	5	-	8
NR	2	-	5	-	-	-	-	-	-	2	-	4
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Domínios de actuação: (I) Infância e Juventude; (II) Reabilitação e integração de pessoas com deficiência; (III) Idosos; (IV) Família e comunidade; (V) Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias; (VI) Pessoas infectadas e afectadas pelo VIH/SIDA; (VII) Pessoas em situação de dependência; (VIII) Pessoas com doença mental; (IX) Outros.

4.4.4. Tipologia de construção

Relativamente à adequação das instalações às actividades a que se destinam verifica-se que cerca de 62% dos equipamentos estão instalados em espaços que não foram construídos propositadamente para a sua função actual. Contudo, embora não dispondo das condições ideais para a realização das funções desempenhadas, estes sofreram diversas adaptações antes de entrarem em funcionamento, bem como diversas remodelações ao longo dos últimos anos que lhes permitem responder eficazmente, na esmagadora maioria dos casos, às necessidades decorrentes do apoio que prestam.

Quadro 30 – Equipamentos segundo o domínio de actuação, por adequação à função (%)

	Raiz	Adaptada	NR	Total
I	56	44	-	100
II	21	74	5	100
III	30	66	5	100
IV	43	52	4	100
V	9	64	27	100
VI	-	100	-	100
VII	47	47	7	100
VIII	50	50	-	100
IX	42	55	3	100
Total	35	62	3	100
CFL	8	92	-	100
SFL	48	47	5	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Domínios de actuação: (I) Infância e Juventude; (II) Reabilitação e integração de pessoas com deficiência; (III) Idosos; (IV) Família e comunidade; (V) Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias; (VI) Pessoas infectadas e afectadas pelo VIH/SIDA; (VII) Pessoas em situação de dependência; (VIII) Pessoas com doença mental; (IX) Outros.



4.4.5 Regime de ocupação

Relativamente ao regime de ocupação das instalações verifica-se que cerca de 40% dos equipamentos são propriedade das entidades gestoras, assumindo valores mais elevados no domínio das pessoas em situação de dependência. Verifica-se, contudo, que as modalidades de regime de ocupação das instalações diferem consoante sejam entidades com e sem fins lucrativos, dado que as entidades Com Fins lucrativos recorrem, de forma mais recorrente, ao arrendamento dos espaços, enquanto que as Sem Fins Lucrativos registam um maior número de situações de utilização de espaços cedidos, em comodato ou empréstimo. Esta situação resulta, em parte, da implantação no concelho das entidades sem fins lucrativos estar relacionada com a cedência de instalações e/ou terrenos pela Câmara Municipal/Junta de Freguesia.

Quadro 31 – Equipamentos segundo o domínio de actuação, por regime de ocupação (%)

	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total	CFL	SFL
Propriedade	43	37	41	39	36	50	53	-	61	39	40	39
Arrendamento	24	32	36	13	18	-	20	-	19	28	60	11
Cedência/comodato/empréstimo	30	32	17	43	45	50	20	100	19	29	-	44
NR	3	-	6	4	-	-	7	-	-	4	-	6
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Domínios de actuação: (I) Infância e Juventude; (II) Reabilitação e integração de pessoas com deficiência; (III) Idosos; (IV) Família e comunidade; (V) Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias; (VI) Pessoas infectadas e afectadas pelo VIH/SIDA; (VII) Pessoas em situação de dependência; (VIII) Pessoas com doença mental; (IX) Outros.

4.5. Avaliação das condições de funcionamento

4.5.1. Nível de conforto

Avaliação dos níveis de conforto dos equipamentos sociais do Concelho de Cascais permite detectar inúmeras fragilidades patentes, desde logo, pelo facto de nenhum indicador de qualidade ser totalmente cumprido. Mesmo em indicadores que apresentam uma situação mais favorável, acima dos 90%, como a existência de iluminação natural, verifica-se, incompreensivelmente, que em cerca de 2% dos equipamentos que actuam no âmbito da infância e juventude, ou em 5% dos equipamentos vocacionados para os idosos, que essa condição ainda não se verifica. Em termos gerais, as condições mais precárias observam-se nas faltas de climatização dos equipamentos e de utilização de gás de rede, o que gera situações de evidente desconforto e insegurança. Ao nível específico ressaltam situações relativamente preocupantes como seja a inexistência de águas quentes, em determinadas tipologias de equipamentos, em particular os que implicam a residência de crianças e idosos. No âmbito da sociedade de informação são ainda necessários dar sérios avanços na medida em que o acesso à *Internet* ainda é restrito (53%) e apenas 48% das instituições recenseadas têm *e-mail* e somente 20% um sítio disponível na *Internet*.

Quadro 32 – Nível de conforto dos equipamentos segundo o domínio de actuação (%)

Condição de qualidade	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total	CLF	SFL
Iluminação natural	98	100	95	91	73	100	100	100	100	96	99	94
Ventilação natural	97	89	95	83	73	100	100	50	100	93	99	90
Climatização artificial	43	37	45	30	27	0	33	0	32	41	50	37
Águas quentes	85	100	92	74	64	100	87	100	87	84	96	78
Gás de rede	37	53	38	39	27	50	27	0	39	36	38	35
Telefone	98	100	93	87	73	100	100	100	100	95	100	92
Acesso à <i>Internet</i>	56	68	47	74	64	50	87	100	94	53	67	46

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Domínios de actuação: (I) Infância e Juventude; (II) Reabilitação e integração de pessoas com deficiência; (III) Idosos; (IV) Família e comunidade; (V) Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias; (VI) Pessoas infectadas e afectadas pelo VIH/SIDA; (VII) Pessoas em situação de dependência; (VIII) Pessoas com doença mental; (IX) Outros.

Nota: os valores obtidos foram calculados em função das respostas válidas.

Em geral, os equipamentos da responsabilidade das entidades com fins lucrativos apresentam melhores condições de funcionamento do que os das entidades sem fins lucrativos, enquanto que os equipamentos que actuam no domínio da Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência e os que foram agregados na categoria de Outros se destacam dos restantes pela maior qualidade operacional.

4.5.2. Qualidade ambiental

Os temas e preocupações relacionados com o ambiente são uma constante nos dias de hoje. O apelo à reciclagem dos resíduos sólidos é mais forte e a consciencialização da população para os danos irreversíveis da não reciclagem é progressivamente maior. A responsabilidade ambiental dos equipamentos sociais é uma exigência que terá de ser cumprida. Apesar disso os níveis apresentados pelos equipamentos concelhios são ainda muito baixos. As razões para que tal se verifique poderão residir na escassa consciencialização e mobilização das instituições, mas também nas deficiências da rede de recolha concelhia, nomeadamente das insuficiências que poderão existir ao nível das campanhas de sensibilização e localização dos espaços de separação e triagem. De facto, verifica-se

que a recolha de resíduos hospitalares, mais raros, não está suficientemente difundida no concelho e que o destino final destes resíduos é desconhecido.

Quadro 33 – Qualidade ambiental dos equipamentos segundo o domínio de actuação (%)

Condição de qualidade	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total	CLF	SFL
Esgotos de rede	94	95	92	87	64	100	100	100	97	91	94	90
Fossa	3	0	6	4	9	0	0	0	3	4	6	4
Separação/Triagem de resíduos sólidos	37	26	39	13	36	50	33	0	48	35	50	27
Recolha de resíduos hospitalares	2	5	45	13	18	50	33	50	6	15	32	6

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Domínios de actuação: (I) Infância e Juventude; (II) Reabilitação e integração de pessoas com deficiência; (III) Idosos; (IV) Família e comunidade; (V) Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias; (VI) Pessoas infectadas e afectadas pelo VIH/SIDA; (VII) Pessoas em situação de dependência; (VIII) Pessoas com doença mental; (IX) Outros.

Nota: os valores obtidos foram calculados em função das respostas válidas



No domínio ambiental os equipamentos geridos por instituições com fins lucrativos têm um desempenho, embora insuficientemente, globalmente mais positivo que o das instituições sem fins lucrativos. Esta situação deverá merecer uma maior atenção no momento da celebração dos protocolos de cooperação com a administração central e local, por forma a melhorar-se a sua performance.

4.5.3. Autonomia

A capacidade de autonomia dos equipamentos sociais é, cada vez mais, um requisito que justifica a atenção geral. De facto, o tipo de serviços prestado deverá estar perfeitamente salvaguardado de situações de força maior que possam impossibilitar, ou condicionar com severidade, a actividade dos equipamentos. Neste âmbito os níveis de qualidade apresentados são muito baixos. A esmagadora maioria dos equipamentos não possui reservatório de água ou gerador de energia, em caso de falhas no abastecimento, ficando inoperacionais nessas situações. O recurso a painéis solares apresenta, apesar de tudo, uma percentagem de resposta mais significativa, em torno dos 11%, embora ainda aquém do potencial que esta situação representa para uma melhor utilização das fontes energéticas alternativas e para a redução dos custos energéticos, dadas as excelentes condições climáticas e o número de horas de sol anuais do concelho.

Quadro 34 – Autonomia dos equipamentos segundo o domínio de actuação (%)

Condição de autonomia	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total	CFL	SFL
Reservatório de água	33	16	36	26	36	0	47	0	39	31	42	25
Gerador de energia	4	0	10	4	0	0	7	0	13	5	9	4
Painéis solares	11	16	15	13	9	0	13	0	13	11	12	10

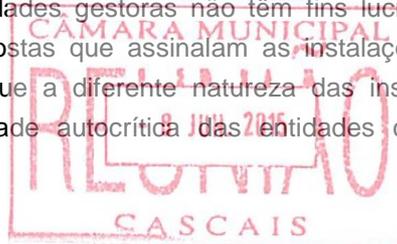
Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Domínios de actuação: (I) Infância e Juventude; (II) Reabilitação e integração de pessoas com deficiência; (III) Idosos; (IV) Família e comunidade; (V) Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias; (VI) Pessoas infectadas e afectadas pelo VIH/SIDA; (VII) Pessoas em situação de dependência; (VIII) Pessoas com doença mental; (IX) Outros.

Nota: os valores obtidos foram calculados em função das respostas válidas.

4.5.4. Estado de conservação

Dada o curto período de vida da grande maioria dos equipamentos, não será de estranhar que cerca de 63% das entidades considere que as instalações apresentam um bom estado de conservação. Contudo, neste aspecto, diferem claramente as respostas dadas pela entidades com e sem fins lucrativos. As primeiras são mais peremptórias em afirmar que possuem boas instalações, raramente “referenciando” que são más. Por outro lado, nos equipamentos cujas entidades gestoras não têm fins lucrativos a repartição é maior, aumentando consideravelmente as respostas que assinalam as instalações com razoável ou deficiente estado de conservação. Julgamos que a diferente natureza das instituições proprietárias justifica esta disparidade e a menor capacidade autocrítica das entidades com fins lucrativos.



Quadro 35 – Estado de conservação dos equipamentos segundo o domínio de actuação (%)

	Bom	Médio	Mau	NR
I	64	28	7	1
II	63	26	11	-
III	69	24	1	6
IV	57	30	13	-
V	55	18	-	27
VI	50	-	50	-
VII	47	33	20	-
VIII	50	-	50	-
IX	81	16	3	-
Total	63	27	7	3
CFL	86	13	0	1
SFL	51	34	10	5

Fonte: CEDRU, 2005.

Domínios de actuação: (I) Infância e Juventude; (II) Reabilitação e integração de pessoas com deficiência; (III) Idosos; (IV) Família e comunidade; (V) Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias; (VI) Pessoas infectadas e afectadas pelo VIH/SIDA; (VII) Pessoas em situação de dependência; (VIII) Pessoas com doença mental; (IX) Outros.

Uma leitura da situação, segundo os diversos domínios de actuação, permite verificar que os equipamentos que apresentam um estado de conservação mais precário actuam junto de pessoas infectadas e afectadas pelo VIH/SIDA, ou com doença mental. Em sentido oposto os equipamentos que actuam junto dos idosos, infância e juventude são aqueles que apresentam melhores condições.

4.5.5. Segurança

No que respeita à qualidade dos equipamentos instalados em termos de condições segurança ressalta, como principal conclusão, que as condições básicas de segurança não estão asseguradas na maioria dos equipamentos, nomeadamente no que concerne à protecção contra roubos, apenas existente em 62% dos casos, e relativamente aos sistema de detecção de incêndios que apenas estão instalados em 53% das instalações de acção social. Esta situação é particularmente grave quando se verifica que diversos equipamentos não dispõem de extintores, o que configura um incumprimento de normativos essenciais em termos de segurança dos utentes e dos equipamentos. Este panorama é mais gravoso no que concerne às instituições sem fins lucrativos o que deverá ser motivo de atenção por parte das entidades públicas como critérios de elegibilidade para o benefício de recursos financeiros públicos.

Quadro 36 – Condições de segurança dos equipamentos segundo o domínio de actuação (%)

Condição de segurança	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total	CFL	SFL
Simbologia de evacuação	81	68	78	65	55	50	67	50	94	76	91	68
Saídas de emergência	80	63	77	61	45	0	67	0	90	76	92	67
Protecção contra roubo e intrusão	74	53	54	48	27	0	80	0	71	62	61	63
Sistema de detecção de incêndios	51	42	68	48	45	0	67	0	61	53	78	40
Extintores	96	89	92	83	73	100	93	100	100	92	98	89

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Domínios de actuação: (I) Infância e Juventude; (II) Reabilitação e integração de pessoas com deficiência; (III) Idosos; (IV) Família e comunidade; (V) Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias; (VI) Pessoas infectadas e afectadas pelo VIH/SIDA; (VII) Pessoas em situação de dependência; (VIII) Pessoas com doença mental; (IX) Outros.

Nota: os valores obtidos foram calculados em função das respostas válidas.



4.5.6. Acessibilidade e mobilidade

Acesso ao edifício

A percentagem de equipamentos que afirmam ter parque de estacionamento privativo para funcionários ou visitantes ronda os 16% o que resulta do facto de estarmos em presença de equipamentos sedeados em instalações que foram adaptadas para essas funções. O estacionamento público é bastante superior, mas ainda assim apresenta valores algo deficitários, dado que mais de metade dos equipamentos não possui qualquer tipo de lugares de estacionamento tanto para funcionários, bem como para visitantes. Esta situação regista maior evidência nos equipamentos geridos por entidades com fins lucrativos o que deverá motivar a produção de regulamentação urbanística específica que obrigue a que o licenciamento deste tipo de infra-estruturas seja acompanhada de garantias adequadas em termos da oferta de estacionamento, considerando as elevadas necessidades de estacionamento que estes espaços têm para uso de funcionários e visitantes o gera uma pressão acrescida sobre a oferta existente na envolvente do equipamento.

Quadro 37 – Oferta de estacionamento nos equipamentos (% do total de respostas)

Tipo de oferta	% do total de respostas	
	Privativo	Público
Parque para funcionários	16	39
	CFL 9	13
	SFL 8	26
Parque para visitantes	16	37
	CFL 7	14
	SFL 9	23
Lugar para tomada e largada de passageiros	17	30
	CFL 7	11
	SFL 10	19
Lugar reservado para ambulâncias	16	10
	CFL 6	5
	SFL 10	5
Lugar reservado para cargas e descargas	20	16
	CFL 6	7
	SFL 14	9

Fonte: Inquéritos CEDRU, 2005.

Nota: os valores obtidos foram calculados em função das respostas válidas.

Como resultado desta carência resulta que os cidadãos portadores de deficiência quase não possuem condições de estacionamento junto dos equipamentos sociais do concelho. De facto face à quantidade de equipamentos instalados no concelho o número de lugares é manifestamente irrisório.

Quadro 38 – Oferta de estacionamento para deficientes

Tipo de oferta	N.º	%
Parque para funcionários	10	3
	CFL	3
	SFL	7
Parque para visitantes	14	5
	CFL	8
	SFL	6
Lugar para tomada e largada de passageiros	1	-
	CFL	-
	SFL	1
Lugar reservado para ambulâncias	-	-
	CFL	-
	SFL	-
Lugar reservado para cargas e descargas	-	-
	CFL	-
	SFL	-

Fonte: Inquéritos CEDRU, 2005.

Nota: os valores obtidos foram calculados em função das respostas válidas.

A apreciação da oferta de estacionamento segundo o domínio de actuação dos equipamentos permite concluir que os equipamentos existentes e actuam no domínio “Infância e juventude” apresentam um maior número de lugares disponíveis, o que é resultado, em primeiro lugar, da sua génese mais recente, mas também, pela necessidade de disporem de maiores condições de segurança para crianças e por se tratarem de equipamentos promovidos por actores públicos com instalações criadas propositadamente para esse efeito.

Quadro 39 – Lugares de estacionamento segundo o domínio de actuação (nº médio)

Tipo de oferta	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total	CFL	SFL
Parque para funcionários	16	-	7	9	8	1	7	10	28	11	8	14
Parque para visitantes	16	2	11	9	-	5	25	-	12	13	8	17
Lugar para tomada e largada de passageiros	7	1	3	7	14	5	3	-	3	6	7	5
Lugar reservado para ambulâncias	1	1	1	-	1	-	1	-	1	1	1	1
Lugar reservado para cargas e descargas	1	1	1	1	-	-	1	-	1	1	1	1

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Domínios de actuação: (I) Infância e Juventude; (II) Reabilitação e integração de pessoas com deficiência; (III) Idosos; (IV) Família e comunidade; (V) Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias; (VI) Pessoas infectadas e afectadas pelo VIH/SIDA; (VII) Pessoas em situação de dependência; (VIII) Pessoas com doença mental; (IX) Outros.

Fonte: Inquéritos CEDRU, 2005.

Nota: os valores obtidos foram calculados em função das respostas válidas.

No total, foram recenseados mais de 7 centenas de lugares de estacionamento, o que de certa forma dá uma leitura enviesada das verdadeiras condições de estacionamento dos equipamentos instalados no concelho, que são manifestamente insuficientes. Uma leitura de maior pormenor permite verificar que mais de um terço destes lugares de estacionamento pertencem a um número reduzido de instituições, fundamentalmente aos grandes colégios de instituições particulares como a Escola Técnica Liceal Salesiana de Santo António, o *Saint Dominic’s International School*, o Centro Social Dom Bosco e o Colégio Marista de Carcavelos, que actuam na área da infância e juventude.

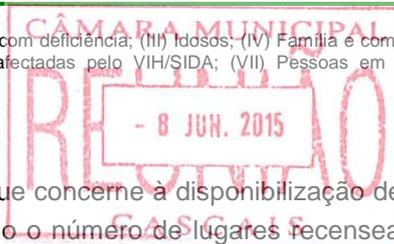
Quadro 40 – Lugares de estacionamento nos equipamentos segundo o domínio de actuação (nº médio)

Tipo de oferta	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total	CFL	SFL
Parque para funcionários	546	-	165	51	15	1	36	10	222	701	236	465
Parque para visitantes	451	2	206	27	-	5	75	-	85	602	184	418
Lugar para tomada e largada de passageiros	133	2	26	20	14	5	6	-	20	163	75	88
Lugar reservado para ambulâncias	9	1	7	-	1	-	1	-	3	17	8	9
Lugar reservado para cargas e descargas	17	1	9	1	-	-	1	-	4	26	7	19

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Domínios de actuação: (I) Infância e Juventude; (II) Reabilitação e integração de pessoas com deficiência; (III) Idosos; (IV) Família e comunidade; (V) Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias; (VI) Pessoas infectadas e afectadas pelo VIH/SIDA; (VII) Pessoas em situação de dependência; (VIII) Pessoas com doença mental; (IX) Outros.

Nota: os valores obtidos foram calculados em função das respostas válidas.



Como já foi referido anteriormente, o panorama concelhio no que concerne à disponibilização de lugares reservados para deficientes é bastante deficitário, sendo ínfimo o número de lugares recenseados, em qualquer um dos equipamentos analisados.

Quadro 41 – Lugares de estacionamento para deficientes nos equipamentos segundo o domínio de actuação (nº médio)

Tipo de oferta	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total	CFL	SFL
Parque para funcionários	5	2	3	1	-	-	2	-	-	10	3	7
Parque para visitantes	11	2	2	1	-	-	1	-	-	14	8	6
Lugar para tomada e largada de passageiros	1	1	1	1	-	-	1	-	-	1	-	1

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Domínios de actuação: (I) Infância e Juventude; (II) Reabilitação e integração de pessoas com deficiência; (III) Idosos; (IV) Família e comunidade; (V) Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias; (VI) Pessoas infectadas e afectadas pelo VIH/SIDA; (VII) Pessoas em situação de dependência; (VIII) Pessoas com doença mental; (IX) Outros.

Nota: os valores obtidos foram calculados em função das respostas válidas.

As variáveis seleccionadas para avaliar as condições de acesso aos edifícios foram a existência de rampas de acesso, de dispositivos mecânicos e a largura do vão das portas de entrada dos edifícios. A análise efectuada a partir destas variáveis permitiu concluir que as acessibilidades às instalações são extremamente condicionadas. O acesso por rampa é apenas possível em cerca de 46% das instalações e a existência de um dispositivo mecânico está apenas presente em apenas 7% dos equipamentos. Sublinhe-se que somente 45% dos equipamentos actuam no domínio de infância e juventude e 60% dos equipamentos vocacionados para idosos dispõem de rampa de acesso, o que é um facto de exclusão que merece ser rapidamente reparado.

Quadro 42 – Acessibilidade ao edifício, segundo o domínio de actuação (%)

Acesso para deficientes	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total	CFL	SFL
Rampa	45	47	60	57	18	-	53	50	48	46	19	27
Dispositivo mecânico	3	5	15	-	9	50	7	-	3	7	4	3
Vão livre da porta principal >= 90cm	56	68	68	52	45	50	67	-	58	57	21	35

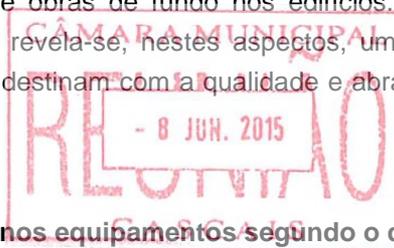
Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Domínios de actuação: (I) Infância e Juventude; (II) Reabilitação e integração de pessoas com deficiência; (III) Idosos; (IV) Família e comunidade; (V) Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias; (VI) Pessoas infectadas e afectadas pelo VIH/SIDA; (VII) Pessoas em situação de dependência; (VIII) Pessoas com doença mental; (IX) Outros.

Nota: os valores obtidos foram calculados em função das respostas válidas.

A reparação apenas se revela difícil em cerca de 12% dos equipamentos, sendo perfeitamente possível de ser instalada com pequenos ajustes em aproximadamente 57% dos equipamentos que não dispõe de tal situação.

A inexistência de dispositivos mecânicos e a escassa largura dos vãos das portas, é significativamente mais difícil de alterar nos equipamentos sociais do concelho, uma vez que implicam alterações na estrutura dos edifícios somente possível com a realização de obras de fundo nos edifícios. O facto destes equipamentos funcionarem em instalações adaptadas revela-se, nestes aspectos, um entrave evidente para que possam desempenhar as funções a que se destinam com a qualidade e abrangência que se exige.



Quadro 43 – Condições de instalação de rampa de acesso nos equipamentos segundo o domínio de actuação (%)

Condições de instalação	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total	CFL	SFL
Difícil	8	50	13	-	-	-	-	-	10	12	1	11
Pequenos ajustes	52	50	63	100	100	100	100	-	20	57	24	33
Obras de fundo	40	-	25	-	-	-	-	-	70	31	20	11

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Quadro 44 – Condições de instalação de dispositivo mecânico nos equipamentos, segundo o domínio de actuação (%)

Condições de instalação	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total	CFL	SFL
Difícil	21	33	18	-	-	-	-	-	11	19	10	9
Pequenos ajustes	18	33	50	-	100	-	-	-	22	34	19	15
Obras de fundo	61	33	32	-	-	-	-	-	67	46	31	15

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Quadro 45 – Condições de instalação de vão livre da porta principal \geq 90cm nos Equipamentos segundo o domínio de actuação (%)

Condições de instalação	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total	CFL	SFL
Difícil	8	100	7	-	-	-	-	-	-	9	2	7
Pequenos ajustes	35	-	57	-	100	-	-	-	-	42	23	19
Obras de fundo	58	-	36	100	-	100	100	-	100	49	35	14

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Domínios de actuação: (I) Infância e Juventude; (II) Reabilitação e integração de pessoas com deficiência; (III) Idosos; (IV) Família e comunidade; (V) Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias; (VI) Pessoas infectadas e afectadas pelo VIH/SIDA; (VII) Pessoas em situação de dependência; (VIII) Pessoas com doença mental; (IX) Outros.

Nota: os valores obtidos foram calculados em função das respostas válidas.

4.5.7. Funcionalidades

As funcionalidades disponíveis nos equipamentos sociais resultam, num primeiro tempo, do seu âmbito de actuação, mas também do grau de preparação e sofisticação que reúnem para desempenhar a missão que lhes foi confiada.

A análise minuciosa dos equipamentos sociais instalados no Concelho de Cascais permitiram avaliar o grau de dotação de funcionalidades que estes apresentam. De entre as diversas funcionalidades identificadas destaca-se a existência de cozinha como a mais frequente (80%). Esta funcionalidade está presente na totalidade dos equipamentos que têm como domínio de actuação as pessoas com doença mental e infectadas e afectadas pelo VIH/SIDA. Também as lavandarias, os salões polivalentes bem

como os jardins e logradouros estão presentes em todos os domínios de actuação dos equipamentos analisados, embora nem todos os equipamentos as disponham.

Quadro 46 – Funcionalidades dos equipamentos por segundo o domínio de actuação (%)

Condição de qualidade	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total	CFL	SFL
Cozinha	83	89	83	74	55	100	80	100	84	80	92	74
Lavandaria	41	37	68	43	55	50	53	50	58	46	56	41
Biblioteca	51	26	33	39	18	0	40	0	71	40	37	42
Bar	15	37	25	30	9	0	40	50	32	17	8	21
Salão polivalente	67	58	82	57	55	50	73	100	74	67	71	65
Piscina interior	2	11	0	0	0	0	0	0	6	2	2	2
Piscina exterior	7	11	11	4	9	0	0	0	3	9	18	4
Parque infantil	64	21	13	30	9	0	20	0	74	41	56	34
Sala de computadores	44	42	18	48	64	50	40	0	77	35	34	36
Logradouro	68	63	62	22	36	50	33	100	71	62	77	55
Jardim	68	63	75	48	55	50	60	100	65	67	89	55

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Domínios de actuação: (I) Infância e Juventude; (II) Reabilitação e integração de pessoas com deficiência; (III) Idosos; (IV) Família e comunidade; (V) Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias; (VI) Pessoas infectadas e afectadas pelo VIH/SIDA; (VII) Pessoas em situação de dependência; (VIII) Pessoas com doença mental; (IX) Outros.

Nota: os valores obtidos foram calculados em função das respostas válidas.

Para além destas funcionalidades, foram indicadas muitas outras pelas entidades inquiridas, que poderão ser agrupadas da seguinte forma:

- Espaços culturais (teatro, auditório, ...);
- Espaços desportivos (campos de futebol, de jogos, ginásios, courts de ténis, polidesportivos, ringues, hipódromo, ...);
- Espaços de recolhimento (capelas, oratórios, ...);
- Espaços de confecção e serviços de refeições (copas, refeitórios, ...);
- Salas/Gabinetes;
- Espaços exteriores (recreios, pátios, hortas, estufas, ...);
- Outros espaços (armazéns, dormitórios, ...).

Verifica-se ainda que muitas entidades disponibilizam estes e outros espaços para actividades desenvolvidas pela comunidade, enunciando-se as seguintes situações:

Freguesia	Localidade	Entidade	Espaço a disponibilizar
Alcabideche	Abuxarda	Colégio Amor de Deus – Congr. das Religiosas do Amor de Deus	Piscina, espaço interior e exterior
	Alcabideche	Malta – Espaço Jovem	Sala de computadores e sala polivalente
		Clube de Jovens de Alcabideche	Duas salas polivalentes, sala de computadores
		Centro de Apoio Social do Pisão	Espaço de quinta para actividades ao "ar livre" e acampamentos
		FPEPTT – Comunidade Terapêutica da Casa da Barragem	Sala polivalente
	Alcoitão	Casal do Pinheiro, Casa de Repouso, Lda.	Espaços livres de lazer
		Associação Nacional de Espondilite Anquilosante (ANEA)	Ginásio, sala polivalente
	Alvide	Espaço C	Salas para reuniões
		Jardim-de-infância de Alvide	Duas salas
	Amoreira	Associação dos Idosos da Amoreira	Sala polivalente
	Bicesse	Espaço Lúdico de Bicesse	Parque infantil, jardim, logradouro, campo de jogos
		Centro Social Arco-íris/ Pôr-do-sol	Piscina
	Fisgas, Alcoitão	Lar Fisgas de Alcoitão	Salas para exposição
	Manique	Espaço Lúdico de Manique	Sala do espaço lúdico
Murches	Associação de Idosos de Santa Iria	Salão polivalente	
Arneiro	Centro de Convívio do Clube Desportivo do Arneiro	O salão	
Carcavelos	Centro de Acolhimento Casa da Encosta	Campo de futebol ou espaço parecido	

Freguesia	Localidade	Entidade	Espaço a disponibilizar
Cascais		Associação de Beneficência Luso-Alemã (ABLA)	Sala/auditório com 250 cadeiras; espaço exterior, 4 quartos com WC para hospedagem
		Centro Comunitário da Paróquia de Carcavelos – sede	Salão polivalente e espaço exterior
		Casa do Sagrado Coração de Jesus	Salão polivalente, logradouro e refeitório
		St. Julian's School/Colégio Inglês de São Julião	Os espaços exteriores (para realização de torneios, etc.)
	Junqueiro	Centro de Cooperação Familiar "O Botãozinho"	Salão para conferências
	Lombos	ATL dos Lombos	O logradouro com ringue de fogo (este espaço não pertence ao ATL em exclusivo)
	Sassoeiros	ATL Sassoeiros Nº 1	O espaço ATL onde se situa o auditório e o logradouro da escola (espaço é partilhado pela escola e pelo ATL)
		ATL Sassoeiros Nº 2	O logradouro é o campo de futebol (o espaço é partilhado pela escola e pelo ATL)
	Aldeia do Juzo	ATL Chesol	Salão polivalente para a ginástica
	Alvide	FPEPTT – Centro de Atendimento	Salão polivalente e formação
Areia	Jardim-de-infância da Areia	Espaço exterior (refeitório)	
	Centro de Actividades Educativas/Centro de Convívio da Areia	Salão Polivalente	
Bairro do Rosário	Centro de Convívio do Bairro do Rosário	Sala	
Cascais		Colégio do Rosário, Lda.	Ginásio
		Externato de Nossa Senhora da Assunção – Semi-Internato de Nossa Senhora da Assunção	Salão, refeitórios
		Externato Nossa Senhora do Rosário	Sala de computadores, capela, gimnodesportivo, auditório
		Centro de Convívio do Poço Novo	Sala/Gabinete
	Cascais	Colégio Académico de Cascais	Salão polivalente, sala para ATL ou reuniões
		ATL das Fontainhas	Salão polivalente
	Cobre	Casa de Repouso São José de Cascais	O jardim para fazer teatro
	Pampilheira	Escolinha da Ana – Creche e infantilário	Sala infantil, jardim para festas de anos
	S. Pedro do Estoril	Complexo Social da Pampilheira	Sala polivalente
	Torre	Lar Universal	Salas comuns, jardim, biblioteca
Estoril	Atibá	A Torre Guia – Cooperativa de Solidariedade Social	Salão polivalente
	Alapraia	ATL Galiza 3	Sala, para reuniões de pais ou acções de filosofia para crianças
		Externato "O Nicho"	Qualquer um dos espaços existentes que possam ser úteis à comunidade
	Estoril	Escola Técnica Liceal Salesiana de Santo António	Ginásios, capela, teatro, refeitórios, campos de jogos
		Centro Social Dom Bosco – Associação dos Antigos Alunos Salesianos do Estoril	Salão polivalente, auditório, polidesportivo
		CERCICA – Educação Especial	Salas
		Colégio Dona Luísa Sigea	Laboratórios, sala de computadores
	Galiza	Kíga – Sociedade de Actividades Luso-Alemã, Lda.	Espaço exterior
		Casa Grande da Galiza	Cozinha, sala de computadores, sala polivalente, sala olaria, sala costura, oratório, gabinete desportivo
		Teixeira Vilhalva, Lda.	Garagem
Livramento	Centro Social Nossa Senhora de Fátima	Pátios, sala e capela	
	Externato Príncipes de Aviz	Salas de aulas (para convívio dos moradores); aulas de português para estrangeiros; formação de coro local)	
Monte Estoril	CERCICA – Centro de Recursos	Piscina, ginásio, sala polivalente, ateliers	
São João do Estoril	ATL – Monte do Estoril	Pavilhão	
	Ludoteca do Monte	Jardim, eventualmente, as salas à 2º feira	
	Externato Florinda Leal	Ginásio, campo de jogos, salas para formação pós-laboral	
	Centro Social Paroquial de São Pedro e São João do Estoril	Salão Polivalente	
São Pedro do Estoril	Casa de Repouso Rosa Branca	Espaços referidos com a ASEG	
	Colónia Infantil de Educação Popular "A Poça"	Salão polivalente e pátio	
	Casa de Repouso Nossa Senhora das Neves	Centro de dia	
S. Pedro do Estoril	Fundão "O século"	Salão polivalente, uma vez feita a adaptação do telhado	
	Casa de Repouso Britânica	O jardim	
Parede	Murtal	Lar Universal	Salas comuns, jardim, biblioteca
		Éramos 1 – Cooperativa de Ensino	Ginásio e espaços exteriores
		Associação de Reformados e Idosos do Murtal	Interior e exterior (logradouro)
		Centro Comunitário da Parede	Salas
	Parede	Centro Psicogeriátrico Nossa Senhora de Fátima	Gabinete/Biblioteca, Ginásio
		Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo da Costa do Estoril	Espaços interiores e exteriores
		Associação Cristã da Mocidade – Centro Psicopedagógico	Piscina com ajustes (elevador e cobertura); salão polivalente
		Associação da Escola 31 de Janeiro	Piscina, campo de jogos, biblioteca
		Infantilário e Creche "As Abobrinhas"	Sala polivalente e jardim
		Colégio Marista de Carcavelos	Salão polivalente, refeitório, parque infantil
S. Domingos de Rana	Caparide	Casa de Repouso São Ciro	Espaço exterior
	Madorna	O Catavento – Jardim-de-infância	Sala jardim-de-infância
		Centro Social de São José de Caparide	Salão polivalente
	Mato-Cheirinhos	Troupe Caparidense – ATL de Caparide	O salão polivalente (para actividades da própria Troupe União 1º de Dezembro)
S. Domingos de Rana	Mato-Cheirinhos	CSP S. Domingos de Rana – Casa de Madorna	Salão polivalente
		O Nosso Sonho – Cooperativa de Ensino CEI 2	Sala polivalente
S. Domingos de Rana	Mato-Cheirinhos	O Nosso Sonho – Cooperativa de Ensino – ATL	Salas para reuniões

Freguesia	Localidade	Entidade	Espaço a disponibilizar
Outeiro de Polima		<i>St. Dominics International School</i>	Zonas desportivas, salas de música
		Espaço Lúdico de Outeiro de Polima	Sala
		A Escolinha Mágica	Jardim
Penedo		Associação de Idosos Deficientes do Penedo	Salão polivalente, refeitório, ateliers
S. Domingos de Rana		Associação Novos Rostos...Novos Desafios	Salas de cursos de trânsito
		AMERA – Residência Assistida para Idosos	Jardins, churrasqueira e parque de merendas
Tires		Centro de Convívio "Crescer e Viver" – Sociedade Recreativa Outeirense	Salão, cozinha
		O Nosso Sonho – Cooperativa de Ensino – Sede	Salas
		Centro Comunitário de Tires	Salão polivalente
Trajouce		Edifício IDEIA – Instituto para o Desenvolvimento Integrado na Acção	Salas de formação, sala polivalente, refeitório, biblioteca, centro de recursos
		CSP S. Domingos de Rana – Casa de Trajouce	Salão polivalente
		ATL Trajouce	Todos, excepto salas específicas
Zambujal		Centro Cultural Moldavo – Antiga Escola Primária	A sala
		ATL – Associação de Educação Popular do Zambujal	Salão Polivalente

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

4.5.8. Condições operacionais

Apreciação das condições operacionais existentes nos equipamentos instalados no concelho de Cascais permitiu verificar que a maioria das entidades (74%) considera que o espaço que utilizam reúne as condições operacionais adequadas para o serviço que prestam. Nas entidades sem fins lucrativos a resposta positiva é menos representativa, situando-se nos 65%, enquanto que 92% das entidades com fins lucrativos afirmam que o espaço reúne as condições necessárias não apresentando uma justificação para o facto. As entidades da rede solidária apresentam um conjunto amplo de questões como principais razões para a não operacionalidade das instalações, nomeadamente:

- O dimensionamento, referindo a exiguidade do espaço, a reduzida amplitude das instalações;
- As más condições de conservação, a degradação do espaço;
- Os problemas de apetrechamento (canalizações, electrificação);
- A partilha do espaço com outras Respostas Sociais;
- O conforto e salubridade (infiltrações, humidade, iluminação, ventilação, ...).

Quadro 47 – Equipamentos segundo o domínio de actuação, por qualidade operacional (%)

	Sim	Não	NR
I	79	17	5
II	74	26	-
III	74	18	8
IV	57	35	9
V	55	18	27
VI	50	50	-
VII	73	20	7
VIII	-	100	-
IX	84	13	3
Total	74	19	7
CFL	92	2	6
SFL	65	27	8

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Domínios de actuação: (I) Infância e Juventude; (II) Reabilitação e integração de pessoas com deficiência; (III) Idosos; (IV) Família e comunidade; (V) Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias; (VI) Pessoas infectadas e afectadas pelo VIH/SIDA; (VII) Pessoas em situação de dependência; (VIII) Pessoas com doença mental; (IX) Outros.

**4.5.9. Principais problemas existentes**

A autoavaliação dos principais problemas existentes nos equipamentos sociais do concelho, com raras excepções, foi apenas efectuada pelas entidades sem fins lucrativos. Os problemas colocados à gestão dos equipamentos por estas instituições estão directa, ou indirectamente, ligados com a escassez de recursos financeiros de que dispõe. De facto, o maior volume de respostas refere-se às questões relacionadas com as necessidades de realizar obras de conservação e a manutenção das instalações e com a sua dotação de em termos de equipamento diverso, como mobiliário. As entidades inquiridas apontam ainda a necessidade de realizar obras que permitam a acessibilidade dos edifícios a cidadãos portadores de deficiência, bem como a existência de instalações sanitárias não adaptadas que justificam intervenção.

No âmbito dos recursos humanos também são mencionadas carências, nomeadamente no que concerne à falta de qualificação e responsabilidade, bem como à grande rotatividade do pessoal e não estabilização dos quadros de pessoal.

Paralelamente foram identificadas outras problemáticas de urgente resolução, embora com menor expressão, nomeadamente: a falta de sinalética na área circundante ao equipamento, a concorrência desleal de instituições sem alvará, a falta de limpeza dos arruamentos envolventes, a falta de policiamento, bem como a existência de entraves burocráticos por parte de entidades públicas.

Quadro 48 – Equipamentos segundo o domínio de actuação por problemas apresentados (%)

	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total	CFL	SFL
Instalações /Apetrechamento	34	53	26	35	27	-	33	100	23	32	17	40
Recursos Financeiros	10	11	10	9	9	-	7	-	6	9	12	8
Recursos Humanos	2	5	7	-	-	-	7	-	6	4	6	3
Outros	10	-	7	4	-	50	7	-	13	9	14	6
NR	43	32	49	52	64	50	47	-	52	46	51	44

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

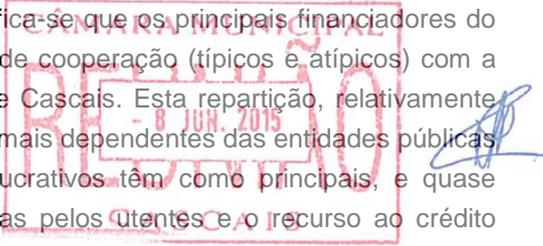
Domínios de actuação: (I) Infância e Juventude; (II) Reabilitação e integração de pessoas com deficiência; (III) Idosos; (IV) Família e comunidade; (V) Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias; (VI) Pessoas infectadas e afectadas pelo VIH/SIDA; (VII) Pessoas em situação de dependência; (VIII) Pessoas com doença mental; (IX) Outros.

Nota: os valores obtidos foram calculados em função das respostas válidas.

4.5.10. Fontes de financiamento para o funcionamento

Conforme referenciado anteriormente, a rede de equipamentos sociais, solicita um enorme esforço de financiamento para o seu normal e regular funcionamento. Estes custos de financiamento, sendo em proporções variáveis, são suportados através de diversas entidades e diferem de situação para situação, conforme se tratem de entidades com ou sem fins lucrativos.

No caso da rede social instalada no Concelho de Cascais verifica-se que os principais financiadores do funcionamento dos equipamentos são os utentes, os acordos de cooperação (típicos e atípicos) com a Segurança Social e os protocolos com a Câmara Municipal de Cascais. Esta repartição, relativamente equitativa, traduz a realidade das entidades sem fins lucrativos mais dependentes das entidades públicas para a obtenção de financiamento. As entidades com fins lucrativos têm como principais, e quase exclusivas, fontes de financiamento as participações pagas pelos utentes e o recurso ao crédito bancário (Outras fontes de financiamento).



Quadro 49 – Fontes de financiamento para o funcionamento dos equipamentos, segundo o domínio de actuação (%)

	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total	CFL	SFL
Comparticipação dos associados	9	26	11	35	27	100	20	0	26	12	5	15
Comparticipação dos utentes	61	47	51	61	45	100	80	50	58	54	64	49
Acordo de Cooperação	32	58	24	43	45	100	67	100	23	31	3	45
Subsídios eventuais	8	53	9	52	27	100	20	0	16	12	3	17
Donativos	7	47	8	57	45	100	27	0	26	12	1	17
Programas	2	0	0	13	18	100	7	0	0	2	1	3
Protocolos com a CMC	39	21	24	48	45	100	40	0	26	33	2	48
Protocolos com a JF	11	5	7	17	18	100	20	0	6	10	2	13
Outros	13	11	14	13	18	-	13	-	26	13	13	13

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Domínios de actuação: (I) Infância e Juventude; (II) Reabilitação e integração de pessoas com deficiência; (III) Idosos; (IV) Família e comunidade; (V) Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias; (VI) Pessoas infectadas e afectadas pelo VIH/SIDA; (VII) Pessoas em situação de dependência; (VIII) Pessoas com doença mental; (IX) Outros.

Nota: os valores obtidos foram calculados em função das respostas válidas.

4.6. Investimentos

4.6.1. Ampliação de Respostas Sociais

Considerando a necessidade de melhorar a capacidade de resposta dos equipamentos da rede social instalada no concelho de Cascais aos problemas que este território apresenta, verifica-se que as entidades gestoras dos equipamentos de génese mais recente prevêm a necessidade de ampliação de Respostas Sociais a curto prazo, o que reflecte sobretudo algumas lacunas na capacidade de resposta às necessidades dos utentes e, simultaneamente, a possibilidade de alargarem os seus domínios de actuação, optimizando os recursos existentes e promovendo complementaridades e sinergias entre Respostas Sociais.

Quadro 50 – Equipamentos segundo o domínio de actuação, por ano, com necessidade de ampliação (%)

	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total	CFL	SFL	
<=1960	4	-	-	-	-	-	-	-	-	17	2	4	
1961-1970	8	-	-	-	-	-	-	-	-	4	5	4	
1971-1980	27	-	-	-	-	-	-	-	-	50	14	14	
1981-1990	23	40	22	100	100	-	67	-	-	17	18	25	
1991-2000	23	20	56	-	-	-	33	-	-	-	37	48	29
>2000	15	40	22	-	-	-	-	-	-	17	22	24	21
NR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	4	4
Total	100												

Fonte: CEDRU, 2005.

Domínios de actuação: (I) Infância e Juventude; (II) Reabilitação e integração de pessoas com deficiência; (III) Idosos; (IV) Família e comunidade; (V) Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias; (VI) Pessoas infectadas e afectadas pelo VIH/SIDA; (VII) Pessoas em situação de dependência; (VIII) Pessoas com doença mental; (IX) Outros.



As entidades que mencionaram as Respostas Sociais que pretendem implementar a curto prazo estão patentes no quadro seguinte. As apostas a emprender compreendem novas creches, uma creche familiar em Brejos, CATL e Ludotecas, no domínio da infância e juventude. No domínio da reabilitação e integração de pessoas com deficiência, prevê-se a abertura de um Centro de Actividades Integradas/Centro de dia para pessoas com deficiência, uma residência protegida e um fórum sócio-ocupacional para pessoas com doença mental. Centros de Convívio e Lares para idosos, um apartamento de emergência para mulheres vítimas de violência doméstica, um novo Centro Comunitário no Estoril e o aumento de Respostas Sociais de apoio domiciliário são outras das apostas prioritárias referidas pelas entidades inquiridas.

Freguesia	Designação do equipamento	Respostas Sociais previstas
Alcabideche	Aldeia de Crianças SOS de Bicesse	Centro de Acolhimento Temporário
	Associação de Apoio Social "Os Amigos da Paz"	Refeições, serviço médico e análises clínicas.
	Associação de Apoio Social Nossa Sra. da Assunção da Malveira da Serra (AISA)	Alargamento do horário do serviço de apoio domiciliário e aos fins-de-semana
	Associação de Idosos de Santa Iria (AISI)	Apoio domiciliário
	Associação Jerónimo Usera	A criação do Centro Polivalente para adolescentes e jovens em situação de risco
	Associação Nacional de Espondilite Anquilosante (ANEA)	Unidade prestadora cuidados de saúde
	Associação Portuguesa de Deficientes – Delegação de Cascais	Com a ampliação das instalações, em fase de conclusão, temos capacidade de resposta para 50 deficientes e vamos criar um Centro de Actividades Integradas/Centro de Dia, uma carência sentida no concelho
	ATL da Amoreira	Acesso à <i>internet</i> para as crianças do ATL
	CSP S. Vicente de Alcabideche – Ext. Alvide	Centro de convívio
	CSP S. Vicente de Alcabideche – Ext. Bairro da Cruz Vermelha	Centro de convívio
	Espaço C	Ludoteca-pré-primária
	Espaço Lúdico Pica-Pau	Para além de Espaço Lúdico prevê-se que coexista neste espaço uma ludoteca em novas instalações
	Externato Olias	Actividades extra curriculares
	Lar das Fisgas de Alcoitão	Lar em Alcoitão
	Malta – Espaço Jovem	Formação
	Carcavelos	O Narizinho – Creche e Jardim de Infância, Lda.
Paradisiaco – Casa de Repouso Unipessoal, Lda.		Centro de Dia
Cascais	Associação de Beneficência Luso-Alemã (ABLA)	Alargamento do ATL e serviço apoio domiciliário
	Centro de Apoio ao Deficiente	Férias de apoio domiciliário aos utentes, para descanso das famílias
	Infantário "O Berço"	Pré-escolar
Cascais	Associação Juvenil Clube das Gaivotas da Torre	Curso de Informática
	Casa de Repouso São José de Cascais	Centro de Dia
	Centro de Convívio do Bairro do Rosário	Sala polivalente com 23,4x13,0 m, podendo ser desdobrada em 3 salas, incluindo balneários, sala de apoio e arrecadação.
	Centro de Dia da Torre	Ligação ao apoio domiciliário
	Externato Europa	Construção de piscina aquecida para os alunos
	Grupo de Apoio e Desafio à SIDA (GADS)	Prevenção
	Instituto Geriátrico de Cascais, Sanusger – Geriatria e Saúde, Lda.	Centro de Dia; Mini-Hospital
	International Christian School of Cascais	Creche

Freguesia	Designação do equipamento	Respostas Sociais previstas
	Residência Geriátrica Santa Inês, Lda.	Centro de dia
	UMAR – Serviço de Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência – Cascais	Apartamento de emergência com 4 vagas
Estoril	Associação para a Reabilitação e Integração AJUDA/Fórum Sócio-Ocupacional de Cascais (ARIA)	Uma residência protegida e o alargamento de resposta do fórum sócio-ocupacional
	Cantinho do Amor – Casa de Repouso	Centro de Dia
	Casa de Repouso Alapraia	Centro de Dia
	Casa de Repouso Mirante de Cascais, Lda.	Centro de Dia
	Casa de Repouso Rosa Branca	Casa de Repouso na Galiza
	Casa dos Nossos Pais – Lar de Idosos Unipessoal, Lda.	Centro Dia
	Centro Paroquial do Estoril	Abertura de um novo centro comunitário com mais Respostas Sociais
	Centro Social Dom Bosco – Associação dos Antigos Alunos Salesianos do Estoril	Centro Social
	CERCICA – Educação Especial	Para multideficientes.
	Challott dos Avós/ASMS Lar de 3ª Idade, Lda.	A abertura de uma nova casa devido ao aumento da população idosa
	Fundação "O Século"	Programa de formação e gabinete de apoio psicológico
	Kiga – Sociedade de Actividades Luso-Alemã, Lda.	Creche e pré-escolar
	Paraíso das Oliveiras – Repouso de Qualidade, Lda.	Centro de Dia
Parede	"A Cegonha" – Infantário da Parede	ATL
	Associação Cristã da Mocidade – Centro Psicopedagógico	Diversas em estudo na área da infância e da juventude
	Casa de Repouso São Ciro	Actividades diárias
	Centro Psicogeriátrico Nossa Senhora de Fátima	Unidade de cuidados continuados
	Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo da Costa do Estoril	Sala de convívio/lojinha, cursos de formação para a comunidade
	Éramos um – Cooperativa de Ensino	Salas de apoio ao 2º ciclo
	Escolinha dos Anjos	Pré-escolar, salas de estudo
	Horizonte Cooperativa de Solidariedade Social e de Ensino, C.R.L. – ATL do Murtal	Creche, Pré-Escolar e ATL
	A Escolinha Mágica	Pré-escolar
	AMERA – Residência Assistida para Seniores	Apoio domiciliário
S. Domingos de Rana	Amigos-Jardim Infantil, Lda.	Pré-escolar
	Associação de Idosos e Deficientes do Penedo	Centro Integrado de Recursos/ Lar de idosos
	ATL – Associação de Educação Popular do Zambujal	Biblioteca
	Centro Comunitário de Tires – Sede	Centro de Convívio e ATL para Jovens
	Centro Social de São José de Caparide	Centro de Convívio e ATL para Jovens
	CSP São Domingos de Rana -Sede	Creche Familiar de Brejos
	Edifício – IDEIA – Instituto para o Desenvolvimento Integrado na Acção	Abrimos uma sala nova já este ano na creche
	Espaço Lúdico de Cabeço de Mouro	Transformar o espaço em ludoteca para a comunidade
	Horizonte Cooperativa de Solidariedade Social e de Ensino, C.R.L.	Construção de creche, pré-escolar e ATL
	Maurineto Exploração de Lares. Lda.	Prestação de serviços de apoio domiciliário
	O Catavento – Jardim de Infância	Creche

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

4.6.2. Reforço dos recursos humanos

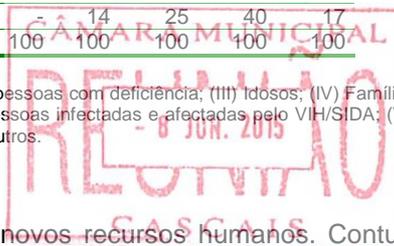
Os números recenseados permitiram contabilizar mais de 3.900 recursos humanos afectos aos equipamentos instalados. Os maiores empregadores concelhios nesta área são os Estabelecimentos de Educação Pré-escolar, as Creches, os Centros de Actividades de Tempos Livres e Ludotecas, e os Lares para Idosos, mais exigentes em funcionários. Contudo, e apesar do elevado valor absoluto, muitas vezes as razões apontadas para o não alargamento e para a não melhoria da qualidade dos serviços prestados passa pelo número insuficiente de recursos humanos disponíveis face ao número de utentes existentes e potenciais.

Quadro 51 – Equipamentos segundo o domínio de actuação, por ano de início de funcionamento, com necessidade de contratação de recursos humanos (%)

	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total	CFL	SFL
<=1960	3	-	-	-	-	-	-	-	14	2	-	3
1961-1970	3	-	6	13	-	-	17	-	-	2	-	3
1971-1980	14	-	-	-	-	-	-	-	14	7	10	6
1981-1990	17	17	31	38	50	-	33	-	14	18	10	23
1991-2000	45	50	38	25	50	100	50	100	43	45	40	49
>2000	17	33	25	25	-	-	-	-	14	25	40	17
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Domínios de actuação: (I) Infância e Juventude; (II) Reabilitação e integração de pessoas com deficiência; (III) Idosos; (IV) Família e comunidade; (V) Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias; (VI) Pessoas infectadas e afectadas pelo VIH/SIDA; (VII) Pessoas em situação de dependência; (VIII) Pessoas com doença mental; (IX) Outros.



A ampliação de Respostas Sociais implica a contratação de novos recursos humanos. Contudo, esta depende em larga medida dos recursos financeiros das instituições, o que em muitos casos é um entrave à sua efectivação (apesar disso muitas têm prevista a contratação de mais recursos humanos). As instituições que referem a contratação de novos recursos referem como fontes de financiamento previstas, mais uma vez, a Câmara Municipal de Cascais e a Segurança Social.



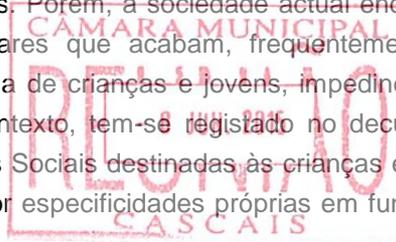
A handwritten signature in blue ink, located to the right of the red stamp.

5. ANÁLISE DA OFERTA DE RESPOSTAS SOCIAIS

5. ANÁLISE DA OFERTA DE RESPOSTAS SOCIAIS

5.1. Infância e Juventude

A alteração do modo de vida das famílias motivada, sobretudo, pela entrada das mulheres no mercado de trabalho, mas também por uma desarticulação da família tradicional, tem criado a necessidade de se encontrarem respostas adequadas para a guarda das crianças. Porém, a sociedade actual encontra-se também marcada por problemas e desajustamentos familiares que acabam, frequentemente, por conduzir a situações de abandono, maus tratos ou negligência de crianças e jovens, impedindo-os de usufruírem de um ambiente familiar normal. Face a este contexto, tem-se registado no decurso das últimas décadas um acréscimo e diversificação das Respostas Sociais destinadas às crianças e jovens. Cada uma dessas Respostas Sociais encontra-se marcada por especificidades próprias em função das situações a que se destinam.



5.1.1. Acolhimento Familiar

A Resposta Social *Acolhimento Familiar* manifesta grande importância, na medida em que possibilita que crianças e jovens, em situação de risco familiar e social, possam ser integrados numa estrutura familiar (por famílias consideradas idóneas) com um ambiente afectivo, psicológico e material que promova o seu desenvolvimento harmonioso.

Trata-se de uma Resposta Social apenas accionada quando esgotadas todas as possibilidades da família de origem em poder desempenhar as suas funções, uma vez que seria preferível que a criança/jovem pudesse crescer e efectuar o seu desenvolvimento junto da sua família natural, mas também porque a opção pelo *Acolhimento Familiar* constitui frequentemente um processo complexo, em especial para a criança/jovem, que, por isso, requer um profundo acompanhamento por técnicos capazes de preparar a criança/jovem para a colocação num novo ambiente familiar e para o processo de separação e contacto posterior com a família de origem.

Esta Resposta Social tem, naturalmente, um período de funcionamento permanente, e assegura a totalidade das Respostas Sociais e cuidados de que a criança necessita. No concelho, o número de crianças em *Acolhimento Familiar* tem registado uma diminuição nos últimos anos, tendo passado de 16 em 2001/2002 para 1 em 2003/2004. Presentemente, os utentes desta Resposta Social são todos provenientes da freguesia de Cascais. O principal motivo de admissão das crianças nesta Resposta Social consiste na gravidade da situação em que se encontram inseridas.

No que concerne aos recursos humanos, para além da família de acolhimento, esta Resposta Social conta com o apoio de um psicólogo, cuja afectação em termos de tempo de trabalho é parcial, o que possibilita a acumulação com outras Respostas Sociais. Na avaliação global das potencialidades e dos constrangimentos da Resposta Social foram apresentados dois aspectos para cada uma. Ao nível das potencialidades, os principais aspectos consistem na larga experiência em acolher crianças em situação de risco e integrá-las num novo ambiente familiar, enquanto que no que trata aos constrangimentos foram destacadas as carências de recursos humanos e de âmbito financeiro.

5.1.2. Ama

Com a crescente participação da mulher na vida profissional e as profundas transformações ocorridas na estrutura e organização familiar, no decurso dos últimos anos, registou-se uma valorização desta Resposta Social que constitui uma resposta às necessidades das famílias em deixarem as crianças a partir dos 4 meses, altura em que termina a licença de parto, até aos 3 anos de idade. Por se tratar de um período da vida marcado por uma elevada vulnerabilidade e muito exigente em cuidados de saúde e afectivos, esta Resposta Social adquiriu elevada importância, oferecendo cuidados individualizados. A Ama consiste na pessoa que por conta própria e mediante retribuição, cuida de uma ou mais crianças que não sejam suas parentes ou afins na linha recta, ou no 2º grau da linha colateral, por um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento de acompanhamento da criança pelos pais.

No concelho de Cascais, existem 17 Respostas Sociais deste tipo, que se encontram enquadradas em três Entidades (oito delas no Serviço Local de Cascais do Instituto de Segurança Social, outras oito no Instituto da Sagrada Família e apenas uma Ama no Centro de Educação Infantil da Parede), apresentando uma natureza sem fins lucrativos. Tendo iniciado o seu funcionamento, sobretudo, entre as décadas de setenta e noventa, nos últimos quatro anos não se registou o surgimento de mais nenhuma destas Respostas Sociais no concelho.

Na sua maioria, as Amas prestam serviço somente nos dias úteis e as férias concentram-se no mês de Agosto. Todas as Amas apresentam um horário idêntico, iniciando a sua actividade entre as 7.15 e as 8.00 horas e encerrando entre as 18.00 (53%) e as 19.30 (47%).

Quadro 52 – Horário de abertura e encerramento na Resposta Social Ama

Horário de Abertura		
Hora	N.º	%
7h15	1	6
7h30	10	59
7h40	1	6
8h00	5	29
Total Geral	17	100
Horário de Encerramento		
Hora	N.º	%
18h00	9	53
19h30	8	47
Total Geral	17	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Entre os serviços prestados por esta resposta, embora 47% dos responsáveis não tenha respondido, verificou-se uma superioridade dos cuidados de higiene, alimentação, repouso e actividades lúdicas (47%), seguido do apoio mais individualizado às crianças entre os 4 e os 36 meses (6%).

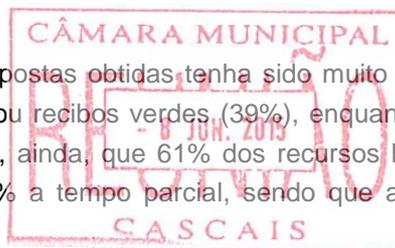
De acordo com os apuramentos realizados, verificou-se que esta Resposta Social abrange um total de 41 recursos humanos, todos eles do sexo feminino, repartidos pelas funções de ama (59%), de educadora de infância (22%) e de coordenador (20%). No que trata às habilitações, verifica-se uma supremacia dos recursos humanos com formação académica (61% tem o bacharelato).

Quadro 53 – Habilitações dos recursos humanos afectos à Resposta Social Ama

Habilitações	N.º	%
1º Ciclo do ensino básico	3	7
2º Ciclo do ensino básico	3	7
3º Ciclo do ensino básico	2	5
Bacharelato	25	61
NR	8	20
Total Geral	41	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

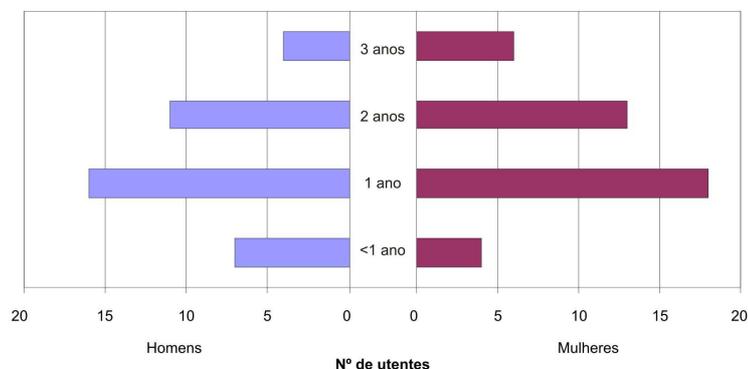
Em termos de contrato de trabalho, embora o número de respostas obtidas tenha sido muito reduzido (41%), regista-se uma maior incidência do vínculo avençado ou recibos verdes (39%), enquanto que o contrato sem termo corresponde apenas a 2%. Constatou-se, ainda, que 61% dos recursos humanos têm uma afectação à Resposta Social a tempo inteiro e 39% a tempo parcial, sendo que a maioria regista uma acumulação com outra Resposta Social (61%).



Os 41 recursos humanos têm a seu cargo 84 crianças. Este número tem-se mantido relativamente estável ao longo dos últimos três anos. A análise da proveniência geográfica das crianças colocadas em amas, permite constatar que a maioria pertence à freguesia de São Domingos de Rana (53%), à qual se seguem as freguesias de Alcabideche (29%) e de Cascais (29%), do Estoril (12%) e, com valores menos significativos, Carcavelos e Parede (6% cada). Das respostas obtidas verificou-se que, no que trata à comparticipação dos utentes, a mensalidade mínima oscila entre 10 euros e os 17 euros e a mensalidade máxima, na sua maioria entre os 27 euros e os 67 euros, identifica-se um caso onde atinge os 192 euros.

No que se refere à estrutura etária das crianças, verifica-se que a maioria têm 1 ano de idade (42,5%), sendo muito reduzido o número de crianças com menos de 1 ano (13,8%). Este aspecto, entre outros factores, está relacionado com o facto das leis de protecção à maternidade possibilitarem que a mãe possa ter uma licença de parto alargada para poder tomar conta da criança nos primeiros meses de vida, ou com factores de ordem psicológica por parte dos progenitores que optam por deixar mais tardiamente as crianças a cargo de terceiros. Constatou-se, também, que esta Resposta Social é uma opção/necessidade, sobretudo, até aos 3 anos de idade, uma vez que a partir desta idade não foi registada qualquer criança. Relativamente ao género das crianças, observa-se uma distribuição relativamente equitativa, uma vez que 53% são do sexo feminino e 48% do sexo masculino.

Figura 40 – Utentes por género e idade, na Resposta Social Ama, em 2004/2005 (N.º)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2005

Relativamente aos constrangimentos e às potencialidades identificadas nesta Resposta Social, verificou-se uma notável uniformidade nos factores mencionados pelos responsáveis. Isto é, no que trata ao primeiro aspecto, 47% referiu a falta de pessoal técnico e os outros 47% referiram a existência de impedimentos pontuais ou prolongados das amas, o seu isolamento ou ainda problemáticas sociais graves, enquanto que, em relação ao segundo aspecto, 100% das respostas obtidas considera que a sua principal potencialidade é poder oferecer às crianças um ambiente familiar e um atendimento personalizado.

5.1.3. Creche

À semelhança do observado relativamente à Resposta Social Amas, também o crescimento da Resposta Social *Creche* tem-se acentuado nos últimos anos, o que se encontra relacionado com as mudanças registadas na estrutura familiar e com a crescente massificação do trabalho feminino.



Trata-se de uma Resposta Social de âmbito sócio-educativo que se destina a crianças até aos 3 anos de idade, após o período de licença dos pais, prevista na lei de protecção da maternidade/paternidade, durante o período diário correspondente ao trabalho dos pais, proporcionando às crianças condições adequadas para o seu desenvolvimento harmonioso e global e cooperando com as famílias em todo o seu processo educativo.

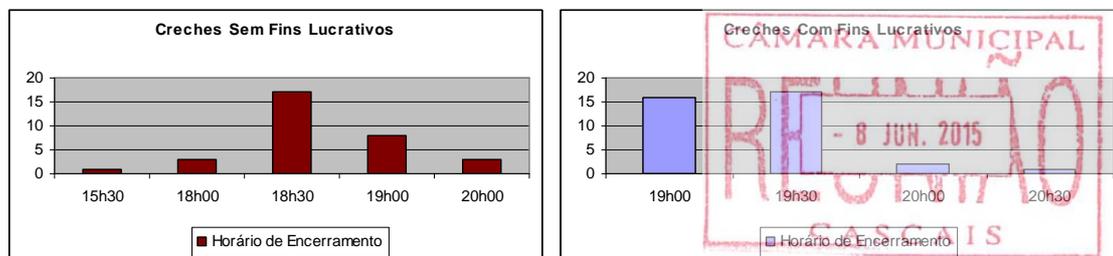
As *Creches*, uma das Respostas Sociais mais antigas no país, são na sua totalidade 68 no concelho de Cascais, sendo que 36 de são entidades com fins lucrativos e 32 de instituições sem fins lucrativos. Todavia, embora as creches com fins lucrativos sejam ligeiramente mais, constata-se que o número de utentes nestas (1.050 crianças) é inferior ao número de utentes das creches sem fins lucrativos (1.289 crianças).

Independentemente da sua natureza jurídica, verifica-se que, na generalidade, as creches têm crianças em lista de espera (nas creches com fins lucrativos há 59 crianças nesta situação, enquanto que nas creches sem fins lucrativos, este valor ascende aos 1.953). No que trata aos critérios de selecção das crianças que se encontram em lista de espera, as respostas obtidas variam em função da natureza jurídica da entidade. Assim sendo, nas creches com fins lucrativos os critérios mais frequentes são a idade das crianças, a ordem de inscrição e o facto de já terem ou não irmãos a frequentar o equipamento social, enquanto que nas creches sem fins lucrativos o critério mais aplicado é o facto de se tratarem de famílias com fracos recursos financeiros e como tal com um reduzido leque de opções.

No que trata ao período de férias, se ao nível das creches com fins lucrativos se observa uma pluralidade relativamente equitativa de respostas, uma vez que 47,3% das creches encerram para férias e 44,5% não encerram, já as creches sem fins lucrativos na sua maioria afirmam fechar para férias (90,6%). Do universo de creches que encerram para férias, verifica-se que 96% fecha no mês de Agosto. De um modo geral, as creches do concelho (com e sem fins lucrativos) só se encontram em funcionamento durante os dias úteis (98,5%) abrindo entre as 7.00 e as 8.30, o que indica uma procura de compatibilidade com os horários de trabalho dos pais ou encarregados de educação. Já no que trata à hora de encerramento, observa-se um padrão menos rígido, uma vez que 1,5% encerram às 15.30, 63% encerram entre as 18.00 e as 19.00 e os restantes 35,5% encerram entre as 19.00 e as 20.30 horas, o que denota uma adequação com o horário de saída dos empregos por parte dos pais. Apesar de no horário de abertura não haver disparidades entre as entidades com fins lucrativos e sem fins lucrativos, já no horário de encerramento constata-se que as creches sem fins lucrativos têm um período

de encerramento que começa mais cedo e é mais longo, enquanto que o das creches com fins lucrativos é temporalmente mais concentrado.

Figura 41 – Horário de encerramento, segundo a natureza jurídica da entidade, na Resposta Social Creche, em 2004/2005 (nº)

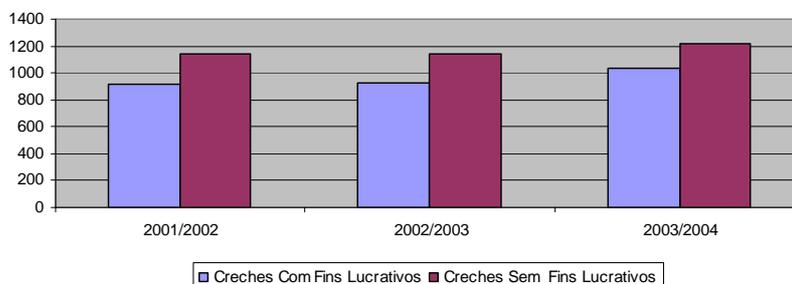


Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Quanto à capacidade máxima das creches, em termos de número de utilizadores, regista-se uma grande amplitude de valores, oscilando entre as 10 crianças (o valor mais baixo registado) e as 91 crianças (o número mais elevado identificado), no entanto, para a maioria das creches (68%) a capacidade máxima de utentes não ultrapassa a meia centena. Embora esta realidade seja transversal às creches com e sem fins lucrativos, importa salientar que estas têm na sua totalidade capacidades máximas distintas, sendo mais elevada nas entidades sem fins lucrativos (1.346 crianças) do que nas entidades com fins lucrativos (1.269 crianças). Estes valores manifestam um grande interesse, uma vez que demonstram que na sua totalidade, as creches do concelho de Cascais (com e sem fins lucrativos) têm um número de utentes inferior à sua capacidade de resposta.

O número de crianças colocadas em creches tem vindo a aumentar ao longo dos últimos anos, quer nas creches com fins lucrativos como nas creches sem fins lucrativos. Porém, verifica-se que entre os anos lectivos 2001/2002 e 2003/2004, o acréscimo foi mais expressivo nas creches com fins lucrativos (13%) do que nas creches sem fins lucrativos (6,7%), ainda que nestas últimas o número de utentes se tenha mantido substancialmente mais elevado.

Figura 42 – Utentes em Creches com fins lucrativos e sem fins lucrativos (n.º)

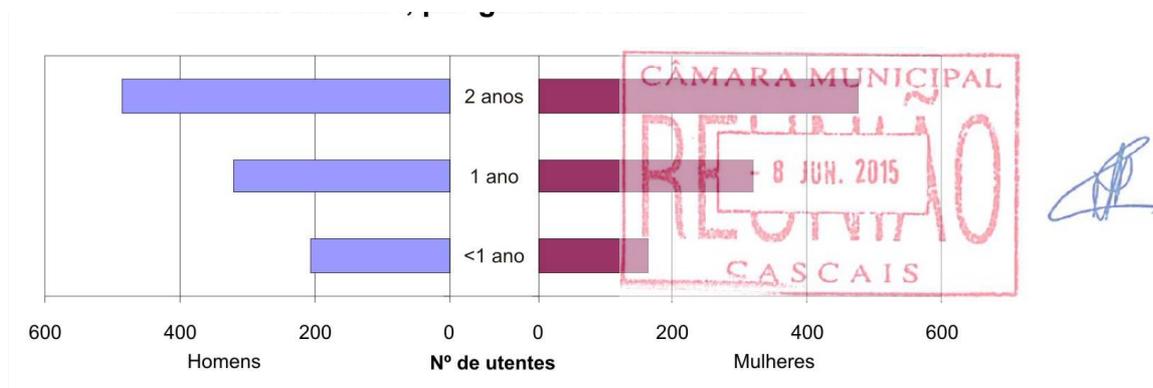


Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

A repartição por sexos, evidencia uma ligeira primazia dos indivíduos do sexo masculino (51,3%) sobre os do sexo feminino (48,7%), enquanto que a análise da estrutura etária apresenta uma distribuição idêntica à das crianças na Resposta Social ama, ou seja, há uma clara tendência para se colocarem as

crianças em creche a partir do primeiro ano de idade, pois verifica-se que o número de crianças nesta Resposta Social aumenta consoante a idade destas.

Figura 43 – Utentes por género e idade na Resposta Social Creche (nº)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

A análise da residência das crianças que frequentam as creches, independentemente da natureza jurídica da entidade, evidencia a preponderância da freguesia de Cascais (17%), seguindo-se a freguesia da Parede (14%) e, posteriormente, as freguesias de Alcabideche e do Estoril, ambas com o mesmo valor percentual (13,6%). Todavia, nesta Resposta Social regista-se uma maior importância das crianças residentes nos concelhos de Oeiras e Sintra, uma vez que aproximadamente 9% das entidades inquiridas afirmou ter a seu cargo crianças residentes nesses concelhos.

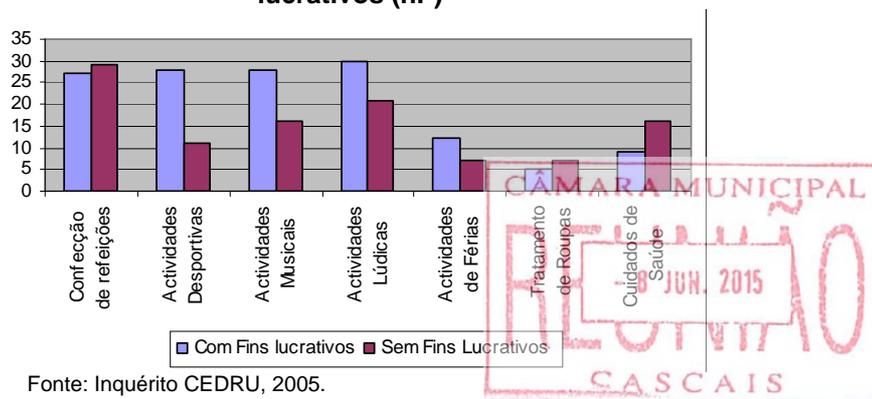
Quadro 54 – Proveniência dos utentes da Resposta Social Creche (%)

Freguesia / Concelho	%
Cascais	17,4
Parede	14,0
Alcabideche	13,6
Estoril	13,6
São Domingos de Rana	12,1
Carcavelos	10,1
Oeiras	9,1
Sintra	9,1
Outro concelho	0,0
Total	100%

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Os serviços prestados nesta Resposta Social são pautados por uma certa diversidade, no entanto, destacam-se quatro como os mais frequentes. Assim, 82% das creches presta serviços de confecção de refeições, 75% actividades lúdicas, 65% actividades musicais, 57% actividades desportivas, 28% actividades de férias e 18% o tratamento de roupas. Importa destacar o facto de cerca de 37% das creches prestar cuidados de saúde, o que denota alguma capacidade em responder a eventuais problemas de saúde das crianças, que neste grupo etário são sempre mais vulneráveis, quer às doenças típicas da idade, quer a ferimentos diversos provocados por quedas.

A leitura segundo a natureza jurídica da entidade evidencia algumas disparidades, pois determinadas actividades são asseguradas em maior número pelas entidades com fins lucrativos, como as actividades desportivas, musicais ou lúdicas, enquanto que o tratamento das roupas, a confecção de comida e a prestação de cuidados de saúde são prestadas, especialmente, por entidades sem fins lucrativos.

Figura 44 – Serviços prestados pelas Creches com fins lucrativos e pelas Creches sem fins lucrativos (n.º)

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Relativamente às fontes de financiamento para apoiar o funcionamento, no caso das creches sem fins lucrativos, verifica-se que as mais relevantes são os acordos de cooperação com o Instituto de Segurança Social (75%), seguidos dos protocolos com a Câmara Municipal de Cascais (59%). No caso das creches com fins lucrativos, verifica-se que a fonte de financiamento para apoiar o funcionamento mais significativa são as participações dos utentes (28%), apresentando as restantes modalidades uma reduzida expressão.

Na análise dos recursos humanos ao serviço nas creches, constatou-se que as funções mais dominantes são as de ajudante/auxiliar (53%) e as de educador de infância (27%), embora muitas outras funções sejam desempenhadas, designadamente, administrador/director, segurança, cozinheira, coordenador/chefe de serviços e professor, entre outros. Embora exista uma prevalência das habilitações escolares mais elevadas, como a licenciatura (27%), constata-se que o 1.º ciclo do ensino básico e o 3.º ciclo do ensino básico encontram-se entre as habilitações mais frequentes (21% e 16%, respectivamente), o que resulta da presença relevante de profissões menos qualificadas, tais como ajudantes de limpeza ou de cozinha.

À semelhança do observado nas restantes Respostas Sociais enquadradas no Domínio da Infância e da Juventude, também nas creches há um maior número de recursos humanos do sexo feminino (97,6%) do que do sexo masculino (1,7%), sendo que aproximadamente 1% não deu resposta. Quanto ao vínculo contratual regista-se uma primazia dos contratos de trabalho sem termo (70%), enquanto que os contratos a termo certo correspondem a 13%. Todavia, importa referir que 16% do universo desta Resposta Social não respondeu a esta questão. É também de salientar o número de recursos humanos em regime de exclusividade que, no seu conjunto, representam 78% do total, enquanto que 19% se dedica a esta Resposta Social em tempo parcial.

Em relação à avaliação dos constrangimentos e das potencialidades da Resposta Social, embora metade das entidades inquiridas (50% precisamente) não tenha respondido, foram apontados aspectos muito diversificados. Nos constrangimentos, os aspectos mais mencionados pelas creches com fins lucrativos foram as dificuldades financeiras (14%), enquanto que as creches sem fins lucrativos, embora esse seja também o constrangimento mais referido (por 41% das entidades), o reduzido dimensionamento/capacidade do espaço físico para desenvolver esta Resposta Social assumiu igualmente algum destaque (16%). No âmbito das potencialidades, as creches com fins lucrativos apontaram, sobretudo, o dimensionamento dos seus equipamentos (6%) e os serviços prestados (6%), enquanto que as entidades sem fins lucrativos assinalaram, em especial, o facto de proporcionarem

horários flexíveis e capazes de se ajustar às necessidades dos pais, assim como as mensalidades reduzidas (31,3%).

A maioria das creches do concelho (60,8%) tem investimentos previstos para os próximos cinco anos, ainda que se verifique que são sobretudo as entidades com fins lucrativos as que mais apresentam planos neste sentido. Numa leitura segundo a natureza jurídica da entidade, verifica-se que no âmbito das creches com fins lucrativos o tipo de investimento mais referido consiste na renovação/remodelação das instalações (52,8%), seguido da aquisição de equipamento (42%) enquanto que ao nível das creches sem fins lucrativos a aquisição de equipamento constitui a tipologia de investimento mais pretendido (31,3%), ao qual se segue a renovação e remodelação (25%). Para ambas as entidades, a ampliação das instalações é como o investimento que tem menos relevância (14% para as creches com fins lucrativos e 13% para as creches sem fins lucrativos).

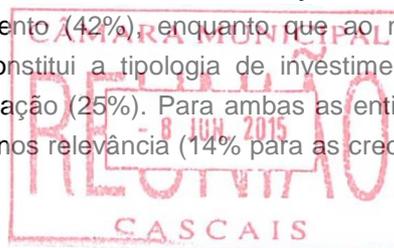
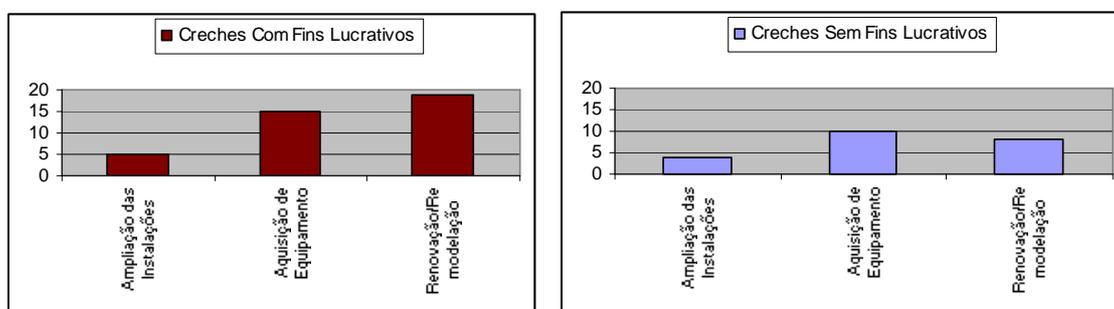


Figura 45 – Investimentos previstos na Resposta Social Creche, segundo a natureza jurídica da entidade (nº)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

5.1.4. Creche Familiar

Entende-se por *Creche Familiar* um conjunto de amas, não inferior a 12 nem superior a 20, que residem na mesma zona geográfica e que estejam enquadradas, técnica e financeiramente, pelo Centro Regional de Segurança Social, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou Instituições Particulares de Solidariedade Social com actividades no âmbito das 1ª e 2ª infâncias. (Decreto-Lei n.º 158/84, de 17 de Maio). No concelho de Cascais existem cinco creches familiares sendo todas elas entidades sem fins lucrativos, no entanto, quatro destas (Centro Social Paroquial de São Domingos de Rana – Casa Zambujal, Creche Familiar I de Tires, Creche Familiar II Matoscheirinhos e Creche Familiar III Mata da Torre) diferem desta definição tradicional de creche familiar, nos seguintes aspectos:

- As “amas” são enquadradas pela educadora de infância da creche;
- As crianças participam em acções conjuntas com as crianças da creche;
- Em termos laborais, estas “amas” possuem vínculo definitivo às IPSS;
- As IPSS desenvolvem programas de formação contínua para os seus técnicos, incluindo as “amas” da creche familiar;
- O espaço onde se desenvolve a acção é propriedade da Instituição.

As creches familiares encontram-se em funcionamento em dias úteis e têm um horário de abertura que decorre entre as 7.00 e as 8.00 horas e um período de encerramento entre as 18.30 e as 19.00.

No que concerne aos serviços prestados às 67 crianças servidas, verificou-se que apenas as actividades lúdicas são transversais a todas as creches familiares. Já o tratamento de roupas e a intervenção precoce são serviços efectuados em 75% das creches familiares, a confecção de refeições e as actividades musicais são prestadas apenas por 25% e as actividades desportivas ou de férias, não são efectuadas em nenhuma creche familiar.

No que respeita ao financiamento para funcionamento, constatou-se que em todas as creches familiares este é assegurado em 100% por acordos de cooperação e subsídios eventuais.

Quadro 55 – Fontes de financiamento da Resposta Social Creche Familiar

Fonte	N.º	%
Com Acordo de Cooperação	4	100
Protocolo com a CMC	4	100
Protocolo com a JF	0	0
Subsídios Eventuais	0	0
Programas	0	0

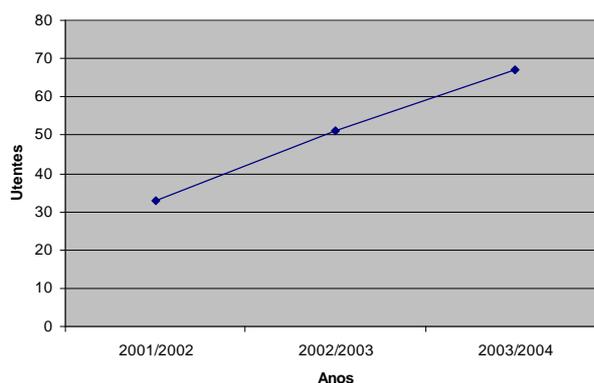
Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.



Quanto ao número médio de crianças nesta Resposta Social, no decurso dos últimos anos, registou-se um aumento substancial, tendo tido um acréscimo de 103% (passou-se de um universo de 33 crianças em 2001/2002 para 67 crianças em 2003/2004). Este acréscimo explica-se pelo facto de até 2001 existirem apenas duas creches familiares (Instituto da Sagrada Família/Centro de Acolhimento Francisco Lindoso e a Creche Familiar I de Tires), sendo que no ano 2002 foram criadas outras duas creches familiares, sem fins lucrativos – IPSS, (Creche Familiar II Matoscheirinhos e Creche Familiar III Mata da Torre) e no ano seguinte foi criada uma quinta creche familiar (Centro Social Paroquial de São Domingos de Rana – Casa Zambujal), também esta sem fins lucrativos – IPSS. Deste modo, regista-se uma relação directa entre o aumento do número de crianças a frequentarem esta Resposta Social e o aumento do número de creches familiares.

Figura 46 – Evolução do número de utentes da Resposta Social Creche Familiar

Evolução do número de utentes



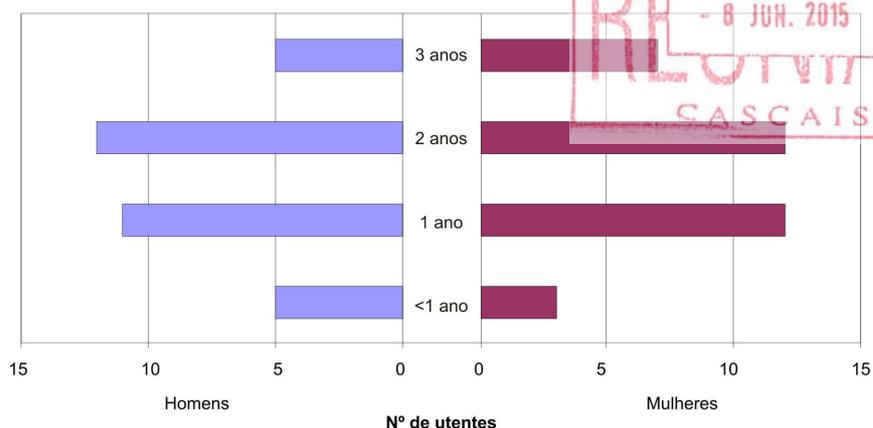
Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

As crianças que frequentam esta Resposta Social apresentam uma estrutura etária muito similar à observada em outras duas Respostas Sociais, designadamente, nas amas e nas creches, visto que a maioria das crianças que frequentam as creches familiares têm entre 1 e 2 anos (70%), o número de

crianças com idade inferior a 1 ano é muito reduzido e a partir dos 3 anos de idade o número de utentes também diminui.

A presença de crianças do sexo masculino e feminino apresenta-se equitativa. Relativamente à proveniência geográfica existem importantes disparidades intra-concelhias, uma vez que há uma predominância das freguesias de Carcavelos, da Parede e de São Domingos de Rana, que correspondem a 50% da origem das crianças que frequentam esta Resposta Social.

Figura 47 – Utentes por género e idade da Resposta Social Creche Familiar



Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Na análise dos recursos humanos ao serviço nas creches familiares, o aspecto mais relevante consiste na ausência de trabalhadores com níveis de qualificação elevados, sobretudo, em comparação com a realidade observada nas restantes Respostas Sociais para a infância e juventude. Assim sendo, verifica-se que apenas 21% dos recursos humanos tem o ensino secundário, 47% têm o 3º ciclo do ensino básico, 5% tem o 2º ciclo do ensino básico e outros 5% tem o 1º ciclo do ensino básico (21% não responderam a esta questão). Face a este contexto, os recursos humanos repartem-se por quatro funções que são ajudante/auxiliar (74%), coordenador (16%), segurança/vigilante (5%) e trabalhador/auxiliar de serviços (5%).

Os trabalhadores desta Resposta Social, que são exclusivamente do sexo feminino, têm na sua maioria contrato sem termo (63%), embora a ausência de respostas quanto a esta questão tenha sido elevada (32%), e não registam uma acumulação com qualquer outra Resposta Social (68%).

Em relação à avaliação das potencialidades da presente Resposta Social, o aspecto apontado consiste em oferecer às crianças um ambiente próximo do ambiente familiar, pautado por um atendimento individualizado, afectivo e com segurança. Quanto aos constrangimentos, foi mencionado o facto desta ser uma Resposta Social deficitária, em grande parte, como resultado do financiamento para funcionamento efectuado através dos acordos de cooperação ser relativamente reduzido, em especial, quando comparado com o que é efectuado em relação a outras Respostas Sociais da infância e juventude, nomeadamente, da creche. Na sua maioria, estão previstos, para esta Resposta Social alguns investimentos, no decorrer dos próximos cinco anos, sobretudo, ao nível da renovação e remodelação e da aquisição de equipamentos.

5.1.5. Estabelecimento de Educação Pré-Escolar

A educação pré-escolar constitui a primeira etapa da educação básica no processo educativo ao longo da vida e, como tal, assume grande relevância por proporcionar um conjunto de meios pedagógicos e educativos fundamentais ao desenvolvimento equilibrado das crianças²². Por este motivo, a presente Resposta Social constitui uma das soluções mais frequentemente adoptadas pelas famílias. As crianças que frequentam esta Resposta Social têm entre 3 anos e 5/6 anos, idade em que ingressam no ensino básico.

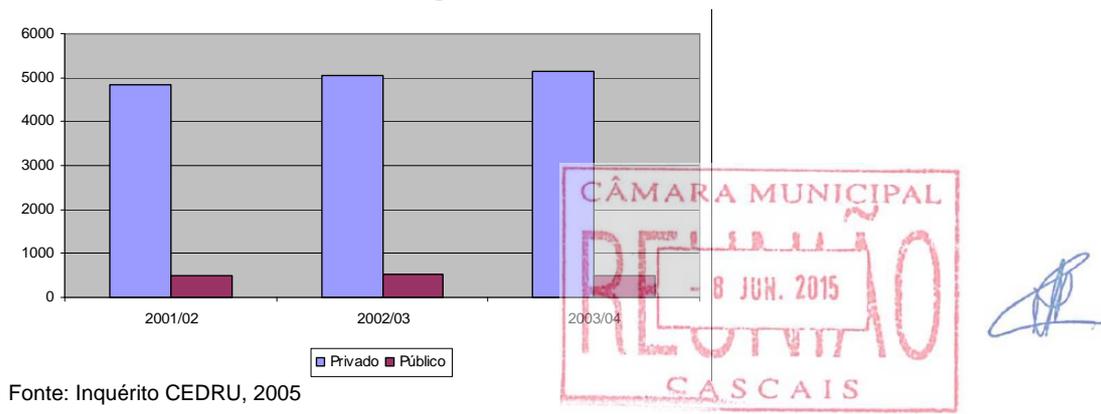
A rede de estabelecimentos de educação pré-escolar é a mais ampla das Respostas Sociais destinadas ao Domínio da Infância e Juventude, no Concelho de Cascais, pois foram contabilizados 104 estabelecimentos, sendo que 86 destes são privados e apenas 18 são públicos. Na sua quase totalidade, estes estabelecimentos funcionam só em dias úteis (97,1%). Relativamente ao horário de abertura, destaca-se o período compreendido entre as 7.00 e as 8.00 horas nos equipamentos de educação pré-escolar privados, uma vez que representa o horário de abertura de aproximadamente 88%, enquanto que os equipamentos públicos iniciam o seu funcionamento maioritariamente às 9.00 horas (89%). No que se refere ao encerramento, verifica-se que os equipamentos de educação pré-escolar públicos têm um horário de fecho temporalmente muito reduzido, visto que na sua totalidade encerram entre as 15.00 horas e as 15.30, já os equipamentos privados têm um período de encerramento mais amplo e fecham mais tarde (entre as 15.30 e as 20.30), ainda que se verifique que é a partir das 18.30 que a maioria destes encerra (86%), o que manifesta adequação dos horários destes últimos às necessidades das famílias, ou mais concretamente ao horário de trabalho dos pais ou encarregados de educação.

Relativamente ao período de férias é essencial efectuar uma leitura desagregada segundo a tutela. Com efeito, verifica-se que todos os equipamentos de educação pré-escolar oficiais que responderam fecham para férias, o que seria de se esperar, na medida em que tal é obrigatório. No caso dos estabelecimentos de educação pré-escolar privados, constata-se que na sua maioria também encerram para férias (67,4%) e apenas 11,6% não o faz, sendo que 21% destes não respondeu. Independentemente da tutela ser pública ou privada, verifica-se que, de um modo geral, todos os equipamentos desta Resposta Social que fecham para férias, fazem-no durante o mês de Agosto.

Nos últimos três anos lectivos, o número de crianças que frequentam os estabelecimentos de educação pré-escolar embora tenha aumentado consideravelmente (5,7%), importa salientar que este acréscimo foi observado apenas nos equipamentos privados, onde se passou de 4.822 crianças em 2001/2002 para 5.130 crianças em 2003/2004 (variação positiva de 6,4%), pois nos equipamentos públicos verificou-se um comportamento contrário, isto é, passou-se de 492 para 488 crianças (decrécimo de -0,8%).

²² Embora o conceito “crianças em idade pré-escolar” abranja as crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 3 anos (crianças do berçário e que frequentam amas e creches) e os 3 e os 5/6 anos (crianças que frequentam os jardins-de-infância), na análise que se desenvolve de seguida, referimo-nos apenas ao segundo grupo, isto é, às crianças que frequentam os jardins-de-infância (designação esta que do ponto de vista legislativo está a ser substituída por pré-escolar).

Figura 48 – Evolução do número de utentes na Resposta Social Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar, segundo a tutela



Fonte: Inquérito CEDRU, 2005

Na análise do perfil dos utentes, destaca-se o facto da repartição entre rapazes e raparigas ser semelhante quer nos equipamentos públicos (48% dos utentes são raparigas e 52% são rapazes), quer nos equipamentos de tutela privada (51% dos utentes são raparigas e 49% são rapazes). Relacionado com a especificidade destes estabelecimentos, verifica-se que o número de crianças aumenta com a idade, independentemente da tutela destes equipamentos, o que resulta de ser obrigatório, em termos legislativos, dar-se prioridade às crianças com 5 anos de idade, uma vez que se encontram no último ano antes de ingressarem no 1.º ciclo do ensino básico e como tal é essencial dar-lhes bases sócio-educativas. Assim, as crianças com 3 anos de idade correspondem a 28,5% do total de utentes desta Resposta Social, as com 4 anos a 32%, as crianças com 5 anos de idade são o grupo mais expressivo, com um valor percentual de 39% do total.

Quadro 56 – Utentes por idade na Resposta Social Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar, segundo a tutela, em 2003/2004 (N.º)

Idades dos Utentes	Privados	Públicos
Com 3 Anos	1.283	67
Com 4 Anos	1.387	139
Com 5 Anos	1.525	342
Total Geral	4.195	548

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

A área de influência dos estabelecimentos de educação pré-escolar é maioritariamente o território concelhio, com destaque para as freguesias de Cascais, Alcabideche e Parede, pois é daí que provêm grande parte das crianças que frequentam a Resposta Social, nomeadamente, 17%, 15% e 14%. Todavia, também provêm algumas crianças dos concelhos limítrofes, mais concretamente, de Oeiras (8%) e de Sintra (9%).

Quadro 57 – Proveniência dos utentes da Resposta Social Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar (%)

Freguesia / Concelho	%
Cascais	17,0
Alcabideche	15,5
Parede	13,9
São Domingos de Rana	12,9
Estoril	12,7
Carcavelos	10,2
Sintra	9,4
Oeiras	8,1

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Ao se analisarem os serviços prestados por esta Resposta Social, importa efectuar uma leitura segundo a tutela dos equipamentos, uma vez que existem algumas diferenças. Assim sendo, nos equipamentos de educação pré-escolar privados, verifica-se uma prevalência das actividades lúdicas, musicais e desportivas, prestadas por 23%, 21% e 19% da totalidade, no entanto, são também prestados outros serviços, como por exemplo actividades de férias (15,2%), o transporte de crianças (11%), cuidados de saúde (7,5%) ou ainda o tratamento de roupas (3,7%). Para além destas actividades e serviços, foram ainda mencionadas outras actividades, embora de carácter pontual, como aulas de dança, *ballet* ou de francês e inglês. No contexto dos estabelecimentos de educação pré-escolar públicos constata-se que embora sejam as actividades lúdicas o tipo de serviço prestado por um maior número de estabelecimentos (57%), estes estabelecimentos prestam um número de serviços mais reduzido, não efectuando tratamento de roupas, actividades de férias ou transporte de crianças.

Constituídos por duas equipas distintas, mas complementares, os recursos humanos desta Resposta Social são formados por técnicos, com especialização em diferentes áreas, e por um conjunto de pessoas não técnicas, que desempenham funções de apoio. Assim sendo, no contexto da equipa técnica destacam-se os educadores de infância (33% do total dos recursos humanos), os professores (2,3%), os assistentes sociais (1,2%) e os psicólogos (1%). A equipa não técnica é constituída, na sua maioria, por ajudantes e auxiliares, grupo este que representa 41,2% do total dos recursos humanos, o que se explica por ser obrigatório que por cada duas salas dos equipamentos de educação pré-escolar exista uma auxiliar de acção educativa, ao que acresce o facto de no concelho de Cascais nos equipamentos de educação pré-escolar oficiais existir uma auxiliar de acção educativa por sala. No âmbito da equipa não técnica, ainda que com menor expressividade percentual, são também relevantes as cozinheiras (5%) e os seguranças (5%).

A leitura detalhada das habilitações escolares evidencia o predomínio da formação académica, designadamente, da licenciatura (35%), seguida do 1.º ciclo do ensino básico (15%) do 3.º ciclo do ensino básico (11,6%) e do ensino secundário (10%).

Quadro 58 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar

Habilitações	%
Não sabe ler nem escrever	0,1
Sabe ler e escrever	0,1
1º Ciclo do ensino básico	15,3
2º Ciclo do ensino básico	5,0
3º Ciclo do ensino básico	11,6
Secundário	10,2
Bacharelato	6,8
Licenciatura	35,3
Pós-Graduação	0,2
NR	12,3

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Os recursos humanos afectos a esta Resposta Social são, na sua maioria, constituídos por indivíduos do sexo feminino (91%). Constata-se que dominam os contratos sem termo (73%), seguido dos contratos a termo certo (4%) e dos avençados/recibos verdes (3,7%), ainda que a ausência de respostas tenha sido significativa (18%). Concomitantemente, observa-se que a maioria dos trabalhadores tem uma afectação a tempo inteiro a esta Resposta Social (74,4%), enquanto que apenas 19,8% se dedicam em tempo parcial. Face a tal, constata-se que 68,1% dos recursos humanos têm exclusividade aos estabelecimentos de educação pré-escolar, enquanto que 26% acumulam o trabalho nesta Resposta Social com outra Resposta Social.

No quadro da avaliação global da Resposta Social, verifica-se que as principais potencialidades e constrangimentos variam em função da tutela do estabelecimento de educação pré-escolar. Deste modo, nos equipamentos de educação pré-escolar de natureza privada, as principais potencialidades são a educação e os serviços prestados (31%), os horários e as mensalidades (24%), assim como o facto do equipamento reunir todas as condições necessárias para o desempenho da Resposta Social (24%), enquanto que para os equipamentos de educação pré-escolar públicos, as potencialidades mais mencionadas consistem na questão do dimensionamento (25%), na educação e serviços prestados (25%), nos recursos humanos (25%) e no facto de considerarem reunir todas as condições necessárias para o desempenho desta Resposta Social (25%), no entanto, importa salientar que o número de respostas obtidas a esta questão no caso dos equipamentos públicos foi pouco significativo (22,3%). Relativamente aos constrangimentos, observa-se uma pluralidade de factores quer no caso dos públicos quer dos privados. Contudo, entre os aspectos mais significativos, face à frequência com que foram mencionados por diferentes entidades, constatou-se que para os estabelecimentos de educação pré-escolar privados os constrangimentos mais significativos são as dificuldades financeiras com que se confrontam (39,5%) e a capacidade/dimensionamento do espaço físico disponível (21%). Já para os estabelecimentos públicos, em grande parte, são as fracas condições do espaço exterior (45,5%) seguida da reduzida capacidade/dimensionamento do espaço físico (18,2%).

Ao nível dos investimentos programados para os próximos cinco anos, observam-se algumas disparidades entre os estabelecimentos de educação pré-escolar públicos e privados. De facto, enquanto que no caso dos primeiros, a maioria não tem investimentos programados (33,4%), ainda que uma proporção relevante de entidades não tenha respondido a esta questão (44,5%), no caso dos equipamentos privados observa-se o contrário, isto é, a maioria (64%) tem investimentos previstos e apenas 28% não regista qualquer planeamento nesse sentido. A análise das tipologias de investimentos programados denota um notável equilíbrio entre as obras de renovação/remodelação das instalações, ampliação das instalações ou aquisição de novo equipamento, no caso dos estabelecimentos oficiais, enquanto que no caso dos privados regista-se um planeamento ligeiramente superior ao nível da aquisição de novo equipamento e da renovação/remodelação das instalações.

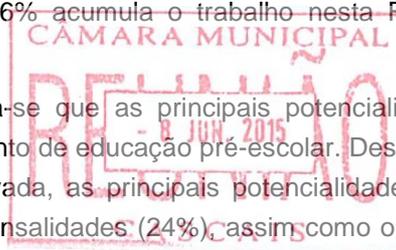
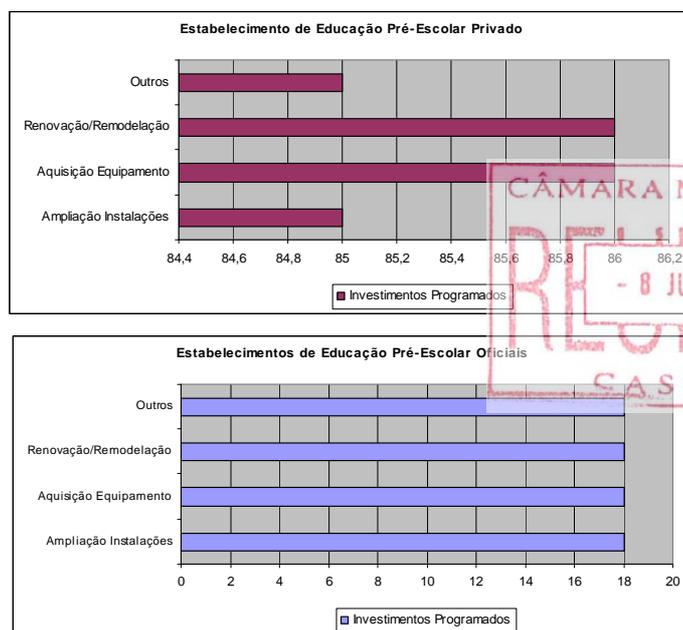


Figura 49 – Investimentos programados na Resposta Social Estabelecimento de Educação Pré-Escolar, segundo a tutela (nº)



5.1.6. Centro de Actividades de Tempos Livres e Ludotecas

Os *centros de actividades de tempos livres e ludotecas* foram criados com o objectivo central de proporcionar actividades no âmbito da animação sócio-cultural a crianças, a partir dos 6 anos de idade, e jovens, nos períodos disponíveis das suas obrigações escolares, de trabalho e outras. Com efeito, esta Resposta Social visa colmatar algumas das carências (de localização, de horários ou de capacidade) dos equipamentos educativos, evitando assim que as crianças e jovens fiquem frequentemente sozinhos, enquanto os pais ou os encarregados de educação se encontram a trabalhar, contribuindo para a prevenção de comportamentos de marginalização ou de delinquência juvenil. Os centros de actividades de tempos livres podem revestir várias formas, de acordo com o modelo de intervenção, nomeadamente: para acompanhamento/inserção (animação de rua, actividades de porta aberta); para prática de actividades especializadas (desporto, bibliotecas, ludotecas, ateliers de expressão, cine-clubes, clubes de fotografia); para multi-actividades (onde se enquadram os clássicos centros de ATL). Esta Resposta Social inclui, no entanto, três tipos de Respostas Sociais – os ATL, as Ludotecas e os Espaços Lúdicos – como tal efectua-se uma análise individualizada para cada uma destas Respostas Sociais.

Em Cascais existem 8 *Espaços Lúdicos*, todos eles Associações de Direito Privado Sem Fins Lucrativos, geridos pela mesma entidade (Associação para o Desenvolvimento Sócio-Educativo de Cascais) e encontram-se dispersos por todo o concelho. Constituindo uma Resposta Social relativamente recente no concelho, uma vez que só iniciaram o funcionamento entre 2000 e 2002, os espaços lúdicos têm por finalidade dar resposta às necessidades sócio-educativas das famílias e, como tal, constituem espaços abertos, flexíveis e de acolhimento, onde as crianças são actores de uma simbiose de brincadeiras e aprendizagens que sustentam o desenvolvimento da sua criatividade, potencialidades e sensibilidades. Estes espaços foram criados com quatro objectivos primordiais, nomeadamente:

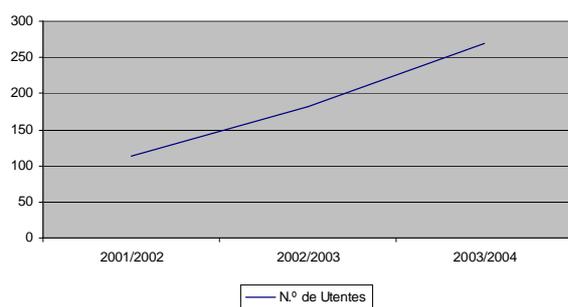
- Promover o desenvolvimento educativo e social das crianças;

- Alargar os contextos e os espaços de aprendizagem das crianças;
- Privilegiar o jogo e a actividade lúdica como factor de desenvolvimento;
- Educar para os valores promovendo nas crianças a capacidade de reflectir nas suas opções e de tomarem as suas próprias decisões de forma autónoma.

Com um funcionamento circunscrito aos dias úteis, os espaços lúdicos têm um horário de abertura variado, ou seja, dois deles abrem às 9.00 e os restantes entre as 14.00 e as 15.30 horas. Quanto ao horário de encerramento, com excepção do Espaço Lúdico do Pai do Vento que não respondeu a esta questão, todos os restantes encerram às 18.00 horas. No que trata ao período de férias, constata-se que a maioria encerra durante o mês de Agosto, com excepção do Espaço Lúdico do Murtal que fecha em Setembro.

Presentemente, os espaços lúdicos prestam serviço a um universo de 261 crianças, embora seja importante salientar que o número de crianças por espaço lúdico é muito variável, verificando-se que o Espaço Lúdico de Manique, em 2003/2004, registava o menor número de utentes, enquanto que no mesmo período temporal, o Espaço Lúdico de Pai do Vento II era o que servia um maior número de crianças (77). Nos últimos três anos lectivos (entre 2001/2002 e 2003/2004) assistiu-se a um acentuado aumento do número de utentes nesta Resposta Social, uma vez que passou de 114 para 270, o que se traduz num acréscimo de 137%.

Figura 50 – Evolução do número de utentes nos espaços lúdicos, no concelho de Cascais



Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

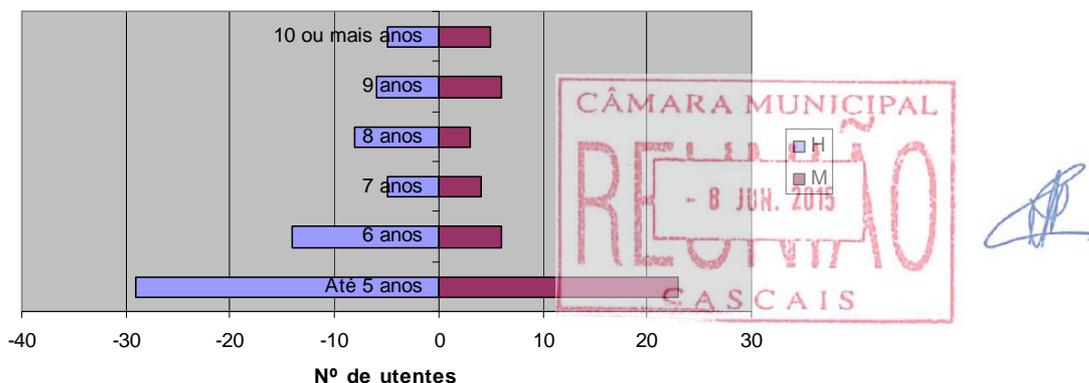
A análise da proveniência das crianças que frequentam os espaços lúdicos demonstra que estas residem sobretudo no concelho, sobretudo, nas freguesias de São Domingos de Rana, de Alcabideche e da Parede. Todavia, é também interessante constatar-se que crianças de outros concelhos, designadamente, de Sintra e de Oeiras frequentam também estes espaços.

Embora em seis espaços lúdicos existam crianças em lista de espera, é sobretudo no Espaço Lúdico do Murtal que esta situação é mais relevante, uma vez que o número de crianças nesta situação é comparativamente com os restantes mais elevado (10 crianças). Os critérios de selecção das crianças em lista de espera são muito diversificados. De um modo geral, consistem em tratarem-se de crianças que já frequentam os estabelecimentos de educação pré-escolar ou do 1.º ciclo do ensino básico da rede pública, que já frequentaram a Resposta Social no ano anterior ou ainda que pertençam a famílias com uma situação sócio-económica desfavorecida.

No que se refere à variável género regista-se uma ligeira preponderância dos indivíduos do sexo masculino (59%). Numa leitura da distribuição da população por grupos etários, verifica-se que a população servida é predominantemente constituída por crianças dos 5 aos 6 anos (63%), enquanto que

as crianças com idades compreendidas entre os 7 e os 10 anos correspondem apenas a 37% do universo de utentes dos espaços lúdicos.

Figura 51 – Utentes por género e idade nos Espaços Lúdicos, em 2004/2005 (nº)

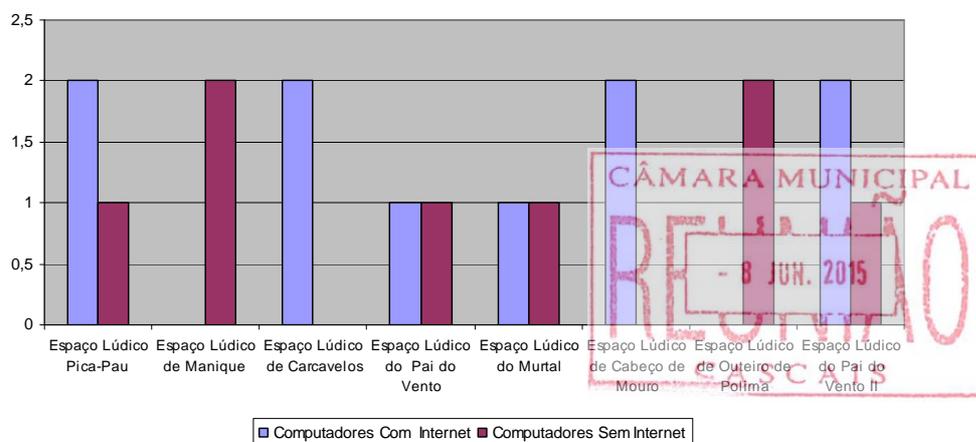


Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

A principal fonte de financiamento para funcionamento dos espaços lúdicos é o apoio dado pela Câmara Municipal de Cascais, pois esta foi referida pela totalidade das entidades. A mensalidade paga pelos utentes foi também referida pelo espaço Lúdico do Pai do Vento e pelo Espaço Lúdico de Cabeço de Mouro como fonte de financiamento para o funcionamento destes espaços. De acordo com as respostas obtidas, as mensalidades efectuadas pelos utentes variam entre um montante mínimo de 5,48 euros e um quantia máxima que oscila entre os 90 e os 100 euros.

Nestes espaços são essencialmente prestados quatro tipos de serviços: actividades lúdicas (em todos os espaços lúdicos), actividades desportivas (em seis espaços lúdicos), actividades de férias (em cinco espaços lúdicos) e actividades musicais (em três espaços lúdicos). Para além destas actividades, são ainda servidas refeições às crianças, designadamente, almoço (com excepção do Espaço Lúdico do pai do Vento, do Murtal e de Manique) e lanche. As crianças que utilizam estes espaços podem ainda utilizar os computadores existentes nestes espaços, muitos dos quais com acesso à *internet*, proporcionando-se às crianças a possibilidade de desenvolverem aptidões e conhecimentos informáticos, o que poderá compensar eventuais lacunas, no caso das crianças cujas famílias não têm recursos financeiros para adquirirem este tipo de equipamentos. Nos espaços lúdicos de Cascais, de um modo geral, existe um número considerável de meios informáticos disponíveis para o corpo profissional, com e sem acesso à *internet*.

Figura 52 – Meios informáticos, com e sem acesso à *internet*, disponíveis para o corpo profissional nos Espaços Lúdicos (nº)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

No que trata à avaliação da Resposta Social, verifica-se unanimidade nas potencialidades desta, uma vez que dos cinco espaços lúdicos que responderam a esta questão, quatro deles salientaram a qualidade do serviço prestado às crianças. Já no que concerne aos constrangimentos são assinalados vários aspectos, designadamente, o financiamento e o apetrechamento das instalações (salientado por dois espaços lúdicos), no entanto, outros aspectos foram também mencionados, nomeadamente, a conservação/manutenção das instalações, o reduzido dimensionamento do espaço físico e a incapacidade para responder à procura e assim suprimir as listas de espera.

Quanto há existência de investimentos para os próximos cinco anos, somente o Espaço Lúdico do Murtal e o Espaço Lúdico Pica-Pau têm planos neste sentido, sendo estes de ampliação das instalações e aquisição de equipamento, no caso do primeiro, e de mudança das instalações no caso do segundo espaço lúdico.

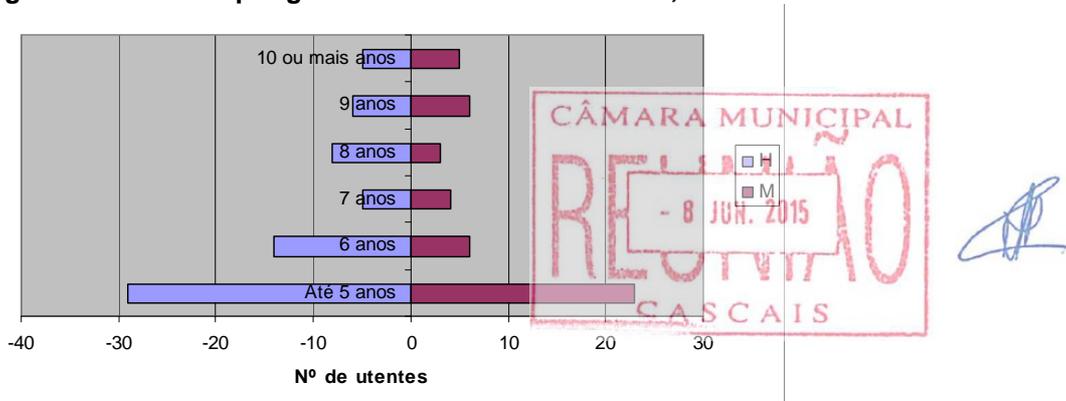
As *Ludotecas* são espaços promotores de actividades lúdicas, abertos à comunidade, de acesso livre e gratuito, dirigido às crianças a partir dos 3 anos de idade de forma individual quer colectiva, através de Jardins de Infância, Escolas da Rede Pública e Privada e Instituições Sem Fins Lucrativos. No concelho de Cascais existem três ludotecas, sendo que uma consiste numa Instituição Particular de Solidariedade Social (Ludoteca da Galiza, Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora) e duas são Associações de Direito Privado Sem Fins Lucrativos, geridas pela mesma entidade, a Associação para o Desenvolvimento Sócio-Educativo de Cascais (Ludoteca de Bicesse e a Ludoteca do Monte).

Quanto ao horário de funcionamento, apenas a Ludoteca de Bicesse se restringe aos dias úteis, pois as restantes funcionam também aos fins-de-semana. Abrindo diariamente entre as 9.00 e as 10.00 as ludotecas do concelho encerram entre as 17.30 e as 19.30 e todas elas fecham no mês de Agosto.

Nos últimos anos, o número de utentes das ludotecas cresceu consideravelmente, uma vez que passou de 3.846 utentes em 2001/2002 para 5.921 em 2003/2004 (acréscimo de 54%). Todavia, os quantitativos de população utente apresentam grandes disparidades entre as diferentes ludotecas, pois enquanto que a Ludoteca da Galiza tinha 85 utentes e a Ludoteca de Bicesse tinha 30 utentes, em 2003/2004, a Ludoteca do Monte registava 5.806 utentes, nesse mesmo período. A análise dos utentes segundo o género, evidencia uma ligeira superioridade das raparigas (55%), assim como uma leitura por idades

demonstra uma predominância das crianças com idades compreendidas entre os 7 e os 10 anos de idade, pois correspondem a 85%.

Figura 53 – Utentes por género e idade nas Ludotecas, 2004/2005



Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Quanto à freguesia de residência das crianças que frequentam as ludotecas, verifica-se uma primazia do Estoril e de São Domingos de Rana e, tal como constatado em relação aos espaços lúdicos, também as ludotecas são frequentadas por crianças residentes em outros concelhos, designadamente, nos concelhos limítrofes de Oeiras e Sintra.

As participações mensais nas ludotecas são muito distintas, ou seja, enquanto que na Ludoteca do Monte as crianças estão isentas de qualquer pagamento, na Ludoteca da Galiza as crianças estão sujeitas ao pagamento de uma mensalidade simbólica que varia entre os 5 euros e os 25 euros e, por fim, na Ludoteca de Bicesse onde a participação tem uma amplitude muito elevada, pois pode ir desde 5,48 euros até aos 90 euros.

No que diz respeito aos serviços prestados nas ludotecas, verifica-se que as actividades lúdicas e o acesso à *internet* constituem as únicas actividades que são asseguradas em todas as ludotecas. Acrescem ainda outras actividades, somente prestadas por algumas ludotecas, como as actividades musicais, as actividades de férias, o estudo apoiado ou ainda o serviço de refeições. O funcionamento destes espaços e a respectiva prestação dos seus serviços é sustentado financeiramente apenas pelos apoios dados pela Câmara Municipal de Cascais.

Quanto à avaliação da Resposta Social, apenas a Ludoteca de Bicesse apontou uma potencialidade que consiste no facto da ludoteca e do espaço lúdico funcionarem em simultâneo, por outro lado, em relação aos constrangimentos, a Ludoteca da Galiza e a Ludoteca de Bicesse consideraram o reduzido dimensionamento do espaço disponível o principal problemas para o desempenho efectivo da ludoteca.

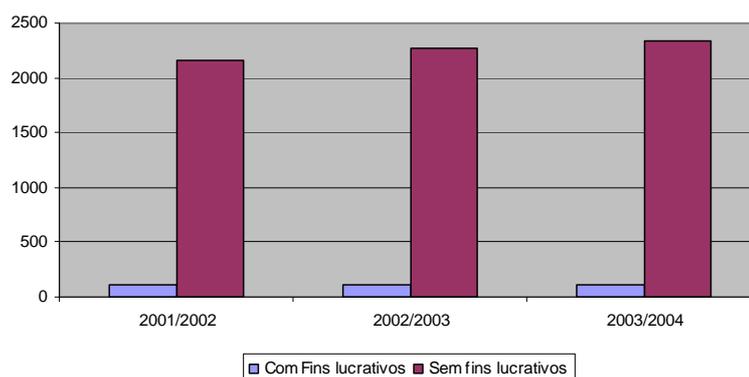
Os *Centros de Actividades de Tempos Livres (ATL)* destinam-se a crianças a partir dos 6 anos de idade e a adolescentes e visam, através da criação de um ambiente propício ao desenvolvimento pessoal de cada criança ou jovem e da participação da vida em grupo, contribuir para o seu desenvolvimento pessoal e inserção na sociedade, assim como favorecer a inter-relação família/escola/comunidade. Os ATL's do concelho abrangem actividades muito diversificadas, como sendo actividades desportivas, musicais, lúdicas, de férias, estudo apoiado, confecção de refeições, tratamento de roupa ou prestação de cuidados de saúde.

Em Cascais existem 48 ATL, sendo que estes se encontram integrados em vários estabelecimentos do Concelho, sendo da responsabilidade de Instituições Particulares de Solidariedade Social, da Santa Casa da Misericórdia, de Cooperativas, das Juntas de Freguesia, de Entidades com fins lucrativos, de Colectividades ou de Associações de Pais. Todavia, no concelho dominam claramente os ATL cuja natureza jurídica é sem fins lucrativos (92% enquanto os ATL com fins lucrativos correspondem apenas a 8% do total). Os ATL sem fins lucrativos no concelho de Cascais remontam à primeira metade do século XX, mais precisamente a 1940, data em que entrou em funcionamento o primeiro ATL, o ATL da Casa do Sagrado Coração de Jesus. Já os ATL com fins lucrativos na história concelhia são relativamente recentes, visto que o primeiro surgiu em finais da década de oitenta (o ATL da Associação de Beneficência Luso-Alemã ABLA).

Com um funcionamento maioritariamente restringido aos dias úteis (98%), uma vez que apenas o ATL da Torre funciona também aos fins-de-semana, verifica-se que o horário de abertura é muito variado, independentemente da natureza jurídica da entidade gestora do ATL, no entanto, 71% destes abre da parte da manhã (entre as 7.00 e as 12.00) enquanto que apenas 31% abre à tarde (entre as 14.00 e as 15.15 horas). Quanto ao horário de encerramento existe uma maior uniformidade entre os diferentes ATL uma vez que todos fecham entre as 18.00 horas e as 20.00 horas. Relativamente às férias constata-se que todos os ATL que responderam a esta questão, encerram durante o mês de Agosto, com excepção do ATL da Casa da Criança do Centro de Cultura e Desporto do Pessoal do Município de Cascais que fecha para férias nas interrupções lectivas.

No decurso dos últimos anos lectivos, o número de utentes dos ATL aumentou 8%, tendo passado de 2.274 utentes em 2001/2002 para 2.452 utentes em 2003/2004. Todavia, importa salientar que o número de utentes dos ATL sem fins lucrativos sempre foi muito superior aos dos ATL com fins lucrativos, o que se pode explicar, entre outros aspectos, pelos primeiros serem em maior quantidade (44) do que os com fins lucrativos (4). Presentemente, os ATL com fins lucrativos têm um total de 270 utentes enquanto que os sem fins lucrativos têm 2.316 utentes.

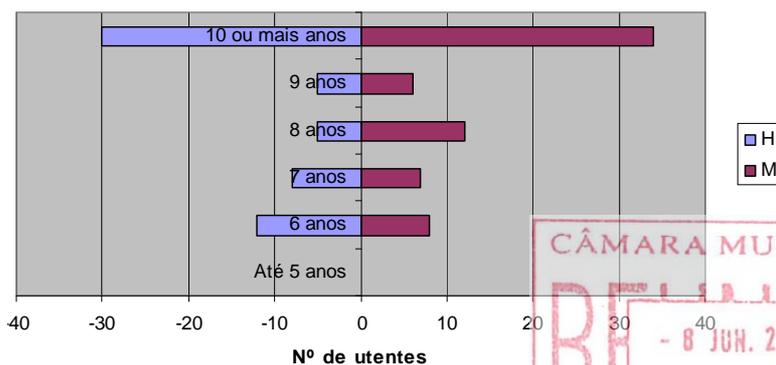
Figura 54 – Evolução do número de utentes nos ATL com e sem fins lucrativos



Fonte: Inquérito CEDRU, 2005

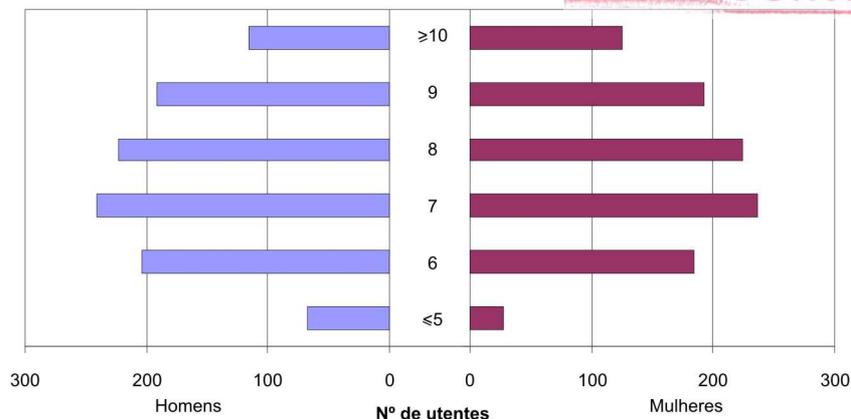
A análise do perfil de crianças que frequenta os ATL é muito idêntico para os com fins lucrativos e sem fins lucrativos. Com efeito, verifica-se que a repartição entre os géneros é equilibrada, uma vez que nos ATL com fins lucrativos 47% são rapazes e 53% são raparigas e nos ATL sem fins lucrativos 51% são rapazes e 49% são raparigas. Numa leitura segundo as idades, constata-se que em ambos as crianças com 5 anos de idade têm uma reduzida expressividade, no entanto, enquanto nos ATL com fins lucrativos a proporção de crianças com 10 ou mais anos é o grupo mais significativo (50%), nos ATL sem fins lucrativos observa-se uma primazia das crianças com 7 (24%) e com 8 anos (22%).

Figura 55 – Utentes por género e idade nos ATL com fins lucrativos, 2004/2005 (nº)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2005

Figura 56 – Utentes por género e idade nos ATL sem fins lucrativos, 2004/2005 (nº)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

No que trata à proveniência dos utentes do ATL, verifica-se que é na freguesia de São Domingos de Rana que reside o maior número de utentes, independentemente da natureza jurídica da entidade, seguida pela freguesia de Alcabideche. À semelhança do observado em relação a outras Respostas Sociais, também nos ATL encontramos utentes residentes em outros concelhos.

Quadro 59 – Proveniência dos utentes dos ATL com e sem fins lucrativos (%)

Freguesias	ATL Com Fins Lucrativos	ATL Sem Fins Lucrativos
Alcabideche	12,5	17,0
Carcavelos	12,5	12,8
Cascais	12,5	11,7
Estoril		14,9
Parede		17,0
São Domingos de Rana	25,0	18,1
Oeiras	12,5	4,3
Sintra	25,0	4,3

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

A análise das participações pagas pelos utentes desta Resposta Social necessita de uma desagregação pela natureza jurídica da entidade gestora, uma vez que existem acentuadas disparidades em função desse aspecto. Com efeito, constata-se que nos ATL com fins lucrativos a participação máxima varia entre os 48 euros e os 480 euros enquanto que a participação mínima varia entre os 25 euros e os 350 euros. Por outro lado, os ATL sem fins lucrativos apresentam, como seria de se

esperar, quantias substancialmente mais moderadas, pois a comparticipação máxima varia entre a isenção e os 192 euros, enquanto que a mensalidade mínima encontra-se oscilante entre o não pagamento e os 60 euros.

As fontes de financiamento para funcionamento, no caso dos ATL com fins lucrativos consistem basicamente nas mensalidades pagas pelos utentes, enquanto que no caso dos ATL sem fins lucrativos são mais diversificadas, no entanto, destacam-se os protocolos com a Câmara Municipal de Cascais e os acordos de cooperação com o Instituto de Segurança Social, uma vez que são as fontes de financiamento mais referidas (68% e 36%, respectivamente).

Aproximadamente metade dos ATL existentes no concelho têm investimentos previstos para os próximos cinco anos, verificando-se que, do conjunto de respostas obtidas, a aquisição de equipamento constitui o planeamento de investimento mais frequente (40,1%), seguida da renovação/remodelação das instalações (27%).

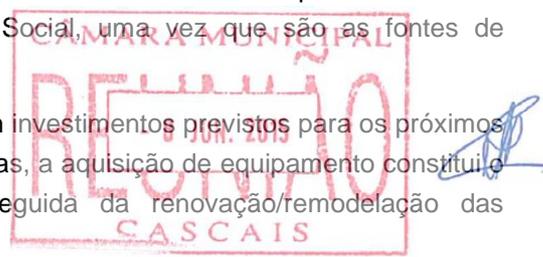
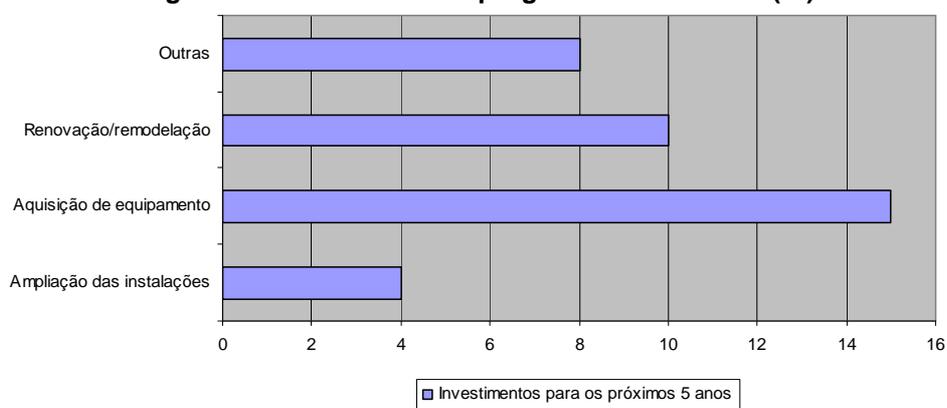


Figura 57 – Investimentos programados nos ATL (nº)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Pela sua natureza, esta Resposta Social (ATL, Espaços Lúdicos e Ludotecas) apresenta na equipa técnica um maior número de monitores (24%), professores (9%) e educadores de infância (4%), sendo o valor percentual de psicólogos ou assistentes sociais reduzido (2% e 1%, respectivamente). Ao nível da equipa não técnica destacam-se, sobretudo, os ajudantes/auxiliares, uma vez que constituem os recursos humanos mais numerosos (29%). Embora menos significativos, no contexto da equipa não técnica, encontramos ainda muitas outras profissões, designadamente, motoristas (3,1%), segurança (2,1%) e cozinheiras (1,8%). No conjunto dos recursos humanos verifica-se maioritariamente a presença feminina (85,9%) e regista-se um predomínio de habilitações literárias satisfatórias, uma vez que 31% dos recursos humanos tem licenciatura.

Quadro 60 – Habilitações dos recursos humanos dos ATL (nº)

Habilitações	%
1º Ciclo do ensino básico	7,8
2º Ciclo do ensino básico	7,1
3º Ciclo do ensino básico	19,9
Secundário	19,3
Curso Profissional	1,8
Bacharelato	2,2
Licenciatura	30,1
NR	8,2

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.



Quanto ao vínculo contratual, dominam os contratos sem termo (42%), ao qual se seguem os contratos a termo certo (21%) e os avançados/recibos verdes (10%), sendo pouco expressivas as restantes modalidades, como é o caso do voluntariado (1%) e de outros tipos de contrato (1,2%). Os recursos humanos têm, na sua maioria, uma afectação a tempo inteiro a esta Resposta Social (61%), enquanto que 38% se dedica a tempo parcial. Importa ainda salientar que a maioria dos trabalhadores não acumula o seu trabalho nesta Resposta Social com o trabalho em outras Respostas Sociais (60%), ainda que a percentagem de trabalhadores que acumulam seja relevante (30%).

5.1.7. Centro de Acolhimento Temporário

Embora se trate de uma resposta relativamente recente, no Concelho de Cascais existem três *Centros de Acolhimento Temporário* para crianças e jovens em situação de urgência, decorrente de abandono, maus-tratos, negligência ou outros factores. Tratam-se do Centro de Acolhimento Casa da Encosta, Instituto da Sagrada Família e da Casa da Criança de Tires e todas estes centros de acolhimento temporário consistem em entidades sem fins lucrativos. Face à sua natureza de resposta em situação de urgência, os centros de acolhimento temporários têm um período de funcionamento permanente, encontrando-se abertos 24 horas por dia.

Esta Resposta Social tem uma capacidade máxima de utentes relativamente restrita, em geral, varia entre os 12 e os 14 utentes, o que se explica pelos inúmeros cuidados de que carecem as crianças e jovens aí acolhidas e da procura não ser volumosa. Apesar de se tratar de uma Resposta Social de carácter transitório, verifica-se que, em muitos casos, não existe uma idade limite considerando-se mais importante que o projecto de vida de cada criança e jovem seja finalizado.

Os motivos de admissão nos centros de acolhimento temporário são muito variáveis, entre os quais se destacam o tipo de urgência ou risco em que se encontram as crianças, o facto de serem filhos de reclusos do estabelecimento prisional de Tires, da criança ou jovem ter família a residir nas proximidades, ou qualquer outro de carácter mais prático, como sendo a existência de vagas.

No que trata aos serviços prestados nestas Respostas Sociais, 67% disponibiliza a confecção e o serviço de refeições, as actividades lúdicas, as actividades de férias e os cuidados de saúde. Estes últimos registam particular importância, na medida em que as crianças e os jovens vítimas dos mais diversos tipos de violência requerem, em grande parte dos casos, assistência médica imediata assim como acompanhamento clínico adequado.

Nesta Resposta Social assumem particular importância, enquanto fontes de financiamento, os acordos de cooperação com a entidade Ministério do Trabalho e da Segurança Social, pois todos os centros de

acolhimento temporário revelaram receber verbas através desta via. Verifica-se ainda que 33% dos centros beneficia de protocolos com a Câmara Municipal de Cascais, de subsídios eventuais ou do orçamento geral do Estado, não se registando qualquer financiamento decorrente de outras fontes.

Tratando-se de uma Resposta Social que visa prestar uma resposta urgente e transitória de crianças e jovens em situação de risco, o número de utentes acolhidos varia no tempo e no espaço, embora seja frequentemente elevado, sendo presentemente servidas 43 crianças e jovens. Relativamente à estrutura etária, a faixa mais numerosa é a dos 0 aos 4 anos de idade, verificando-se que à medida que a idade aumenta, o número de crianças nos centros diminui. Em termos de género não são observadas disparidades assinaláveis.

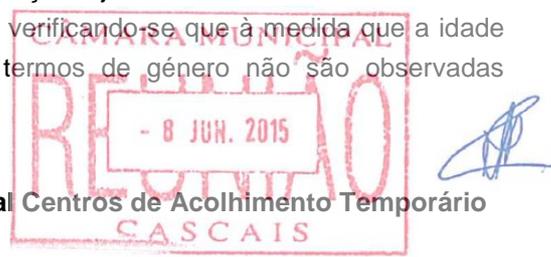
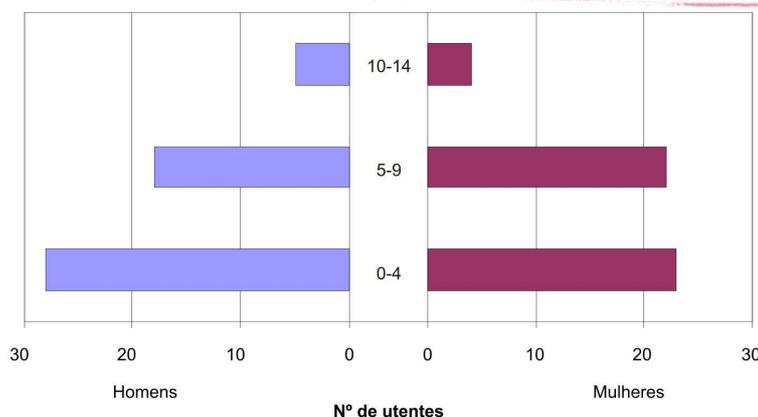


Figura 58 – Utentes por género e idade na Resposta Social Centros de Acolhimento Temporário (nº)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

No que se refere à proveniência dos utentes desta resposta, 33% dos centros de acolhimento temporário apontou os concelhos de Cascais, Lisboa, Sintra e Loures, os outros 33% apontaram Cascais e outros concelhos, enquanto que com o mesmo valor percentual foi referido o Concelho de Cascais assim como o resto do país.

O pessoal técnico que presta serviço, mais frequente, nesta Resposta Social são os educadores de infância (17%), os assistentes sociais (11%) e os psicólogos (3%), enquanto que ao nível da equipa não técnica se destaca os ajudantes/auxiliares (49%).

Verifica-se também a primazia dos recursos humanos do sexo feminino (94%) e elevados níveis de habilitação uma vez que 54,3% tem bacharelato ou licenciatura. Todavia, importa salientar que a expressão da escolaridade obrigatória (3.º ciclo do ensino básico) continua a ser relevante.

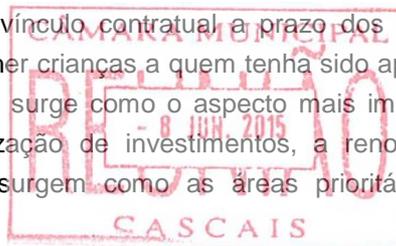
Quadro 61 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Centros de Acolhimento Temporário

Habilitações	N.º	%
1º Ciclo do ensino básico	2	5,7
2º Ciclo do ensino básico	1	2,9
3º Ciclo do ensino básico	8	22,9
Secundário	1	2,9
Bacharelato	1	2,9
Licenciatura	19	54,3
NR	3	8,6
Total Geral	35	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

O vínculo contratual dominante é o contrato sem termo (74%), sendo os restantes pouco significativos (avençado/recibos verdes (3%) e outros (9%). Os recursos humanos têm uma afectação maioritariamente a tempo inteiro (83%), sendo a afectação a tempo parcial pouco relevante (9%). O número de elementos a prestar serviço nesta Resposta Social, em regime de exclusividade, representa 60% do total de recursos humanos, enquanto que 29% acumula com outra Resposta Social.

Os principais constrangimentos verificados nos Centros de Acolhimento Temporário são, por um lado, o facto de se encontrarem sobrelotados e, por outro lado, o vínculo contratual a prazo dos recursos humanos. Ao nível das potencialidades, a capacidade de acolher crianças a quem tenha sido aplicada a medida de promoção e protecção de acolhimento temporário surge como o aspecto mais importante. Embora a maioria dos centros não tenha previsto a realização de investimentos, a renovação e remodelação, assim como a aquisição de equipamentos, surgem como as áreas prioritárias dos investimentos programados.



5.1.8. Centro de Férias

Esta Resposta Social destina-se a proporcionar a crianças e jovens estadia temporária, fora do domicílio familiar, por ocasião das férias escolares, de trabalho ou outras, possibilitando uma quebra da rotina. Podendo revestir-se de inúmeras formas, nomeadamente centros maternais, colónia de férias, campos de férias, campos de trabalho ou acampamentos. O centro de férias pode ser residencial ou aberto, em função do tempo de permanência.

Relativamente a esta Resposta Social não foi recebido qualquer tipo de respostas, embora exista uma instituição no concelho que a presta. Trata-se da *Fundação O Século*, cujo âmbito de actuação geográfico é nacional, recebe essencialmente crianças e jovens de outros concelhos e trata-se de uma entidade cuja natureza jurídica é sem fins lucrativos.

5.1.9. Clube de Jovens

No concelho de Cascais existem cinco *Clubes de Jovens* (Centro Social Paroquial de São Domingos de Rana – Casa Trajouce, Espaço Jovem da Galiza, Malta – Espaço Jovem, Clube de Jovens de Alcabideche e Horizonte Cooperativa de Solidariedade Social e de Ensino, C.R.L. – Acompanhamento de Jovens), sendo todos eles entidades sem fins lucrativos.

A Resposta Social *Clube de Jovens* dá resposta a um universo de 132 crianças e jovens e funciona, sobretudo, nos dias úteis (60%), ainda que um número significativo tenha um período de funcionamento que se alarga também aos fins-de-semana (40%). Relativamente ao horário de abertura, não existe um padrão, na medida em que 20% abre às 7.30, 40% às 10.00 horas e os outros 40% às 16.00 horas. Todos os clubes fecham entre as 19.00 e as 21.00 horas.

Quanto aos serviços prestados, ainda que sejam bastante numerosos, destacam-se três como muito relevantes (actividades desportivas, actividades lúdicas e actividades de férias), uma vez que ocorrem em todos os clubes de jovens, e de dois serviços relevantes (actividades musicais e salas de estudo), visto serem prestados em 80% dos clubes.

Quadro 62 – Serviços prestados na Resposta Social Clube de Jovens

Serviços	N.º	%
Actividades desportivas	5	100
Actividades lúdicas	5	100
Actividades de férias	5	100
Actividades musicais	4	80
Sala de estudo	4	80
Confecção de refeições	2	40
Serviço de refeições	2	40
Cuidados de saúde	2	40
Lanche	1	20
Transporte domiciliário	1	20
Tratamento de roupas	1	20
Total Geral	32	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.



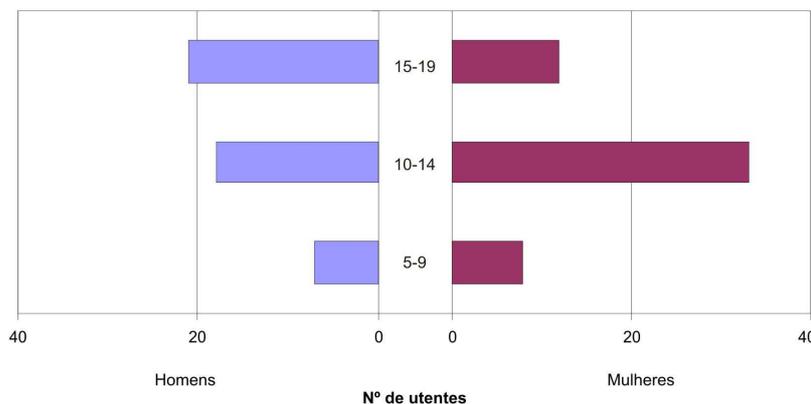
Os protocolos com a Câmara Municipal de Cascais correspondem à parcela mais importante das fontes de financiamento desta Resposta Social (60%), à qual se seguem os acordos de cooperação (40%), não se registando qualquer outro tipo de financiamento.

O número de utentes destas respostas tem variado nos últimos anos. Em 2001/2002 os clubes de jovens tinham 153 utentes, no entanto, no ano lectivo seguinte teve um decréscimo de 36,6%, justificado essencialmente pela redução acentuada de utentes no Clube de Jovens de Alcabideche, que de 100 utentes em 2001/2002 passou para 40, no ano seguinte. No último ano lectivo (2003/2004) registou novamente um aumento, atingindo os 132 utilizadores, oscilação explicada, uma vez mais, pelo Clube de Jovens de Alcabideche, que aumentou o número de utentes para setenta.

No que concerne à componente do género, pode-se afirmar tratar-se de um espaço frequentado por crianças e jovens de ambos os sexos. Quanto à estrutura etária, constata-se que o número de utentes tende a aumentar com a idade, designadamente, a partir dos 10 anos de idade.

Relativamente à origem geográfica dos utentes, regista-se uma sobre-representação das crianças e jovens da freguesia de Alcabideche (40%), seguida das freguesias do Estoril (20%) e de São Domingos de Rana (20%).

Figura 59 – Utes por género e idade da Resposta Social Clube de Jovens (nº)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Os recursos humanos que desempenham funções nesta Resposta Social apresentam, na sua maioria, qualificações elevadas (53% de licenciados), o que explica que as profissões mais numerosas correspondam às mais qualificadas, designadamente, psicólogos (27%) e assistentes sociais (13%). Maioritariamente do sexo feminino, têm como principal vínculo contratual o contrato sem termo (47%), seguido do contrato a termo certo (27%) e dos avençado/recibos verdes (13%). A dedicação a tempo inteiro corresponde ao tempo de afectação mais comum (73%), enquanto que apenas 27% dos recursos humanos se dedicam a tempo parcial. A não acumulação com outra Resposta Social (73%) é outra das principais características dos recursos humanos desta Resposta Social.

Entre os constrangimentos sentidos por esta Resposta Social destacam-se a falta de desbloqueamento de acordos de cooperação, a inexistência de um espaço próprio, o que as obriga a partilhar o mesmo espaço com outras Respostas Sociais, a degradação do espaço exterior e a inexistência de um espaço físico com as condições adequadas. Em relação às potencialidades destacam-se três aspectos, nomeadamente, a importância destas Respostas Sociais em conseguir apoios para a concretização dos projectos de vida das crianças e jovens e o facto de terem as condições físicas e os recursos humanos necessários. Na sua maior parte, estas Respostas Sociais não têm investimentos programados, para os próximos cinco anos, sendo excepção a construção de um parque desportivo.

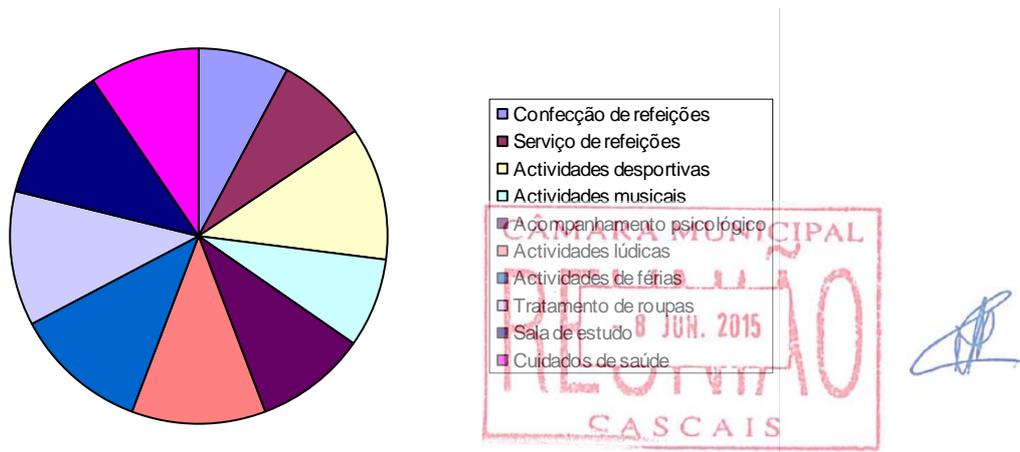
5.1.10. Lar de Crianças e Jovens

A Resposta Social *Lar de Crianças e Jovens* constitui-se como essencial, na medida em que tem como finalidade dar às crianças e jovens, que se encontram desprovidos de uma estrutura familiar, as condições essenciais de modo a preparar a sua reintegração sócio-familiar ou, para aqueles cuja idade o justifique, apoiá-los ao nível da escolarização e/ou formação profissional. Não obstante este facto, esta Resposta Social tem vindo a ser muito questionada nos últimos anos.

No concelho de Cascais, existem seis *lares de crianças jovens*: a Casa das Conchas, a Casa do Estoril – Associação Novo Futuro, a Casa do Mar, o Lar de Santa Rita, o Lar de São Francisco de Assis e a Aldeia de Crianças SOS de Bicesse. Embora todos eles se caracterizem por uma natureza jurídica sem fins lucrativos, estes lares de crianças e jovens têm uma presença muito diversa, ou seja, enquanto que o Lar de São Francisco de Assis, a Aldeia de Crianças SOS de Bicesse e o Lar de Santa Rita têm já um longo período de funcionamento, uma vez que abriram em 1955, 1967 e 1980, respectivamente, as restantes entidades que asseguram esta Resposta Social no concelho (a Casa das Conchas, a Casa do Estoril – Associação Novo Futuro, a Casa do Mar) só entraram em funcionamento em 2001.

Com um período de funcionamento permanente, encontrando-se aberto 24 horas por dia, esta Resposta Social presta inúmeros serviços às crianças e jovens que acolhe. As actividades desportivas, lúdicas e de férias, assim como o tratamento de roupa e o acompanhamento dos estudos são Respostas Sociais asseguradas pela totalidade dos lares de crianças e jovens. Já a prestação de cuidados de saúde e o acompanhamento psicológico são assegurados por 83,3% dos lares, e a confecção de refeições, o serviço de refeições e as actividades musicais são uma realidade em 67% destas Respostas Sociais.

Figura 60 – Serviços prestados na Resposta Social Lar de Crianças e Jovens



Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

A única fonte de financiamento para funcionamento de 5 dos lares de crianças e jovens é proveniente dos acordos de cooperação atípicos com o Instituto de Segurança Social, sendo que apenas o Lar de São Francisco de Assis não respondeu a esta questão, tendo referido, no entanto, beneficiar de financiamento da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

O número de crianças e jovens, nestes lares, tem oscilado consideravelmente, ao longo dos últimos três anos, pois de 74 crianças em 2001/2002 passou para 120 em 2002/2003 e para 114 em 2003/2004, o que constitui um acréscimo de utentes de 54,1%. Actualmente, esta Resposta Social totaliza um universo de 99 crianças e jovens, constatando-se que todos os lares têm um número de utentes dentro daquela que é a sua capacidade máxima.

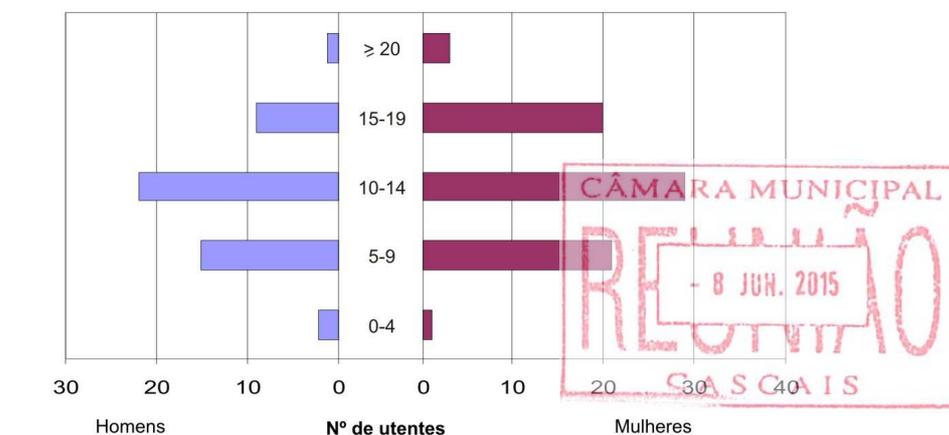
Quadro 63 – Utentes e respectiva capacidade máxima de cada Lar de Crianças e Jovens, no Concelho de Cascais (nº)

Lares de Crianças e Jovens	N.º de Utentes	Capacidade Máxima
Lar de Santa Rita	NR	19
Casa do Estoril – Associação Novo Futuro	12	12
Casa do Mar	12	12
Casa das Conchas	28	28
Lar de São Francisco de Assis	28	28
Aldeia de Crianças SOS de Bicesse	NR	NR

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Quanto à idade, regista-se uma preponderância dos grupos etários mais jovens, diminuindo significativamente o número de utentes à medida que a idade aumenta. Em relação ao género é evidente a superioridade dos indivíduos do sexo feminino, que representam 57% do total de utentes. Estes dois aspectos podem ser explicados, pelo facto de que são as crianças mais jovens e as raparigas que registam maior vulnerabilidade a actos de violência e maus-tratos, enquanto que à medida que a idade avança e, em particular, os rapazes denotam uma maior capacidade de auto-defesa.

Figura 61 – Utentes por género e idade na Resposta Social Lar de Crianças e Jovens



Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Dadas as características desta Resposta Social a sua área geográfica de influência é muito alargada, verificando-se que 4 dos lares de crianças e jovens recebem crianças de todo o País e os outros 2, embora tenham uma bacia de recepção mais restrita (regional e supra-concelhio) é também significativa.

Quanto às listas de espera, constatou-se que, com excepção da Casa do Mar que não respondeu a esta questão, todas estas Respostas Sociais têm crianças e jovens em lista de espera. Naturalmente, os principais critérios de selecção das crianças e jovens são a gravidade da situação de risco em que estas se encontram. Embora na Casa do Estoril – Associação Novo Futuro e no Lar de São Francisco de Assis não exista idade limite para que os utentes possam aí estar, nos restantes esta oscila entre os 18 (no Lar de Santa Rita), os 21 (na Casa do Mar e na Casa das Conchas) e os 23 anos (na Aldeia de Crianças SOS de Bicesse).

Tendo em conta as especificidades desta Resposta Social, a especialização dos seus recursos humanos constitui uma necessidade cada vez mais sentida, o que explica que 24% dos trabalhadores tenham uma licenciatura. O valor percentual de recursos humanos com o 3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário é relativamente reduzido (6,2% cada um).

Quadro 64 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Lar de Crianças e Jovens (%)

Habilitações	%
Não sabe ler nem escrever	1,2
1º Ciclo do ensino básico	3,7
2º Ciclo do ensino básico	4,9
3º Ciclo do ensino básico	6,2
Secundário	6,2
Bacharelato	2,4
Licenciatura	23,5
Mestrado	2,5
NR	37,0

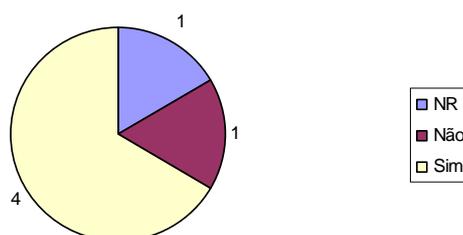
Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

A estrutura dos recursos humanos encontra-se pautada por uma preponderância da equipa não técnica, designadamente, das ajudantes/auxiliares (27%), das auxiliares de acção educativa (20%), enquanto que no conjunto da equipa técnica são, em particular, mais significativos os assistentes sociais (10%) e os educadores de infância (7,4%). À semelhança das restantes Respostas Sociais, enquadradas no

Domínio Infância e Juventude, também nos lares de crianças e jovens há uma superioridade dos recursos humanos do sexo feminino (80%). No vínculo contratual dominam os contratos sem termo (66%) e ao nível da acumulação com outra Resposta Social, verifica-se que a grande maioria dos recursos humanos tem exclusividade de trabalho com a presente Resposta Social (91%), sendo que apenas 3% se encontra em situação contrária (os restantes 6% não responderam) e como tal trabalham maioritariamente nestes lares a tempo inteiro (88%).

Na avaliação global das potencialidades e constrangimentos da Resposta Social, foram apresentados diferentes aspectos. Entre as potencialidades referidas destacam-se o facto de alguns dos lares reunirem uma longa experiência neste domínio, poderem oferecer um ambiente próximo do familiar, a existência de relações interinstitucionais e a boa localização das suas instituições. Quanto aos principais constrangimentos que se colocam à actuação dos lares de crianças e jovens destacam-se as carências de recursos humanos, a idade da população-alvo, assim como as histórias de vida complicadas por que passam os diversos utentes até serem acolhidos. Face a este contexto, a maioria destes lares (4) têm investimentos programados, para os próximos cinco anos, sendo a ampliação das instalações a área de eleição dos investimentos a efectuar.

Figura 62 – Investimentos programados no prazo de cinco anos na Resposta Social Lar de Crianças e Jovens



Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

5.2. Reabilitação e integração de pessoas com deficiência

As políticas de apoio adoptadas nos últimos anos pela Administração Central e Local, relacionadas com as comunidades de cidadãos portadores de deficiência, desenvolveram-se centradas nas questões da reabilitação e integração na sociedade, quer de crianças quer de adultos com necessidades especiais. Alvos de discriminação e marginalização pela sociedade, o estigma de inferioridade afectam estas comunidades, pelo que as recentes políticas de apoio assumiram um papel relevante como forma de contrariar o estigma e permitem encarar o futuro com maior optimismo.

Também no Concelho de Cascais esta temática tem sido alvo de especial atenção por diversas entidades, que centram as suas actividades na resolução destas problemáticas. O apoio concedido à população detentora de incapacidades derivadas de deficiências, nas diversas formas que pode adoptar (físicas, mentais e sensoriais), tem evoluído positivamente nos últimos anos, verificando-se que actualmente colocam à sua disposição um conjunto diversificado de respostas, desde os lares de acolhimento temporário aos centros de educação especial.

5.2.1. Acessibilidade ao Banho de Mar

A Resposta Social *Acessibilidade ao Banho de Mar* é facultada gratuitamente pela Câmara Municipal de Cascais através do Programa Praia para Todos – Tiralô. Com este serviço é possível aos cidadãos com mobilidade condicionada (população portadora de deficiência, mas também idosos) aceder à praia de Carcavelos e ao banho de mar em condições de segurança, através da utilização de uma cadeira de mar, o Tiralô. Em parceria com instituições como a CERCICA e os Bombeiros Voluntários de Carcavelos e São Domingos de Rana, o Praia para Todos tem como objectivo permitir a estes cidadãos o usufruto terapêutico e lúdico da praia, durante o período balnear.



5.2.2. Atendimento/Acompanhamento e Actividades Sócio-culturais

Com respostas na área do *Atendimento/accompanhamento e actividades sócio-culturais* encontram-se somente entidades com fins lucrativos: a Associação de Surdos da Linha de Cascais, a Associação Nacional de Espondilite Anquilosante (ANEA), a Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger (APSA), a Cooperativa Nacional de Apoio a Deficientes (CNAD) – Delegação da Linha do Estoril e a Associação Portuguesa de Deficientes – Delegação de Cascais.

O serviço prestado destina-se a informar, orientar e apoiar pessoas com deficiência, fomentando o desenvolvimento de competências essenciais à resolução dos seus problemas, bem como proporcionar o acesso a actividades de animação sócio-cultural.

Em Cascais, esta tipologia de atendimento teve início em 1996, com a abertura de respostas pela ANEA e pela Associação de Surdos da Linha de Cascais. Em 1999 iniciou actividade a APD e em 2003 e 2004 entraram em funcionamento as restantes respostas.

Apenas a ANEA faz atendimento durante todos os dias da semana, as restantes entidades têm um funcionamento limitado aos dias úteis. Os horários de abertura e encerramento praticados oscilam entre as 9.00 e as 20.00 horas, interrompendo o seu funcionamento para férias no mês de Agosto.

Quadro 65 – Horário de abertura e encerramento da Resposta Social Atendimento/Acompanhamento e Actividades Sócio-Culturais

Horário de Abertura	
Hora	N.º
9h00	2
9h30	1
10h00	2
Total Geral	5
Horário de Encerramento	
Hora	N.º
17h00	1
18h00	3
20h00	1
Total Geral	5

Fonte Inquérito CEDRU, 2005.

Os serviços prestados por estas entidades estão direccionados para o apoio a problemáticas muito específicas e procuram informar, aconselhar e apoiar as pessoas com deficiência e as suas famílias, promovendo simultaneamente actividades de animação sócio-cultural. Refiram-se, como exemplos, a Associação de Surdos da Linha de Cascais que possui um papel importante no ensino e utilização da linguagem gestual, enquanto a APSA divulga a *Síndrome de Asperger*, apoiando pais e professores. Em todas estas respostas, as acções de informação, apoio jurídico e de educação para a saúde são as mais

frequentes, esta última directamente relacionada com as características dos grupos-alvo de cada uma das instituições.

Quadro 66 – Serviços prestados na Resposta Social Atendimento/Acompanhamento e Actividades Sócio-Culturais (nº)

Serviços	N.º
Acções de educação para a saúde	4
Acções de sensibilização	3
Actividades culturais/recreativas	2
Actividades de férias	3
Apoio jurídico	4
Apoio Psicológico	1
Cuidados de saúde	1
Fornecimento de alimentos diários	1
Informação	4
Orientação e apoio social	2



Fonte Inquérito CEDRU, 2005.

Nota: Em algumas situações coexistem na mesma Resposta Social múltiplos serviços.

As fontes de financiamento referenciadas para o regular funcionamento destas Respostas Sociais são díspares e de proveniência variada. As despesas de funcionamento da ANEA são suportadas pela Direcção-Geral de Saúde, através de um Acordo de Cooperação que abrange 40 utentes/mês, conjugado com as participações dos utentes (12,5 euros).

A APSA depende de receitas próprias, resultantes das contribuições dos seus associados (5 euros) e de outras proveniências, como os donativos.

Por sua vez, a CNAD possui um protocolo com a Câmara Municipal de Cascais, estando também dependente da atribuição de subsídios eventuais.

A Associação de Surdos da Linha de Cascais aponta como fonte de financiamento exclusiva, subsídios eventuais a receber, o que denota uma certa incerteza na sua obtenção e, conseqüentemente, a possibilidade de existirem algumas dificuldades acrescidas para o seu eficaz e regular funcionamento. Estas duas associações exigem aos utentes um pagamento mínimo, embora de valor simbólico – 1 euro.

A APD estabeleceu um Acordo de Cooperação com o Instituto de Segurança Social e um Protocolo com a Câmara Municipal de Cascais. Conta igualmente com Subsídios Eventuais, as participações dos utentes (30 euros) e alguns donativos.

Quadro 67 – Fontes de financiamento na Resposta Social Atendimento/Acompanhamento e Actividades Sócio-Culturais (nº)

Fonte	N.º
Subsídios Eventuais	3
Com Acordo de Cooperação	2
Protocolo com a CMC	2
Outros	3
Total	5

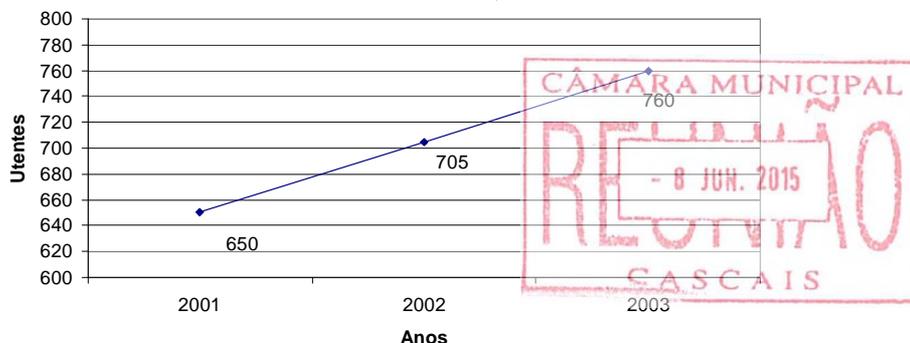
Fonte Inquérito CEDRU, 2005.

Nota: Em algumas situações podem coexistir na mesma Resposta Social múltiplas fontes de financiamento.

A capacidade de resposta, no âmbito desta Resposta Social, aumentou significativamente nos últimos anos. Como consequência, foi expressivo o acréscimo de população que a ela recorre, atingindo-se, em 2003, os 760 utentes. Este valor aumentará significativamente com a contabilização dos utentes da

CNAD, que iniciou o seu funcionamento apenas em 2003 e da APSA, que iniciou o seu funcionamento em 2004.

Figura 63 – Evolução do número de utentes na Resposta Social Atendimento/Acompanhamento e Actividades Sócio-Culturais, 2001-2003



Fonte Inquérito CEDRU, 2005.

Em termos genéricos, os utilizadores desta Resposta Social são adultos e idosos, com uma tipologia de deficiência que varia consoante os propósitos e âmbitos de actuação das diferentes associações (motora, mental, auditiva e visual).

A população-alvo de atendimento possui origens muito diferenciadas. Enquanto a APSA, com sede no Estoril, tem um âmbito de actuação nacional, prestando apoio a utentes provenientes de todo o território português, a Associação de Surdos da Linha de Cascais e a ANEA têm a sua área de acção centrada em Cascais e concelhos limítrofes. Os utentes da CNAD – Delegação da Linha do Estoril e da APD – Delegação de Cascais são exclusivamente residentes do Concelho de Cascais.

Quadro 68 – Funções dos recursos humanos na Resposta Social Atendimento/Acompanhamento e Actividades Sócio-Culturais

Função	N.º
Ajudante/Auxiliar	1
Animador	1
Contabilista/ROC/TOC	2
Fisioterapeuta	2
Coordenador/Chefe de Serviços	2
Administrador/Director	2
Secretária/Ajudante Administrativa	2
Animador	1
NR	1
Total Geral	14

Fonte Inquérito CEDRU, 2005.

O quadro de recursos humanos desta Resposta Social é composto maioritariamente por mulheres. A afectação horária a tempo inteiro representa 71% das situações registadas, existindo uma situação contratual estável para cerca de metade dos indivíduos que possuem contrato sem termo. Não obstante, cerca de 36% dos funcionários estão precariamente vinculados contratualmente às instituições, quer através de contratos com termo, quer através de recibos verdes.

O número máximo de recursos afectos não ultrapassa os 6 elementos por equipamento. Em duas situações existe apenas um funcionário, sendo por vezes o presidente/delegado a realizar o atendimento em exclusividade (casos da APSA e da Associação de Surdos da Linha de Cascais). As restantes

funções são realizadas por fisioterapeutas, pelo secretariado e por escriturários. Os quadros da direcção e fisioterapeutas são os que possuem maiores níveis de habilitação.

Quadro 69 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Atendimento/Acompanhamento e Actividades Sócio-Culturais

Habilitações	N.º	%
1º Ciclo do ensino básico	1	7
2º Ciclo do ensino básico	1	7
Secundário	3	21
Bacharelato	1	7
Licenciatura	4	29
Licenciatura incompleta/frequentar	3	21
NR	1	7
Total Geral	14	100

Fonte Inquérito CEDRU, 2005.



Os constrangimentos ao funcionamento desta resposta ultrapassam largamente as potencialidades que poderão e deverão ser exploradas. Contudo, a solução para muitos deles passa pela concretização de investimentos já previstos e passíveis de virem a arrancar no curto prazo.

A título de exemplo, refiram-se algumas dessas situações. A APSA, actualmente com sede no domicílio da Presidente de Direcção, necessita de espaço próprio, com maiores dimensões, para o exercício da sua actividade. A Associação aponta ainda como constrangimentos à sua acção a falta de meios financeiros e humanos. Apesar disso, está prevista a criação de um Centro de Apoio, no curto prazo, com o apoio da Câmara Municipal de Cascais, de diversas empresas e dos próprios associados.

Em fase de construção estão as novas instalações da ANEA, que pretende assim melhorar as condições de atendimento e a capacidade de resposta junto da população. As fontes de financiamento previstas passam pela Câmara Municipal de Cascais, pelo Ministério da Saúde, por empresas privadas e associados. Quanto à Associação de Surdos da Linha de Cascais aponta como principal entrave à sua acção a falta de equipamento/mobiliário e de instalações adequadas. A exiguidade do espaço faz com que não estejam reunidas as melhores condições para o convívio e a ocupação de tempos livres no local, tornando difícil a permanência dos associados. A não programação de investimentos por parte desta Associação, no curto prazo, está relacionada com a falta de verba, quer para aquisição de equipamento, quer para a abertura de novos serviços. A APD refere como principais constrangimentos a exiguidade de recursos financeiros. No futuro pretendem proceder à ampliação de instalações e construir um Lar.

5.2.3. Centro de Actividades Ocupacionais – CAO

O Centro de Actividades Ocupacionais assume-se como estrutura destinada a desenvolver actividades para jovens e adultos com deficiência grave e profunda²³, possuindo como principais objectivos:

- Estimular e facilitar o desenvolvimento das suas capacidades;
- Facilitar a sua integração social;
- Facilitar o seu encaminhamento, sempre que possível, para programas adequados de integração sócio-profissional.

²³ Destina-se a pessoas com deficiência grave, com idade igual ou superior a 16 anos, cujas capacidades não permitam, temporária ou permanentemente, o exercício de uma actividade produtiva. (Dec. Lei 18/89).

Esta Resposta Social tem intuítos predominantemente terapêuticos e de integração progressiva na realidade social e económica da comunidade. A população-alvo é constituída por jovens e adultos, com deficiência grave. A maioria dos Centros de Actividades Ocupacionais – CAO do Concelho de Cascais entrou em funcionamento na década de 90 (4 dos 7 Centros). O seu período de funcionamento tem início às 8h30 e o encerramento varia entre as 17h e as 18h, em dias úteis. À semelhança de outras respostas, o encerramento para férias ocorre no mês de Agosto.

Quadro 70 – Horário de abertura e encerramento na Resposta Social Centro de Actividades Ocupacionais

Horário de Abertura	
Hora	N.º
08h30	2
09h00	3
10h00	1
NR	1
Total Geral	7
Horário de Encerramento	
Hora	N.º
16h30	1
17h00	1
17h30	2
18h00	2
NR	1
Total Geral	7

Fonte Inquérito CEDRU, 2005.



A Associação Portuguesa de Deficientes (APD), o Centro Comunitário da Paróquia de Carcavelos (CCPC), a CERCICA, a LPDM – Centro de Recursos Sociais e a Associação Cristã da Mocidade (ACM), a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) e a Associação de Lares da Boa Vontade, através dos seus Centros de Actividades Ocupacionais, oferecem e disponibilizam uma vasta gama de serviços à população portadora de deficiência grave ou profunda, destacando-se, entre eles, os *ateliers* ocupacionais, a organização de viagens e passeios e as actividades culturais e recreativas, articuladas com cuidados de saúde. Estes Centros funcionam também como complemento às Respostas Sociais Lar de Apoio/Lar Residencial do concelho.

Quadro 71 – Serviços prestados na Resposta Social Centro de Actividades Ocupacionais (nº)

Serviços	N.º
Ateliers ocupacionais	6
Viagens/organização de passeios	7
Actividades culturais/recreativas	7
Serviço de refeições	6
Apoio psicológico	6
Actividades de férias	4
Cuidados de saúde	5
Confecção de refeições	3

Fonte Inquérito CEDRU, 2005.

Como fontes de financiamento, para o regular e eficaz funcionamento das instituições, surgem em primeiro plano os Acordos de Cooperação, o que denota o papel crucial do Estado como sustentáculo deste tipo de resposta. Os acordos celebrados entre as Entidades gestoras e a Segurança Social dividem-se quase equitativamente entre Típicos e Atípicos. Com menor importância surgem os subsídios eventuais e outros programas a que recorrem as Instituições.

As contribuições dos utentes financiam, também, as actividades desenvolvidas, variando, em função das Respostas Sociais oferecidas, entre a mensalidade mínima de 20 euros (LPDM e APD) e a mensalidade máxima de 315 euros (CAO da CERCICA).

Quadro 72 – Fontes de financiamento na Resposta Social Centro de Actividades Ocupacionais

Fonte	N.º
Com Acordo de Cooperação	7
Subsídios Eventuais	3
Programas	2
Protocolo com a CMC	0
Protocolo com a JF	0



Fonte Inquérito CEDRU, 2005.
 Nota: Em algumas situações podem coexistir na mesma Respostas Sociais múltiplas fontes de financiamento.

Nos últimos anos (entre 2001 e 2004) o número total de utentes destes centros rondou os 200 utentes/ano. Cinco dos CAO estão no limite da sua capacidade, enquanto um deles está em sobre-lotação (APD) e outro sub-lotado (ACM).

O CAO da CERCICA é o que evidencia maior número de utentes, com capacidade para 90 pessoas. A actual lista de espera tem referenciados pedidos de 40 potenciais utentes.

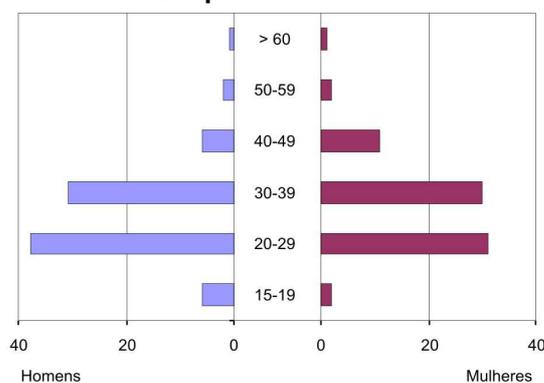
Quadro 73 – Utentes na Resposta Social Centro de Actividades Ocupacionais (nº)

Ano	N.º
2001/2	209
2002/3	205
2003/4	199

Fonte Inquérito CEDRU, 2005.

As faixas etárias compreendidas entre os 20 e 39 anos assumem uma clara primazia, ao nível da frequência de utentes (137 em 179 utentes). Como deficiências mais usuais dos frequentadores, registre-se a multi-deficiência e a deficiência mental (note-se que a LPDM e o CCPC não admitem doentes com doença mental profunda e que o Lar Casa da Alapraia não aceita deficientes físicos em cadeira de rodas).

Figura 64 – Utentes em 2003/2004, por género e idade, na Resposta Social Centro de Actividades Ocupacionais



Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Os utentes que recorrem aos CAO são essencialmente provenientes do Concelho de Cascais, mas também dos concelhos vizinhos de Oeiras e Sintra, o que em larga medida se explica pelo facto do local de residência ser um dos requisitos de admissão nas instituições (p. e. a CERCICA apenas aceita habitantes de Cascais). Em contraposição, o Lar Casa da Alapraia da APPACDM possui utentes do concelho de Lisboa.

Quadro 74 – Proveniência dos utentes na Resposta Social Centro de Actividades Ocupacionais

Ano	N.º
Cascais	5
Oeiras	4
Sintra	2
Lisboa	1

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.
Nota: resposta múltipla



Quadro 75 – Recursos humanos na Resposta Social Centro de Actividades Ocupacionais

Função	N.º	%
Administrador/Director	6	6
Ajudante/Auxiliar	16	15
Animador	5	5
Assistente Social	3	3
Contabilista/ROC/TOC	8	7
Coordenador/Chefe de Serviços	7	7
Cozinheira	3	3
Educador de Infância	3	3
Fisioterapeuta	2	2
Médico	2	2
Motorista	5	5
Outros – Pessoal Não Técnico	2	2
Outros – Pessoal Técnico	4	4
Professor	8	7
Psicólogo	5	5
Secretária/Ajudante Administrativa	6	6
Técnico Superior de Educação/Reabilitação	3	3
Terapeuta da fala/ Ocup. /musicoterapeuta/expr. plástica	7	7
Vigilante c/ form. Pedagógica	12	11
Total Geral	107	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

As mulheres assumem a maioria dos postos de trabalho afectos a esta Resposta Social (81%), sendo o cerne do corpo técnico formado por técnicos ocupacionais, psicólogos, médicos, terapeutas e fisioterapeutas e vigilantes com formação pedagógica. Tais aptidões profissionais explicam o elevado nível de habilitações dos funcionários (42% possuem habilitações médias ou superiores). Os vigilantes com formação pedagógica representam 11% do total. Na componente logística destacam-se as funções de auxiliar e motorista que são exercidas maioritariamente por homens.

Quadro 76 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Centro de Actividades Ocupacionais

Habilitações	N.º	%
1º Ciclo do ensino básico	2	2
2º Ciclo do ensino básico	8	7
3º Ciclo do ensino básico	22	21
Secundário	15	14
Licenciatura incompleta/frequentar	2	2
Bacharelato	9	8
Licenciatura	36	34
NR	13	12
Total Geral	107	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.



O quadro de pessoal dedicado aos CAO possui, na sua maioria, contratos de trabalho estáveis, requisito imprescindível à prestação de um serviço de qualidade. Pelo facto desta Resposta Social ser extremamente exigente, ao nível dos recursos humanos, cerca de 60% dos funcionários laboram a tempo inteiro. Neste domínio, registe-se a necessidade apontada pela APD: falta de verba para colmatar a necessidade urgente de contratação de recursos humanos. Outro constrangimento neste domínio é referido pelo Lar da Boa Vontade, nomeadamente o facto da formação dos técnicos ser demasiado clínica e não ser propriamente dirigida para a terapia ocupacional.

Quadro 77 – Vínculo contratual dos recursos humanos na Resposta Social Centro de Actividades Ocupacionais

Vínculo contratual	N.º	%
Contrato Sem Termo	36	34
Contrato a Termo Certo	14	13
Avençado/Recibos Verdes	9	8
Voluntariado	1	1
Outros	1	1
NR	46	43
Total Geral	107	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Em quatro dos CAO, as condições do espaço/instalações não são as mais adequadas. Na verdade, os profissionais e utentes desta área debatem-se com problemas relacionados com a dimensão das instalações e mesmo com a funcionalidade do espaço onde operam ou com a falta de equipamentos de suporte às actividades que pretendem desenvolver.

O incremento das potencialidades perspectivadas para um futuro próximo é relevado pelas diversas entidades. A APD refere o alargamento de actividades como possibilidade a explorar. Em fase de conclusão, a ampliação das suas instalações, permitirá dar resposta a 50 utentes (a capacidade actual é de 27). Projectam, igualmente, desenvolver um Centro de Actividades Integradas/Centro de Dia, de modo a colmatar esta carência do concelho. Já a ACM refere, no futuro imediato, a implementação da componente educacional, enquanto o CCPC destaca o convívio inter-geracional como a principal vantagem da inserção do CAO neste equipamento.

O Lar da Boa Vontade refere como principal mais-valia a promoção do contacto e a auto-estima destas pessoas, sobretudo fazendo com que estas se sintam realizadas. O Lar Casa da Alapraia refere como investimentos a realizar no curto-prazo a expansão das instalações.

A escassez de recursos financeiros é a principal dificuldade sentida pelas instituições. A APD invoca dificuldades económicas para a equipamentação das instalações que estão a ser ampliadas actualmente e para disponibilização de maior e melhor apoio técnico. Também a ACM refere a escassez de ajudas financeiras como um factor de bloqueio ao seu desenvolvimento mais consistente e funcional (segundo a Associação as adaptações necessárias ao correcto funcionamento da Resposta Social estão a ser implementadas lentamente, devido a atrasos na concessão do financiamento). O problema crucial apontado pela CERCICA passa pela diminuta capacidade de resposta face à actual população-alvo portadora de multi-deficiência. O CCPC refere a falta de espaço e acessos como principais dificuldades sentidas. O Lar da Boa Vontade refere a falta de espaço e a formação demasiado técnica dos recursos humanos.

Tendo em conta as dificuldades sentidas em termos de capacidade de resposta, torna-se evidente que as principais apostas estratégicas expressas nos investimentos programados por estas instituições, dizem respeito fundamentalmente à ampliação de instalações.

Quadro 78 – Investimentos previstos na Resposta Social Centro de Actividades Ocupacionais

Áreas de Investimento	N.º
Ampliação das instalações	4
Aquisição de Equipamento	1
Renovação e Remodelação	2

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Nota: Resposta múltipla

5.2.4 Centro de Apoio Sócio-Educativo / Educação Especial para Crianças e Jovens

Resposta que integra actividades diferenciadas de natureza sócio-educativa, de apoio à integração e de apoios complementares, destinada a crianças e jovens com necessidades educativas especiais, que não encontram resposta nas escolas regulares e que exijam um atendimento educativo específico resultante de dificuldades graves de comunicação e no acesso ao currículo regular, designadamente nas áreas da motricidade, da linguagem, da visão e da audição ou ainda de problemas graves do foro emocional e comportamental.

O apoio específico a crianças e jovens com necessidades educativas especiais é prestado por duas instituições: Educação Especial da CERCICA e o Centro de Educação Especial Flauta Mágica. São Respostas Sociais que funcionam apenas em dias úteis, sendo que a CERCICA tem um horário menos alargado (8h30-16h30), do que a Flauta Mágica (7h30-18h30).

Com a finalidade de criar condições de aprendizagem que facilitem o desenvolvimento destas crianças e jovens e, simultaneamente, apoiar as suas famílias, os serviços prestados por ambas as entidades incluem:

- Serviço de refeições;
- Cuidados de saúde, apoio psicológico e apoio terapêutico;
- Actividades pedagógicas, actividades educativas e actividades educativas complementares;
- Actividades ocupacionais, culturais, recreativas e desportivas;
- Transporte dos utentes.

A CERCICA tem um contrato de cooperação com a Direcção Regional de Educação de Lisboa (DREL), que abrange 30 utentes, e conta também com a atribuição de subsídios eventuais enquanto fontes de financiamento das suas actividades.

Por seu lado, a Flauta Mágica recorre às mensalidades dos alunos, anualmente fixadas por diplomas legais do Ministério da Educação e Ministério da Solidariedade Social. A instituição refere as dificuldades e injustiças sentidas, enquanto colégio privado, na atribuição de apoios financeiros, ao invés do que sucede com outras instituições com um trabalho análogo, mas com outra natureza jurídica, uma vez que realizam o mesmo trabalho de utilidade pública.

O número total de frequentadores destas duas instituições ronda os 80/90 utentes apoiados/ano possuindo a Flauta mágica o dobro da capacidade da Educação Especial da CERCICA. Existem carências nesta resposta, conforme se comprova pelas listas de espera existentes (11 pessoas na CERCICA).

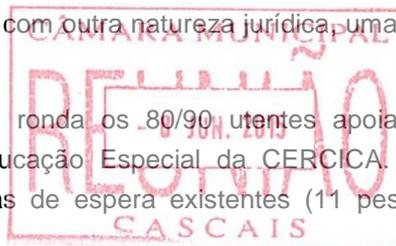
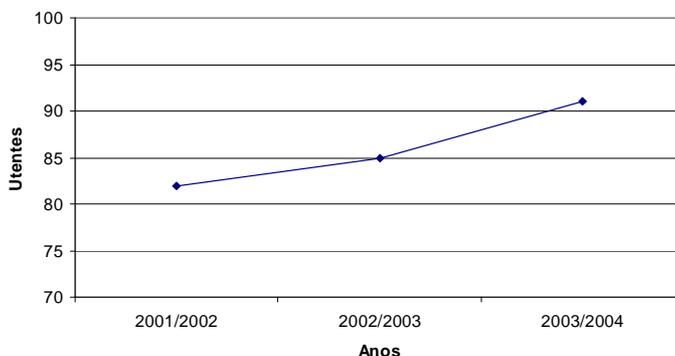


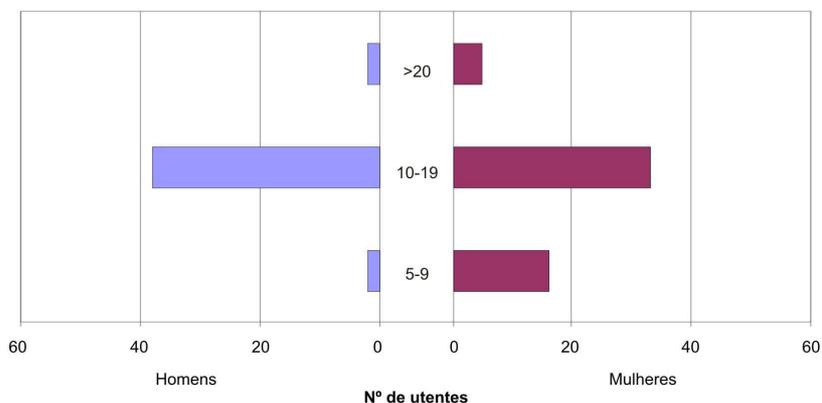
Figura 65 – Evolução do número de utentes na Resposta Social Centro de Apoio Sócio-Educativo/Educação Especial para Crianças e Jovens



Fonte: Inquéritos CEDRU, 2005.

A proveniência dos utentes do Centro da CERCICA são os concelhos de Cascais e Oeiras, enquanto a Flauta Mágica recebe utentes de Cascais, Oeiras, Sintra e Lisboa. Estas são Respostas Sociais com um âmbito de actuação espacial muito reduzido, prevalecendo as relações de proximidade. A faixa etária dos 10 aos 19 anos é a mais representativa (71 utentes), sem preponderância de nenhum dos sexos.

Figura 66 – Estrutura etária dos utentes na Resposta Social Centro de Apoio Sócio-Educativo/Educação Especial para Crianças e Jovens

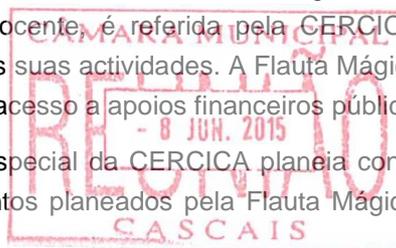


Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Como mais-valias apontadas pela Educação Especial da CERCICA, realce para a experiência acumulada ao longo de 30 anos, aliada à valia dos recursos técnicos e profissionais e a um clima de grande dedicação e humanismo. A Flauta Mágica destaca uma pedagogia diferenciada, vinculada através de Planos Educativos Individuais, devidamente elaborados e executados por uma equipa pluridisciplinar.

A dificuldade em implementar projectos de parceria com as Escolas do Ensino Regular, devido à sobrelotação do parque escolar e à mobilidade do corpo docente, é referida pela CERCICA como principal problema para um melhor e eficaz aproveitamento das suas actividades. A Flauta Mágica refere como principal constrangimento, o facto de lhe estar vedado o acesso a apoios financeiros públicos.

Como investimentos a realizar no curto-prazo, a Educação Especial da CERCICA planeia construir de raiz um centro para multi-deficientes, enquanto os investimentos planeados pela Flauta Mágica dizem apenas respeito à aquisição de uma cadeira elevatória.



Quadro 79 – Função dos recursos humanos na Resposta Social Centro de Apoio Sócio-Educativo/Educação Especial para Crianças e Jovens

Função	N.º	%
Administrador/Director	2	5
Ajudante/Auxiliar	10	24
Contabilista/ROC/TOC	3	7
Coordenador/Chefe de Serviços	1	2
Cozinheira	1	2
Educador de Infância	2	5
Fisioterapeuta	2	5
Motorista	4	10
Outros – Pessoal Técnico	1	2
Professor	3	7
Psicólogo	2	5
Secretária/Ajudante Administrativa	2	5
Terapeuta da Fala/Ocupacional	5	12
Vigilante	3	7
Total Geral	41	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

A equipa técnica que opera nesta Resposta Social é diversificada e inclui funcionários do corpo técnico (professores, educadores e terapeutas, com qualificação média e superior) e não técnico (ajudantes/auxiliares). Quase 50% dos profissionais têm habilitações médias/superiores.

A Flauta Mágica possui 3 viaturas ligeiras de 9 lugares e a CERCICA um autocarro, para assegurar o transporte dos alunos, o que explica o elevado número de motoristas a laborar em cada um deles. Na sua maioria, o quadro de recursos humanos dedica tempo integral a esta actividade (cerca de 80% trabalham a tempo inteiro).

Quadro 80 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Centro de Apoio Sócio-Educativo/Educação Especial para Crianças e Jovens

Habilitações	N.º	%
1º Ciclo do ensino básico	3	7
2º Ciclo do ensino básico	4	10
3º Ciclo do ensino básico	6	15
Secundário	7	17
Licenciatura incompleta/frequentar	1	2
Bacharelato	8	20
Licenciatura	12	29
Total Geral	41	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

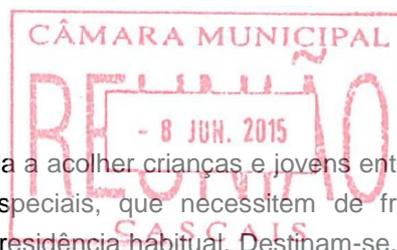
5.2.5. Centro de Férias

O Centro de Férias trata-se de uma resposta que proporciona a jovens e adultos com deficiência, estadia temporária, fora do domicílio familiar, por ocasião das férias escolares, de trabalho ou outras. Os Centros de Férias podem ser utilizados para diversos fins, nomeadamente colónias de férias, campos de férias, campos de trabalho e acampamentos. No concelho de Cascais não existem, actualmente, equipamentos com esta Resposta Social.

5.2.6. Lar de Apoio/Lar Residencial

Os lares de apoio surgem como uma Resposta Social destinada a acolher crianças e jovens entre os 6 e os 16/18 anos de idade, com necessidades educativas especiais, que necessitem de frequentar estruturas de apoio específico, situadas longe do local da sua residência habitual. Destinam-se, ainda, a apoiar situações que, por comprovadas necessidades familiares, precisem, temporariamente, de resposta substitutiva da família.

Por sua vez, os lares residenciais são a Resposta Social destinada a alojar jovens e adultos com deficiência, de idade não inferior a 16 anos, que se encontrem impedidos, temporária ou definitivamente, de residir no seu meio familiar.



Quadro 81 – Década de abertura dos equipamentos na Resposta Social Lar de Apoio/Lar Residencial (nº)

Década de início de funcionamento	N.º
Anos 60	2
Anos 70	0
Anos 80	2
Anos 90	3
Anos 2000	1
Total Geral	8

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Existem 8 lares de acolhimento instalados no concelho, essencialmente construídos na década de 90 e início do novo século. Sob a alçada da CERCICA funcionam 3 residências, de instalação recente (Galiza, Livramento, São João do Estoril), com um horário de abertura às 16h30 e encerramento às 20h30. Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo aloja durante o período nocturno (das 17h30 às 7h30), os jovens autistas que frequentam o Centro de Actividades Ocupacionais da Associação, durante o período diurno. Os restantes lares (Lar Branco Rodrigues; Lar da Boa Vontade – Lares *Cheshire* em Portugal; Obra de Santa Ana – Associação de Apoio a Jovens e Idosos Deficientes Motores, Lar Casa da Alapraia) funcionam em permanência.

No quadro da deficiência, embora partilhem de vivências familiares frágeis ou inexistentes e situações económicas precárias, são respostas com diferentes populações-alvo. As residências da CERCICA e o Lar da APPDA acolhem jovens e adultos com doença mental e/ou multi-deficiência, bem como o Lar Casa da Alapraia. O segundo acolhe especificamente pessoas com perturbações do desenvolvimento e/ou autismo, que frequentem o CAO da instituição. O Lar da Boa Vontade e o Lar da Obra de Santa Ana, cuja implantação no concelho data dos anos 60, acolhem deficientes motores. A Obra de Santana auto-denomina-se como Centro de Acolhimento, na área da Família e Comunidade. O tipo de atendimento prestado pela instituição agrega, segundo os mesmos, conceitos de Lar Temporário, Centro de Dia e Colónia de Férias. Finalmente, o Lar Branco Rodrigues acolhe utentes com deficiência visual, cuja residência fica distante dos locais de estudo ou formação profissional.

São múltiplos os serviços prestados no âmbito desta resposta, destacando-se os inerentes ao funcionamento de uma casa para habitação comum (confecção e serviço de refeições, tratamento de roupas). Também as actividades lúdicas se assumem como uma componente importante nas instituições (viagens, passeios, actividades culturais).

Quadro 82 – Serviços prestados na Resposta Social Lar de Apoio/Lar Residencial (nº)

Serviços	N.º
Confecção de refeições	8
Tratamento de roupas	8
Acolhimento temporário	7
Higiene pessoal	7
Serviço de refeições	6
Actividades de férias	6
Actividades culturais	8
Viagens / organização de passeios	5
Ateliers ocupacionais	5
Cuidados de saúde	5



Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Nota: Em algumas situações podem coexistir na mesma Resposta Social múltiplos serviços.

Os acordos de cooperação com o Centro Regional de Segurança Social constituem a fonte de financiamento principal desta Resposta Social. Apenas o Lar da Obra de Santana refere os subsídios eventuais como fonte de receita. Para além deste financiamento, as instituições contam também com as contribuições mensais dos utentes (mensalidade máxima de 450 euros nas residências da CERCICA; 506 euros no Lar Casa da Alapraia).

Por força das características dos seus utentes (deficiência mental profunda/multideficiência), as residências da CERCICA são pequenas, albergando no máximo 4 e 6 utentes (residências 1 e 2) e 6 utentes (residência 3). As duas primeiras são residências femininas e a terceira masculina. O Estabelecimento integrado Lar Branco Rodrigues é a resposta com maior capacidade, com 36 utentes actualmente.

Em síntese, a capacidade instalada concelhia para esta Resposta Social oscila entre os 111 (capacidade actual) e os 136 utentes (capacidade máxima). No seu conjunto, em média, estes lares albergam mais de 350 indivíduos/ano. Só o Lar de Apoio do Hospital de Santana é responsável pelo acolhimento de mais de duas centenas e meia destes indivíduos (embora apenas temporariamente).

Quadro 83 – Evolução do número de utentes da Resposta Social Lar de Apoio/Lar Residencial

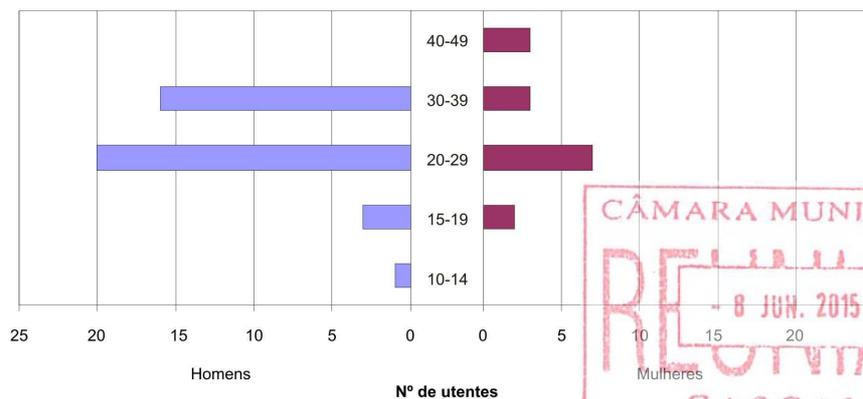
Ano	N.º
2001	344
2002	366
2003	349

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Nota: Em 2001 a Residência 3 da CERCICA ainda não estava em funcionamento.

Em 2004, observou-se uma preponderância da faixa etária dos 20 aos 29 anos, predominando os utentes do sexo masculino. Com excepção do Hospital de Santana, que impõe como idade limite de permanência os 45 anos de idade, os restantes lares de acolhimento permitem uma estadia ilimitada.

Figura 67 – Estrutura etária dos utentes da Resposta Social Lar de Apoio/Lar Residencial, 2004/2005



Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Em geral, a cobertura geográfica destes lares de apoio incide maioritariamente no Concelho de Cascais, contudo coexistem diversas situações. Os lares da CERCICA dão prioridade aos residentes em Cascais. O Lar Casa da Alapraia – APPACDM recebe utentes exclusivamente do concelho de Lisboa. A APPDA, para além de Cascais, acolhe residentes nos concelhos limítrofes de Oeiras e Sintra, enquanto que nos outros lares as origens são díspares (por exemplo a Obra de Santana recebe doentes de todo o território nacional).

O Lar Branco Rodrigues, gerido pela Segurança Social, aponta a possibilidade de acesso a formação académica e formação profissional como a principal potencialidade da instituição. Contudo, o principal constrangimento apontado radica directamente neste ponto forte, ou seja, a ausência de respostas profissionais para os utentes após conclusão de formação, interrompendo o esforço empreendido anteriormente. Os recursos económicos e permanência alargada na mesma instituição são constrangimentos apontados pelo Lar da Boa Vontade (actualmente com 60 pessoas em lista de espera). Está previsto o investimento em obras de renovação e remodelação, nomeadamente no sistema de água quente, com financiamentos provenientes do mecenato.

A CERCICA aponta como principal dificuldade à sua acção, no âmbito desta Resposta Social, o facto de não ter capacidade de resposta face às inúmeras solicitações com que se depara (ao nível dos recursos humanos, das instalações, ...). Neste momento estão 52 pessoas em lista de espera nas residências da CERCICA. Para colmatar esta lacuna está prevista a construção de novas instalações, prevendo a instituição recorrer a fontes próprias e ao apoio da CMC e do PIDDAC. Como investimentos de curto prazo, embora menos significativos, são referidos obras de conservação das instalações, através do recurso a verbas próprias e donativos.

Quadro 84 – Função dos recursos humanos da Resposta Social Lar de Apoio/Lar Residencial

Função	N.º	%
Administrador/Director	5	6
Ajudante/Auxiliar	26	34
Assistente Social	3	4
Contabilista/ROC/TOC	9	12
Coordenador/Chefe de Serviços	3	4
Cozinheira	3	4
Médico	4	5
Monitor	12	16
Outros – Pessoal Técnico	5	6
Secretária/Ajudante Administrativa	7	9
Total Geral	77	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.



No seio da equipa predominam os monitores (corpo técnico), secundados, em termos absolutos, pelos ajudantes e auxiliares (corpo não técnico). São raras as funções exercidas por homens, correspondendo apenas a 14% da força de trabalho total.

Quadro 85 – Habilitações dos recursos humanos da Resposta Social Lar de Apoio/Lar Residencial

Habilitações	N.º	%
1º Ciclo do ensino básico	9	12
2º Ciclo do ensino básico	1	1
3º Ciclo do ensino básico	7	9
3º Ciclo do ensino básico incompleto/frequentar	2	3
Secundário	15	19
Bacharelato	3	4
Licenciatura	24	31
NR	16	21
Total Geral	77	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Os profissionais mais habilitados representam cerca de 35% do total, predominando como habilitações académicas as licenciaturas na área da medicina, psicologia, pedopsiquiatria, sociologia, economia, direito e serviço social. A grande expressão numérica dos auxiliares e ajudantes reflecte-se também no enorme peso relativo dos elementos que não possuem habilitações superiores à escolaridade obrigatória.

Quadro 86 – Vínculo contratual dos recursos humanos da Resposta Social Lar de Apoio/Lar Residencial

Vínculo contratual	N.º	%
Contrato Sem Termo	39	51
Avençado/Recibos Verdes	13	17
NR	25	32
Total Geral	77	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Os profissionais avençados correspondem, essencialmente, à função de monitor, pedo-psiquiatra e advogado, coincidindo quase na íntegra com os trabalhadores a tempo parcial (os trabalhadores a tempo parcial representam 50% do total dos recursos humanos afectos a esta Resposta Social).

5.2.7 Transporte de Pessoas com Deficiência

O transporte de pessoas com deficiência é um serviço de natureza colectiva, de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência, que tem por objectivo facilitar a sua mobilidade, assegurando transporte e acompanhamento personalizado, em ordem à prossecução dos objectivos gerais de reabilitação e integração da pessoa com deficiência. A CMC é o único agente com esta atribuição a operar actualmente no concelho.

O actual Serviço de Transporte Adaptado a Pessoas com Mobilidade Condicionada é assegurado pela Câmara Municipal de Cascais e pelas cinco Associações de Bombeiros Locais (Alcabideche, Carcavelos, Cascais, Estoril e Parede), segundo um Protocolo estabelecido em 2003. A Câmara de Cascais apoiou financeiramente a aquisição de viaturas para todas as Associações de Bombeiros Locais.

Através deste serviço são disponibilizadas 7 viaturas ligeiras de 9 lugares. Este serviço teve início em 1991 e funciona ininterruptamente ao longo do ano, entre as 7h00 e as 19h00, servindo exclusivamente pessoas com mobilidade condicionada, residentes no concelho, com prioridade para as pessoas com deficiência motora (dado a especificidade em termos de transporte que isso acarreta e a inexistência de transporte público adaptado), embora se incluam os deficientes visuais, auditivos, mentais e idosos a transportar para os diversos equipamentos (Centros de Dia e Centros de Convívio), que não disponham de viatura adaptada.

Este serviço, realizado com o intuito de conseguir uma plena integração social desses utentes, assegura à população-alvo deslocações para a escola, para os locais de inserção/formação profissional, para o desenvolvimento de actividades ocupacionais, bem como para actividades terapêuticas de saúde e lazer.

A CMC é directamente responsável pelo transporte em duas viaturas. As restantes viaturas pertencem às Associações Locais de Bombeiros.

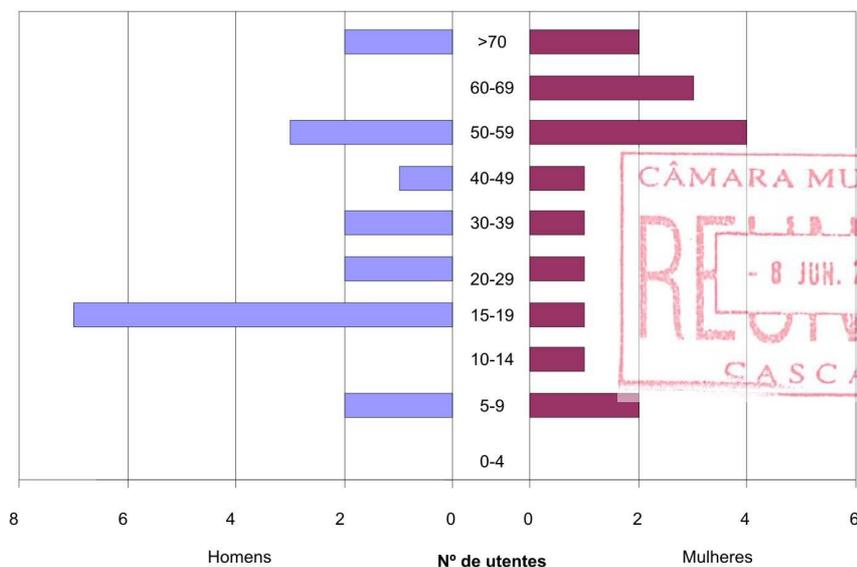
Quadro 87 – Evolução do número de utentes da Resposta Social Transporte de Pessoas com Deficiência

Ano	N.º
2001	21
2002	26
2003	21
2004	41
2005	48

Fonte: CMC, 2005.

Nos últimos anos tem aumentado significativamente o número de utentes servidos. Em Junho de 2005 estavam abrangidos 48 utilizadores e em Agosto de 2005 esse número aumentou para 53 (21 transportados pelas Associações de Bombeiros Locais e 32 pelas viaturas da C. M. Cascais).

Figura 68 – Utentes em 2005/2006, por género e idade, na Resposta Social Transporte de Pessoas com Deficiência



Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Os principais constrangimentos para a implementação deste serviço no concelho, segundo a CMC, são:

- A inexistência de transporte adaptado pela empresa de transporte rodoviário local, mais inclusiva e com uma capacidade de resposta superior à do serviço assegurado pela CMC;
- A qualidade do serviço prestado pelas Associações de Bombeiros Locais;
- O número de viaturas afectas e a incapacidade de aumentar os serviços para situações de lazer.

Para além do serviço da responsabilidade da CMC existem várias instituições no concelho com viaturas adaptadas, para utilização exclusiva dos seus utentes. Actualmente, existem no concelho 10 equipamentos com transporte para utentes, mobilidade condicionada:

- Centro Social Paroquial de São Domingos de Rana;
- CERCICA – Centro de Recursos;
- Associação de Idosos do Penedo;
- Lar da Boa Vontade;
- Centro de Apoio ao Deficiente;
- Centro Paroquial do Estoril;
- Centro Social Paroquial de São Pedro e São João do Estoril;
- Lar Fisgas de Alcoitão;
- APD;
- Departamento de 3ª idade da SCMC.

Todos estes equipamentos possuem viaturas ligeiras com 9 lugares e/ou autocarros adaptados com plataformas elevatórias, para realizar este transporte. A sua distribuição no território concelhio pode ser

sintetizada do seguinte modo: dois equipamentos localizam-se em São Domingos de Rana; 3 na freguesia do Estoril; 2 em Carcavelos; e 3 em Alcabideche.

5.3. Idosos

Nas últimas décadas, registou-se um acentuado envelhecimento populacional, acompanhado de importantes transformações nos núcleos familiares. Face a este contexto, a necessidade de um apoio social capaz de responder especificamente às carências deste segmento populacional ganhou uma relevância acrescida, o que tem conduzido à criação e à diversificação das Respostas Sociais para idosos, quer no âmbito das entidades públicas quer do sector privado, com ou sem fins lucrativos. As Respostas Sociais existentes no domínio de actuação da população idosa visam, de um modo geral, assegurar três tipos de respostas: i) manter os idosos socialmente activos proporcionando-lhes momentos de lazer e de convívio; ii) assegurar a prestação de serviços de apoio diário; iii) assegurar um conjunto de cuidados permanentes face a situações de dependência física, psíquica ou social. Assim sendo, em função do fim a que se destinam, cada uma das Respostas Sociais apresenta uma dinâmica, pautada por um conjunto de especificidades, que importa analisar.

5.3.1. Centro de Convívio/Academia

A Resposta Social centro de convívio/academia visa apoiar o desenvolvimento de actividades de carácter sócio-recreativo, cultural e informacional, organizadas e dinamizadas pelas pessoas idosas de uma determinada comunidade, com vista à manutenção de uma vida socialmente activa.

Os centros de convívio podem organizar-se como Respostas Sociais autónomas em espaços próprios e funcionamento independente ou como Respostas Sociais integradas em estruturas existentes (lar, apoio domiciliário, centro comunitário ou noutra estrutura polivalente).

Existem 30 equipamentos com a Resposta Social Centro de Convívio e uma Academia Sénior (Cruz Vermelha Portuguesa) a operar actualmente em Cascais. Foi recenseada apenas uma instituição privada com Centro de Convívio (Casa de Repouso Nossa Senhora das Neves). Destaca-se a grande importância das IPSS (55%) e das associações e colectividades (desportivas, de beneficência e solidariedade social – 23%) na gestão deste tipo de Respostas Sociais.

Na sua maioria, estas Respostas Sociais encontram-se em funcionamento nos dias úteis (81%), verificando-se que 13% tem um período de funcionamento mais pontual, restrito a determinados dias da semana, para os restantes 6%, é prestado um serviço durante toda a semana (dias úteis e fins-de-semana). No que se refere ao horário de abertura, 48% dos centros de convívio/academia iniciam o seu funcionamento entre as 8.00 e as 10.00 horas, enquanto que os restantes só abrem a partir da hora de almoço (entre as 13.30 e as 14.00 horas). Quanto ao horário de encerramento, verifica-se que a totalidade destas Respostas Sociais fecham entre as 17.00 e as 20.00 horas. Importa salientar, contudo, que 81% encerram às 18.00 horas. Refira-se ainda que 81% das Respostas Sociais fecham para férias, maioritariamente durante o mês de Agosto. A única entidade privada refere a ausência de utentes em meses de férias.

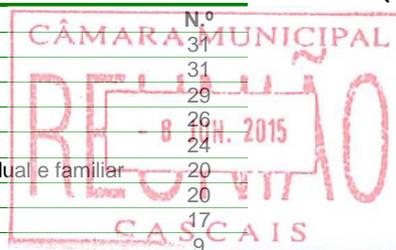
Não obstante o objectivo clássico ou inicial dos centros de convívio (sem academia) ter sido proporcionar aos idosos um local de convívio, favorecendo as relações interpessoais, tem-se assistido nos últimos anos, a uma diversificação substancial dos serviços prestados no sentido de se ajustarem às necessidades da população-alvo. Constatou-se, deste modo, que todos os centros de convívio e

academia do concelho prestam, aos cerca de 1550 utentes que frequentam diariamente as actividades culturais e ocupacionais, outras actividades como sendo actividades de férias, musicais e terapêuticas. Todavia, há um conjunto de serviços que são prestados por um número reduzido de Centros, (refira-se a título de exemplo, os cuidados de saúde).

Quadro 88 – Serviços prestados na Resposta Social Centro de Convívio/Academia (nº)

Serviços	N.º
Actividades culturais	31
Actividades ocupacionais	31
Actividades de férias	29
Actividades musicais	26
Actividades informativas	24
Atendimento/acompanhamento psicossocial individual e familiar	20
Actividades terapêuticas	20
Actividades formativas	17
Pedicura	9
Cuidados de saúde	8
Transporte	7
Cabeleireiro	6
Outros – Higiene pessoal	5
Outros – Turismo sénior	1
Medição da tensão arterial	2

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.



O funcionamento dos Centros de Convívio/Academia é assegurado por vários tipos de financiamento. O orçamento destes centros (considerando que na sua maioria são estabelecimentos sem fins lucrativos) é suportado maioritariamente através de protocolos com a Câmara Municipal de Cascais e subsídios eventuais.

Quadro 89 – Fontes de financiamento na Resposta Social Centro de Convívio/Academia (nº)

	N.º
Acordo de Cooperação	6
Protocolo com a CMC	14
Protocolo com a JF	6
Subsídios Eventuais	9
Programas	1

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Nota: Em algumas situações podem coexistir na mesma Resposta Social diversas fontes de financiamento.

No decurso dos últimos anos, tem-se registado um aumento expressivo do número de utilizadores nesta Resposta Social (acréscimo de 25%), tendo passado de 1.265 utentes, em 2001, para 1.585, em 2003. A capacidade mínima de resposta desta Resposta Social é de 1537 utentes, embora este valor seja de difícil quantificação pelo facto da frequência de utentes ser muito inconstante.

Os utentes são provenientes maioritariamente da freguesia de São Domingos de Rana, visto que em 39% destas Respostas Sociais a população utilizadora tem aí residência. Numa posição secundária, surgem as freguesias de Cascais e de Alcabideche. Ainda que pouco relevante, dos concelhos limítrofes ao município de Cascais chegam também alguns utilizadores, designadamente de Oeiras, Sintra e Lisboa.

Quadro 90 – Proveniência dos utentes na Resposta Social Centro de Convívio/Academia

Freguesia/Concelho	N.º
Alcabideche	9
Carcavelos	4
Cascais	10
Estoril	5
Parede	5
S. Domingos Rana	12
Oeiras	2
Sintra	1
Lisboa	2
Outros	2

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Nota: Na mesma Resposta Social coexistem utentes de diversas proveniências.



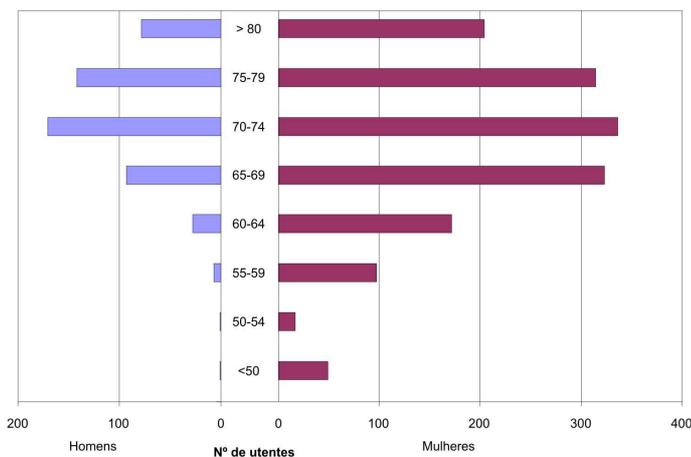
Quadro 91 – Localização dos Centro de Convívio/Academia

Freguesia	%
Alcabideche	23
Carcavelos	3
Cascais	13
Estoril	19
Parede	13
S. Domingos de Rana	29
Total Geral	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Constata-se que o número de utilizadores aumenta expressivamente com a idade, pois 61% tem mais de 70 anos. Importa salientar que esta Resposta Social tem um elevado grau de feminização, na medida em que 74% da sua população-alvo são mulheres. Relewa-se o facto do Estabelecimento Integrado Engenheiro Álvaro de Sousa envolver utentes com idade superior a 18 anos. Este Centro de Dia e Centro de Convívio integrados são espaços de “intercâmbio de experiências, vivências e conhecimentos entre pessoas de extractos etários diferentes, numa abordagem de prevenção da problemática do processo de envelhecimento”.

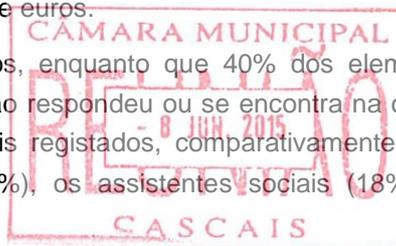
Figura 69 – Estrutura etária dos utentes na Resposta Social Centro de Convívio/Academia, 2005



Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

As participações/mensalidades mínimas e máximas nos Centros de Convívio/Academia registam uma elevada amplitude. Assim sendo, ao nível das prestações mínimas verifica-se que na maioria dos centros não se solicita qualquer tipo de mensalidade aos utentes (ou pagam uma quantia simbólica, designadamente 1 euro). Relativamente à mensalidade máxima, as disparidades entre os Centros de Convívio/academia são também visíveis. Ainda que a maioria dos utilizadores pague mensalidades modestas (entre 1 a 5 euros) ou não efectuem qualquer tipo de participação, em algumas destas Respostas Sociais a mensalidade ascende a várias centenas de euros.

A equipa técnica corresponde a 45% dos recursos humanos, enquanto que 40% dos elementos é classificado como equipa não técnica (os restantes 15% ou não respondeu ou se encontra na categoria *Outros*). No seu conjunto, pelos elevados valores percentuais registados, comparativamente com as restantes funções, destacam-se os ajudantes/auxiliares (26%), os assistentes sociais (18%), e os monitores (10%).



Quadro 92 – Funções dos recursos humanos na Resposta Social Centro de Convívio/Academia

Função	%
Administrador/Director	5
Ajudante/Auxiliar	26
Animador	3
Assistente Social	18
Contabilista/ROC/TOC	2
Coordenador/Chefe de Serviços	6
Cozinheira	2
Educador de Infância	1
Fisioterapeuta	2
Monitor	10
Motorista	2
NR	6
Outros – Pessoal Não Técnico	3
Outros – Pessoal Técnico	5
Psicólogo	2
Secretária/Ajudante Administrativa	7
Segurança	1
Total Geral	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Quanto ao género, observa-se nesta Resposta Social o mesmo que nas restantes Respostas Sociais, isto é, uma preponderância do número de trabalhadores do sexo feminino (87%).

A análise do perfil dos recursos humanos desta Resposta Social, no que se refere às habilitações académicas, evidencia uma supremacia de níveis de escolaridade elevados, em particular da licenciatura (23%). Todavia, os trabalhadores com níveis de escolaridade muito baixos, nomeadamente com o 1º ciclo do ensino básico, registam também valores percentuais muito significativos (15%), o que é indicativo da elevada expressão dos ajudantes e auxiliares.

Quadro 93 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Centro de Convívio/Academia

Habilitações	%
1º Ciclo do ensino básico	15
2º Ciclo do ensino básico	18
3º Ciclo do ensino básico	13
Secundário	8
Curso Profissional	3
Bacharelato	3
Licenciatura	23
Pós-Graduação	1
2º Ciclo do ensino básico incompleto/frequentar	1
3º Ciclo do ensino básico incompleto/frequentar	2
Secundário incompleto/frequentar	1
NR	11
Total Geral	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.



Quanto ao vínculo contratual, regista-se uma preponderância dos contratos sem termo (74%), enquanto que todos os restantes tipos de contrato revelam uma importância relativamente idêntica, ou seja, 7% encontra-se em situação de recibos verdes/avençado, 6% tem um contrato a termo certo e outros 3% faz voluntariado.

Quadro 94 – Vínculo Contratual dos recursos humanos na Resposta Social Centro de Convívio/Academia

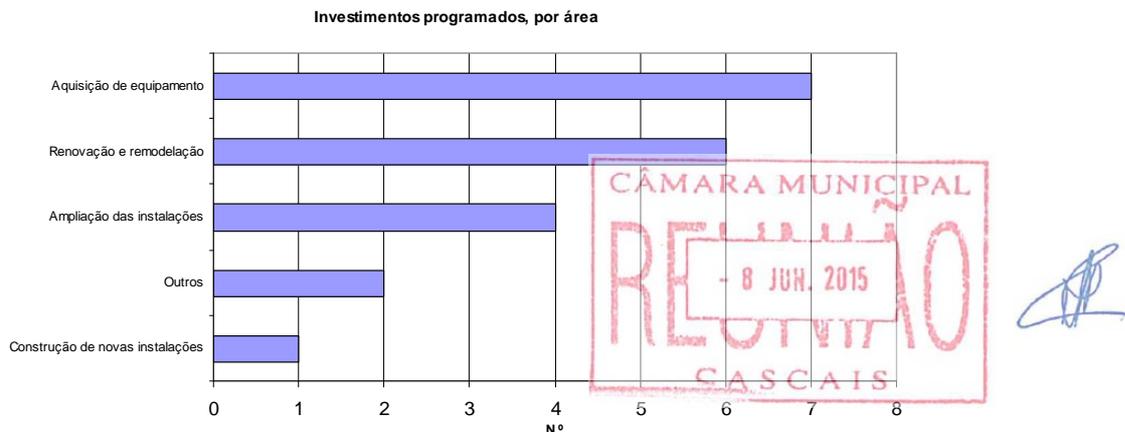
Vínculo Contratual	N.º	%
Contrato Sem Termo	111	74
Contrato a Termo Certo	9	6
Avençado/Recibos Verdes	10	7
Voluntariado	4	3
NR	15	10
Total Geral	149	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Relacionado com a própria natureza da Resposta Social, a maior parte dos trabalhadores dedica-se aos centros de convívio/academia em tempo parcial (37%) e regista acumulação com outra Resposta Social (81%).

Numa avaliação global, a maioria dos Centros de Convívio/Academia considera que a qualidade dos serviços prestados são a sua principal potencialidade, embora outros aspectos sejam também referidos, nomeadamente os recursos humanos e a evolução da Resposta Social para Centro de Dia, no sentido de se adaptar às novas necessidades da população que serve. No âmbito dos constrangimentos, são apontados preferencialmente os escassos recursos financeiros e o facto de não disporem de instalações próprias.

Quanto à realização de investimentos no prazo de cinco anos, o número de equipamentos que o pensam fazer (48%) é muito próximo daqueles que não o consideram (52%). A aquisição de equipamentos é predominante na tipologia de investimentos a efectuar, embora outros investimentos estejam também programados, nomeadamente ao nível da renovação e renovação dos equipamentos.

Figura 70 – Investimentos programados na Resposta Social Centro de Convívio/Academia

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

5.3.2. Centro de Dia

A Resposta Social Centro de Dia surgiu da necessidade de diversificar as estruturas de apoio à população idosa, assegurando-lhe um conjunto de Respostas Sociais que permitam criar condições mais favoráveis à manutenção no seu domicílio, evitando, assim, a colocação destas pessoas em lares, quando as possibilidades económicas dos indivíduos o permitiam, ou em hospitais em regime de internamento, uma opção corrente mesmo quando o utente não apresenta doença crónica que implique cuidados de saúde constantes. Deste modo, esta Resposta Social possibilita aos idosos continuar a usufruir do seu ambiente sócio-familiar, favorecendo as relações interpessoais, contornando a questão do isolamento.

Existem 21 centros de dia no concelho de Cascais (14 geridos por entidades sem fins lucrativos). O de implantação mais antiga, ainda em funcionamento, é o Centro de Dia da Casa de Repouso de Cascais (1975), da responsabilidade do Instituto de Segurança Social. De génese mais recente encontra-se o “Cantinho dos Avós Felizes – Lar de Terceira Idade, Lda.”, cujo funcionamento teve início em 2005, mas que no momento não tem utentes a frequentar o Centro de Dia.

Os Centros de Dia no concelho servem 1.129 utentes em estabelecimentos sem fins lucrativos e apenas 7 utentes nos equipamentos com fins lucrativos, ou seja, a Resposta Social encontra-se quase exclusivamente na dependência das entidades sem fins lucrativos.

Os Centros de Dia sem fins lucrativos funcionam maioritariamente em dias úteis. Apenas dois se encontram abertos aos dias úteis e fins-de-semana: Centro Engenheiro Álvaro de Sousa e a Casa de Repouso de Cascais. Por seu lado, os Centros de Dia privados funcionam ao longo de toda a semana. No que se refere ao horário de abertura, constata-se que todos os Centros de Dia abrem entre as 7.00 e as 10.00 horas. No que concerne ao encerramento, regista-se uma multiplicidade de horários, compreendidos entre as 17.30 e as 21.00 horas. No entanto, a maioria encerra às 18.00 horas.

Relativamente aos serviços prestados, as actividades culturais, informativas, ocupacionais e musicais, a higiene pessoal, as actividades terapêuticas e de atendimento/acompanhamento psicossocial (individual e familiar) constituem os principais serviços prestados, na medida em que cada um deles é assegurado em, pelo menos, 80% dos Centros de Dia sem fins lucrativos. Nos equipamentos com fins lucrativos,

destacam-se os cuidados de saúde e higiene pessoal como principais serviços prestados. Importa ainda salientar que, em grande parte destas Respostas Sociais, são também prestados cuidados de saúde, o que pode ser explicado pelo isolamento desta população, em alguns casos com mobilidade condicionada, mas também pela reduzida disponibilidade da família.

Quadro 95 – Serviços prestados pelas entidades com e sem fins lucrativos na Resposta Social Centro de Dia (nº)

Serviços prestados	SFL	CFL
Actividades culturais	13	3
Actividades ocupacionais	14	3
Actividades informativas	12	1
Actividades musicais	12	1
Actividades terapêuticas	11	1
Actividades formativas	9	0
Cabeleireiro	10	5
Pedicura	9	5
Transporte	8	1
Higiene Pessoal	11	6
Cuidados de saúde	10	6
Atendimento/acompanhamento psicossocial individual e familiar	12	1

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

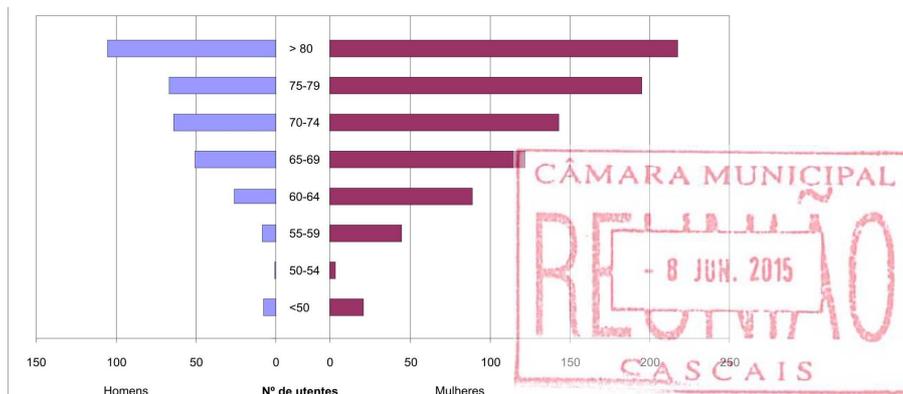


No âmbito do financiamento, destacam-se os acordos de cooperação com o Instituto da Segurança Social, os protocolos com a Câmara Municipal de Cascais e os protocolos com as respectivas Juntas de Freguesia, uma vez que são uma realidade em 86%, 79% e 21%, respectivamente dos Centros de Dia sem fins lucrativos. Embora existam outras fontes de financiamento, como sendo os subsídios eventuais, o orçamento da Segurança Social, alguns recursos próprios ou ainda subsídios de apoio à terapia ocupacional, estes revestem-se de menor importância nestas Respostas Sociais. Nos Centros de Dia privados, as mensalidades dos utentes são as únicas fontes de financiamento.

Nos últimos anos (2001-2003), o número de utentes manteve-se no intervalo entre as 7 e 8 centenas/ano.

Relativamente ao género, é notória a supremacia do sexo feminino, que corresponde a 72% dos utentes. Ao nível da estrutura etária, importa salientar, por um lado, o aumento significativo do número de utentes com a idade, e, por outro lado, a disparidade entre homens e mulheres, que aumenta substancialmente nas faixas etárias mais envelhecidas, o que em parte pode ser explicado pelo facto da esperança média de vida ser mais elevada nas mulheres.

Figura 71 – Estrutura etária dos utentes na Resposta Social Centro de Dia, 2005



Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Os utentes são provenientes maioritariamente do concelho, ainda outros concelhos da Grande Lisboa tenham também alguma expressividade, nomeadamente Sintra, Lisboa e Mafra. No contexto intra-concelhio, destacam-se as freguesias de Alcabideche e Estoril. A estas seguem-se a freguesia de Cascais.

Quadro 96 – Proveniência dos utentes na Resposta Social Centro de Dia

Freguesia / Concelho	N.º
Alcabideche	7
Carcavelos	5
Cascais	6
Estoril	7
Parede	5
São Domingos de Rana	5
Sintra	1
Lisboa	1
Mafra	1

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Nota: Na mesma Resposta Social coexistem utentes de diversas proveniências

Relativamente à participação mensal dos utentes, registam-se diferenças assinaláveis entre os Centros de Dia. As modalidades de participação são muito díspares e compreendem participações mensais, diárias ou o pagamento por refeição. Quanto à participação mínima, verifica-se que coexistem situações de isenção, nas instituições sem fins lucrativos, e mensalidades que atingem os 168 euros. Nas instituições com fins lucrativos, a participação é na maioria dos casos diária (12,5 euros/dia; 15 euros/dia), existindo também o pagamento de mensalidades.

No que se refere à participação máxima, a amplitude aumenta significativamente, podendo ser de apenas 2,8 euros/refeição ou atingir os 200 euros mensais nas instituições sem fins lucrativos. A oscilação do valor das participações denota uma forte relação com a natureza jurídica das entidades em questão, uma vez que os montantes mensais mais elevados estão associados a entidades com fins lucrativos e os mais reduzidos nas entidades sem fins lucrativos.

Na presente Resposta Social, a repartição entre equipa técnica e equipa não técnica encontra-se bastante equilibrada. O maior número de recursos humanos na equipa técnica diz respeito aos assistentes sociais e os coordenadores/directores, enquanto que no pessoal não técnico, as funções

mais significativas, são os ajudantes/auxiliares, os administrativos e os trabalhadores/auxiliares dos serviços gerais.

Quadro 97 – Funções dos recursos humanos na Resposta Social Centro de Dia

Função	%
Administrador/Director	4
Ajudante/Auxiliar	42
Animador	1
Assistente Social	7
Contabilista/ROC/TOC	3
Coordenador/Chefe de Serviços	5
Cozinheira	6
Enfermeiro	5
Fisioterapeuta	3
Médico	2
Monitor	1
Motorista	2
NR	3
Outros – Pessoal Não Técnico	4
Outros – Pessoal Técnico	5
Secretária/Ajudante Administrativa	5
Segurança	1
Total Geral	100



Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

No que trata ao género, existe uma primazia das mulheres, uma vez que correspondem a 75% do total.

Reflectindo o quadro geral das funções ao nível das habilitações, constata-se que dominam os níveis de instrução reduzidos, na medida em que 50% tem apenas o ensino básico, enquanto que o pessoal com uma formação superior (bacharelato, licenciatura ou pós-graduação) corresponde a 27% do total.

Quadro 98 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Centro de Dia

Habilitações	%
1º Ciclo do ensino básico	15
2º Ciclo do ensino básico	18
3º Ciclo do ensino básico	13
Curso Profissional	3
Secundário	8
Bacharelato	3
Licenciatura	23
Pós-Graduação	1
2º Ciclo do ensino básico incompleto/frequentar	1
3º Ciclo do ensino básico incompleto/frequentar	2
Secundário incompleto/frequentar	1
NR	11
Total Geral	100

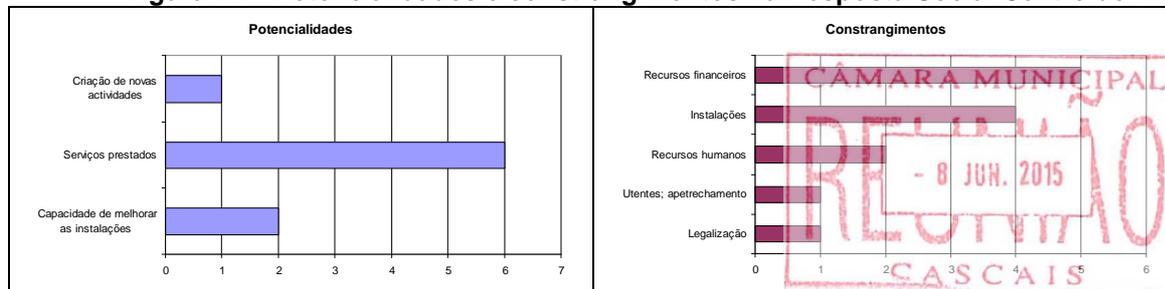
Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Ainda que exista uma tipologia diversificada de vínculos contratuais, constata-se que a maioria (74%) dos trabalhadores tem um contrato sem termo. Os restantes contratos de trabalho manifestam uma expressão pouco relevante, uma vez que apenas 6% tem contrato a termo certo, 7% encontra-se em situação de recibos verdes/avençado e 3% faz voluntariado (os restantes 10% não responderam). A afectação dos recursos humanos a esta Resposta Social é predominantemente a tempo inteiro (63%). Por fim, importa salientar que prevalecem os trabalhadores que acumulam esta Resposta Social com outra Resposta Social (81%) sobre aqueles que se dedicam em exclusividade (15%).

Na avaliação global da Resposta Social, embora vários aspectos sejam salientados, os constrangimentos mais referidos consistem nas dificuldades económicas com que os centros de dia se deparam, enquanto que ao nível das potencialidades é referida a qualidade dos serviços prestados. A

maior parte dos centros não tem investimentos programados e aqueles que têm enquadram-se, sobretudo, na área da aquisição de equipamentos, com menor expressividade ao nível da renovação e remodelação ou da ampliação das instalações.

Figura 72 – Potencialidades e constrangimentos na Resposta Social Centro de Dia



Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

5.3.3. Lar

Embora a filosofia social actual advogue a ideia de que os idosos devem permanecer no seu ambiente sócio-familiar, nem sempre tal é possível de assegurar, nomeadamente quando esta população se encontra em situação de maior risco de perda de independência e/ou situação de autonomia. Nestas situações, os lares desempenham uma função essencial, na medida em que permitem garantir a prestação de serviços permanentes, uma habitação confortável, um ambiente calmo e o fomento do convívio.

Atendendo ao fim a que se destinam, todos os 50 lares têm um período de funcionamento permanente. No que trata aos serviços assegurados, constata-se que os serviços de carácter essencial são os assegurados por um maior número de lares: tratamento de roupa, cuidados de saúde, confecção ou serviço de refeições. Com uma menor expressividade, encontram-se as actividades lúdicas. As actividades sócio-culturais e recreativas desempenham um papel essencial, por contribuírem para o desenvolvimento de um ambiente harmonioso e interactivo, assim como para manter os idosos activos física e psiquicamente.

Quadro 99 – Serviços prestados na Resposta Social Lar

Serviços	CFL	SFL
Confecção de refeições	35	9
Serviço de refeições	35	11
Actividades desportivas	13	5
Actividades musicais	19	3
Acompanhamento psicológico	25	6
Actividades lúdicas	31	9
Tratamento de roupas	36	10
Sala de estudo	3	2
Cuidados de saúde	36	10
Zona de internamento/convalvescença	23	3
Cabeleireiro/pedicura	1	1
Higiene pessoal	1	-
Transporte	1	-
Piscina	1	-
Ginásio	1	-
Serviço religioso/capela	-	2
Bar	-	1

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

As fontes de financiamento dos lares sem fins lucrativos passam por acordos de cooperação com o Instituto da Segurança Social, aos quais se seguem os protocolos com a Câmara Municipal de Cascais e fontes privadas. Os lares com fins lucrativos indicam que o seu orçamento é suportado por fontes próprias, privadas, principalmente resultantes da comparticipação dos utentes.

Quadro 100 – Fontes de financiamento na Resposta Social Lar

	CFL	SFL
Acordo de Cooperação	0	4
Protocolo com a CMC	0	2
Protocolo com a JF	0	0
Subsídios Eventuais	0	1
Programas	0	0
Outros (mensalidades, fontes próprias, ...)	21	4

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.



A população que utiliza esta Resposta Social tem aumentado significativamente nos últimos anos (de 723 utentes, em 2001, para 920, em 2003). Este acréscimo evidencia a procura crescente que esta Resposta Social tem registado, em função da cada vez menor disponibilidade das famílias em assegurar os cuidados continuados de que os idosos necessitam.

Quadro 101 – Evolução do número de utentes na Resposta Social Lar

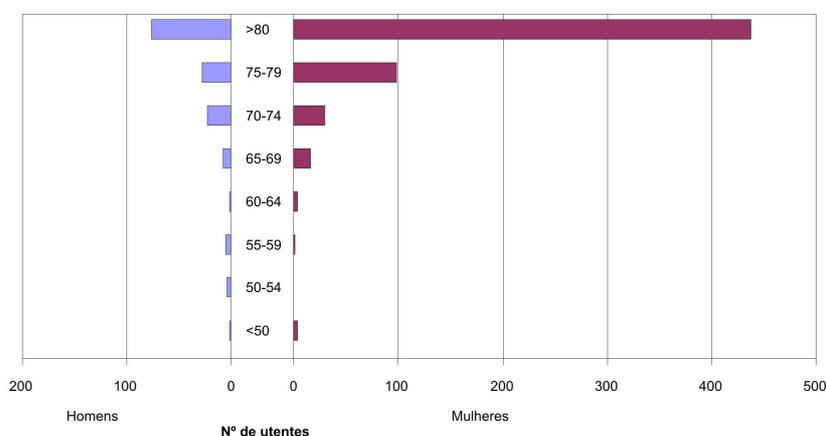
Ano	NR/NA	CFL	SFL	Total
2001	18+4	334	389	723
2002	18+4	337	380	717
2003	17+3	369	551	920

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Nota: NR – Não responde; NA – Não se aplica.

A análise da estrutura etária demonstra que a procura desta Resposta Social aumenta em proporção directa com a idade, sendo que os escalões etários com mais de 70 anos correspondem a 94% do total. A análise da pirâmide etária coloca também em evidência a preponderância do sexo feminino, que corresponde a 80% do total de utilizadores. Acresce ainda que as disparidades no número de utilizadores por sexo tende a acentuar-se como aumento da idade, o que pode ser explicado pelos indicadores de saúde e esperança de vida, segundo os quais as mulheres têm uma maior longevidade.

Figura 73 – Estrutura etária dos utentes na Resposta Social Lar, 2005



Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

No que se refere à área de influência dos lares, verifica-se que a maior parte dos utentes é proveniente do território concelhio (70%), mas constata-se que 28% vem de Lisboa. Outras proveniências referidas são: Oeiras, Sintra, e ainda de outros concelhos do país.

Os critérios de admissão dos utentes nos lares são variados. Todavia, o mais representativo remete para o estado clínico dos utentes, o que em termos práticos se traduz na compatibilidade entre os cuidados de saúde que a Resposta Social pode assegurar e aqueles de que o idoso necessita efectivamente. Para além desta questão, é usualmente referido que, numa situação de escassez de vagas, é concedida primazia aos utentes com maior vulnerabilidade ou menos auto-suficiência e que, por isso, carecem de um maior número de cuidados continuados e apoio diverso. Embora não se trate de um critério muito frequente, existem também lares onde não são aceites utentes aos quais sejam diagnosticadas doenças infecto-contagiosas.

A maior percentagem de trabalhadores enquadra-se na equipa não técnica (66%), enquanto que a equipa técnica corresponde a 32%.

Ao nível da equipa técnica, a maior parte do pessoal, corresponde a enfermeiros, médicos, assistentes sociais e directores. Na equipa não técnica existe uma supremacia da função de ajudante/auxiliar (55%).

Quadro 102 – Funções dos recursos humanos na Resposta Social Lar (%)

Função	%
Administrador/Director	5
Animador	1
Animador	0,2
Assistente Social	3
Contabilista/ROC/TOC	1
Coordenador/Chefe de Serviços	5
Enfermeiro	9
Fisioterapeuta	1
Médico	6
Monitor	0,2
Outros – Pessoal Técnico	1
Psicólogo	1
Cozinheira	6
Ajudante/Auxiliar	55
Motorista	0,4
Outros – Pessoal Não Técnico	2
Secretária/Ajudante Administrativa	0,4
Segurança	2
NR	2
Total Geral	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

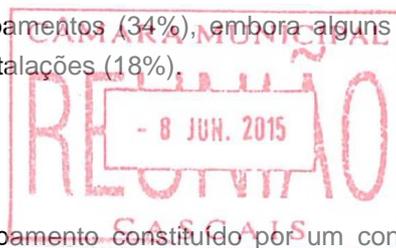
Os recursos humanos registam uma elevada taxa de feminização (78% dos trabalhadores são mulheres), apresentando níveis de instrução relativamente baixos (36% tem apenas o ensino básico). As habilitações de nível elevado registam uma expressão ainda assim acentuada, (2% dos trabalhadores tem um bacharelato e 20% uma licenciatura).

Relativamente ao vínculo contratual, a maioria dos recursos humanos encontra-se com contrato sem termo (51%), 12% tem contrato a termo certo e 10% está em situação de recibos verdes/avençado. A maioria do pessoal (71%) tem uma afectação a tempo inteiro. Importa também salientar que, das respostas obtidas, 56% dos recursos humanos não tem acumulação com outra Resposta Social.

Na avaliação global da Resposta Social, os Lares salientaram como as suas principais mais-valias a dimensão das instalações, o conforto, a salubridade, o acolhimento e a diversidade e qualidade das

Respostas Sociais que podem oferecer aos seus utentes. Quanto aos constrangimentos, os aspectos mais referidos foram o reduzido apetrechamento, as dificuldades de legalização da actividade e respectivas instalações (sobretudo para os de natureza jurídica com fins lucrativos), mas também as carências económicas e escassez dos recursos humanos.

Face a esta matriz de potencialidades e constrangimentos, a maioria dos Lares (68%) referiu ter investimentos programados para um prazo de até 5 anos, sobretudo no âmbito da renovação e remodelação das instalações (48%) e da aquisição de equipamentos (34%), embora alguns também tenham investimentos planeados na área da ampliação das instalações (18%).



5.3.4. Residência

Tratando-se de uma Resposta Social desenvolvida em equipamento constituído por um conjunto de apartamentos, com serviços de utilização comum, para idosos com autonomia parcial ou total, esta tem uma implantação nula, em resultado dos seus elevados custos. Presentemente, não existe nenhuma Residência no Concelho de Cascais: No entanto, importa salientar que se encontra em curso a construção da primeira Resposta Social deste tipo.

5.4. Para a Família e Comunidade

Os equipamentos e respostas para o domínio Família e Comunidade surgem da necessidade de satisfazer carências económicas, sociais e afectivas prementes, de indivíduos e famílias, de modo a promover-se uma sociedade humanizada em que o desenvolvimento nas suas diversas facetas seja uma realidade à disposição de todos.

As mudanças ocorridas recentemente na composição e estruturas familiares (com um peso cada vez mais relevante das famílias monoparentais e isolados) decorrentes do restringimento da dimensão das famílias e o aumento do número de famílias/indivíduos recém-chegados (imigrantes) exigem respostas versáteis e interligadas a estes novos desafios.

A mera satisfação de necessidades básicas como a alimentação (apoio alimentar, bolsas alimentares, refeitórios e cantinas sociais), o atendimento a imigrantes com dificuldades de inserção, o apoio a grupos vulneráveis como as vítimas de violência, passando pela resposta dinâmica e polivalente proporcionada pelos Centros Comunitários, compõem o leque de oferta concelhia neste domínio.

5.4.1. Apoio Alimentar

O Apoio Alimentar é um Programa promovido pela CMC (DESS), em parceria com duas IPSS: a Fundação "O Século" e a SCM Cascais.

Este apoio destina-se, maioritariamente, a munícipes carenciados, no que respeita à confecção de alimentos (em situação de dependência temporária ou definitiva). O Programa prevê a distribuição diária de refeições no domicílio com o objectivo de contribuir para uma quebra do isolamento e para uma maior adequação das respostas às necessidades das pessoas idosas em situação de carência e/ou dependência. Este Programa, à semelhança de outros, permite também uma maior conciliação da vida familiar/vida profissional.

As duas respostas existentes no Concelho, Departamento de 3º Idade da Santa Casa da Misericórdia de Cascais e Fundação “O Século”, funcionam ininterruptamente durante a semana.

Quadro 103 – Serviços prestados na Resposta Social Apoio Alimentar

Serviços	N.º	%
Atendimento e acompanhamento psicossocial	2	100
Distribuição de refeições	2	100
Cedência de ajudas técnicas	1	50
Aquisição de outros géneros alimentares	0	0
Total Geral	2	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.



Para além da distribuição de refeições, os equipamentos oferecem serviços de atendimento e acompanhamento psicossocial. Ambas as instituições são financiadas através de protocolo com a Câmara Municipal de Cascais.

Relativamente ao número de utentes apoiados, verifica-se que houve um aumento gradual entre 2001 e 2003, no ano em que se alcançou os 114 utentes.

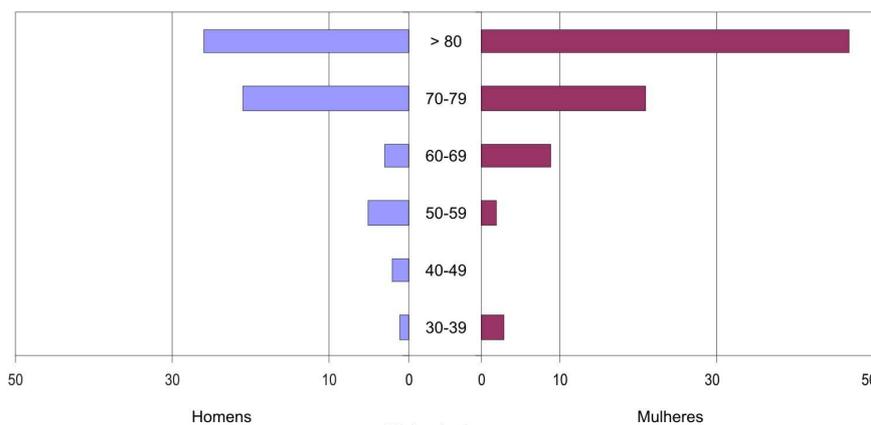
Quadro 104 – Evolução do número de utentes na Resposta Social Apoio Alimentar

Ano	N.º
2001	98
2002	112
2003	114

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

A maior parte dos utentes (80%) possuem mais de 70 anos, observando-se claramente uma predominância de utentes do género feminino, cuja esperança média de vida é mais elevada. Contudo os utentes apresentam uma grande amplitude etária, iniciando-se no escalão compreendido entre os 30 e 39 anos. Esta Resposta Social abrange exclusivamente utentes provenientes do Concelho de Cascais.

Figura 74 – Estrutura Etária dos Utentes, por género e idade, na Resposta Social Apoio Alimentar



Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

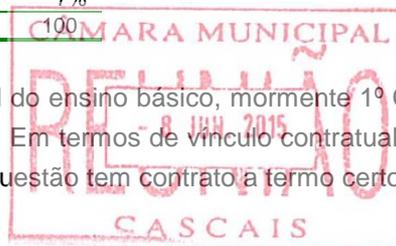
Quanto à caracterização dos recursos humanos afectos a esta Resposta Social, de um total de 15 funcionários, a maior parte (40%) são ajudantes/auxiliares, enquanto os técnicos superiores representam 27% do total. Predominam os funcionários do sexo feminino (87%).

Quadro 105 – Funções dos recursos humanos na Resposta Social Apoio Alimentar

Funções	%
Ajudante/Auxiliar	40%
Assistente Social	20%
Motorista	13%
Coordenador/Chefe de Serviços	7%
Cozinheira	13%
Secretária/Ajudante Administrativa	7%
Total Geral	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

A maior parte dos funcionários (27%) tem habilitações ao nível do ensino básico, mormente 1º Ciclo. Os funcionários com licenciatura representam apenas 7% do total. Em termos de vínculo contratual, apenas um dos funcionários das instituições que responderam a esta questão tem contrato a termo certo.



Quadro 106 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Apoio Alimentar

Habilitações	%
1º Ciclo do ensino básico	20
2º Ciclo do ensino básico	7
Secundário	40
Licenciatura	7
NR	27
Total Geral	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

A quase totalidade dos funcionários exerce funções a tempo parcial (93%), acumulando o trabalho nesta Resposta Social com outras.

As respostas às questões relativas às potencialidades e constrangimentos associados a esta Resposta Social são muito díspares e indissociáveis das especificidades de cada um dos equipamentos. A Fundação “O Século” aspira a melhorar a qualidade do serviço prestado e aumentar o número de utentes apoiados, destacando o grande isolamento dos idosos, a falta de apoio da rede familiar de suporte, e dificuldades na gestão dos recursos humanos como principais entraves. Por sua vez, o Departamento de 3ª Idade refere como mais valia a possibilidade de interligação com todos os serviços do Departamento e como principal problema a inexistência de uma viatura adaptada para transporte de refeições.

Apenas a Fundação “O Século” tem investimentos programados para os próximos 5 anos, designadamente a aquisição de uma nova viatura.

5.4.2. Bolsas Alimentares

Bolsa Alimentar é uma Resposta Social que tem por finalidade contribuir para a resolução de situações de carência alimentar de pessoas e famílias desfavorecidas, promovendo a distribuição de géneros alimentícios, através de associações ou outras entidades sem fins lucrativos. São 6 as entidades que gerem esta resposta, num total de 14 equipamentos:

Quadro 107 – Equipamentos com a Resposta Social Bolsas Alimentares

Associação de Beneficência Luso-Alemã	Carcavelos
Associação Jerónimo Usera	Pai do Vento
Centro Comunitário da Paróquia de Carcavelos - Sede	Carcavelos

Centro Social Nossa Senhora de Fátima	Galiza
Conferência Vicentina Beato Nuno Álvares Pereira de Cascais	Cascais
Conferência Vicentina de Nossa Senhora das Graças de S. Pedro e São João do Estoril	São João do Estoril
Conferência Vicentina de Santa Iria e São Mamede - Murches	Murche
Conferência Vicentina de São Domingos – São Domingos de Rana	S. Domingos de Rana
Conferência Vicentina do Mártir S. Vicente de Alcabideche	Alcabideche
Conferência Vicentina dos Sagrados Corações de Jesus e Maria de Talaíde	Talaíde
Conferência Vicentina Nossa Senhora Auxiliadora de Bicesse	Bicesse
Conferência Vicentina Nossa Senhora da Assunção de Trajouce	Trajouce
Conferência Vicentina Nossa Senhora de Fátima de Alvide	Alvide
Grupo de Solidariedade Justiça e Paz	Tires

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

As Conferências Vicentinas da Sociedade de São Vicente de Paulo fazem a distribuição de géneros alimentares a partir de 9 focos, sendo a instituição mais representativa neste domínio.

Quanto aos serviços prestados pelas instituições, para além de géneros alimentares, são ainda distribuídas roupas e calçado, medicamentos (um dos equipamentos refere também a distribuição de mobiliário). É, igualmente, prestado auxílio financeiro para pagamentos de renda da casa, cuidados de saúde, educação, entre muitos outros.

Com excepção da Associação Jerónimo Usera, cuja recolha de géneros alimentares é feita por voluntários, as restantes instituições referem o Banco Alimentar Contra a Fome como abastecedor dos géneros alimentares.

Embora o número de beneficiários seja superior ao apurado (nem todas as instituições prestaram esta informação), é possível verificar um aumento expressivo do número de utentes no período 2001-2004.

Quadro 108 – Utesntes na Resposta Social Bolsas Alimentares (nº)

Ano	Nº
2001	627
2001	673
2003	926
2004	1205

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

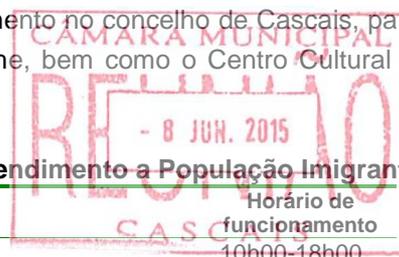
A capacidade máxima de resposta das instituições oscila entre as 50 e as 150 famílias atendidas, calculando-se que o número de cabazes distribuídos anualmente no concelho seja superior a 10.000.

A maioria dos utentes são provenientes do Concelho de Cascais, embora as instituições localizadas em São Domingos de Rana e Carcavelos sirvam também famílias do concelho limítrofe de Oeiras. Os funcionários afectos a esta resposta trabalham em regime de voluntariado.

Através de inquérito pessoal, visitas domiciliárias ou através de apresentação da declaração de rendimentos são apoiadas famílias em situações sócio-económicas menos favoráveis, resultantes de situações de desemprego ou doença, reformas precárias, imigrantes em situação ilegal, famílias disfuncionais, etc. Como constrangimentos à prestação deste serviço salientam-se: a falta de transporte, necessidade de aumentar o número de voluntários e a falta de espaço para atendimento das famílias e distribuição de géneros.

5.4.3. Atendimento a População Imigrante

Para esta resposta foram consideradas três entidades sem fins lucrativos: a Associação de Emigrantes do Tame, o Centro Cultural Moldavo e a Solidariedade Imigrante – Associação para a Defesa dos Direitos dos Imigrantes. A Associação para a Defesa dos Imigrantes é uma associação sediada em Lisboa e que através de um protocolo com a CMC faz atendimento no concelho de Cascais, para o qual disponibiliza um técnico. A Associação de Imigrantes de Tame, bem como o Centro Cultural Moldavo funcionam sem componente técnica.



Quadro 109 – Instituições com a Resposta Social Atendimento a População Imigrante

Instituição	Horário de funcionamento
Associação de Emigrantes do Tame (AET)	10h00-18h00
Centro Cultural Moldavo – Escola Primária (CCM)	17h00-21h00
Solidariedade Imigrante – Associação para a Defesa dos Direitos dos Imigrantes (SI)	16h00-20h00

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Quanto à periodicidade, a primeira instituição presta serviço nos dias úteis e fins-de-semana, das 10h00 às 18h00, a segunda apenas ao fim de semana e a terceira apenas dois dias por semana (às terças e quintas-feiras) e das 16h00 às 20h00.

Os principais motivos de procura destas associações centram-se em questões relacionadas com processos de legalização, reagrupamento familiar, habitação, apoio jurídico e conflitos laborais.

Quadro 110 – Serviços prestados na Resposta Social Atendimento a População Imigrante (%)

Serviços	%
Informação sobre direitos e deveres	100
Acompanhamento no processo de legalização	100
Apoio jurídico	67
Apoio na obtenção de equivalência	67
Apoio financeiro	67
Apoio em questões laborais	33
Dinamização de eventos inter-culturais	67

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

As fontes de financiamento das associações A. E. de Tame e Solidariedade Imigrante provêm de acordos de cooperação, designadamente com o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME). A Solidariedade Imigrante estabeleceu ainda um protocolo com a Câmara Municipal de Cascais e referiu o apoio do Centro Paroquial de São Domingos de Rana – Casa de Trajouce, onde a Associação faz atendimento. Por sua vez, o Centro Cultural Moldavo, vive principalmente do apoio da Administração Local, quer via protocolos, quer através de subsídios eventuais.

Quadro 111 – Fontes de financiamento na Resposta Social Atendimento a População Imigrante

Fonte	N.º
Com Acordo de Cooperação	2
Protocolo com a CMC	1
Protocolo com a JF	1
Subsídios Eventuais	1
Programas	1

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Revela-se difícil analisar a evolução do número de utentes nos três anos solicitados, uma vez que duas das instituições iniciaram o seu funcionamento no concelho apenas em 2003 (C. C. Moldavo) e 2004 (Solidariedade Imigrante).

Considerando apenas a AET, o número de utentes manteve-se constante entre 2001 e 2002, mas praticamente duplicou em 2003, o que poderá radicar na entrada em vigor, no início desse ano da nova Lei da Imigração (DL 34/2003, de 25 de Fevereiro), que constituiu para muitos uma nova oportunidade de legalização. São atendidos utentes jovens e adultos, de ambos os géneros. Contudo, a instituição Solidariedade Imigrante refere só ter atendido indivíduos adultos do género masculino em 2004.

Quadro 112 – Utesntes na Resposta Social Atendimento a População Imigrante (nº)

Ano	N.º		
	AET	CCM	SI
2001	106	Na	Na
2002	101	Na	Na
2003	204	500	Na

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

A associação Solidariedade Imigrante atende exclusivamente imigrantes residentes no Concelho de Cascais, enquanto as restantes atendem também imigrantes residentes noutros concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, e não só dos concelhos adjacentes a Cascais.

Não foram obtidas respostas quanto às funções desempenhadas pelos 16 voluntários declarados. Quanto à repartição por género, predominam claramente os funcionários do sexo masculino (94%).

Apenas 2 voluntários detêm habilitações ao nível da licenciatura, enquanto a maior parte (44%) tem apenas o 3º Ciclo do ensino básico. Todos os funcionários desempenham funções a tempo parcial.

Quadro 113 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Atendimento a População Imigrante

Habilitações	N.º	%
1º Ciclo do ensino básico	3	19
2º Ciclo do ensino básico	1	6
3º Ciclo do ensino básico	7	44
Secundário	2	13
Licenciatura	2	13
NR	1	6
Total Geral	16	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Foi declarada como principal mais valia da resposta prestada pela Associação de emigrantes de Tame, o serviço de voluntariado, enquanto os constrangimentos prendem-se com a falta de recursos financeiros e, conseqüentemente, de recursos humanos. A curto prazo pensam desenvolver um projecto de construção de pavilhões escolares na Guiné, financiados pelas quotas dos associados.

Para a Solidariedade Imigrante a limitação de espaço (ocupam uma sala do Centro Social Paroquial de São Domingos de Rana – extensão de Trajouce) e de horários, a falta de equipamentos e a própria localização das instalações são os maiores problemas com que se deparam.

O Centro Cultural Moldavo apresenta como principal constrangimento à prestação dos seus serviços a pequenez da sala em que é feito o atendimento (numa antiga escola primária em Trajouce).

De destacar o facto da totalidade das instituições estarem localizadas na freguesia de S. Domingos de Rana, uma das freguesias do concelho em franca expansão, o que facilita a instalação de imigrantes.

5.4.4. Atendimento a Vítimas de Violência

O período de funcionamento dos equipamentos é extremamente dispare, sendo que a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima funciona nos dias úteis (10-19h) e parcialmente aos sábados (10-13h), enquanto a União de Mulheres Alternativa Resposta funciona apenas um dia por semana, terça-feira das 9h às 14h.

Exceptuando o apoio financeiro e a inserção socioprofissional, estes equipamentos prestam um número razoável de Respostas Sociais de apoio, nomeadamente o acolhimento temporário, o apoio jurídico e a informação sobre direitos e deveres.



Quadro 114 – Serviços prestados na Resposta Social Atendimento a Vítimas de Violência

Serviços	Nº
Informação sobre direitos e deveres	2
Apoio psicológico	1
Apoio jurídico	2
Encaminhamento judicial	1
Apoio financeiro	0
Apoio na procura de habitação	1
Inserção socioprofissional	0
Acolhimento temporário	2
Articulação com outras entidades	1

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

As duas instituições não têm fins lucrativos: IPSS e ONG. Como fonte de financiamento, a APAV refere um protocolo com a Câmara Municipal de Cascais, enquanto que a UMAR recebe subsídios eventuais também por parte da CM Cascais.

O número de utentes da APAV aumentou consideravelmente entre 2001 e 2003, cifrando-se neste último em cerca de 1.050 utentes.

A UMAR iniciou o seu funcionamento apenas em 2004, atendendo 24 utentes nesse ano. Neste mesmo ano, a APAV atendeu mensalmente cerca de 80/90 utentes, na maioria dos casos presencialmente.

Os utentes das duas instituições são mulheres, jovens e adultas, o que essencialmente corresponde ao público-alvo desta Resposta Social.

Quadro 115 – Utesntes na Resposta Social Atendimento a Vítimas de Violência (nº)

Ano	Nº APAV
2001	848
2002	926
2003	1056

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Nota A UMAR iniciou actividade apenas em 2004.

Quanto à sua proveniência, são atendidos utentes do Concelho de Cascais, mas também dos concelhos limítrofes de Oeiras e Sintra.

A maior parte dos funcionários afectos a esta Resposta Social são técnicos (94%), designadamente assistentes sociais, juristas, psicólogos e um educador de infância. A mesma proporção mantém-se para a repartição por géneros, com 94% de funcionários do sexo feminino. Todos os funcionários, técnicos e não-técnicos, têm formação superior.

Quadro 116 – Utentes na Resposta Social Atendimento a Vítimas de Violência (nº)

Função	N.º	%
Assistente Social	2	12
Outros – Pessoal técnico	4	24
Psicólogo	9	53
Outros – Pessoal não técnico	1	6
Educador de Infância	1	6
Total Geral	17	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.



Em termos de vínculo contratual, os funcionários que trabalham em regime de voluntariado são claramente maioritários (88%). O mesmo se verifica quanto à afectação relativamente aos funcionários a tempo parcial.

Quadro 117 – Vínculo contratual dos recursos humanos na Resposta Social Atendimento a Vítimas de Violência

Vínculo Contratual	N.º	%
Avençado/Recibos Verdes	1	6
Voluntariado	15	88
NR	1	6
Total Geral	17	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Enquanto potencialidades, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima refere a sua vocação directa para a prestação deste tipo de Respostas Sociais, sobressaindo como constrangimento a ausência de alternativa de resposta, em tempo útil, em situações graves que carecem de acolhimento.

A UMAR evidenciou, como carências, a falta de recursos técnicos fundamentais (telefone, material informático). Registe-se que a UMAR funciona numa sala junto ao Centro de Convívio do Poço Novo, utilizando o telefone desta instituição. Nenhuma das instituições tem programados investimentos para os próximos 5 anos.

5.4.5. Centro Comunitário / Centro de Recursos para a Comunidade

Existem 10 Centros Comunitários/Centros de Recursos geridos por entidades sem fins lucrativos no concelho de Cascais. A maioria destes equipamentos (70%) funciona apenas nos dias úteis, embora alguns estejam abertos também ao fim-de-semana. Os horários de abertura variam entre as 9h00 e as 10h00, enquanto os de encerramento variam entre as 17h00 e as 21h00.

Quadro 118 – Horário de abertura e de encerramento na Resposta Social Centro Comunitário/Centro de Recursos

Horário de Abertura		
Hora	Nº	%
9h00	5	50
9h30	4	40
10h00	1	10
Total Geral	10	100
Horário de Encerramento		
Hora	Nº	%
17h00	2	20
17h30	4	40
18h00	2	20
19h00	1	10
21h00	1	10
Total Geral	10	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.



Esta Resposta Social compreende um leque alargado de serviços prestados, quase na íntegra, pelas instituições. Aqueles que são prestados por maior número de equipamentos são o acompanhamento psicossocial, a cedência de fraldas e a animação social/cultural/recreativa. Pelo contrário, entre os serviços que encontram uma resposta “menos satisfatória” encontram-se os cuidados de saúde, o ensino recorrente e a orientação vocacional. Refira-se o facto de um dos equipamentos destacar, enquanto serviço prestado, o financiamento de rendas de casa, facturas de água e electricidade, transportes e medicamentos (Associação Jerónimo Usera).

Quadro 119 – Serviços prestados na Resposta Social Centro Comunitário/Centro de Recursos

Serviços	Nº	%
Animação social/cultural/recreativa	7	70
Acções de educação para a saúde	5	50
Ateliers de formação e expressão	5	50
Acompanhamento psicossocial	8	80
Actividade ocupacional	6	60
Orientação vocacional	1	10
Acções de promoção do emprego	4	40
Acções de formação	4	40
Ensino recorrente	1	10
Acesso à Internet	4	40
Cuidados de saúde	1	10
Cedência de ajudas técnicas	4	40
Serviço de transporte de ajudas técnicas	0	0
Cedência de fraldas	7	70
Actividades de férias	6	60
Distribuição de leite	1	10
Rendas, água, luz, transportes, medicamentos	1	10

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Grande parte dos equipamentos tem protocolos estabelecidos com a Câmara Municipal de Cascais (60%), sendo também várias vezes referidos subsídios eventuais e o financiamento de através de programas.

Quadro 120 – Fontes de financiamento na Resposta Social Centro Comunitário/Centro de Recursos

Fonte	Nº	%
Com Acordo de Cooperação	1	10
Protocolo com a CMC	6	60
Protocolo com a JF	0	0
Subsídios Eventuais	3	30
Programas	3	30
Donativos Particulares	1	10
Escola Pereira Coutinho	1	10
Rede Social	1	10

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.



Aproximadamente metade dos funcionários afectos a estes equipamentos são técnicos, sobretudo monitores, predominando os funcionários do sexo feminino (83%).

Quadro 121 – Funções dos recursos humanos na Resposta Social Centro Comunitário/Centro de Recursos

Função	N.º	%
Ajudante/Auxiliar	16	18
Animador	1	1
Assistente Social	8	9
Contabilista/ROC/TOC	3	3
Enfermeiro	1	1
Monitor	12	14
Motorista	1	1
NR	1	1
Professor	3	3
Psicólogo	3	3
Educador de Infância	1	1
Coordenador/Chefe de Serviços	6	7
Segurança	1	1
Administrador/Director	5	6
Secretária/Ajudante Administrativa	13	15
Outros – Pessoal Técnico	4	5
Outros – Pessoal Não Técnico	8	9
Total Geral	87	100%

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Quanto às habilitações literárias, 46% dos funcionários são licenciados e 21% completaram o ensino secundário. A maior parte dos vínculos contratuais são Contratos Sem Termo (28%), destacando-se também a importância do Voluntariado nesta Resposta Social (24%).

Quadro 122 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Centro Comunitário/Centro de Recursos

Habilitações	N.º	%
1º Ciclo do ensino básico	7	8
2º Ciclo do ensino básico	3	3
3º Ciclo do ensino básico	10	11
Secundário	22	25
Licenciatura	40	46
NR	5	6
Total Geral	87	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Quadro 123 – Vínculo contratual dos recursos humanos na Resposta Social Centro Comunitário/Centro de Recursos

Vínculo contratual	N.º	%
Contrato Sem Termo	24	28
Contrato a Termo Certo	14	16
Avençado/Recibos Verdes	16	18
Voluntariado	21	24
Outros	1	1
NR	11	13
Total Geral	87	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.



No que respeita à afectação, 55% dos funcionários trabalha a tempo parcial. Por sua vez, 59% acumula funções noutra Resposta Social.

Quanto às potencialidades das Respostas Sociais, na óptica dos responsáveis, predominam aspectos relacionados com a qualidade dos recursos humanos, a organização e adequação dos serviços prestados. Como constrangimentos destacam-se as carências em recursos financeiros e humanos e as dimensões reduzidas das instalações.

Quadro 124 – Potencialidades e constrangimentos na Resposta Social Centro Comunitário/Centro de Recursos

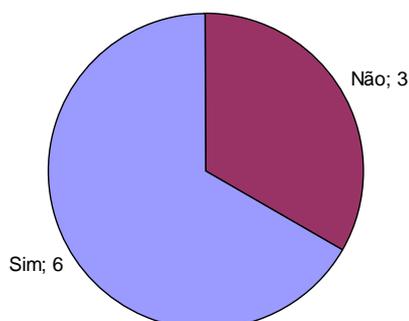
Potencialidade	Constrangimentos
Abertura de outras respostas	Burocracia
Aumento da capacidade de resposta do serviço	Dimensionamento
Educação	Recursos financeiros
Orientação e formação profissional	Recursos humanos
Recursos Humanos	
Apetrechamento / Horário / Acessibilidade	

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

A maior parte dos equipamentos tem investimentos programados para os próximos 5 anos, designadamente na ampliação, renovação e remodelação das instalações e na aquisição de equipamentos. A Associação Jerónimo Usera tem ainda programada a construção de raiz de um centro polivalente.

Figura 75 – Investimentos programados na Resposta Social Centro Comunitário/Centro de Recursos

Estão programados investimentos no prazo de 5 anos?



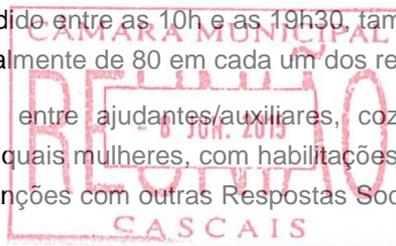
Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

5.4.6. Refeitório/Cantina Social

A Resposta Social Refeitório/Cantina Social está representada no concelho através de duas ONG: Núcleo da Costa do Estoril da Cruz Vermelha Portuguesa e o Centro Porta Amiga de Cascais – AMI.

O Núcleo da Costa do Estoril da Cruz Vermelha Portuguesa funciona exclusivamente nos dias úteis, das 10h00 às 19h00, e presta serviços de refeições diárias, no refeitório e no domicílio. Por sua vez, o Centro Porta Amiga de Cascais – AMI, funciona no período compreendido entre as 10h e as 19h30, também em dias úteis. O número de utentes a usufruir deste serviço é actualmente de 80 em cada um dos refeitórios.

Estão associados 10 funcionários a esta Resposta Social, entre ajudantes/auxiliares, cozinheiras administrativas, coordenadores e assistentes sociais, 80% dos quais mulheres, com habilitações ao nível do ensino básico. Cerca de 80% dos funcionários acumulam funções com outras Respostas Sociais da instituição.



Quadro 125 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Refeitório/Cantina Social

Habilitações	%
1º Ciclo do ensino básico	10
3º Ciclo do ensino básico incompleto/frequentar	10
3º Ciclo do ensino básico	50
Licenciatura	20
NR	10
Total Geral	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Como fontes de financiamento específicas para esta Resposta Social, para além da comparticipação dos utentes (4,5 euros/refeição na CVP; 1,30 euros /refeição na AMI), a AMI refere um Protocolo com a CMC.

De acordo com a CVP – Núcleo da Costa do Estoril no futuro será possível (e desejável) aumentar o número de refeições diárias oferecidas. Para os próximos 5 anos estão previstos investimentos de renovação e remodelação das instalações. O Centro Porta Aberta salienta alguns constrangimentos: falta de géneros alimentares, dificuldades na distribuição dos mesmos, falta de apoios para uma melhor gestão do refeitório.

5.4.7. Apoio Social Genérico

São 30 as instituições que prestam “Apoio Social Genérico” no Concelho de Cascais. Neste leque de oferta incluem-se as Juntas de Freguesia do Concelho e as Conferências Vicentinas da Sociedade de São Vicente de Paulo (43% do total).

Os serviços dispensados são de difícil demarcação, confundindo-se e sobrepondo-se facilmente ao comumente apelidado Centro de Recursos. Pode caracterizar-se esta resposta por serviços “porta aberta”, prestados em função das solicitações diárias da comunidade onde estão inseridos.

Quadro 126 – Entidades que Prestam Serviços de Apoio Social Genérico

Entidade	Freguesia
Associação de Beneficência Luso-Alemã (ABLA)	Carcavelos
Associação Jerónimo Usera	Alcabideche
Casa Grande da Galiza	Estoril
Centro Comunitário da Parede	Parede
Centro Comunitário da Paróquia de Carcavelos	Carcavelos
Centro Comunitário de Tires	S. Domingos de Rana
Centro Paroquial do Estoril	Estoril
Centro Porta Amiga de Cascais	Cascais
Centro Social Nossa Senhora de Fátima	Estoril
Centro Social Paroquial de S. Domingos de Rana – Casa de Trajouce	S. Domingos de Rana
Centro Social Paroquial de S. Domingos de Rana – sede	S. Domingos de Rana
Centro Social Paroquial de S. Pedro e S. João do Estoril	Estoril
Conferência Vicentina Beato Nuno Álvares Pereira de Cascais	Cascais
Conferência Vicentina de Nossa Senhora das Graças de S. Pedro e São João do Estoril	Estoril
Conferência Vicentina de São Domingos – São Domingos de Rana	S. Domingos de Rana
Conferência Vicentina do Mártir S. Vicente de Alcabideche	Alcabideche
Conferência Vicentina dos Sagrados Corações de Jesus e Maria de Talaíde	S. Domingos de Rana
Conferência Vicentina Nossa Senhora Auxiliadora de Bicesse	Alcabideche
Conferência Vicentina Nossa Senhora da Assunção de Trajouce	S. Domingos de Rana
Conferência Vicentina Nossa Senhora de Fátima de Alvide	Alcabideche
Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo da Costa do Estoril	Parede
Fundação Humanitária Maj Lis em Portugal	Carcavelos
Grupo de apoio e desafio à Sida – GADS	Cascais
Grupo de Solidariedade Justiça e Paz	S. Domingos de Rana
Junta de Freguesia de Alcabideche	Alcabideche
Junta de Freguesia da Parede	Parede
Junta de Freguesia de Cascais	Cascais
Junta de Freguesia de São Domingos de Rana	S. Domingos de Rana
Junta de Freguesia do Estoril	Estoril
Obra de Santana – Associação de Apoio a Jovens e Idosos Deficientes Motores	Parede

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Entre estas instituições destaca-se o papel dos Centros Comunitários de Parede, Carcavelos, Tires e Estoril, e dos Centros Sociais Paroquiais e São Domingos de Rana e de São Pedro e São João do Estoril, por servirem vários públicos-alvo. Apenas o Grupo de Apoio e Desafio à SIDA, tem destinatários com características muito específicas.

A freguesia de São Domingos de Rana tem 8 entidades a prestar estes serviços de cariz generalista, contrapondo-se Carcavelos que apenas disponibiliza esta Resposta Social através de três entidades.

Quadro 127 – Entidades por Freguesia na Resposta Social Apoio Social Genérico

Freguesia	N.º	%
Alcabideche	5	17
Carcavelos	3	10
Cascais	4	13
Estoril	6	20
Parede	4	13
S. Domingos de Rana	8	27
Total Geral	30	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

5.5. Pessoas com Comportamentos Aditivos e Suas Famílias

Neste domínio inclui-se o apoio específico a pessoas com problemas associados à toxicod dependência e ao alcoolismo, fenómenos fortemente implantados, em expansão e de difícil resolução em todo o território nacional.

A recuperação, tratamento e reinserção de toxicodependentes e alcoólicos assume múltiplas tipologias de resposta (apartamentos de reinserção social, equipas de apoio social directo, centros de atendimento e acompanhamento psicossocial, comunidades terapêuticas e unidades de dia), sendo notório o esforço em desenvolver acções articuladas, ao nível da sensibilização, orientação e encaminhamento. Os grupos de auto-ajuda (por exemplo alcoólicos anónimos e narcóticos anónimos) são outras das respostas de apoio aos próprios adictos e também às suas famílias.

5.5.1. Apartamento de Reinserção Social

O Apartamento de Reinserção do Murtal, gerido pela Fundação Portuguesa para o Estudo, Prevenção e Tratamento da Toxicodependência, assume-se como uma residência temporária e como tal funciona em permanência, destinando-se à reinserção de toxicodependentes em situação de Alta Clínica de um Apartamento Terapêutico e com motivação para apartamento e projecto prévio de reinserção. No Apartamento de Reinserção são prestados os seguintes serviços:

- Acompanhamento na inserção socioprofissional;
- Terapia de Grupo;
- Aconselhamento individual;
- Programa residencial, com enfoque na aquisição de competências.

Esta Resposta Social entrou em funcionamento em 2002 e, quer nesse ano, quer em 2003, teve 14 utentes, aumentando para 16 no ano de 2004. Os utentes são maioritariamente homens, jovens com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos.

Quadro 128 – Utentes em 2004, por género e idade

Idade	M	F
Dos 15 aos 19 anos	-	-
Dos 20 aos 29 anos	9	2
Dos 30 aos 39 anos	1	3
Dos 40 aos 49 anos	1	0

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

O âmbito de actuação da Fundação Portuguesa para o Estudo, Prevenção e Tratamento da Toxicodependência é nacional. Assim, para além de utentes do Concelho de Cascais, este equipamento atende utentes provenientes de outros concelhos de Portugal Continental e das Regiões Autónomas. As parcerias estabelecidas com a Associação de Tratamento das Toxicodependências – Centro de Tratamento do Farol e o CAT do Restelo também contribuem para a heterogeneidade da proveniência dos utentes.

Quanto às fontes de financiamento específicas para o funcionamento deste equipamento, existe um acordo de cooperação com o Instituto da Segurança Social. A candidatura a programas do Instituto da Droga e da Toxicodependência (IDT) é outra forma possível de obtenção de financiamento.

Em termos de recursos humanos, existem 4 técnicos directamente afectos a esta Resposta Social, na maioria homens, com habilitações superiores. Todos os funcionários laboram nesta Resposta Social em regime de tempo parcial, acumulando funções com outras Respostas Sociais da instituição.

Quadro 129 – Funções dos recursos humanos na Resposta Social Apartamento de Reinserção

Função	N.º	%
Chefe de Departamento	1	25
Monitor	1	25
Psicólogo	1	25
Supervisora	1	25
Total Geral	4	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Quadro 130 – Vínculo contratual dos recursos humanos na Resposta Social Apartamento de Reinserção

Vínculo Contratual	N.º	%
Contrato Sem Termo	2	50
Avençado/Recibos Verdes	2	50
Total Geral	4	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.



Para a FPEPTT, a inserção socioprofissional de indivíduos com problemas de adicção constitui a sua principal potencialidade. Para os próximos 5 anos estão projectados investimentos na aquisição de equipamentos, nomeadamente material informático e um sistema de aquecimento.

5.5.2. Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial (CAAP)

A Fundação Portuguesa Para o Estudo, Prevenção e Tratamento da Toxicodependência tem dois Centros de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial a funcionar em Cascais, nas localidades do Murtal e de Alvide. Nestes dois Centros, que fazem atendimento apenas em dias úteis, entre as 9h00 e as 17h00, são prestados os seguintes serviços:

- Apoio psicológico individual e familiar;
- Marcação de consultas;
- Acesso à Internet;
- Formação;
- Centro de atendimento a jovens e famílias;
- Grupo de manutenção/prevenção de recaídas em horário pós-laboral.

O Centro de Atendimento da associação REMAR, que funciona junto à loja da mesma instituição, é o terceiro e último Centro de Atendimento do concelho, embora funcione em moldes diferentes dos anteriores, os serviços prestados circunscrevem-se ao encaminhamento de toxicodependentes para as comunidades terapêuticas da REMAR.

A julgar pela informação fornecida pelo Centro de Atendimento de Alvide, o número de utentes tem aumentado ligeiramente, evoluindo de 104 em 2001, para 112 em 2002 e 117 em 2003. São atendidos utentes de ambos os géneros, predominantemente jovens e adultos, provenientes de todo o Concelho de Cascais, de Oeiras e Sintra, bem como de outros concelhos do país.

O financiamento das Respostas Sociais da responsabilidade da FPEPTT é assegurado pelo acordo de cooperação com o Instituto da Droga e da Toxicodependência e por um protocolo estabelecido com a

Câmara Municipal de Cascais. O preço colectado por consulta é de 30 euros. A associação refere as Doações como a única fonte de financiamento.

Existe um total de 37 recursos humanos afectos a esta Resposta Social, apresentando-se duas realidades distintas no que concerne às funções exercidas e às habilitações literárias, com uma componente mais técnica por parte dos funcionários da FPEPTT.

Quadro 131 – Função dos recursos humanos na Resposta Social Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial

Função	%	
	FPEPTT	REMAR
Ajudante/Auxiliar	-	62
Médico	13	-
Psicólogo	50	-
Coordenador/Chefe de Serviços	6	-
Administrador/Director	6	38
Secretária/Ajudante Administrativa	6	-
Outros – Pessoal Não Técnico	19	-
Total Geral	100	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.



Quadro 132 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial

Habilitações	%	
	FPEPTT	REMAR
3º Ciclo do ensino básico	13	-
Secundário	6	-
Licenciatura	75	-
NR	6	100
Total Geral	100	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

A maior parte dos funcionários da FPEPTT pertence ao quadro da instituição. Praticamente todos acumulam as funções desempenhadas nesta Resposta Social com funções exercidas noutra. Na Associação REMAR os recursos humanos são voluntários.

Quanto aos investimentos para os próximos 5 anos, estão programadas acções de renovação e remodelação das instalações e aquisição de equipamento por parte dos Centros da FPEPTT.

5.5.3. Comunidade terapêutica

A resposta é dada pela Casa da Barragem da Fundação Portuguesa Para o Estudo, Prevenção e Tratamento da Toxicodependência e pela CRETA – Centro Recuperação para Toxicodependentes e Alcoólicos Lda., que iniciaram o seu funcionamento em 1991.

A Casa da Barragem funciona em permanência e presta serviços de tratamento na área da toxicodependência, incluindo a pais ou mães com filhos menores. Uma parceria com a SCM Cascais permite às crianças internadas com os pais frequentarem estabelecimentos da SCMC.

Por sua vez, a CRETA, para além de tratamentos na área da toxicodependência, ministra simultaneamente tratamentos na área do alcoolismo, embora os serviços oferecidos se limitem à componente de desintoxicação, sem preocupações ao nível de componentes como a inserção profissional.

Na Casa da Barragem, o número de utentes registou um aumento gradual no triénio 2001-2003, enquanto na CRETA este número manteve-se constante ao longo deste período (50 utentes).

Quadro 133 – Evolução do número de utentes na Resposta Social Comunidade Terapêutica

Ano	N.º
2001	81
2002	95
2003	97
2004	137

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.



Nesta Resposta Social são atendidos utentes com idades compreendidas entre os 15 e os 59 anos, com maior peso dos estratos etários compreendidos entre os 20 e os 39 anos (87% do total).

Quanto à proveniência, os utentes são originários de todas as freguesias do Concelho de Cascais, dos concelhos limítrofes de Oeiras e Sintra, e ainda de vários outros concelhos de Portugal Continental e Regiões Autónomas.

As duas Comunidades firmaram acordos de cooperação com o Instituto da Droga e da Toxicodependência, que no seu conjunto abrangem 40 utentes. Destes apenas 3 dizem respeito à CRETA. Na verdade, a falta de apoios financeiros é um constrangimento apontado pela instituição, com fins lucrativos, que cobra uma mensalidade de 2.200 euros (num tratamento de desintoxicação que se prolonga por 3 meses). A Casa da Barragem recebe também subsídios eventuais da Câmara Municipal de Cascais e financiamento por parte da Segurança Social, que paga algumas mensalidades. Aos utentes são cobrados mensalmente 165 euros.

Dos recursos humanos afectos à Resposta Social, a maior parte são técnicos, designadamente psicólogos, monitores, médico e técnico de serviço social, para além daqueles com responsabilidades de direcção e chefia. Refira-se que a distribuição dos funcionários por géneros é equitativa e, quanto às habilitações, predominam os licenciados (42%).

Quadro 134 – Funções dos recursos humanos na Resposta Social Comunidade Terapêutica

Função	N.º	%
Assistente Social	1	4
Médico	1	4
Monitor	6	25
Psicólogo	3	13
Coordenador/Chefe de Serviços	3	13
Administrador/Director	5	21
Cozinheira	1	4
Secretária/Ajudante Administrativa	1	4
Outros – Pessoal Técnico	1	4
Outros – Pessoal Não Técnico	2	8
Total Geral	24	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Quadro 135 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Comunidade Terapêutica

Habilitações	N.º	%
3º Ciclo do ensino básico	3	13
Secundário	2	8
Licenciatura	10	42
NR	9	38
Total Geral	24	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

A maior parte dos funcionários (83%) está vinculada através de Contrato Sem Termo. Dos 24 funcionários, 9 trabalham a tempo parcial e acumulam com outra Resposta Social.

Quadro 136 – Vínculo Contratual dos recursos humanos na Resposta Social Comunidade Terapêutica

Vínculo contratual	N.º	%
Contrato Sem Termo	20	83
Avençado/Recibos Verdes	4	17
Total Geral	24	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.



Enquanto constrangimentos à sua actividade, surgem os problemas de acessibilidade à Casa da Barragem. Para os próximos 5 anos estão previstos investimentos em equipamentos de renovação e remodelação das instalações, bem como a instalação de um sistema de aquecimento central.

A CRETA identifica como mais valia a sua posição geográfica; os Programas de curta duração para ambos os sexos e a própria abordagem terapêutica. Por outro lado, referem que a diversidade da oferta de serviços e tratamentos confunde os utentes. A curto-prazo pretendem adquirir algum equipamento.

5.5.4. Equipa de Apoio Social Directo

A ABLA – Associação de Beneficência Luso-Alemã surgiu há 21 anos e desenvolve acções na área das Equipas de Rua – Encontros com Resposta (Equipa de Apoio Social Directo), higiene pessoal, distribuição de géneros alimentares e valorização pessoal/ auto-estima do toxicodependente.

A Equipa de Apoio Social Directo da ABLA funciona desde 2002. A sua acção desenvolve-se em parceria com diferentes instituições como o Centro Comunitário da Paróquia de Carcavelos, a organização “Cruz Azul” (com incumbências no domínio do alcoolismo e outras drogas lícitas e ilícitas), a organização “Desafio Jovem” (que procura alcançar a população toxicodependente, no sentido da sua recuperação, reinserção social e dignificação) e a ICMAV – Igreja Cristã Manancial de Águas Vivas.

A intervenção processa-se diariamente, das 10h00 às 19h00, e presta um leque muito diversificado de serviços, designadamente:

- Contacto de rua;
- Encaminhamento para internamento;
- Cuidados de saúde;
- Marcação de consultas;
- Procura de laços familiares;
- Apoio psicossocial;
- Troca de seringas/preservativos;
- Serviço de refeições;
- Apoio judicial.

Em 2002, ano de arranque da Resposta Social, a Equipa trabalhou com 350 utentes, valor que baixou para 250 em 2003. Em 2004 este valor voltou a baixar para 150 utentes, dos quais 129 do género masculino. As idades distribuem-se entre os 15 e os 59 anos, com particular incidência entre os 20 e os 49 anos.

O acordo de cooperação com o Instituto da Droga e da Toxicodependência e o protocolo estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais constituem as fontes de financiamento da Resposta Social.

A Equipa é constituída maioritariamente por elementos do sexo masculino, integrando dois psicólogos, um enfermeiro, e 3 mediadores sociais.

Ao nível das habilitações literárias, predominam os licenciados (50%). A maioria dos funcionários trabalha a tempo inteiro, embora com um vínculo contratual precário, e nenhum acumula funções noutra Resposta Social.



Quadro 137 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Equipa de Apoio Social Directo

Habilitações	N.º	%
2º Ciclo do ensino básico	1	17
3º Ciclo do ensino básico	1	17
Secundário	1	17
Licenciatura	3	50
Total Geral	6	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Quadro 138 – Vínculo Contratual dos recursos humanos na Resposta Social Equipa de Apoio Social Directo

Vínculo contratual	N.º	%
Avençado/Recibos Verdes	4	67
NR	2	33
Total Geral	6	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Enquanto mais-valias, a instituição refere que dispõe de uma equipa de técnicos e mediadores sociais especialmente habilitados para a diminuição de riscos e minimização de danos. É também referida a articulação com vários órgãos afins que facilitam e promovem o acesso às Comunidades Terapêuticas para tratamento dos utentes, assim como a disponibilidade de uma auto-caravana para os contactos diários com os utentes e de outra viatura de apoio. Como constrangimentos, são referidas as questões de segurança inerentes a esta Resposta Social e a escassez de recursos financeiros.

5.5.5. Grupo de Auto-ajuda

Os grupos de auto-ajuda presentes no concelho de Cascais estão a cargo de 4 entidades:

- Famílias Anónimas;
- Alcoólicos Anónimos;
- Narcóticos Anónimos;
- Jogadores Anónimos.

Como as designações indicam, uma das condições de acesso às reuniões é o anonimato, daí ser impossível contabilizar o número de assistentes efectivos destas reuniões.

As Famílias Anónimas realizam sessões semanais destinadas a apoiar familiares e amigos de pessoas com problemas de consumo de substâncias aditivas. Estas reuniões destinam-se a promover o esclarecimento e a inter-ajuda destes participantes. Relativamente ao período de funcionamento e horários, as sessões realizam-se às terças, quartas e quintas-feiras em locais distintos, com a duração aproximada de uma hora e meia.

Quadro 139 – Locais de reunião dos grupos de Auto-ajuda das Famílias Anónimas

Localidade	Horário	Dia
Salão Paroquial da Parede	20h45	3ª feira
Centro Comunitário de Carcavelos	20h45	4ª feira
Igreja da Ressurreição de Alvide	19h00	5ª feira

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.



A organização Alcoólicos Anónimos (AA) é uma “comunidade mundial com carácter voluntário de homens e mulheres de todas as posições sociais que se reúnem para alcançar e manter a sobriedade. O único requisito para ser membro é o desejo de parar de beber. Não há taxas de admissão nem quotas para ser membro de AA”. No concelho de Cascais reúnem presentemente 4 núcleos: Estoril, São Pedro do Estoril, Parede e Carcavelos.

Os Narcóticos Anónimos são uma irmandade ou associação, sem fins lucrativos, de homens e mulheres para quem as drogas se tornaram num problema grave. Os grupos reúnem em cinco locais distintos no concelho de Cascais: Centro Paroquial da Parede, Centro Comunitário de Carcavelos, Igreja de Santo António do Estoril, ATL da Galiza em S. João do Estoril e Igreja da Freguesia de Cascais.

Finalmente, a organização Jogadores Anónimos reúne apenas no Centro Comunitário de Carcavelos, duas vezes por semana.

De relevar o facto do Centro Comunitário de Carcavelos albergar reuniões das 4 tipologias de adicção.

5.5.6. Unidade de Dia

No concelho existem duas Unidades de Dia para apoio a pessoas com comportamentos aditivos, geridos por duas IPSS: a Unidade de Dia da FPEPTT, situada em Alvide, e a Casa Jubileu 2000 do Centro Comunitário da Paróquia de Carcavelos. A Casa Jubileu 2000 é uma residência com componente Unidade de Dia que recebe utentes com problemas de toxicodependência, portadores de HIV, em situação de sem abrigo e /ou sem suporte familiar.

Ambos os equipamentos funcionam durante os dias úteis e, no caso Centro Comunitário da Paróquia de Carcavelos, também aos sábados. O horário abrange todo o período diurno, das 9.00/9.30 até às 17.00/18.00 horas.

Em conjunto, os dois equipamentos prestam todos os serviços previstos para esta Resposta Social. Prestam, igualmente, apoio psicológico individual e familiar e procedem à marcação de consultas.

Quadro 140 – Serviços prestados na Resposta Social Unidade de Dia

Serviços	Nº
Aconselhamento jurídico	1
Alimentação	1
Apoio à integração profissional	1
Apoio psicológico individual e familiar	2
Acompanhamento a consultas	1
Serviço de refeições	1
Cuidados de saúde	1
Cuidados de higiene	1
Actividades ocupacionais	1
Marcação de consultas	2
Programa de Prevenção da Recaída	1
Visitas a prisões	1
Total Geral	2

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.



As duas entidades estabeleceram protocolos de cooperação com a Câmara Municipal de Cascais. O Centro Comunitário da Paroquia de Carcavelos tem ainda um acordo de cooperação para Equipa de Apoio Social Directo, com o Centro Regional de Segurança Social.

Os dois equipamentos apresentam uma capacidade máxima de resposta de 85 utentes. O número de utentes manteve-se constante entre 2001 e 2003. Quanto à sua repartição por género e idades, em 2004, na Casa Jubileu 2000, predominam os indivíduos do sexo masculino e os estratos etários entre os 30 e os 49 anos.

Quadro 141 – Utentes na Resposta Social Unidade de Dia (nº)

Ano	Nº
2001	276
2002	277
2003	277

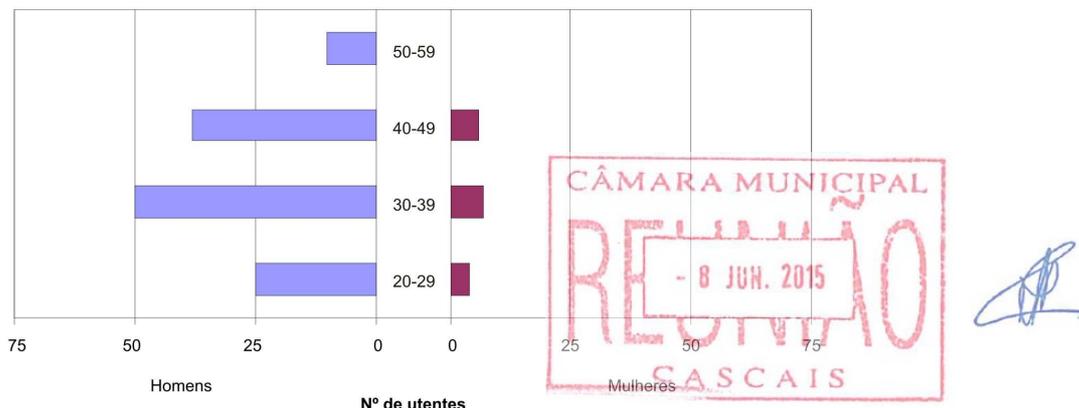
Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Quadro 142 – Utentes em 2004, por género e idade, Unidade de Dia da Casa Jubileu 2000 (nº)

Idade	M	F
Dos 20 aos 29 anos	25	4
Dos 30 aos 39 anos	50	7
Dos 40 aos 49 anos	38	6
Dos 50 aos 59 anos	10	0

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Figura 76 – Utentes em 2004/2005, por género e escalão etário, Unidade de Dia da Casa Jubileu 2000



Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Estes equipamentos recebem utentes de todo o território nacional, com especial incidência dos procedentes dos concelhos da Grande Área Metropolitana de Lisboa (Cascais, Oeiras, Lisboa, Sintra) mas também do restante território nacional.

O corpo de profissionais afectos à Resposta Social tem características diferenciadas nos dois equipamentos. Na Unidade de Dia de Alvide predominam os profissionais ligados à componente terapêutica (médicos, psicólogos), enquanto em Carcavelos verifica-se que a maior parte são funcionários não-técnicos (ajudantes/auxiliares). No respeitante ao género, 72% dos funcionários são mulheres.

Quadro 143 – Função dos recursos humanos na Resposta Social Unidade de Dia

Função	N.º	%
Ajudante/Auxiliar	11	44
Animador	1	4
Contabilista/ROC/TOC	1	4
Coordenador	1	4
Director	1	4
Médico	1	4
Psicólogo	5	20
Recepcionista	2	8
Administrativa	2	8
Total Geral	25	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

O número de funcionários com formação superior (licenciatura ou bacharelato) representa 52% do total.

Quadro 144 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Unidade de Dia

Habilitações	N.º	%
1º Ciclo do ensino básico	2	8
2º Ciclo do ensino básico	1	4
3º Ciclo do ensino básico	4	16
Secundário	3	12
Bacharelato	1	4
Licenciatura	12	48
NR	2	8
Total Geral	25	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

A prática do voluntariado assume grande importância na Casa Jubileu 2000, com 8 elementos nessas condições. No cômputo geral, predominam os funcionários com Contrato Sem Termo. A afectação de tempo à Resposta Social processa-se em 64% dos casos a tempo parcial. A acumulação de funções com outra Resposta Social assume também especial relevância (56% dos casos).

Quadro 145 – Vínculo contratual dos recursos humanos na Resposta Social Unidade de Dia

Vínculo contratual	N.º	%
Contrato Sem Termo	14	56
Avençado/Recibos Verdes	3	12
Voluntariado	8	32
Total Geral	25	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.



Como constrangimentos ao bom desempenho dos serviços prestados foram referidos pela Casa Jubileu 2000, a falta de privacidade, a necessidade de ampliação do espaço, a necessidade de financiamento e de melhor articulação com outras instituições, nomeadamente na área da saúde mental.

As duas instituições admitiram ter investimentos programados para os próximos 5 anos, no âmbito desta Resposta Social, designadamente renovação e remodelação das instalações e aquisição de equipamentos.

5.6. Pessoas Infectadas e Afectadas pelo VIH/SIDA

Fenómeno relativamente recente (início dos anos 80 do século passado), a epidemia vulgarmente conhecida por SIDA rapidamente se tornou um flagelo, cujas repercussões ultrapassam largamente os meros problemas físicos, para se centrarem muitas vezes no afastamento, marginalização e rejeição social dos seus portadores.

Os problemas de saúde, qualidade de vida e rejeição social dos indivíduos infectados pelo VIH/SIDA, em associação com as situações graves de carência económica subsequentes, tornam os Centros de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial e as Residências, Respostas Sociais fundamentais de apoio aos doentes e às respectivas famílias. Qualquer uma das respostas existentes para a epidemia no concelho possui uma forte componente de saúde associada.

5.6.1. Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial (CAAP)

Neste momento funcionam dois CAAP no concelho: o CAAP do Grupo de Apoio e Desafio à SIDA e o CAAP da Unidade Integrada de Carcavelos-Casa Jubileu 2000. O funcionamento dos dois Centros resume-se apenas aos dias úteis, em horário diurno compreendido entre as 9h30 e as 20h00, no GADS, e as 10.00 e as 18.00 horas no CAAP da Unidade Integrada de Carcavelos.

Em conjunto os dois equipamentos, sem fins lucrativos, prestam todos os serviços exequíveis nesta Resposta Social, destacando-se os serviços de refeições, apoio à integração profissional, apoio psicológico individual e familiar, e marcação de consultas.

Quadro 146 – Serviços prestados na Resposta Social CAAP – VIH/SIDA

Serviços	Nº
Aconselhamento jurídico	1
Alimentação	2
Apoio à integração profissional	2
Apoio psicológico individual e familiar	2
Acompanhamento a consultas	1
Serviço de refeições	2
Cuidados de saúde	1
Apoio à medicação	2
Cuidados de higiene	1
Actividades ocupacionais	1
Actividades de férias	1
Marcação de consultas	2
Acesso à Internet	1
Obtenção de documentação	1
Total Geral	2

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.



Os custos de financiamento dos dois CAAP são suportados por acordos de cooperação com o Centro Regional de Segurança Social. O Grupo de Apoio e Desafio à SIDA refere ainda a obtenção de subsídios eventuais.

O número de utentes aumentou no triénio 2001-2003 (o CAAP do Grupo de Apoio e Desafio à SIDA ainda não funcionava em 2001). Os utentes são predominantemente homens adultos.

Quadro 147 – Utentes na Resposta Social CAAP – VIH/SIDA (nº)

Ano	Nº
2001	18
2002	30
2003	34

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Quadro 148 – Caracterização dos Utentes por Dominância na Resposta Social CAAP – VIH/SIDA

	Nº	
Género	Homens	2
	Mulheres	1
Idade	Jovens	0
	Adultos	2
	Idosos	0
Total Geral	2	

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Quanto à sua proveniência, o Centro Comunitário da Paróquia de Carcavelos atende exclusivamente utentes do Concelho de Cascais, particularmente das freguesias de Carcavelos, Parede e São Domingos de Rana, enquanto o Grupo de Apoio e Desafio à Sida estende a sua acção também a utentes provenientes dos concelhos de Oeiras, Sintra e Lisboa.

Os CAAP possuem uma equipa técnica de 5 elementos, com licenciaturas, constituída por directores, psicólogos e técnicos superiores de reinserção social.

Quadro 149 – Função dos Recursos Humanos na Resposta Social CAAP – VIH/SIDA

Função	N.º	%
Coordenador	1	8
Director/director adjunto	2	17
Monitor	1	8
Cozinheiro	2	17
Auxiliar	1	8
Estagiário	2	17
Psicólogo	1	8
Administrativa	1	8
Técnico Superior de Reinserção Social	1	8
Total Geral	12	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.



Quadro 150 – Habilitações dos Recursos Humanos na Resposta Social CAAP – VIH/SIDA

Habilitações	N.º	%
1º Ciclo do ensino básico	2	17
2º Ciclo do ensino básico	3	25
Secundário	2	17
Licenciatura	5	42
Total Geral	12	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Existem apenas dois funcionários com vínculo contratual precário (recibos verdes). A maior parte trabalha a tempo inteiro nesta Resposta Social e ainda acumula com outra.

Quadro 151 – Vínculo Contratual dos Recursos Humanos na Resposta Social CAAP – VIH/SIDA

Vínculo contratual	N.º	%
Contrato Sem Termo	8	67
Avençado/Recibos Verdes	2	17
Sem vínculo	2	17
Total Geral	12	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

As mais-valias referidas por estes equipamentos dizem respeito à adequação dos recursos humanos às especificidades da população-alvo desta Resposta Social, assim como ao dinamismo colocado na divulgação e organização de actividades lúdicas. Já os constrangimentos estão associados às deficientes condições do espaço físico (GADS) e à instabilidade do número de utentes, que dificultam a melhoria ou manutenção da qualidade dos serviços (Casa Jubileu 2000).

Ambas as instituições têm investimentos programados para os próximos 5 anos, nomeadamente na aquisição de um novo equipamento, por parte do GADS, e renovação e remodelação de instalações.

5.6.2. Residência

A componente Residência da Casa Jubileu 2000 – Unidade Integrada de Carcavelos, entrou em actividade no ano de 2001, estando em funcionamento permanente. São prestados os seguintes serviços:

- Confeccção de refeições;
- Serviço de refeições;
- Actividades desportivas;

- Actividades musicais;
- Acompanhamento psicológico;
- Actividades lúdicas;
- Tratamento de roupas;
- Cuidados de saúde;
- Apoio na obtenção de documentação;
- Acompanhamento médico;
- Acompanhamento jurídico.



O número de utentes manteve-se estável entre 2001 e 2003 (12 utentes), tendo aumentado para 20 em 2004, todos do sexo masculino e com idades compreendidas entre os 20 e os 49 anos. Quanto à sua proveniência, foram atendidos utentes de todas as freguesias de Cascais (exceptuando o Estoril), bem como dos concelhos de Lisboa e Oeiras.

O equipamento é financiado por um acordo de cooperação com o Centro Regional da Segurança Social e por um protocolo estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais.

Existem 9 funcionários afectos a esta Resposta Social, 6 mulheres e 3 homens, técnicos e não-técnicos.

Quadro 152 – Funções dos recursos humanos na Resposta Social Residência

Função	N.º	%
Assistente Social	2	22
Cozinheiro	1	11
Director	2	22
Monitor	1	11
Outros	2	22
Segurança/Vigilante	1	11
Total Geral	9	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Quadro 153 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Residência

Habilitações	N.º	%
1º Ciclo do ensino básico	2	22
2º Ciclo do ensino básico	1	11
3º Ciclo do ensino básico	1	11
Secundário	2	22
Licenciatura	2	22
NR	1	11
Total Geral	9	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

A maior parte dos profissionais pertencem ao quadro da instituição. Nos tempos de afectação predominam os funcionários que trabalham a tempo inteiro.

Quadro 154 – Vínculo contratual dos recursos humanos na Resposta Social Residência

Vínculo contratual	N.º	%
Contrato Sem Termo	7	78
NR	2	22
Total Geral	9	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

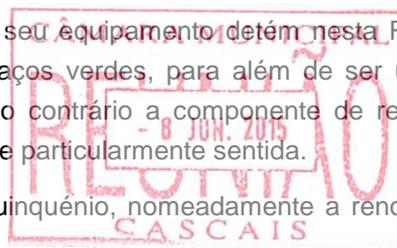
Quadro 155 – Afecção horária dos recursos humanos na Resposta Social Residência

Afecção	N.º	%
Tempo Inteiro	7	78
Tempo Parcial	2	22
Total Geral	9	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

São avançadas pela instituição várias potencialidades que o seu equipamento detém nesta Resposta Social, designadamente a dimensão, a localização e os espaços verdes, para além de ser uma das poucas respostas existentes para a sua população-alvo. Pelo contrário a componente de reinserção profissional foi referida como um constrangimento ou dificuldade particularmente sentida.

Estão programados diversos investimentos para o próximo quinquénio, nomeadamente a renovação e remodelação das instalações.



5.7. Pessoas em Situação de Dependência

Numa sociedade onde o fenómeno do envelhecimento, do abandono e exclusão familiar assumem contornos cada vez mais preocupantes e marcantes, emerge a necessidade de assegurar cuidados personalizados a um conjunto de pessoas que *per si* seriam incapazes de sobreviver com as mínimas condições de qualidade e bem-estar. Neste domínio, no que ao Concelho de Cascais diz respeito, incluem-se todos os serviços de apoio domiciliário para os diferentes grupos alvo (adultos, idosos ou famílias), que estejam impedidos de assegurar individualmente, de forma transitória ou contínua, as necessidades básicas e diversas actividades decorrentes da vida diária, quer por motivo de doença, deficiência ou impedimentos de outra ordem.

5.7.1. Apoio Domiciliário

Os equipamentos que servem como plataforma aos serviços de apoio domiciliário são 15. Destes, treze são Estabelecimentos sem fins lucrativos.

Quadro 156 – Equipamentos com a Resposta Social Apoio Domiciliário

Natureza jurídica da entidade gestora	Freguesia	Designação	
Com fins lucrativos	Estoril ²⁴	<i>Home Instead</i>	
	Parede	Casa de Repouso Novas Amizades	
Sem fins lucrativos	Alcabideche	Associação de Apoio Social Nossa Senhora da Assunção da Malveira da Serra – AISA	
		Departamento da 3ª Idade da SCM de Cascais	
	Carcavelos	Centro Comunitário da Paróquia de Carcavelos	
		Centro de Apoio ao Deficiente	
	Cascais	GADS – Grupo de Apoio e Desafio à SIDA	
	Estoril	Centro Paroquial do Estoril	
		Centro Social Paroquial de São Pedro e São João do Estoril	
		CERCICA – Apoio Domiciliário	
		Parede	Centro Comunitário da Paróquia da Parede
			Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo da Costa do Estoril
S. Domingos de Rana	Associação dos Idosos e Deficientes do Penedo		
	Centro Comunitário de Tires		
		Centro Social Paroquial de São Domingos de Rana	

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

²⁴ Existe ainda um outro equipamento com a Resposta Social apoio domiciliário: Domuscare – Serviços Domiciliários. Contudo, não mostraram disponibilidade em responder ao questionário.

Dadas as características desta Resposta Social, o período de funcionamento adoptado pela maior parte dos equipamentos abrange os dias úteis e os fins-de-semana. Os horários de funcionamento variam, durante o período diurno, entre as 8h00 (o que começa mais cedo) e as 20h00 (o que encerra mais tarde). Um dos equipamentos, de génese mais recente (*Home Instead*) funciona em atendimento permanente.

Quadro 157 – Horário de abertura e de encerramento na Resposta Social Apoio Domiciliário

Horário de Abertura	
Hora	Nº
08h00	4
08h30	2
08h45	1
09h00	6
00h00	1
NR	1
Total Geral	15
Horário de Encerramento	
Hora	Nº
17h00	3
17h30	1
18h00	6
19h00	2
20h00	1
24h00	1
NR	1
Total Geral	15



Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

No contexto desta Resposta Social o leque de serviços prestados pelas 15 instituições é bastante abrangente, destacando-se os serviços de higiene pessoal e habitacional, acompanhamento ao exterior, aquisição de géneros alimentares ou outros artigos, confecção, transporte e distribuição de refeições, ajudas técnicas e colaboração na toma de medicação.

Quadro 158 – Serviços prestados na Resposta Social Apoio Domiciliário

Serviços	Nº	%
Acompanhamento ao exterior	12	80
Aquisição de géneros alimentares ou outros artigos	11	73
Acompanhamento psicossocial individual e familiar	10	67
Higiene habitacional	13	87
Higiene pessoal	15	100
Companhia ao domicílio	5	33
Confecção/transporte/distribuição de refeições	13	87
Pequenas melhorias na habitação	4	27
Ocupação e convívio	4	27
Tele-alarme	6	40
Colaboração na toma de medicação	12	80
Cedência de ajudas técnicas	14	93
Cedência de fraldas	8	53
Transporte	5	33
Cabeleireiro	1	7
Fisioterapia	1	7
Tratamento de roupa	3	20
Acções de formação aos prestadores informais	1	7
Total Geral	15	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Doze das instituições têm protocolos estabelecidos com a Câmara Municipal de Cascais e com o Instituto de Segurança Social. O Grupo de Apoio e Desafio à SIDA recorre ainda ao apoio financeiro da Comissão Nacional de Luta Contra a SIDA.

Quadro 159 – Fontes de financiamento na Resposta Social Apoio Domiciliário

Fonte	Nº	%
Com Acordo de Cooperação	12	86
Protocolo com a CMC	12	86
Protocolo com a JF	0	0
Subsídios Eventuais	0	0
Programas	0	0
Comissão Nacional de Luta Contra a SIDA	1	7
Total Geral	14	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.



Os Protocolos estabelecidos com a Câmara Municipal, referidos pelas entidades, são diversos, nomeadamente:

- Apoio domiciliário: com o intuito de “Contribuir para a prevenção e apoio social a situações de maior incapacidade física e/ou mental e de isolamento. Possibilitar a convalescença no domicílio”. Destina-se a residentes em situação de dependência, que por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as actividades da vida diária;
- “Melhor Saúde no concelho”: faculta o acesso a fraldas por parte de pessoas em situação de dependência e carência económica;
- Pequenas Reparações: destina-se a pessoas em situação de dependência (idosas ou portadoras de deficiência), economicamente desfavorecidas. O objectivo deste protocolo é permitir a execução de pequenas reparações que permitam a estes cidadãos permanecer e viver no seu domicílio com qualidade de vida;
- Ajudas técnicas: apoiar a criação/valorização de Ajudas Técnicas nas instituições, de suporte a situações de dependência e/ou no período que medeia a prescrição e a aquisição efectiva de ajudas técnicas (pequenos trabalhos de electricidade, canalização, etc.).

Nesta Resposta Social, os projectos e protocolos estabelecem-se, essencialmente, na área da Saúde, emergindo entre outros, o Projecto “Cuidados Continuados” com o Centro de Saúde de Cascais.

Para além dos protocolos, as participações dos utentes contribuem também para o funcionamento corrente da Resposta Social. Os equipamentos que apresentam as mensalidades máximas mais significativas são: o “Home Instead – Cascare, Lda.” podendo, no limite, cobrar 4.000 euros por um serviço 24 horas por dia, durante um mês; e o GADS, que devido à tipologia de utentes servidos, estipula mensalidades na ordem dos 6.500 euros.

Por norma, o pagamento deste serviço é feito à hora. O montante mínimo cobrado por hora ocorre no serviço de apoio domiciliário do Centro Comunitário da Paróquia de Carcavelos.

O número actual de utentes é de 681 (em 14 instituições), enquanto os valores anuais no triénio 2001-2003 oscilam entre os 1.348 e os 1.448 utentes (o mesmo utente pode recorrer ao apoio domiciliário por períodos prolongados).

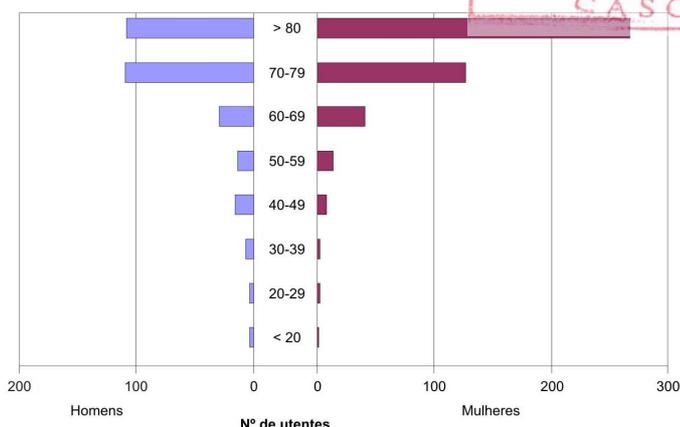
Quanto à distribuição por género e idade, 81% dos utentes têm mais de 70 anos e 62% são mulheres. O conjunto mais numeroso é formado por mulheres com mais de 80 anos, que constituem 36% dos utentes.

Quadro 160 – Número de Utentes na Resposta Social Apoio Domiciliário

Ano	Nº
2001	1348
2002	1458
2003	1448

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Figura 77 – Utentes em 2004/2005, por género e escalão etário, na Resposta Social Apoio Domiciliário (nº)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Praticamente todas as instituições admitem utentes exclusivamente provenientes do Concelho de Cascais. Apenas o Núcleo da Costa do Estoril da Cruz Vermelha Portuguesa e a *Home Instead* referiu que atende utentes de outros concelhos, mais propriamente de Oeiras, Sintra, Lisboa.

Os serviços de apoio domiciliário assentam principalmente nos contributos de ajudantes e auxiliares (57%), seguindo-se os assistentes sociais (8%). Verifica-se que 93% dos funcionários são do sexo feminino.

Quadro 161 – Funções dos recursos humanos na Resposta Social Apoio Domiciliário

Função	N.º	%
Ajudante/Auxiliar	74	57
Assistente Social	10	8
Contabilista/ROC/TOC	5	4
Fisioterapeuta	1	1
Motorista	1	1
Psicólogo	1	1
Coordenador/Chefe de Serviços	7	5
Administrador/Director	4	3
Cozinheira	5	4
Secretária/Ajudante Administrativa	6	5
Outros – Pessoal Técnico	1	1
NR	14	11
Total Geral	129	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Quanto às habilitações, são em maior número os funcionários com formação ao nível do ensino básico, representando os licenciados apenas 14% do total. Em termos de vínculo contratual, 74% dos funcionários têm Contrato Sem Termo.

Quadro 162 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Apoio Domiciliário

Habilitações	N.º	%
1º Ciclo do ensino básico	26	20
2º Ciclo do ensino básico	19	15
3º Ciclo do ensino básico	24	19
Secundário incompleto/frequentar	1	1
Secundário	24	19
Bacharelato	2	2
Licenciatura	18	14
NR	15	12
Total Geral	129	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.



Quadro 163 – Vínculo dos recursos humanos na Resposta Social Apoio Domiciliário

Vínculo contratual	N.º	%
Contrato Sem Termo	96	74
Contrato a Termo Certo	14	11
Avençado/Recibos Verdes	4	3
NR	15	12
Total Geral	129	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

A maioria dos recursos humanos, designadamente 74%, está afecta a tempo inteiro a esta Resposta Social, e 56% exercem funções em exclusividade.

Entre as várias potencialidades enunciadas, destaca-se pela recorrência os horários alargados de funcionamento da Resposta Social e a qualidade dos recursos humanos. No entanto, este último factor também foi referido como um constrangimento, ou seja, a dificuldade de encontrar recursos humanos qualificados e motivados. Outros constrangimentos referidos prendem-se com a escassez de recursos financeiros, a falta de viaturas ou o dimensionamento das instalações.

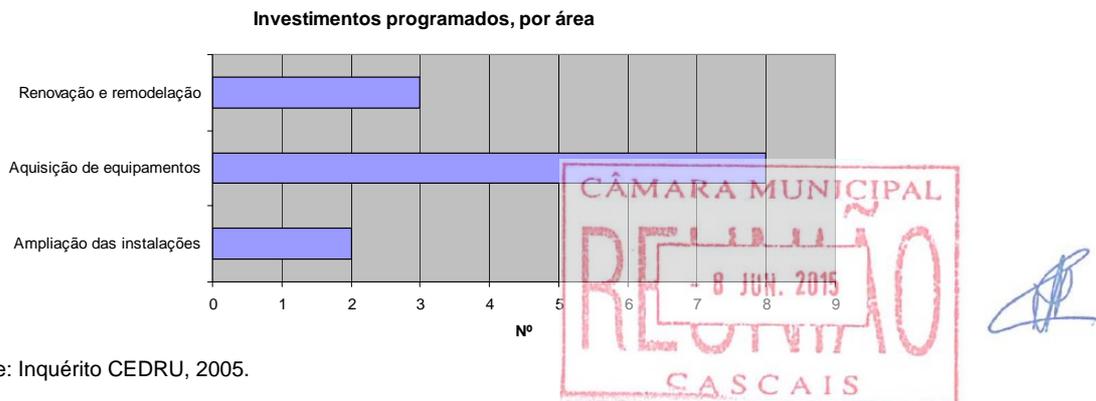
Quadro 164 – Potencialidades e constrangimentos na Resposta Social Apoio Domiciliário

Potencialidade	Nº	Constrangimento	N.º
		Dimensionamento das instalações	1
Alargamento de horário e periodicidade	5	Dificuldades de legalização	1
Qualidade dos recursos humanos	5	Escassez de recursos financeiros	5
Apetrechamento	1	Gestão dos recursos humanos	3
Abranger utentes com baixos rendimentos	1	Falta de viaturas (em geral e adaptadas)	2
Qualidade dos Serviços prestados	1		
NR	4	NR	3
Total Geral	15	Total Geral	15

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

De entre as 15 instituições, 9 declaram ter investimentos programados para os próximos 5 anos. A maior parte destes investimentos está relacionada com a aquisição de equipamentos, embora também existam projectos de ampliação ou renovação e remodelação das instalações.

Figura 78 – Investimentos programados, por área, na Resposta Social Apoio Domiciliário



5.8. Pessoas com Doença Mental

Os destinatários destas respostas são pessoas com problemas de ordem psíquica, muitas das vezes marginalizadas pela sociedade e que as famílias, individualmente, não conseguem encontrar as respostas necessárias ao seu apoio e desenvolvimento de novas capacidades.

Visando a reinserção sócio-familiar ou profissional são vários os espaços/instituições que centram as suas actividades nestes grupos: Fórum-sócio Ocupacional, associado a casos psiquiátricos graves estabilizados e de evolução crónica, ou o Centro Residencial, apoiando-os numa das principais necessidades sentidas – habitação de adultos.

5.8.1. Centro Residencial

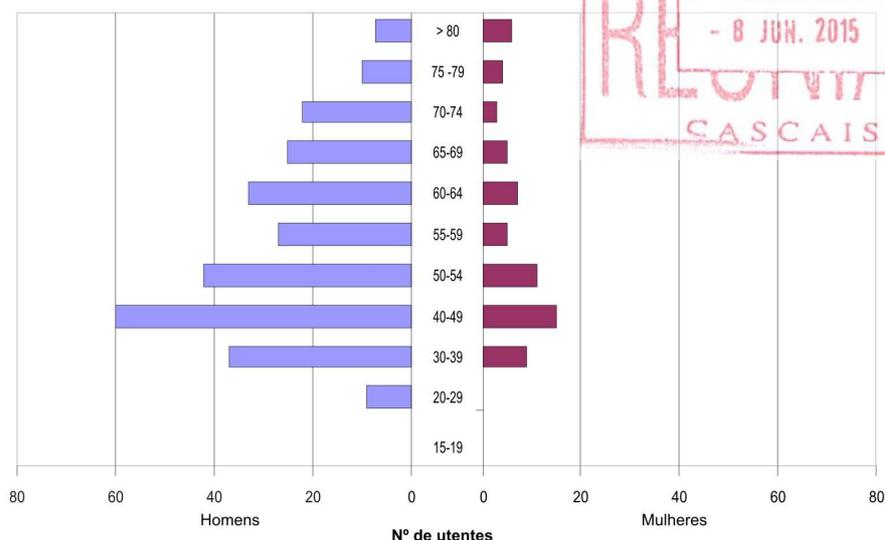
O Centro de Apoio Social do Pisão (CASP), administrado pela Santa Casa da Misericórdia de Cascais mediante Acordo de Gestão e Cooperação com o CRSS, alberga população proveniente de todo o território nacional em regime de internato. O CASP tem para oferecer uma panóplia de serviços, nomeadamente:

- Confecção e serviço de refeições;
- Marcação de consultas;
- Actividades ocupacionais;
- Tratamento de roupas;
- Actividades desportivas;
- Apoio à medicação;
- Cuidados de higiene;
- Zona de internamento/convalescença;
- Acompanhamento psicológico;
- Actividades lúdicas;
- Alfabetização.

O número de utentes manteve-se estável durante o triénio 2001-2003, sempre no limiar da capacidade máxima das instalações (340 utentes distribuídos por 46 quartos). Na repartição do número de utentes por género, não há diferenças significativas. Na verdade, trata-se de uma população heterogénea, também em termos de idade e problemas que apresenta, que convive no mesmo espaço, causando por vezes alguns constrangimentos.

Os grupos etários em que se enquadram a maioria dos utentes situam-se entre os 30 e os 55 anos (174 utentes).

Figura 79 – Utentes em 2004, por género e idade, na Resposta Social Residência (nº)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Quadro 165 – Utentes em 2004, por género e idade, na Resposta Social Residência (nº)

Idade	M	F
Dos 15 aos 19 anos	0	0
Dos 20 aos 29 anos	9	0
Dos 30 aos 39 anos	37	9
Dos 40 aos 49 anos	60	15
Dos 50 aos 54 anos	42	11
Dos 55 aos 59 anos	27	5
Dos 60 aos 64 anos	33	7
Dos 65 aos 69 anos	25	5
Dos 70 aos 74 anos	22	3
Dos 75 aos 79 anos	10	4
Maiores de 80 anos	7	6
Total	272	65

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

A estrutura dos recursos humanos que apoia o CASP é significativa (139 elementos) e inclui médicos, enfermeiros, terapeutas e psicólogos. As categorias de funcionário mais frequentes são ajudante/auxiliar (42%) e enfermeiro (9%). Praticamente ¾ dos funcionários são mulheres. Os responsáveis pelo equipamento e Resposta Social consideram que estes profissionais, tendo em conta a área de saúde em que actuam, necessitam de formação sistemática, o que nem sempre é possível conceder.

Quadro 166 – Funções dos recursos humanos na Resposta Social Residência

Função	N.º	%
Ajudante/Auxiliar	58	42
Animador	1	1
Assistente Social	5	4
Chefe de Serviços/Secção/Departamento	2	1
Cozinheiro	1	1
Director	1	1
Encarregado	2	1
Enfermeiro	13	9
Médico	2	1
Monitor	5	4
Motorista	5	4
Outros	4	3
Psicólogo	1	1
Secretária/Administrativa/Ajudante Administrativa	2	1
Técnico Superior	1	1
Terapeuta da Fala/Ocupacional	2	1
Trabalhador/Auxiliar de Serviços Gerais	34	24
Total Geral	139	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.



Quanto às habilitações, a maior parte dos funcionários concluiu apenas ciclos do ensino básico, enquanto a proporção de licenciados e bacharéis é de apenas 15%.

Quadro 167 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Residência

Habilitações	N.º	%
Não sabe ler nem escrever	2	1
1º Ciclo do ensino básico	49	35
2º Ciclo do ensino básico	34	24
3º Ciclo do ensino básico	23	17
Secundário	11	8
Bacharelato	6	4
Licenciatura	14	10
Total Geral	139	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

O quadro de pessoal da instituição é estável, assumindo a forma mais frequente o Contrato Sem Termo. Encontram-se a trabalhar a tempo inteiro nesta Resposta Social cerca de 94% do total de funcionários. Apenas 2 médicos e 6 enfermeiros trabalham a tempo parcial.

Quadro 168 – Vínculo contratual dos recursos humanos na Resposta Social Residência

Vínculo contratual	N.º	%
Contrato Sem Termo	112	81
Contrato a Termo Certo	13	9
NR	14	10
Total Geral	139	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Quanto às potencialidades e constrangimentos, para o Centro de Apoio Social do Pisão o esforço aplicado na integração da comunidade de utentes, em particular dos internos, constitui uma mais-valia do equipamento. Pelo contrário, a heterogeneidade da população utente e as dificuldades em personalizar as Respostas Sociais assistenciais são os principais constrangimentos que se lhe colocam.

O equipamento tem diversos investimentos programados para os próximos 5 anos, designadamente a renovação e remodelação das instalações, que se encontram desadaptados à resposta e necessitam de manutenção sistemática.

5.8.2. Fórum Sócio-Ocupacional

A Associação Para a Reabilitação e Integração AJUDA, relativa ao Fórum Sócio-ocupacional de Cascais, iniciou as suas actividades em 2000, funcionando nos dias úteis entre as 9h00 e as 17h00.

Os serviços prestados são os seguintes:

- Confeção de refeições;
- Marcação de consultas;
- Actividades ocupacionais;
- Apoio à integração profissional;
- Acesso à Internet;
- Actividades de reabilitação.



O número de utentes passou de 17 em 2001 para 28 em 2003. No ano de 2004 eram atendidos 26 utentes, em igual proporção de homens e mulheres, com idades desde os 15 anos até indivíduos com mais de 60 anos. Quanto à sua proveniência, encontram-se utentes oriundos de todas as freguesias do Concelho de Cascais, excepto Carcavelos, e ainda do concelho de Mafra.

Estão afectos a esta Resposta Social 7 funcionários, maioritariamente técnicos, cujo grau de qualificação é a licenciatura.

Quadro 169 – Função dos recursos humanos na Resposta Social Fórum Sócio-Ocupacional

Função	N.º	%
Assistente Social	2	29
Coordenador	1	14
Outros	1	14
Administrativos	1	14
Técnico Superior de Educação/Reabilitação	2	29
Total Geral	7	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Quase todos os profissionais trabalham com Contrato Sem Termo e estão afectos às suas funções a tempo inteiro.

Quadro 170 – Vínculo contratual dos recursos humanos na Resposta Social Fórum Sócio-Ocupacional

Vínculo Contratual	N.º	%
Contrato Sem Termo	6	86
Avençado/Recibos Verdes	1	14
Total Geral	7	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Enquanto mais-valia da instituição é referida a experiência institucional na área da reabilitação psicossocial de pessoas com problemas de saúde mental. Pelo contrário, relativamente aos principais constrangimentos verificados, é explicitado que esta Resposta Social deverá constituir um nó de uma ampla rede de Respostas Sociais destinadas a esta população-alvo, rede que é claramente deficitária.

Como os financiamentos são limitados, existem necessidades diagnosticadas que estão claramente “a descoberto”, designadamente ao nível do apoio domiciliário e da inserção profissional. Refira-se, por último, que não estão programados investimentos para os próximos cinco anos.

5.9. Outros

Os equipamentos que possuem Respostas Sociais no domínio “Outros” são em grande parte estabelecimentos de educação pré-escolar, que disponibilizam outras Respostas Sociais na área da educação, permitindo o posterior prosseguimento de estudos nessas instalações.

Para além destes, outras Respostas Sociais foram referenciadas, nomeadamente na área da saúde. No domínio dos comportamentos aditivos, a Fundação Portuguesa para o Estudo, Prevenção e Tratamento da Toxicodependência possui um Centro de Atendimento a Jovens e Famílias, sendo responsável pela Concepção e Desenvolvimento de Programas de Prevenção Primária e por formação nas temáticas da prevenção e tratamento da toxicodependência.

A componente formação, com o apoio do IEFP, foi múltiplas vezes mencionada. A Formação e Integração Profissional da CERCICA, as empresas de inserção da Fundação “O Século” (Alba e Fénix), ou a UNIVA/ Departamento de Formação da Cruz Vermelha Portuguesa são disso exemplos.

Directamente ligados à acção social, existem duas instituições com Respostas Sociais muito direccionadas e específicas. A “Casa Grande da Galiza” e a Associação “Novos Rostos... Novos Desafios”. A “Casa Grande da Galiza” é um projecto global de intervenção comunitária, da responsabilidade da SCMC. A instituição intervém e apoia a Comunidade ao nível da satisfação das necessidades básicas e concede qualificação e formação junto dos mais desfavorecidos. Nesta “Casa” são proporcionadas, a cerca de 300 utentes, provenientes de todo o Concelho de Cascais e de Oeiras, actividades desportivas, actividades de férias e são prestados cuidados de saúde quando necessários. Especial enfoque é concedido à componente formação (educação religiosa, informática, alfabetização para adultos, olaria, costura, desenho, culinária, inglês e português para estrangeiros).

A Associação “Novos Rostos...Novos Desafios” classifica o serviço prestado como de “Atendimento e Acompanhamento Psicossocial e de Intervenção Directa nas Escolas”. A acção desenvolvida nos estabelecimentos escolares é feita em parceria com os docentes, que sinalizam os casos mais graves e que necessitam de intervenção urgente. Actualmente, conseguem auxiliar cerca de 163 crianças com idades compreendidas entre os 5 e os 19 anos, das freguesias da Parede e São Domingos de Rana.

